



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

1º Semestre de 2017

Relatórios Caixa Geral de Depósitos

www.cgd.pt





ÍNDICE

1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1.1. Acontecimentos em destaque no 1º semestre de 2017	4
1.2. Grupo Caixa Geral de Depósitos	9
1.3. Enquadramento económico-financeiro.....	12
1.4. Principais riscos e incertezas no 2º semestre de 2017	15
1.5. Atividade e informação financeira	17
1.5.1. Atividade consolidada	17
1.5.2. Atividade individual.....	53
1.6. Declaração sobre a conformidade da informação financeira individual e consolidada condensada apresentada.....	58
1.7. Posição obrigacionista dos membros do conselho de administração	59
1.8. Indicação sobre acionistas da Caixa Geral de Depósitos	60
1.9. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	61
 2. ANEXOS E RELATÓRIOS	 71
2.1. Anexo às demonstrações financeiras individuais condensadas	71
2.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas condensadas.....	197
2.3. Relatórios <i>European Banking Authority</i>	338
2.4. Relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras intercalares – contas individuais.....	344
2.5. Relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras intercalares – contas consolidadas	346

1. Relatório do Conselho de Administração

1.1. Acontecimentos em destaque no 1º semestre de 2017

Na esfera do Grupo CGD, são de destacar os seguintes acontecimentos ocorridos no 1º semestre de 2017:

- A publicação em março da decisão oficial por parte da Comissão Europeia acerca da recapitalização da CGD, tendo a Comissão considerado que os planos de Portugal para reforçar a posição de capital do Banco, detido a 100% pelo Estado, não constituíam um auxílio estatal a favor da CGD, cumprindo as regras da UE nessa matéria.
- A concretização no 1º trimestre de 2017 das fases 1 e 2 do plano de recapitalização acordado entre o Estado Português e a Comissão Europeia (DG Comp).

A primeira fase, concluída em 4 de janeiro de 2017, consistiu no seguinte:

- Utilização das reservas livres e da reserva legal, no montante de 1.412.460 milhares de euros para a cobertura de resultados transitados negativos de anos anteriores;
- Aumento do capital social da CGD para 7.344.144 milhares de euros, mediante a emissão de 288.828.747 ações através da transmissão de 490.000.000 de ações do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A. pelo montante de 498.996 milhares de euros e da transmissão das obrigações convertíveis de capital contingente (CoCos), no montante de 900.000 milhares de euros, acrescidos dos correspondentes juros corridos no montante de 45.148 milhares de euros;
- Redução do capital social em 6.000.000 milhares de euros pela extinção de 1.200 milhões de ações para cobertura de resultados transitados negativos no valor de 1.404.506 milhares de euros e para constituição de reservas livres no montante de 4.595.494 milhares de euros.

A fase 2 teve lugar em março, com a emissão em mercado de *Additional Tier 1* (AT1), no montante de 500 milhões de euros, junto de mais de 160 investidores institucionais, tendo o Estado Português realizado, também na mesma altura, o planeado aumento do capital social, no valor de 2.500 milhões de euros em dinheiro.

- A conclusão das importantes fases do referido plano de recapitalização já levadas a cabo, elevando o montante global de recapitalização a 4.444 milhões de euros, permitiu o reforço da solvabilidade da CGD, com os rácios de capital *phased-in* da CGD a atingirem 12,8% (CET1) e 14,6% (rácio Total) em 30 de junho de 2017.
- No decurso do 1º trimestre de 2017 foram eleitos os membros do Conselho de Administração da CGD, S.A., para o mandato 2017-2020. Complementarmente, o Estado Português procedeu em agosto à eleição de um vogal não executivo e de um vogal executivo.
- Na sequência da implementação do novo modelo de governo que assegura a efetiva separação entre as funções de administração e as funções de fiscalização, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
- O Estado Português deliberou em maio proceder à eleição da Ernst & Young Audit & Associados, SROC para o cargo de Revisor/Auditor da CGD para o mandato 2017-2020, na sequência de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal da CGD.

- O semestre foi globalmente positivo para a CGD com boa evolução sentida no seu resultado de exploração *core* e na qualidade dos ativos, mantendo uma forte posição de liquidez e uma situação de capital reforçada.

RESULTADOS ⁽¹⁾

No primeiro semestre de 2017 o resultado de exploração *core* alcançou 303 milhões de euros, impulsionado pelo crescimento da margem financeira e pela redução verificada nos custos de estrutura recorrentes, um crescimento de 76% face ao 1º semestre do ano anterior.

A margem financeira atingiu 656 milhões de euros (+101 milhões de euros, +18% face ao 1º semestre de 2016), beneficiando da forte redução sentida no custo de funding (-212 milhões de euros, -27%).

O produto global da atividade progrediu face ao semestre homólogo 57% (+419 milhões de euros), situando-se em 1.154 milhões de euros, com contributos positivos da margem financeira (+101 milhões de euros) e dos resultados de operações financeiras (+325 milhões de euros).

O *cost-to-income* (excluindo custos não recorrentes) reduziu-se no semestre para 50% como consequência do bom desempenho referido nas componentes de custos de estrutura recorrentes e nos proveitos. O *cost-to-core income*, que exclui os resultados de operações financeiras, fixou-se em 66%.

O resultado líquido do semestre foi -50 milhões de euros, impactado por custos líquidos não recorrentes de 366 milhões de euros.

O custo do risco de crédito do semestre situou-se em 0,16%, confirmando a trajetória descendente esperada após o exercício de avaliação de ativos levado a cabo no final de 2016.

BALANÇO

O balanço da CGD foi durante o semestre impactado pelas operações de recapitalização referidas, que constituíram a principal causa para o aumento de ativo líquido verificado (+2.461 milhões de euros) face a dezembro de 2016.

A relação de crédito face a depósitos (rácio de transformação) situou-se em junho de 2017 em 87%, refletindo a forte resiliência da base de clientes da CGD, mesmo num ambiente de taxas de remuneração de depósitos muito baixas.

A qualidade dos ativos da CGD evoluiu positivamente no 1º semestre de 2017, com os rácios de NPE (*Non Performing Exposure*) e NPL (*Non Performing Loans*) a atingirem respetivamente 10,6% e 13,5% (12,1% e 15,8% em dezembro último). As coberturas por imparidades foram de 51,1% para o NPE e de 52,0% para o NPL.

O crédito em risco reduziu-se para 9,8% em 30 de junho de 2017 (10,5% em dezembro de 2016), com uma cobertura por imparidades de 76,7%.

Os recursos totais de clientes na atividade doméstica aumentaram 2.254 milhões de euros (+3%) face a dezembro de 2016, atingindo 69.532 milhões de euros, fortemente influenciados pela evolução favorável dos depósitos de clientes (+1.397 milhões de euros).

A CGD manteve assim a sua posição de liderança no mercado nacional, com uma quota de depósitos totais de 28% em junho de 2017, sendo a dos depósitos de particulares 31%.

(1) Contas de junho de 2016 reexpressas considerando o Mercantile Bank Holdings, Ltd. como um ativo não corrente detido para venda.

LIQUIDEZ

A posição de liquidez da CGD manteve-se muito confortável com os rácios *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) e *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) a atingirem, respetivamente 222% e 137% no final de junho de 2017 (176% e 131% respetivamente em dezembro de 2016).

O montante total de financiamento junto do BCE permaneceu estável, fixando-se em 3.497 milhões de euros, inferior a 4% do ativo total.

SOLVÊNCIA

Os rácios CET1 *phased-in* e *fully implemented* eram em junho de 12,8% e 12,6%, com rácios *phased-in* Tier 1 e Total de 13,8% e 14,6%, respetivamente.

O rácio de *Leverage Fully Implemented* atingiu 7,4% no final de junho de 2017.

A CGD dispunha nesta data de ADI (*Available Distributable Items*) de 1,8 mil milhões de euros (cerca de 33 vezes o custo anual da atual emissão AT1) e o excesso face ao nível de restrições de MDA (*Maximum Distributable Amount*) era de 2,9% considerando os atuais défices de Tier 1 e Tier 2 e de 4,6% após o total preenchimento desses défices com emissões futuras.

GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: NÚMEROS EM DESTAQUE

(milhões de euros)				
Variação				
2017-06 vs 2016-06				
RESULTADOS	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Margem financeira alargada	584,5	679,7	95,3	16,3%
Resultados de serviços e comissões	224,4	224,7	0,2	0,1%
Margem complementar	150,3	474,4	324,0	215,6%
Produto global da atividade	734,8	1.154,1	419,3	57,1%
Custos de estrutura	626,6	638,2	11,6	1,8%
Resultado bruto de exploração	108,2	515,9	407,7	376,8%
Resultado de exploração <i>core</i> ⁽¹⁾	172,7	303,4	130,8	75,7%
Resultados operacionais	-219,5	117,4	336,9	-
Resultado líquido	-205,2	-49,9	155,3	-
BALANÇO				
Ativo líquido	99.355	96.008	-3.347	-3,4%
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	5.145	8.271	3.126	60,8%
Aplicações em títulos ⁽²⁾	20.640	18.532	-2.107	-10,2%
Crédito a clientes (líquido) ⁽³⁾	65.284	60.476	-4.808	-7,4%
Crédito a clientes (bruto) ⁽³⁾	70.674	65.366	-5.307	-7,5%
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	5.769	5.337	-431	-7,5%
Recursos de clientes	72.442	69.915	-2.527	-3,5%
Responsabilidades representadas por títulos	6.117	4.078	-2.039	-33,3%
Capitais próprios	5.745	7.895	2.150	37,4%
RÁCIOS DE RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA				
Rendibilidade bruta dos capitais próprios - ROE ^{(4) (5)}	-6,4%	4,5%	-	-
Rendibilidade líquida dos capitais próprios - ROE ⁽⁵⁾	-5,9%	-1,0%	-	-
Rendibilidade bruta do ativo - ROA ^{(4) (5)}	-0,4%	0,3%	-	-
Rendibilidade líquida do ativo - ROA ⁽⁵⁾	-0,4%	-0,1%	-	-
<i>Cost-to-income</i> BdP ⁽⁴⁾	83,0%	54,8%	-	-
<i>Cost-to-income</i> ^{(1) (4)}	80,4%	49,5%	-	-
<i>Cost-to-core income</i> ^{(1) (6)}	77,8%	65,5%	-	-
Custos com pessoal / Produto global da atividade ⁽⁴⁾	49,9%	34,4%	-	-
Custos com pessoal recorrentes ⁽¹⁾ / Produto global da atividade ⁽⁴⁾	47,2%	29,1%	-	-
Produto global da atividade / Ativo líquido médio ⁽⁴⁾	1,5%	2,4%	-	-
QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA				
Rácio de crédito vencido > 90 dias	7,4%	7,2%	-	-
Rácio de crédito com incumprimento ⁽⁴⁾	9,8%	8,1%	-	-
Rácio de crédito com incumprimento (líq.) ⁽⁴⁾	2,3%	0,6%	-	-
Rácio de crédito em risco ⁽⁴⁾	12,2%	9,8%	-	-
Rácio de crédito em risco (líq.) ⁽⁴⁾	4,9%	2,5%	-	-
Rácio de crédito reestruturado ⁽⁷⁾	10,3%	7,8%	-	-
Rácio de cré. reestr. não incluído no crédito risco ⁽⁷⁾	5,9%	3,6%	-	-
Rácio de NPL - EBA	16,6%	13,5%	-	-
Rácio de NPE - EBA	12,0%	10,6%	-	-
Cobertura de NPL - EBA	46,9%	52,0%	-	-
Cobertura de NPE - EBA	45,7%	51,1%	-	-
Cobertura de crédito em risco	63,2%	76,7%	-	-
Cobertura do crédito vencido > 90 dias	103,2%	103,9%	-	-
Custo do risco de crédito	0,86%	0,16%	-	-

Nota: Cálculo dos indicadores conforme glossário constante em: http://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-aos-Investidores/Documents/Glossario_28JUL2017.pdf

(1) Excluindo os custos não recorrentes referentes ao Programa de Pré-Reformas e ao Programa de Revogação por Mútuo Acordo, nos montantes de 20 M€ e 61 M€ no 1º sem. 2016 e 1º sem. 2017, respetivamente; (2) Inclui ativos com acordos de recompra e derivados de negociação; (3) Inclui ativos com acordos de recompra; (4) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 23/2012); (5) Capitais Próprios e Ativos Líquidos médios (13 observações); (6) Custos de estrutura / (Margem Financeira + Resultados de serviços e comissões); (7) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 32/2013).

RÁCIOS DE ESTRUTURA				
	2016-06	2017-06		
Crédito a clientes (líquido) / Ativo líquido	65,4%	63,0%	-	-
Rácio de transformação	90,1%	86,9%	-	-
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR)				
CET 1 (<i>phased-in</i>)	10,0%	12,8%	-	-
Tier 1 (<i>phased-in</i>)	10,0%	13,8%	-	-
Total (<i>phased-in</i>)	11,2%	14,6%	-	-
CET 1 (<i>fully implemented</i>)	9,2%	12,6%	-	-
Leverage ratio (<i>fully implemented</i>)	5,2%	7,4%	-	-
RÁCIOS DE LIQUIDEZ				
Liquidity coverage ratio	193,5%	222,3%	-	-
Net stable funding ratio	133,4%	137,1%	-	-
OUTROS INDICADORES				
Número de agências - Grupo CGD	1.221	1.149	-	-
Número de agências - CGD Portugal	729	657	-	-
Número de empregados - Grupo CGD	16.106	15.334	-	-
Número de empregados - CGD Portugal	8.683	8.070	-	-

Nota: Cálculo dos indicadores conforme glossário constante em: http://www.cgd.pt/Investor-Relations/Informacao-aos-Investidores/Documents/Glossario_28JUL2017.pdf

1.2. Grupo Caixa Geral de Depósitos

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede comercial do Grupo CGD, no final de junho de 2017, refletiu o prosseguimento do programa de otimização da sua rede em Portugal, considerando os seus compromissos estratégicos de reforço dos níveis de eficiência operacional e de racionalização dos custos de distribuição.

A CGD (Portugal) contava assim, no final do primeiro semestre de 2017, com 590 agências com atendimento presencial, 40 agências automáticas e 26 gabinetes Caixa Empresas, num total de 657 unidades.

A presença bancária do Grupo CGD no estrangeiro encontrava-se coberta por um total de 491 agências no final de junho, sendo de referir o encerramento de duas agências do BCG Angola no decurso do 1º semestre deste ano. Salienta-se igualmente o encerramento a 30 de junho 2017 do Escritório de Representação na Argélia.

NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS DO GRUPO	2016-06	2016-12	2017-06
CGD (Portugal)	729	717	657
Agências com atendimento presencial	663	651	590
Agências automáticas	40	40	41
Gabinetes de empresas	26	26	26
Caixa - Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2	2
Sucursal de França	48	48	48
Banco Caixa Geral (Espanha)	110	110	110
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	19	20	20
B. Comercial e de Investimentos (Moçambique)	193	193	193
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	34	34	34
Mercantile Lisbon Bank Holdings (África do Sul)	14	13	13
Banco Caixa Geral Brasil	1	1	1
Banco Caixa Geral Angola	40	42	40
Outras sucursais da CGD	22	22	22
Total	1.221	1.211	1.149
Escritórios de representação	12	12	11

RECURSOS HUMANOS

A 30 de junho de 2017 o Grupo CGD contava com 15.334 colaboradores, o que representou uma diminuição de 772 e 118 empregados face a, respetivamente, junho e dezembro de 2016.

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD	2016-06	2016-12	2017-06
Atividade bancária (CGD Portugal)	8.683	8.113	8.070
Outros	7.423	7.339	7.264
Total	16.106	15.452	15.334

A redução relativamente a junho de 2016 teve origem quer na CGD Portugal (- 613 colaboradores), quer nas restantes atividades (-159), refletindo em parte o plano estratégico da CGD acordado com a DGComp.

MARCA CAIXA, PRÉMIOS E DISTINÇÕES

A comunicação da Caixa em 2017 tem como orientação o seu plano estratégico, na vertente institucional e corporativa e de apoio à atividade comercial.

Privilegiou-se o enfoque em iniciativas que, pelas suas características e resultados, melhor contribuam para o incremento do negócio junto dos *targets* estratégicos e reforcem o posicionamento da marca no mercado.

A Estratégia de Comunicação apresentou durante este 1º semestre os seguintes vetores essenciais:

- Particulares - Oferta e Modelos de serviço mais próximos do cliente;
- Empresas - Apoio às PME, empresários, agronegócio, negócio imobiliário e empreendedorismo;
- Cultura - Apoio à Fundação Culturgest, Projeto Orquestras, Caixa Alfama e apoios culturais locais;
- Universidades - Presença nas Universidades, por via dos protocolos com as IES e associação aos principais eventos académicos,
- Suporte à Comunidade - Protocolos sociais, donativos para investimento em projetos sociais, ambiente, voluntariado e literacia financeira.

A Caixa continuou a ser a marca com maior notoriedade da banca portuguesa e a marca bancária com maior atratividade a não clientes, de acordo com a BrandScore.

No 1º semestre de 2017 destaca-se a atribuição dos seguintes prémios e distinções:

- Best Bank - a Caixa arrecadou pelo terceiro ano consecutivo o prémio na categoria de Best Bank no âmbito dos Europe Banking Awards 2016 atribuído pela revista EMEA Finance.
- Best Investment Bank Portugal 2017 - a CaixaBI foi considerado o melhor banco de investimento em Portugal 2017, pela revista americana Global Finance.
- Data Integrity Compliance - Regional Award de 2016 – a Caixa foi distinguida pela MasterCard enquanto Acquirer da MasterCard nos Terminais de Pagamento Automático (TPA).
- 1º prémio no Green Project Awards Portugal 2016 - o projeto “Reciclagem de Cartões Bancários” foi vencedor da 9ª edição dos prémios Green Project Awards, na categoria Gestão Eficiente de Recursos.
- Melhor Gestora Nacional de Obrigações e Melhor Fundo Nacional de Obrigações Euro Caixa – a Caixagest foi distinguida pela Morningstar, pelo terceiro ano consecutivo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

O modelo de gestão para a sustentabilidade é transversal à CGD, estando envolvida a maioria dos Órgãos de Estrutura e Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) na prossecução do Programa Corporativo de Sustentabilidade, bem como algumas empresas do Grupo e Bancos afiliados. O Comité Geral de Sustentabilidade (CGSU) é um órgão consultivo da Comissão Executiva responsável pela apreciação, debate e monitorização da implementação, numa ótica corporativa, da estratégia de Sustentabilidade da CGD e das Sucursais e Filiais do Grupo CGD, incluindo a manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dando continuidade ao seu compromisso ambiental, a CGD está a preparar a transição da norma 14001 para a nova norma ISO publicada a 15 de setembro de 2015, a qual determina que as organizações certificadas terão que adaptar os seus sistemas de gestão da qualidade e/ou ambiente em conformidade. As principais alterações decorrentes da revisão centram-se na estrutura de alto nível, na inclusão do pensamento baseado em risco, na determinação do contexto organizacional e no reforço

do papel da gestão de topo como líder na gestão organizacional. No caso da norma do ambiente, o pensamento baseado no ciclo de vida do produto também foi clarificado.

A Caixa Geral de Depósitos tem desempenhado um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico, social e ambiental do País e associa-se às grandes causas. Neste âmbito, no decurso do primeiro semestre merece destaque especial a Conta Solidária "Caixa Unidos por Pedrógão Grande" PT50 0035 0001 00100000 330 42 que abriu com um donativo da CGD no valor de 50.000 euros e encerrou, no dia 15 de julho, com um saldo de 2.650.975 euros para o qual contribuíram mais de 36.000 pessoas.

Os donativos angariados foram, na íntegra, encaminhados para o Fundo da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), com quem a Caixa firmou um protocolo de cooperação. A FCG coordena a sua ação com a União das Misericórdias Portuguesas, com as Câmaras Municipais das áreas envolvidas e com o Fundo REVITA, tendo como prioridade de atuação:

- A reconstrução e reabilitação de primeiras habitações
- A reconstrução ou reabilitação de anexos agrícolas
- A recuperação dos meios de subsistência das famílias mais gravemente afetadas
- O apoio às associações de apicultores com alimentação sólida para as abelhas

Na prossecução da sua política de envolvimento na Comunidade, a Caixa continuou a investir na promoção da cultura em 2017. A este respeito refira-se o apoio da Instituição à 87ª edição da Feira do Livro de Lisboa, que decorreu entre 1 e 18 de junho.

Ainda nesta área a Caixa associou-se ao Banco de Bens Doados com uma ação de recolha de livros para doar a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Sob o mote *Dê Nova Vida ao Livro*, esta campanha permitiu a angariação de todo o tipo de livros, desde manuais escolares, livros infantis e literatura em geral. Os livros doados, novos ou usados revertem para instituições sociais, sendo os livros em mau estado encaminhados para a campanha Papel por Alimentos. Esta iniciativa permitiu a recolha e entrega de 7.134 livros à ENTRAJUDA, dos quais 1.500 foram depositados no *stand* da CGD.

Refira-se também que, no âmbito do Programa Corporativo de Sustentabilidade, a CGD responde voluntariamente a um conjunto de *raters* internacionais, cujo escrutínio permite um alinhamento estratégico com as melhores práticas internacionais, contribui para a reputação da imagem e do negócio do Banco, bem como para atrair investidores interessados em empresas comprovadamente mais sustentáveis.

Neste âmbito, no decurso de 2017 a Caixa respondeu, uma vez mais, ao questionário da VIGEO EIRIS, com o objetivo de participar num processo de *rating* que permitiu avaliar a sua *performance* em 6 áreas chave: ambiente, direitos humanos, *business behaviour*, *corporate governance*, recursos humanos e envolvimento com a comunidade.

Na sequência do estudo de clima social da CGD realizado em 2015, voltou a realizar-se em 2017 um novo estudo, com uma taxa de participação de 68,4%, abrangendo as seguintes dimensões: Motivação e compromisso com a Empresa; práticas de gestão de pessoas; função desempenhada; envolvimento com a Marca; compensação e benefícios; mobilização para a mudança. São de destacar as médias obtidas nas dimensões motivação e compromisso com a Empresa, práticas de gestão de pessoas, função desempenhada e compensação e benefícios, superiores às obtidas no estudo de 2015.

Na prossecução da aposta no investimento sustentável, a Caixa manteve o foco no conceito de que o Investimento Socialmente Responsável (ISR) é uma estratégia de investimento que considera o bem comum (*SocialGood*) além do retorno financeiro.

1.3. Enquadramento económico-financeiro

Durante o primeiro semestre de 2017 assistiu-se uma aceleração gradual da atividade económica mundial, com os indicadores, nomeadamente respeitantes ao comércio externo, a sugerirem um ciclo mais sincronizado de expansão da atividade entre os principais blocos do que em alturas anteriores. A aceleração dos preços, nomeadamente devido ao efeito da energia, contribuiu para reverter os receios acerca dos níveis muito baixos da inflação.

Neste contexto, a expectativa quanto a uma fase de "reflação" da economia mundial ganhou peso, validada, adicionalmente, pelo discurso mais positivo quanto ao andamento da economia e da inflação por parte de diversos bancos centrais, e pela promessa de implementação de uma redução agressiva de impostos e aumento da despesa nos EUA.

Diversos organismos internacionais reviram em alta as projeções para a expansão do PIB mundial para 2017, admitindo que o crescimento possa atingir 3,5%, superando assim o registo de 2016. Para isso contribuiu sobretudo a evolução favorável das projeções para a Área Euro, assim como para o Japão e para a China.

Os principais Bancos Centrais reconheceram a melhoria do crescimento e o desvanecimento dos riscos de deflação, dando sinais claros e progressivos quanto à intenção de começar a proceder, a breve prazo, à normalização da política monetária em diversas economias.

No caso do Banco Central Europeu (BCE), depois de ter reconhecido, em março, que os riscos em torno do crescimento passaram a ser menos pronunciados e de ter afirmado, em abril, que a retoma cíclica se tornou mais sólida e por isso os riscos mais equilibrados, em junho o Conselho de Governadores descreveu-os como encontrando-se já equilibrados. Para além disso, defendeu que a inflação se encontra afetada por efeitos transitórios, tendo por isso abandonado a referência à possibilidade das taxas poderem descer para valores mais reduzidos.

A Reserva Federal norte-americana (Fed) decretou, como prometido, dois incrementos de 25 p.b. da taxa diretora (fed fund) durante o primeiro semestre do ano, fixando-a no intervalo de 1,00% a 1,25% no final de junho. Para além disso, reiterou a intenção de uma subida adicional em 2017 e de mais três em 2018. Em adição, apresentou em junho um plano para a redução do seu balanço a médio prazo, o qual será concretizado de forma gradual, deixando expirar na maturidade alguns dos títulos em carteira e não procedendo ao respetivo reinvestimento.

No Reino Unido, após o Governo ter accionado o Artigo 50º do Tratado de Lisboa, iniciando o processo formal de saída da União Europeia, assistiu-se a um incremento das incertezas despoletadas pela perda da maioria absoluta do Partido Conservador no Parlamento britânico, e da moderação da atividade económica patente nos indicadores de atividade e confiança. Apesar disso, o contributo da depreciação da libra para a aceleração da inflação desde o referendo respeitante ao Brexit, levou o Banco de Inglaterra a evidenciar igualmente um crescente enviesamento a favor de uma subida em breve da taxa de juro diretora.

Entre os bancos centrais do G4, o Banco do Japão foi o único que não transmitiu qualquer indício de pretender a breve trecho alterar os parâmetros da sua política monetária. Conservou a taxa de juro para uma fração das reservas excedentárias dos bancos em -0,1%, assim como as intervenções no mercado de dívida de forma a garantir que a taxa soberana, a 10 anos, permanece ancorada em 0%.

Ao nível dos principais bancos centrais de economias emergentes, destacaram-se as intervenções sucessivas do Banco Central da China com o propósito de elevar ligeiramente as taxas do mercado monetário, a fim de garantir a estabilização dos níveis de crédito concedido, bem como as ações em prol da estabilização da moeda e da salvaguarda dos fluxos de capital. A acentuada redução da inflação permitiu que quer o Banco Central do Brasil, quer o Banco Central da Rússia tivessem reduzido as respetivas taxas diretoras em 100 p.b. e 350 p.b., fixando-as em mínimos desde dezembro de 2014 e 2013, respetivamente.

No que respeita à evolução do contexto económico das principais economias e regiões, durante o primeiro semestre a atividade global continuou em expansão, embora o ritmo tenha permanecido

modesto.

Nos EUA, após a divulgação de um crescimento económico no primeiro trimestre novamente desapontante, mas classificado pela Fed como transitório, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores económicos durante o trimestre subsequente. A retoma foi, no entanto, modesta, tendo levado inclusive o FMI a rever em baixa, em junho, o crescimento anual projetado quer para 2017, quer para 2018.

Para esta decisão contribuiu, ainda, a incerteza no que concerne à capacidade efetiva da atual Administração norte-americana de implementar as medidas prometidas de estímulo económico, dúvidas que se acentuaram, inclusive, a partir do início do segundo trimestre. No que respeita à inflação, o crescimento dos preços subjacentes no consumidor, após ter atingido em janeiro o nível mais elevado desde o final de 2012, reverteu de forma considerável até junho, mês em que atingiu a leitura mais baixa do último ano e meio.

Na Área Euro, o crescimento real do PIB registado nos primeiros três meses do ano ascendeu a 0,6%, em cadeia e não-anualizado, o melhor resultado em dois anos. A região continuou a demonstrar um desempenho superior ao observado nos EUA e no Reino Unido. No segundo trimestre, os indicadores de sentimento dos empresários e dos consumidores conservaram a tendência de melhoria, superando inclusivamente as expetativas, e, em alguns casos, os registos anteriores à crise financeira internacional. Para além disso, os dados permaneceram consistentes com uma aceleração da atividade económica. No que concerne à inflação, a variação homóloga, que chegou no início do ano a atingir 2,0% pela primeira vez desde janeiro de 2013, encetou depois disso uma nova fase de moderação, tendo em junho atingido 1,3%, a leitura mais baixa do presente ano.

A economia portuguesa registou no segundo trimestre de 2017 um crescimento, em termos reais e face ao trimestre anterior, de 0.3%, o que se traduziu numa expansão de 3.0% em termos homólogos, mais 0.2 p.p. do que nos três meses anteriores, um resultado que corresponde ao mais elevado desde a segunda metade do ano 2000. A melhoria do crescimento deveu-se ao contributo mais elevado da procura interna, com destaque para o contributo da formação bruta de capital fixo, o qual correspondeu ao mais forte desde os primeiros três meses daquele ano, dada a queda acumulada nos últimos anos que constitui um ponto de partida relativamente baixo. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego, de acordo com o INE, relativa ainda ao segundo trimestre, fixou-se em 8.8%, o valor mais baixo desde 2008. Quer os indicadores de confiança, quer os de atividade, mantiveram a trajetória ascendente demonstrada ao longo dos trimestres anteriores, o que, em conjunto com a evolução favorável das perspetivas quanto ao cumprimento dos objetivos orçamentais para 2017, resultou em junho e agosto numa melhoria da perspectiva para a notação de risco da dívida soberana por parte das agências Fitch e Moody's e, mais recentemente, para o incremento da notação atribuída pela agência S&P que voltou a colocar o *rating* da República Portuguesa na zona de "*investment grade*".

Os sinais de melhoria da atividade económica e de aceleração da inflação levaram a uma desvalorização generalizada dos títulos de dívida pública das principais economias até praticamente ao final do primeiro trimestre. A correspondente subida das taxas de rendibilidade, a 10 anos, levou a que no caso dos EUA e da Alemanha as respetivas yields tivessem atingido os níveis mais elevados desde o verão de 2014 e janeiro de 2016. A mesma tendência, inclusivamente de forma mais acentuada, foi registada nos países europeus da periferia, com a taxa portuguesa a tocar em máximos desde março de 2014.

O segundo trimestre do ano ficou marcado por uma correção, em queda, das principais taxas de rendibilidade, com exceção da alemã, despoletada por alguma moderação das expetativas em torno do tema da "reflação", a qual encontrou suporte pelo recuo mais forte do que o esperado da inflação. A diminuição das taxas foi mais pronunciada nos países europeus da periferia, com destaque para a Grécia e para Portugal, seguidos pela Itália e Espanha.

Na última semana do trimestre, em reação às posturas mais firmes de uma série de intervenções por parte de diversos bancos centrais, onde revelaram um propósito crescente de reduzir alguns dos estímulos monetários, os juros de mercado subiram consideravelmente.

No cômputo do semestre, as variações das taxas soberanas a 10 anos foram mistas, tendo-se assistido a quedas de -168,3 p.b. na Grécia, -73,7 p.b. em Portugal e -14,0 p.b. nos EUA, e a incrementos de +25,8 p.b. na Alemanha, +34,3 p.b. em Itália, +15,5 p.b. em Espanha e +12,5 p.b. em França.

Apesar do discurso mais benigno por parte de diversos membros do BCE acerca do contexto económico e do desvanecimento da ameaça de deflação induzir um necessário ajustamento dos parâmetros de política monetária, as taxas de juro Euribor mantiveram a tendência de diminuição durante todo o primeiro semestre. Os principais prazos atingiram novos mínimos históricos, conservando-se, sem exceção, em terreno negativo.

O euro registou durante o primeiro semestre de 2017 uma apreciação de 8,6% face ao dólar, o ganho mais significativo desde 2009. Para além da clara divergência entre o Fed e os investidores no que respeita às expectativas quanto à trajetória de normalização da taxa de juro diretora, a tendência de subida do euro deveu-se ainda à evolução favorável da atividade económica na Área Euro. O BCE revelou no decurso do semestre uma crescente confiança na solidez da retoma económica, tendo com isso alterado as expectativas dos investidores relativamente a alterações de política monetária. No final do mês de junho, o euro atingiu um valor acima de \$1,144, um novo máximo desde maio de 2016. Em termos efetivos, ou face a um cabaz de moedas representativas dos principais parceiros comerciais da Área Euro, o euro apreciou-se 3,3% no semestre, tendo, neste caso, alcançado um máximo desde janeiro de 2015.

Apesar das incertezas, quer ao nível de política interna, quer quanto ao resultado das negociações com a UE no que concerne ao Brexit, a libra alcançou uma apreciação de 5,6% face ao dólar durante o primeiro semestre, após a depreciação de -7,3% durante a segunda metade de 2016. Face aos níveis verificados imediatamente antes do resultado de referendo, a moeda britânica registava ainda no final de junho uma perda de -12,5% e de -12,8% em relação ao dólar e ao euro, respetivamente.

Em termos do comportamento das moedas de países emergentes, o primeiro semestre ficou marcado por uma tendência de depreciação do dólar. Nesse sentido, destaque para a apreciação do rand sul-africano (+4,8%), do rublo russo (+4,3%), do renmimbi chinês (+2,4%). No caso do kwanza angolano e do metical moçambicano, as apreciações ascenderam a 1,5% e 15,5%. Já no caso do real brasileiro, assistiu-se a uma depreciação de 2,3% face ao dólar.

A melhoria das expectativas em torno do crescimento da atividade económica e a diminuição dos riscos políticos, em particular durante o segundo trimestre, contribuíram para que o segmento acionista tivesse obtido os melhores desempenhos entre as mais relevantes classes de ativos. Os principais índices de ações nacionais registaram valorizações durante praticamente toda a primeira metade de 2017, tendo alguns destes atingido sucessivos máximos históricos. Foi o caso dos principais índices norte-americanos, com destaque, em termos de valorização, para o NASDAQ que, ao subir 14,1%, suplantou o ganho de pouco mais de 8,0% do S&P500 e do Dow Jones, bem como do DAX alemão, cuja valorização semestral ascendeu a 7,4%.

Entre os restantes principais índices acionistas das economias desenvolvidas, as maiores valorizações foram, no entanto, registadas na periferia europeia, para o que contribuiu a vitória do partido liberal pró-euro VVD na Holanda, e do candidato do centro Emmanuel Macron nas presidenciais em França (e mais tarde legislativas). À cabeça, destaque para 28,0% do ASE grego, seguido pelo desempenho do IBEX de Espanha (+11,7%) e do PSI20 português (+10,1%). No caso do MIB italiano e do CAC francês, as valorizações corresponderam a 7,0% e 5,3%, acima da média do mercado europeu (Eurostoxx600: +5,0%).

Entre os índices das economias BRIC, com exceção do índice Micex russo que perdeu -15,8%, afetado pelo desempenho negativo da cotação do petróleo, durante o primeiro semestre do ano o comportamento foi positivo nos restantes casos, com destaque para a apreciação de 7,9% da praça indiana, seguida pelas valorizações do Bovespa do Brasil (+4,4%), do FTSE/JSE da África do Sul e do Shanghai da China (+2,9%).

O índice MSCI para a região emergente registou um ganho de +17,2% no semestre, suplantando a valorização de 9,4% do índice referente à região desenvolvida.

1.4. Principais riscos e incertezas no 2º semestre de 2017

A conjuntura de recuperação gradual da atividade económica mundial manteve-se durante a primeira metade de 2017, assente na melhoria das economias desenvolvidas, com destaque para a Área Euro, e das economias emergentes, salientando-se o carácter de maior sincronização entre os blocos.

Apesar dos riscos, quer os relacionados com o crescimento, quer respeitantes à deflação terem regredido ao longo do primeiro semestre do ano, consolidando-se assim a expectativa que a economia mundial continue a registar no segundo semestre um ritmo de crescimento mais elevado que em anos transatos, subsistem diversos riscos enviesados no sentido descendente.

A principal fonte de incerteza deriva das opções da política monetária, nomeadamente da gestão dos procedimentos de abandono dos estímulos implementados anteriormente através da adoção de políticas não convencionais por parte dos principais bancos centrais, com destaque para o Banco Central Europeu (BCE) e para a Reserva Federal dos EUA (Fed). Das medidas resultaram impactos substanciais nos mercados de dívida soberana, bem como na dinâmica das próprias economias, através do impacto favorável nos níveis de confiança e de atividade. Ao nível financeiro, as recentes oscilações das cotações de diversos ativos financeiros ilustram a complexidade que será exigida aos bancos centrais das economias desenvolvidas na gestão da redução dos montantes associados aos mecanismos de alívio quantitativo.

As dificuldades percecionadas após o início das negociações relativas ao abandono do Reino Unido da União Europeia ainda durante o primeiro semestre do ano, assim como o processo eleitoral britânico, contribuíram para que as perspetivas em torno do Brexit para a segunda metade do ano se apresentem enviesadas em sentido negativo, o que poderá constituir um fator adicional de incremento de aversão ao risco.

Apesar dos resultados das eleições na Holanda e em França durante o primeiro semestre do ano, subsistem riscos de natureza política na segunda metade do ano, deste feita respeitantes aos resultados das eleições legislativas na Alemanha em setembro e, sobretudo, à possibilidade de convocação de eleições antecipadas em Itália.

Nos EUA, para lá da potencial geração de incerteza associada ao processo de alteração do ciclo de política monetária por parte da Fed, as dúvidas acerca do propósito de diminuição dos impostos e do incremento dos gastos em Defesa e infra-estruturas, prometidos pelo presidente eleito, poderão contribuir para gerar novas redução das projeções de crescimento, quer para este ano, quer para o próximo, nomeadamente após um semestre em que a economia dos EUA registou um desempenho inferior aquele que se antevia no início do ano. A perspetiva quanto à implementação de medidas com carácter protecionista acresce aos riscos negativos, assim como as repercussões caso existam medidas de retaliação por parte dos países mais visados.

A evolução do preço do petróleo manter-se-á como aspeto importante a acompanhar, sobretudo após o impacto negativo sobre as medidas de crescimento dos preços no produtor e no consumidor nos últimos meses do primeiro semestre. Por um lado, no que diz respeito a diversos países do espaço emergente, a manutenção dos preços nos níveis atuais pode constituir um importante fator negativo sobre o crescimento económico, assim como sobre o desempenho das respetivas contas públicas e externas. Por outro lado, para as economias desenvolvidas, tendencialmente importadoras de petróleo, a não recuperação do preço representa, em virtude do nível extremamente baixo da inflação, um elemento penalizador das expectativas de inflação de empresas e de famílias e, por consequência, da expectativa de normalização da política monetária, dado que as mesmas se poderão traduzir no adiamento de decisões de consumo e de investimento por parte dos agentes económicos.

Ao nível das economias emergentes, apesar dos ativo financeiros, nomeadamente ações e títulos de dívida, terem demonstrado um comportamento muito positivo durante o primeiro semestre, destaque ainda para os riscos ligados ao processo de normalização das políticas monetárias dos países desenvolvidos, nomeadamente da taxa diretora dos EUA, algo que no passado esteve associado ao

despoletar de ajustamentos significativos nestas economias, como efeitos disruptivos ao nível da evolução dos principais ativos financeiros, entre os quais novos períodos de aumento da volatilidade cambial.

A par da contínua estabilização da atividade na China durante o primeiro semestre, o ritmo de expansão acabou por surpreender em alta, criando uma folga em relação ao objetivo anual do Governo de Pequim para o crescimento do PIB. Num contexto em que as autoridades pretendam precaver consequências negativas dos excessos dos níveis de crédito em diversos setores, algumas medidas com o propósito de contribuir para a moderação do ritmo de expansão pode ser entendida como uma fase de moderação cíclica, contribuindo para criar um sentimento negativo em relação não só ao andamento desta economia, como da economia global.

Neste capítulo, será também importante aferir o impacto dos riscos negativos que subsistem em torno da conjuntura de outras economias e regiões emergentes. Neste âmbito, destaque para o ressurgimento de tensões no Brasil durante o primeiro semestre, o que poderá gerar uma recessão prolongada na maior economia da América Latina. Na Rússia, o nível baixo da cotação do petróleo e o prolongamento em junho das sanções impostas em 2014 pela União Europeia continuarão a condicionar a evolução da atividade naquele país.

Em Portugal, onde os indicadores de atividade e de confiança continuaram a surpreender em alta durante a primeira metade do ano, beneficiando, para lá das medidas de política económica interna, do ambiente de menor aversão ao risco em relação aos mercados periféricos europeus, existem também riscos potenciais, não obstante a recente subida do *rating* da República Portuguesa por parte da Standard & Poor's.

O anúncio, ainda que aguardado, de redução das compras de ativos de dívida pelo BCE poderá refletir-se num agravamento do prémio de risco, não só em Portugal como nos países periféricos mais vulneráveis, e consequente deterioração da avaliação do risco da dívida soberana. Um incremento dos custos financeiros poderá ser também consequência de uma deterioração da conjuntura financeira externa, com consequência gravosas uma vez que as necessidades de financiamento público permanecem elevadas.

1.5. Atividade e informação financeira

1.5.1. ATIVIDADE CONSOLIDADA

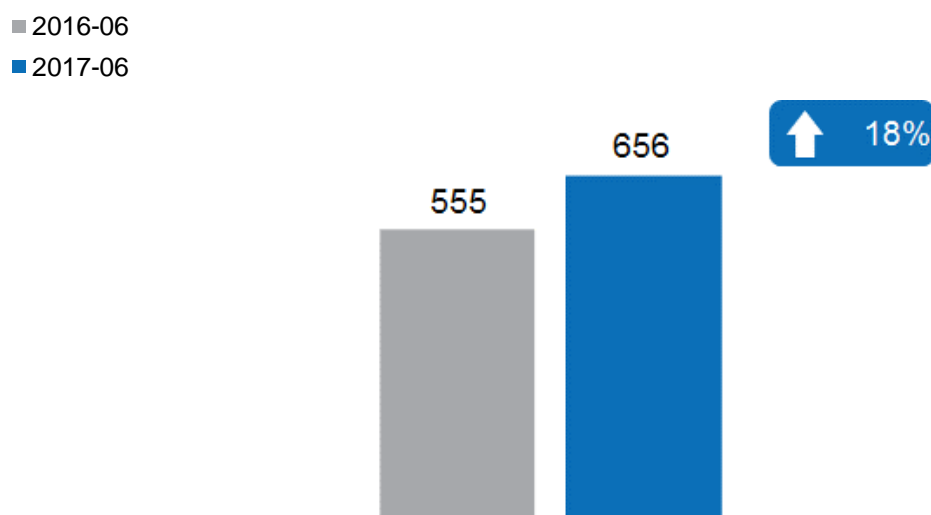
RESULTADOS

No primeiro semestre de 2017 o resultado de exploração *core* (soma da margem financeira e resultados de serviços e comissões, deduzidos dos custos de estrutura recorrentes) do Grupo CGD aumentou 75,7% para 303,4 milhões de euros, impulsionado pelo crescimento da margem financeira e pela redução dos custos de estrutura recorrentes.

A margem financeira totalizou 656,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2017 (+101,1 milhões de euros, +18,2% face ao período homólogo de 2016), beneficiando da forte redução registada no custo de *funding* (-211,7 milhões de euros, -26,6%). Parte deste efeito (43,4 milhões de euros) resulta do cancelamento dos CoCos no âmbito das medidas de recapitalização.

MARGEM FINANCEIRA

(milhões de euros)



Os rendimentos de instrumentos de capital diminuíram por seu turno 5,9 milhões de euros, totalizando 23,8 milhões de euros.

(milhões de euros)

COMISSÕES LÍQUIDAS – CONTRIBUTO POR ÁREAS DE NEGÓCIO (CONSOLIDADO)			Variação	
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
CGD Portugal	148,9	159,2	10,3	6,9%
Atividade internacional	57,4	51,1	-6,2	-10,9%
Banca de investimento	16,8	12,0	-4,8	-28,6%
Gestão de ativos	9,3	9,8	0,4	4,8%
Outros	-7,9	-7,4	0,5	-
Total	224,4	224,7	0,2	0,1%

Os resultados de serviços e comissões atingiram no semestre 224,7 milhões de euros, valor ligeiramente acima do verificado no semestre homólogo de 2016 (+0,1%).

Os resultados de operações financeiras durante o primeiro semestre atingiram 275,5 milhões de euros,

valor que compara muito favoravelmente com os -49,3 milhões de euros verificados no período homólogo do ano anterior. Este montante reflete essencialmente os ganhos decorrentes da evolução das taxas de juro em mercado e de uma adequada gestão dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro da carteira de títulos.

O produto global da atividade alcançou 1.154,1 milhões de euros no período, progredindo 57,1% (+419,3 milhões de euros) face ao semestre homólogo de 2016, refletindo o contributo positivo da margem financeira e dos resultados de operações financeiras.

Os custos de estrutura, não obstante a redução registada nas suas componentes de gastos gerais administrativos, apresentaram um aumento de 1,8%, traduzindo o impacto dos custos com pessoal não recorrente, no montante de 61,0 milhões de euros (44,3 milhões de euros líquidos de impostos), respeitante ao provisionamento do Programa de Pré-Reformas e do Programa de Revogação por Mútuo Acordo.

(milhões de euros)

CUSTOS OPERATIVOS (CONSOLIDADO)	Variação			
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Custos com pessoal	366,9	396,8	29,9	8,1%
Outros gastos administrativos	213,2	192,3	-20,9	-9,8%
Depreciações e amortizações	46,5	49,1	2,6	5,6%
Total	626,6	638,2	11,6	1,8%

Excluindo aquele impacto, os custos de estrutura teriam diminuído 4,9%, conduzindo a uma redução do rácio de *cost-to-income* no semestre para 49,5%. O *cost-to-core income* fixou-se em 65,5%.

INDICADORES DE EFICIÊNCIA (CONSOLIDADO)	2016-06	2017-06
<i>Cost-to-income</i> BdP ⁽¹⁾	83,0%	54,8%
<i>Cost-to-income</i> ^{(1) (2)}	80,4%	49,5%
<i>Cost-to-core income</i> ^{(2) (3)}	77,8%	65,5%
Custos com pessoal / Produto global da atividade ⁽¹⁾	49,9%	34,4%
Custos com pessoal recorrentes / Prod. global ativ. ^{(1) (2)}	47,2%	29,1%
Gastos gerais administrativos / Produto global da atividade ⁽¹⁾	29,0%	16,7%

(1) Calculado de acordo com a Instrução nº 23/2012 do Banco de Portugal; (2) Excluindo os custos não recorrentes referentes ao Programa de Pré-Reformas e ao Programa de Revogação por Mútuo Acordo, nos montantes de 20 M€ e 61 M€ no 1º sem. 2016 e 1º sem. 2017, respetivamente; (3) Custos de estrutura / (Margem Financeira + Resultados de serviços e comissões).

Deste modo, o resultado bruto de exploração situou-se em 515,9 milhões de euros no semestre, o que representou um aumento de 407,7 milhões de euros comparativamente ao 1º semestre de 2016. A melhoria foi transversal a todas as áreas de negócio, sendo mais significativa na atividade doméstica, com o contributo da banca comercial e da banca de investimento a aumentar, respetivamente, 270,2 milhões de euros e 111,7 milhões de euros.

(milhões de euros)

CONTRIBUTO RESULTADO BRUTO EXPLORAÇÃO (CONSOLIDADO)	Variação			
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Banca comercial nacional	-97,9	172,3	270,2	-
Atividade internacional	198,2	206,7	8,6	4,3%
Banca de investimento	-13,0	98,7	111,7	-
Outros	21,0	38,2	17,2	81,7%
Resultado bruto de exploração	108,2	515,9	407,7	376,8%

Na atividade internacional merecem relevo os contributos para o resultado bruto de exploração da Sucursal de França (34,4 milhões de euros), do BNU Macau (33,8 milhões de euros), do BCG Angola (36,0 milhões de euros) e da CGD Investimentos, CVC (52,4 milhões de euros).

O resultado de exploração *core* ⁽¹⁾ atingiu, por seu turno, 303,4 milhões de euros, uma subida de 75,7% face ao semestre homólogo de 2016.

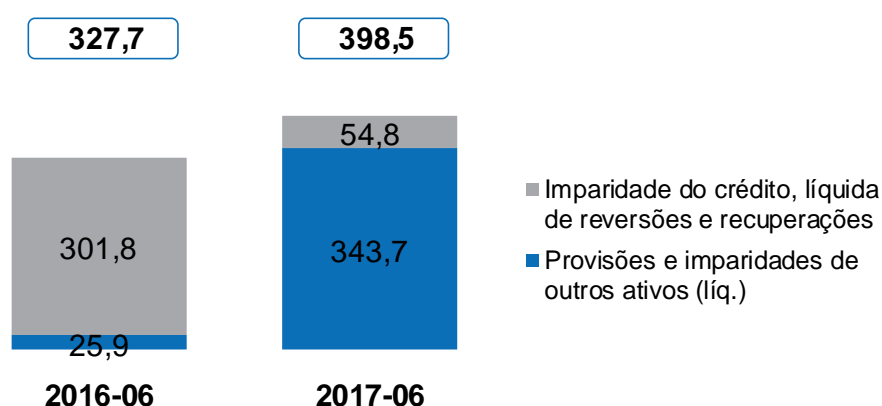
As provisões e imparidades atingiram no semestre 398,5 milhões de euros (+21,6% do que no período homólogo do ano anterior), para o que contribuiu sobretudo o montante de provisões e imparidades de outros ativos (líquido) de 343,7 milhões de euros, dos quais 322,0 milhões de euros de natureza não recorrente, relacionadas com a reestruturação e alienação de atividades internacionais.

(milhões de euros)

PROVISÕES E IMPARIDADE NO PERÍODO (CONSOLIDADO)	Variação			
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Provisões líquidas	-17,4	317,8	335,2	-
Imparidade de crédito	301,8	54,8	-247,0	-81,9%
Imparidade de outros ativos financeiros	44,8	36,0	-8,8	-19,6%
Imparidade de outros ativos	-1,4	-10,1	-8,6	-
Provisões e imparidade do exercício	327,7	398,5	70,8	21,6%

PROVISÕES E IMPARIDADES NO PERÍODO

(milhões de euros)



O custo do risco de crédito do semestre situou-se em 0,16%, confirmando a trajetória descendente esperada após o exercício de avaliação de ativos levado a cabo no final de 2016.

(1) Margem financeira + Resultados de serviços e comissões - Custos de estrutura recorrentes

Os resultados operacionais do 1º semestre totalizaram 117,4 milhões de euros, que compara com -219,5 milhões de euros no período homólogo de 2016.

Os impostos ascenderam no período a 166,0 milhões de euros, dos quais 36,9 milhões de euros respeitantes à contribuição especial sobre o setor bancário.

Face à evolução descrita, o resultado líquido do semestre foi negativo de 49,9 milhões de euros.

(milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS (CONSOLIDADO)			Variação	
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	1.351.368	1.240.799	-110.568	-8,2%
Juros e encargos similares	796.521	584.847	-211.674	-26,6%
Margem financeira	554.847	655.952	101.105	18,2%
Rendimentos de instrumentos de capital	29.640	23.786	-5.855	-19,8%
Margem financeira alargada	584.487	679.738	95.250	16,3%
Rendimentos de serviços e comissões	282.661	283.695	1.034	0,4%
Encargos com serviços e comissões	58.224	59.031	806	1,4%
Resultados de serviços e comissões	224.437	224.665	228	0,1%
Resultados de operações financeiras	-49.253	275.514	324.768	-
Outros resultados de exploração	-24.859	-25.810	-950	-
Margem complementar	150.325	474.369	324.045	215,6%
Produto global da atividade	734.812	1.154.107	419.295	57,1%
Custos com pessoal	366.939	396.810	29.870	8,1%
Gastos gerais administrativos	213.171	192.269	-20.902	-9,8%
Depreciações e amortizações	46.497	49.108	2.611	5,6%
Custos de estrutura	626.608	638.187	11.579	1,8%
Resultado bruto de exploração	108.204	515.920	407.716	376,8%
Imparidade do crédito (líquido)	301.799	54.763	-247.036	-81,9%
Provisões e imparidades de outros ativos (líquido)	25.898	343.744	317.845	1227,3%
Provisões e imparidades	327.697	398.506	70.809	21,6%
Resultados operacionais	-219.493	117.414	336.907	-
Impostos	-14.364	165.961	180.325	-
Correntes	63.822	110.433	46.611	73,0%
Diferidos	-117.884	18.662	136.545	-
Contribuição especial sobre o setor bancário	39.698	36.866	-2.832	-7,1%
Result. depois imp. e antes de int. que não controlam	-205.129	-48.547	156.582	-
Interesses que não controlam	24.619	19.683	-4.936	-20,0%
Result. em empresas por equivalência patrimonial	19.920	11.006	-8.914	-44,7%
Resultados de filiais detidas para venda	4.585	7.300	2.715	59,2%
Resultado líquido	-205.243	-49.925	155.318	-

BALANÇO

O balanço da CGD foi, no decurso do 1º semestre de 2017, impactado pelas operações de recapitalização referidas, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 30 de março, que constituíram a principal causa para o aumento de ativo líquido verificado (+2.461 milhões de euros) face a dezembro de 2016.

(milhões de euros)

ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD	2016-06		2016-12		2017-06	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos ⁽¹⁾	69.962	70,4%	64.242	68,7%	67.794	70,6%
Banco Caixa Geral (Espanha)	4.761	4,8%	4.907	5,2%	4.840	5,0%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	5.694	5,7%	6.217	6,6%	5.671	5,9%
Caixa Banco de Investimento	1.465	1,5%	1.296	1,4%	1.272	1,3%
Caixa Leasing e Factoring	2.452	2,5%	2.397	2,6%	2.357	2,5%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)	1.845	1,9%	1.816	1,9%	2.101	2,2%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)	732	0,7%	744	0,8%	752	0,8%
Mercantile Lisbon Bank Holding (África do Sul)	662	0,7%	836	0,9%	859	0,9%
BCG Angola	1.859	1,9%	1.712	1,8%	1.523	1,6%
Outras empresas ⁽²⁾	9.924	10,0%	9.379	10,0%	8.838	9,2%
Ativo líquido consolidado	99.355	100,0%	93.547	100,0%	96.008	100,0%

(1) Atividade individual.

(2) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial.

O aumento verificou-se sobretudo nas rubricas caixa e disponibilidades em bancos centrais e nas aplicações em títulos, tendo o crédito a clientes, em contrapartida, registado uma redução.

(milhões de euros)

BALANÇO CONSOLIDADO				Variação		Variação	
	2016-06	2016-12	2017-06	2017-06 vs 2016-06		2017-06 vs 2016-12	
ATIVO				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Caixa e disponib. em bancos centrais	1.503	1.841	4.438	2.936	195,4%	2.598	141,1%
Aplicações em instituições de crédito	3.642	3.976	3.832	190	5,2%	-143	-3,6%
Crédito a clientes	64.931	62.867	60.476	-4.455	-6,9%	-2.391	-3,8%
Aplicações em títulos	20.137	15.017	18.202	-1.935	-9,6%	3.185	21,2%
Ativos com acordo de recompra	856	800	330	-525	-61,4%	-469	-58,7%
Ativos não correntes detidos para venda	749	1.426	1.427	678	90,4%	1	0,1%
Investimentos em filiais e associadas	267	312	362	95	35,6%	50	16,0%
Ativos intangíveis e tangíveis	707	693	661	-46	-6,4%	-32	-4,6%
Ativos por impostos correntes	41	42	52	11	27,6%	10	24,3%
Ativos por impostos diferidos	1.559	2.546	2.487	928	59,5%	-59	-2,3%
Outros ativos	4.964	4.029	3.740	-1.224	-24,7%	-289	-7,2%
Total do ativo	99.355	93.547	96.008	-3.347	-3,4%	2.461	2,6%
PASSIVO							
Rec. de bancos centrais e inst. crédito	5.769	5.800	5.337	-431	-7,5%	-462	-8,0%
Recursos de clientes	72.442	69.680	69.915	-2.527	-3,5%	235	0,3%
Passivos financeiros	2.262	1.695	1.266	-996	-44,0%	-430	-25,3%
Responsab. representadas por títulos	6.117	4.184	4.078	-2.039	-33,3%	-105	-2,5%
Provisões	896	1.127	1.465	570	63,6%	338	30,0%
Passivos subordinados	2.400	2.424	1.470	-929	-38,7%	-954	-39,4%
Outros passivos	3.726	4.754	4.582	856	23,0%	-172	-3,6%
Total do passivo	93.610	89.664	88.113	-5.497	-5,9%	-1.551	-1,7%
Capitais próprios	5.745	3.883	7.895	2.150	37,4%	4.012	103,3%
Total do passivo e capitais próprios	99.355	93.547	96.008	-3.347	-3,4%	2.461	2,6%

O total das aplicações em títulos, incluindo ativos com acordos de recompra e derivados de negociação, registava em junho de 2017 um acréscimo de 2.951 milhões de euros (+18,9%) face ao valor alcançado em dezembro do ano anterior. Este investimento decorreu dos fundos provenientes do aumento de capital da CGD (2.500 milhões de euros), bem como da emissão de AT1 (500 milhões de euros) tendo sido reforçada a diversificação da carteira de títulos.

(milhões de euros)

APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO) ⁽¹⁾	2016-06	2016-12	2017-06
Ativ. financeiros justo valor atr. de resultados	6.734	7.154	8.227
Ativ. financeiros disponíveis para venda	13.668	7.994	8.248
Investimentos a deter até à maturidade	238	433	2.057
Total	20.640	15.581	18.532

(1) Antes de imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra e derivados de negociação.

O crédito a clientes bruto (incluindo créditos com acordo de recompra) reduziu-se 4,9% relativamente a dezembro do ano anterior para 65.366 milhões de euros no final de junho de 2017, com o crédito a empresas e a particulares da atividade da CGD Portugal a registarem variações de -8,6% e -2,3%, respetivamente.

(milhões de euros)

CRÉDITO A CLIENTES (CONSOLIDADO) ⁽¹⁾				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Empresas	29.777	27.632	24.830	-4.947	-16,6%	-2.802	-10,1%
Governo	5.499	6.839	7.089	1.590	28,9%	250	3,7%
Particulares	35.398	34.264	33.447	-1.951	-5,5%	-817	-2,4%
Habitação	32.505	31.542	30.733	-1.772	-5,5%	-809	-2,6%
Outros Fins	2.893	2.722	2.714	-179	-6,2%	-8	-0,3%
Total	70.674	68.735	65.366	-5.308	-7,5%	-3.369	-4,9%

(1) Antes de imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra.

A redução do crédito às empresas em 2.802 milhões de euros (-10,1%) face a dezembro de 2016, refletiu a fraca procura de crédito bancário por parte deste segmento, não sendo o volume dos novos financiamentos suficiente para colmatar as amortizações e vencimentos dos empréstimos em carteira. Os *write-offs* (abates ao ativo) e as cedências de carteiras de crédito realizados também contribuíram para o decréscimo verificado.

Os setores mais afetados por esta redução foram os setores da Construção e Atividade Imobiliária (CRE) (-975 milhões de euros, -10,6%) e Atividades Financeiras e Outras (-1.226 milhões de euros, -14,0%).

(milhões de euros)

CRÉDITO A EMPRESAS - POR SETOR DE ATIVIDADE (CONSOLIDADO) ⁽¹⁾				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Agricultura, silvicultura e pesca	578	572	504	-74	-12,8%	-68	-11,9%
Indústrias extrat. e transformadoras	4.108	3.443	3.282	-826	-20,1%	-160	-4,7%
Construção e ativ. imobiliária (CRE)	10.687	9.199	8.224	-2.463	-23,0%	-975	-10,6%
Eletricidade, gás e água	1.351	1.373	1.132	-219	-16,2%	-241	-17,5%
Comércio por grosso e a retalho	3.240	2.581	2.637	-603	-18,6%	56	2,2%
Transportes e armazenagem	1.141	1.692	1.503	362	31,8%	-188	-11,1%
Atividades financeiras e outras	8.672	8.772	7.547	-1.125	-13,0%	-1.226	-14,0%
Total	29.777	27.632	24.830	-4.947	-16,6%	-2.803	-10,1%

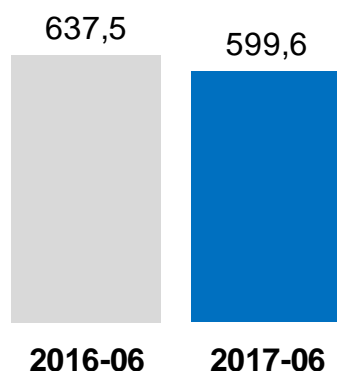
(1) Antes de imparidade e incluindo ativos com acordo de recompra.

No crédito a particulares, o saldo cifrou-se em 33.447 milhões de euros no final do 1º semestre de 2017, com uma diminuição de 817 milhões de euros (-2,4%) face a dezembro de 2016, derivada sobretudo da redução do crédito à habitação (-809 milhões de euros, -2,6%) motivada por um volume de amortizações e liquidações superior ao de novas operações.

CARTEIRA DE CRÉDITO HABITAÇÃO - REDE COMERCIAL (PORTUGAL)

NOVAS OPERAÇÕES

(milhões de euros)



O número de novas operações de crédito a habitação na CGD (Portugal) ascendeu a 6.730 totalizando um montante de 599,6 milhões de euros (-6,0%, -38 milhões de euros do que no semestre homólogo de 2016).

A qualidade dos ativos da CGD evoluiu positivamente no 1º semestre de 2017, com os valores absolutos de NPE (*Non Performing Exposure*) e NPL (*Non Performing Loans*) a diminuírem respetivamente 11% e 14% face a dezembro de 2016. Deste modo, o rácio de NPE reduziu-se para 10,6% e o de NPL para 13,5% em junho. A sua cobertura por imparidades é respetivamente de 51,1% e 52,0%. Em Portugal o nível de cobertura é de 54,7% (NPE) e de 55,2% (NPL).

(milhões de euros)

QUALIDADE DE CRÉDITO (CONSOLIDADO)	2016-06	2016-12	2017-06
Crédito total	70.321	68.500	65.366
Crédito sobre clientes (vincendo)	64.641	63.552	60.286
Crédito e juros vencidos	5.680	4.949	5.081
Do qual: vencido há mais de 90 dias	5.222	4.546	4.707
Imparidade do crédito	5.390	5.633	4.891
Crédito líquido de imparidade	64.931	62.867	60.476
RÁCIOS			
Rácio de crédito em incumprimento ⁽¹⁾	9,8%	8,4%	8,1%
Rácio de crédito em incumprimento líquido / Crédito total líquido ⁽¹⁾	2,3%	0,2%	0,6%
Rácio de crédito em risco ⁽¹⁾	12,2%	10,5%	9,8%
Rácio de crédito em risco líquido / Crédito total líquido ⁽¹⁾	4,9%	2,4%	2,5%
Rácio de crédito vencido > 90 dias	7,4%	6,6%	7,2%
Rácio NPE ⁽²⁾	12,0%	12,1%	10,6%
Rácio NPL ⁽³⁾	16,6%	15,8%	13,5%
Cobertura do crédito em incumprimento	77,8%	97,4%	92,6%
Cobertura do crédito em risco	62,7%	78,5%	76,5%
Cobertura do crédito vencido > 90 dias	103,2%	123,9%	103,9%
Cobertura de NPE por imparidades	45,7%	52,9%	51,1%
Cobertura de NPL por imparidades	46,9%	52,8%	52,0%
Custo do risco de crédito	0,86%	3,42%	0,16%

(1) Indicadores calculados de acordo com a Instrução n.º 23/2012 do Banco de Portugal; (2) NPE - Non performing exposure (definição EBA); (3) NPL - Non performing loans (definição EBA).

Os rácios de crédito em risco e de crédito reestruturado, calculados de acordo com os critérios do Banco de Portugal, diminuíram para 9,8% e 7,8%, respetivamente.

O rácio de crédito em risco, calculado de acordo com os critérios do Banco de Portugal, reduziu-se para

9,8%, atingindo uma cobertura por imparidades de 76,7% (49,2% no crédito a particulares e 99,1% no crédito a empresas).

O rácio de crédito vencido com mais de 90 dias atingiu 7,2% em junho de 2017, com uma cobertura por imparidade de 103,9%.

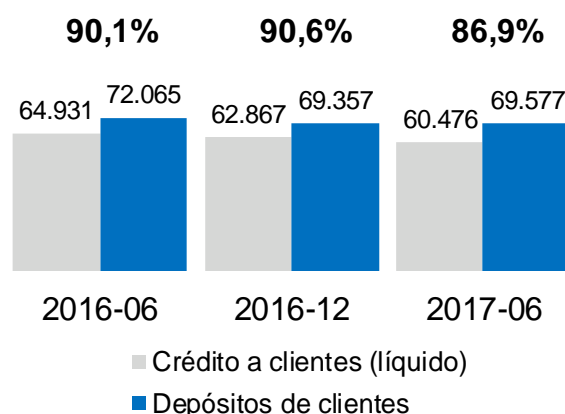
O total do passivo diminuiu 1.551 milhões de euros, -1,7% face a dezembro de 2016, salientando-se na sua evolução a redução dos passivos subordinados (-954 milhões de euros, -39,4%), que refletiu o cancelamento dos CoCos, e dos recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito (-462 milhões de euros, -8,0%).

Os recursos de clientes alcançaram no final de junho 69.915 milhões de euros, valor superior em 235 milhões de euros (+0,3%) ao registado no final de 2016. Destaca-se o aumento verificado nos depósitos de clientes na atividade doméstica (+1.397 milhões de euros, +2,6%).

A relação de crédito face a depósitos (rácio de transformação) situou-se em junho de 2017 em 86,9%, que compara com 90,6% no final de 2016, refletindo a forte capacidade de retenção de clientes da CGD, mesmo num ambiente de taxas de remuneração de depósitos muito baixas.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS

(milhões de euros)



No perímetro consolidado, o total de recursos captados ascendeu a 109.521 milhões de euros, registando uma redução de 1.162 milhões de euros (-1,0%) face a dezembro de 2016, fortemente influenciada pelo cancelamento dos CoCos (-900 milhões de euros). Nos recursos de balanço, destaca-se ainda o aumento dos depósitos de clientes na atividade doméstica (+1.397 milhões de euros, +2,6%). Os recursos fora de balanço mantiveram-se em cerca de 29 mil milhões de euros (+0,4%).

(milhões de euros)

CAPTAÇÃO DE RECURSOS (CONSOLIDADO)				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
No balanço	86.727	82.088	80.801	-5.926	-6,8%	-1.287	-1,6%
Rec. inst. créd. e bancos centrais	5.769	5.800	5.337	-431	-7,5%	-462	-8,0%
Depósitos de clientes	72.065	69.357	69.577	-2.488	-3,5%	220	0,3%
Atividade doméstica	55.449	53.184	54.581	-868	-1,6%	1.397	2,6%
Atividade internacional	16.616	16.173	14.996	-1.620	-9,7%	-1.177	-7,3%
Obrigações hipotecárias	5.412	3.854	3.805	-1.608	-29,7%	-50	-1,3%
Obrig. de conv. contingente (CoCos)	900	900	0	-900	-100,0%	-900	-100,0%
EMTN e outros títulos	2.204	1.854	1.744	-460	-20,9%	-110	-5,9%
Outros	377	323	338	-39	-10,4%	15	4,5%
Fora do balanço	27.830	28.596	28.721	891	3,2%	125	0,4%
Fundos de invest. mobiliários	3.698	3.519	3.519	-178	-4,8%	0	0,0%
Fundos de invest. imobiliários	1.160	950	969	-191	-16,5%	19	2,0%
Fundos pensões	3.315	3.440	3.639	324	9,8%	198	5,8%
Gestão de patrimónios	19.305	19.271	18.503	-802	-4,2%	-768	-4,0%
OTRV	352	1.415	2.091	1.739	494,2%	676	47,8%
Total	114.557	110.683	109.521	-5.035	-4,4%	-1.162	-1,0%
Recursos Totais na Ativ. Doméstica ⁽¹⁾	68.421	67.278	69.532	1.112	1,6%	2.254	3,4%

(1) Inclui depósitos de clientes, fundos de investimento, seguros financeiros, OTRV e outras obrigações.

Influenciados sobretudo pela evolução favorável dos depósitos de clientes, os recursos totais na atividade doméstica aumentaram 2.254 milhões de euros (+3,4%) face a dezembro de 2016, atingindo 69.532 milhões de euros.

(milhões de euros)

RECURSOS DE CLIENTES POR MODALIDADE (CONSOLIDADO)				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Depósitos de clientes	72.065	69.357	69.577	-2.488	-3,5%	220	0,3%
À ordem	25.070	25.031	27.179	2.109	8,4%	2.148	8,6%
A prazo e poupança	46.693	44.024	42.144	-4.548	-9,7%	-1.880	-4,3%
Obrigatórios	302	302	254	-48	-15,9%	-48	-15,9%
Outros recursos	377	323	338	-39	-10,4%	15	4,5%
Total	72.442	69.680	69.915	-2.527	-3,5%	235	0,3%

Por modalidades, os depósitos a prazo e de poupança, que ascenderam a 42.144 milhões de euros no final de junho, representavam cerca de 61% do total dos depósitos de clientes.

O saldo das responsabilidades representadas por títulos, registou uma redução de 2.039 milhões de euros (-33,3%) face ao período homólogo de 2016, influenciado pela maturidade de algumas emissões ao abrigo do programa EMTN. Esta trajetória descendente tem-se verificado nos últimos anos e deve-se ao facto de algumas emissões atingirem a maturidade sem que haja necessidade de as refinar no mercado de capitais, dada a situação confortável do Grupo em termos de liquidez.

(milhões de euros)

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS (CONSOLIDADO)				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Emissões do programa EMTN ⁽¹⁾	588	329	275	-313	-53,2%	-54	-16,3%
Obrigações hipotecárias	5.411	3.853	3.803	-1.607	-29,7%	-50	-1,3%
Outros	118	2	0	-118	-100,3%	-2	-120,1%
Total	6.117	4.184	4.078	-2.039	-33,3%	-105	-2,5%

(1) Não inclui emissões classificadas como passivos subordinados.

O montante dos passivos subordinados diminuiu significativamente (-39,4%) desde o final do ano de 2016, para 1.470 milhões de euros, refletindo o cancelamento das obrigações subordinadas de conversão contingente (CoCos) subscritas pelo Estado Português, ocorrida no passado dia 4 de janeiro de 2017.

(milhões de euros)							
PASSIVOS SUBORDINADOS (CONSOLIDADO)				Variação		Variação	
				2017-06 vs 2016-06		2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Emissões do programa EMTN ⁽¹⁾	1.026	1.014	1.005	-21	-2,0%	-8	-0,8%
Obrig. conversão contingente (CoCos)	900	900	0	-900	-100,0%	-900	-100,0%
Outros	473	510	465	-8	-1,8%	-46	-9,0%
Total	2.400	2.424	1.470	-929	-38,7%	-954	-39,4%

(1) Não inclui emissões classificadas como responsabilidades representadas por títulos.

LIQUIDEZ

O primeiro semestre de 2017 distinguiu-se pelo processo de recapitalização da CGD decorrente do Plano acordado entre a Comissão Europeia e o Estado Português. Neste âmbito, no final de março, a CGD efetuou uma emissão em mercado de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*additional tier 1*), no montante de 500 milhões de euros, junto de mais de 160 investidores institucionais.

A procura pelos títulos revelou-se elevada, tendo atingido um montante global superior a 2 mil milhões de euros, representando mais de quatro vezes o montante da emissão. O montante final foi distribuído maioritariamente por fundos de investimento (49%) e *hedge funds* (41%), tendo a dispersão geográfica sido diversa, mas com destaque para o Reino Unido (59%) e Portugal (14%). A taxa de juro do cupão fixou-se nos 10,75%, valor inferior ao intervalo inicialmente previsto (11% a 11,5%).

A evolução em mercado secundário da emissão *additional tier 1* da CGD decorreu de forma positiva, com o preço em mercado a registar até ao final de junho uma valorização de cerca de 4% face ao preço de colocação e com os títulos a suportar relativamente bem o período de volatilidade mais elevada sentida no último mês do semestre. Este comportamento revela uma crescente confiança dos investidores na estabilização e progresso da atividade da CGD.

As condições exigidas para a realização do aumento de capital pelo Estado foram cumpridas com a realização desta emissão, permitindo concluir assim a última fase do Plano de Recapitalização da CGD, na qual o Estado procedeu a um aumento de capital em dinheiro no valor de 2.500 milhões de euros. Já no início do ano, e no âmbito de um aumento de capital em espécie, a CGD tinha recebido e procedido ao cancelamento da emissão de obrigações subordinadas de conversão contingente (CoCos) no montante de 900 milhões de euros, detidas pelo Estado Português.

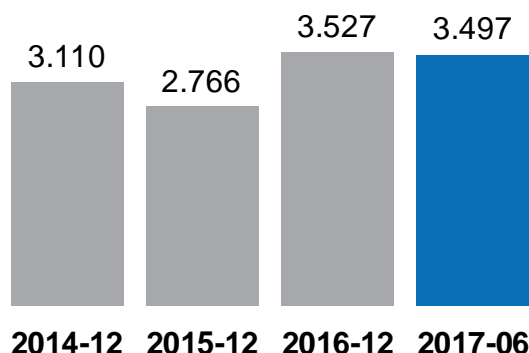
A Comissão Europeia determinou ainda, com base na aprovação do Plano Industrial apresentado pela CGD, levantar a inibição de pagamentos de juros discricionários da dívida subordinada, tendo a CGD reiniciado no mês de março o pagamento dos cupões aos investidores.

Relativamente ao financiamento da CGD Portugal junto do Banco Central Europeu, o montante permanece inalterado nos 2 mil milhões de euros desde junho de 2016. O conjunto de ativos elegíveis da CGD Portugal integrados na *pool* de colateral junto do BCE manteve-se estável nos 10,6 mil milhões de euros.

Ao nível do Grupo CGD, e relativamente a dezembro, a exposição ao BCE reduziu-se em 30 milhões de euros, fixando-se no final de junho nos 3,5 mil milhões de euros. O montante da carteira de ativos elegíveis integrados na *pool* do Eurosistema manteve-se praticamente inalterado nos 12,3 mil milhões de euros.

FINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhões de euros)



O indicador de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) alcançou no final de junho de 2017 um valor de 222% (176% no final de dezembro de 2016), valor acima das exigências regulamentares.

Confirmando também a confortável situação de liquidez do Grupo CGD, o *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) atingiu 137% no final de junho (131% no final de 2016).

GESTÃO DE CAPITAL

Os capitais próprios consolidados totalizaram 7.895 milhões de euros no final de junho de 2017, o que representou um reforço de 4.012 milhões de euros face ao final do ano anterior, refletindo as duas fases já implementadas do Plano de Recapitalização acordado entre o Estado Português e a Comissão Europeia (DG Comp).

(milhões de euros)			
CAPITAIS PRÓPRIOS (CONSOLIDADO)	2016-06	2016-12	2017-06
Capital social	5.900	5.900	3.844
Outros instrumentos de capital	0	0	500
Reservas de reavaliação	111	87	238
Outras reservas e resultados transitados	-913	-1.109	2.999
Interesses que não controlam	852	864	364
Resultado de exercício	-205	-1.860	-50
Total	5.745	3.883	7.895

A rubrica outros instrumentos de capital, com um montante de 500 milhões de euros, refere-se aos valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*additional tier 1*) emitidos em mercado no final de março.

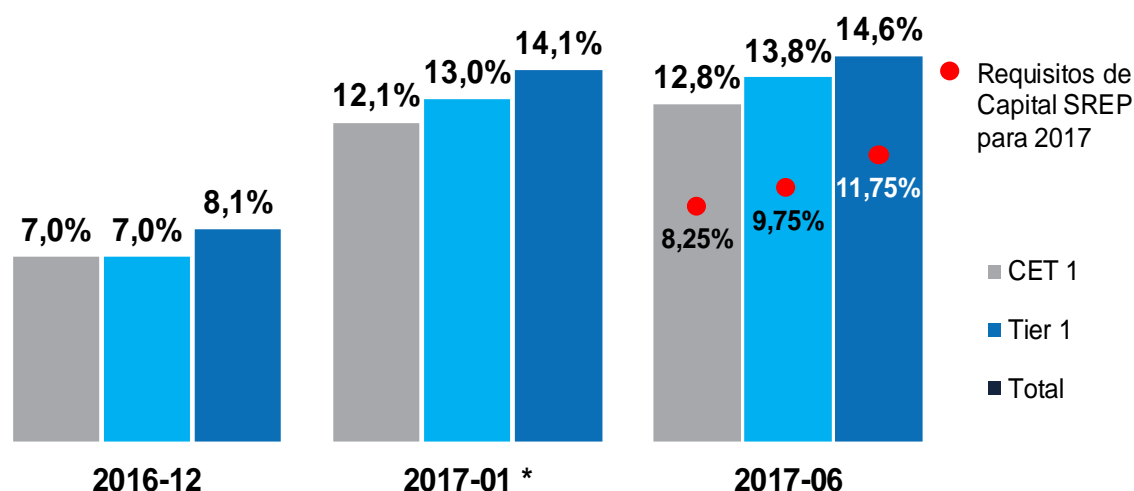
A evolução verificada na rubrica de outras reservas e resultados transitados, que aumentou no semestre 4.108 milhões de euros, decorre em grande medida, da extinção de 1.200 milhões de ações, ocorrida na primeira fase do processo de recapitalização, para cobertura de resultados transitados negativos e para a constituição de uma reserva livre positiva.

Os rácios CET1 *phased-in* e *fully implemented* eram em junho de 12,8% e 12,6% respetivamente. Os rácios *phased-in* Tier 1 e Total situaram-se em 13,8% e 14,6%, respetivamente.

(milhões de euros)

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CONSOLIDADO)			
<i>Phased-in</i> (CRD IV / CRR)	2016-06	2016-12	2017-06
Fundos próprios			
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	6.009	3.858	6.873
Tier 1	6.013	3.859	7.409
Tier 2	723	579	450
Total	6.736	4.437	7.859
Ativos ponderados	60.016	55.015	53.723
Rátios de solvabilidade			
CET 1	10,0%	7,0%	12,8%
Tier 1	10,0%	7,0%	13,8%
Total	11,2%	8,1%	14,6%
<i>Fully Implemented</i> (CRD IV / CRR)			
Fundos próprios			
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	5.502	3.000	6.753
Ativos ponderados	60.040	54.542	53.659
Rácio CET 1	9,2%	5,5%	12,6%

RÁCIOS DE CAPITAL PHASED-IN



* Proforma incluindo as medidas das fases 1 e 2 do Plano de Recapitalização

A evolução verificada no rácio CET1 entre dezembro de 2016 e junho de 2017 é explicada essencialmente pelos seguintes efeitos:

- Progressão temporal associado ao *phasing-in*, que induziu ajustamentos regulamentares sobre o CET1 em -358 milhões de euros e nos ativos ponderados (Risk Weighted Assets - RWA) em -62 milhões de euros, que se traduziu numa diminuição de 64 pontos base no rácio CET1;
- Recapitalização da CGD, que resultou numa melhoria de 569 pontos base no rácio CET1, destacando-se o efeito do aumento de capital social de 2.500 milhões de euros (equivalente a +481 pontos base no rácio CET1);
- Variação dos fundos próprios resultante da evolução da atividade que influenciou de forma positiva o CET1 em 132 milhões de euros, correspondente a um impacto de +25 pontos base no rácio CET1, destacando-se o contributo das seguintes componentes:

- Reservas de reavaliação (+115 milhões de euros, dos quais +112 milhões de euros são respeitantes a ganhos e perdas em ativos disponíveis para venda), Interesses minoritários (+5 milhões de euros), ganhos por via de uma menor dedução dos intangíveis e dos Impostos diferidos ativos (+102 milhões de euros);
- Resultado líquido do exercício (-59 milhões de euros) e outras reservas e resultados transitados (-31 milhões de euros).
- Redução dos RWA em 1.292 milhões de euros resultante essencialmente da diminuição do crédito líquido em cerca de 2.600 milhões de euros, para a qual contribuiu, entre outras, a venda de ativos e os *write-offs*. Os compromissos irrevogáveis também registaram uma diminuição, nomeadamente ao nível da subscrição de títulos (176 milhões de euros) e das garantias bancárias (233 milhões de euros). De referir também a redução, em cerca de 120 milhões de euros, da participação em fundos de capital de risco. Em contrapartida, registou-se um aumento de 638 milhões de euros dos RWA referentes a ativos por impostos diferidos que não dependem de rendibilidades futuras e um aumento de 198 milhões de euros relativos a investimentos significativos em entidades financeiras.

A melhoria do rácio de capital total da CGD reflete a melhoria verificada no CET1 por via dos fatores mencionados e a emissão, em mercado, de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*).

Os níveis dos rácios alcançados no 1º semestre da CGD Consolidada excedem os requisitos mínimos de capital SREP exigíveis em 2017, reforçando de forma decisiva a sua solidez.

Requisitos de Capital para 2017 no âmbito do SREP aplicável à Atividade Consolidada

Com base nos resultados apurados no âmbito do Supervisory Review and Evaluation Process (SREP) de 2016, a CGD foi notificada pelo Banco Central Europeu (BCE) sobre os requisitos mínimos de Capital aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2017.

O requisito mínimo de capital CET1 (*phased-in*) exigido à CGD em base consolidada é de 8,25%, o qual inclui: i) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 1 de 4,5%; ii) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 2 (P2R) de 2,5%; e iii) o *buffer* de conservação de capital (CCB) de 1,25%.

A CGD está ainda sujeita ao cumprimento de um requisito mínimo de Tier 1 de 9,75% e de Capital Total de 11,75% em 2017.

SREP - REQUISITOS DE CAPITAL (CONSOLIDADO)		(%)
		2017
Rácio CET1 (<i>Common Equity Tier 1</i>)		8,25%
Pilar 1		4,50%
Pilar 2 (P2R - <i>Pillar 2 Requirement</i>)		2,50%
<i>Buffer</i> de Conservação de Capital (CCB)		1,25%
Rácio Tier 1		9,75%
Rácio Total		11,75%

A partir de 2018 a CGD ficará sujeita à constituição de um *buffer* sistémico O-SII (Other Systemically Important Institutions), a ser coberto integralmente por CET 1. Conforme decisão de 29 de julho de 2016 do Banco de Portugal, o *buffer* sistémico O-SII para a CGD foi fixado em 0,5% em 2018, e 1,0% em 2019.

No que respeita ao *buffer* de conservação de capital (CCB), está previsto o seu aumento de forma faseada, em 0,625% ao ano, até perfazer 2,5% em 2019.

O rácio de *Leverage fully implemented* atingiu 7,4% no final de junho de 2017.

A CGD dispunha nesta data de ADI (*Available Distributable Items*) de 1,8 milhões de euros (cerca de

33 vezes o custo anual da atual emissão AT1) e o excesso face ao nível de restrições de MDA (*Maximum Distributable Amount*) era de 2,9% considerando os atuais défices de Tier 1 e Tier 2 e de 4,6% se considerarmos esses défices totalmente preenchidos com futuras emissões.

RATING

No seguimento da divulgação dos resultados consolidados de 2016 e do plano estratégico da CGD, as agências de *rating* internacionais procederam à revisão dos *ratings* atribuídos ao Banco.

Assim, em 22 de março de 2017, a Moody's melhorou a sua avaliação sobre a CGD. O BCA (*Baseline Credit Assessment*) e o BCA ajustado atribuídos à CGD passaram de b3 para b2. Paralelamente, a agência reafirmou os *ratings* de depósitos e dívida sénior de longo prazo de B1, mas alterou o *outlook* em situação de "*ratings under review*" para "estável".

Em 1 de junho de 2017 os *rating* de dívida sénior de longo prazo de BBB (low) atribuído pela DBRS à CGD foram reafirmados, tendo passado da situação de "revisão com implicações negativas" para "tendência negativa". Segundo a agência, a confirmação do *rating* traduz o reforço da solvabilidade do Grupo CGD na sequência da conclusão do processo de recapitalização no final de março de 2017, o que lhe proporciona uma maior flexibilidade na execução do seu plano estratégico. A "tendência negativa" reflete a opinião da DBRS de que a implementação do referido plano comporta riscos de execução.

A FitchRatings confirmou, em 16 de março de 2017, os *ratings* da CGD de B/BB-, com *outlook* estável.

As notações atribuídas à CGD encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RATING			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Data da última avaliação
FitchRatings	B	BB-	2017-03
Moody's	N/P	B1	2017-03
DBRS	R-2 (mid)	BBB (low)	2017-06

1.5.1.1. ATIVIDADE DOMÉSTICA

No 1º semestre de 2017 o contributo da atividade doméstica para o resultado líquido do Grupo CGD, penalizado pelos custos não recorrentes, foi negativo de 169,5 milhões de euros, que compara com -322,4 milhões de euros no período homólogo do ano anterior.

De destacar a evolução favorável da margem financeira alargada (+24,4%) e dos resultados de operações financeiras. Os resultados de serviços e comissões aumentaram 4,3% atingindo 174,1 milhões de euros no semestre.

Os custos de estrutura totalizaram 470,5 milhões de euros (+0,1% do que no 1º semestre de 2016), mas excluindo os custos não recorrentes de 61 milhões de euros, a variação seria de -6,2%.

O resultado bruto de exploração recorrente alcançou assim 370,3 milhões de euros, evidenciando uma melhoria assinalável de +440,1 milhões de euros face ao semestre homólogo de 2016.

As provisões e imparidades (líquido) totalizaram 355,5 milhões de euros (+20,8%), repartidas por imparidade do crédito (25,1 milhões de euros) e provisões e imparidades de outros ativos (330,4 milhões de euros), estas últimas fortemente influenciadas pelos montantes destinados ao desinvestimento na atividade internacional (322 milhões de euros).

As rubricas de impostos ascenderam, por seu turno, a 132,6 milhões de euros no semestre.

(milhões de euros)

ATIVIDADE DOMÉSTICA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA ⁽¹⁾	2016-06	2017-06	Variação (%)
Margem financeira alargada	321,2	399,4	24,4%
Resultados de serviços e comissões	166,9	174,1	4,3%
Resultados de operações financeiras	-119,9	192,2	-
Outros resultados exploração	11,7	14,0	20,3%
Produto global da atividade	379,9	779,7	105,2%
Custos com pessoal	263,6	289,6	9,9%
Gastos gerais administrativos	174,0	149,2	-14,2%
Depreciações e amortizações	32,3	31,7	-1,9%
Custos de estrutura	469,8	470,5	0,1%
Resultado bruto de exploração	-89,9	309,2	-
Imparidade de crédito líq.	269,1	25,1	-
Provisões e impar.de out.ativos líq.	25,2	330,4	-
Resultados operacionais	-384,3	-46,3	-
Impostos	-53,8	132,6	-
Resultados depois impostos e antes de inter. que não controlam	-330,4	-178,8	-
Interesses que não controlam	11,6	1,6	-85,9%
Resultados em empresas por equivalência patrimonial	19,6	11,0	-43,9%
Resultado líquido	-322,4	-169,5	-

(1) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas

CGD PORTUGAL

No final do 1º semestre de 2017, a rede física de retalho doméstica abrangia 616 unidades de negócio: 590 agências universais (menos 61 que no final de 2016) e 26 gabinetes Caixa Empresas.

Em complemento à rede de retalho, a Caixa disponibiliza aos seus clientes 4.096 equipamentos de autosserviço, que incluem 2.122 equipamentos na sua rede privativa (1.317 ATS e 805 atualizadores) e 1.974 ATM da rede Multibanco.

Meios de pagamento

Na área dos meios e serviços de pagamento, a Caixa continua a liderar, em termos de quota, o mercado nacional dos cartões bancários. No primeiro semestre de 2017, foram reforçadas as iniciativas de gestão do portfólio com vista a acompanhar o novo enquadramento regulamentar bem como intensificar a redução de custos.

Das ações levadas a cabo pela Caixa, nos primeiros seis meses de 2017, destacam-se as seguintes:

- Otimização da segurança dos pagamentos *online* e melhores níveis de usabilidade com o “*upgrade*” do serviço 3D Secure disponível para cartões das redes MasterCard/Maestro e Visa/Visa *Electron*.
- Criação de passatempos mensais no Caixa plim, serviço pioneiro no mercado nacional das aplicações móveis bancárias, disponibilizado nas principais lojas de aplicações (*iOS*, *Android*, *Windows*) contribuiu para o aumento de *downloads* efetuados;
- Disponibilização a 17 de abril, na App MB WAY, de uma nova funcionalidade que permite efetuar levantamentos de dinheiro nas caixas automáticas da rede Multibanco sem a utilização do cartão bancário;
- Promoção da Campanha Pagamento do IMI, através dos canais digitais e extratos, possibilitando o pagamento do IMI ou de outros impostos (p.ex. IRS), com os cartões de crédito, nomeadamente através de pagamento fracionado.

Serviço de Acquiring

O serviço de *acquiring* assume uma posição de destaque no mercado, com uma dinâmica comercial em que a captação de clientes, a otimização de processos e de gestão da carteira, a redução dos custos operacionais, a consolidação da oferta e do reforço do posicionamento da marca netcaixa continuam a ser fundamentais na gestão do serviço. O objetivo é a rentabilidade sustentável a médio e longo prazo, pelo que se impõe garantir a competitividade operacional e reforçar os ganhos de eficiência.

A inovação é outro dos atributos do serviço, proporcionando ofertas comerciais personalizadas e ajustadas ao perfil e necessidades de cada cliente. No primeiro semestre, foi lançada uma campanha com opções que se diferenciam do mercado e permitem ao comerciante uma oferta de valor aos seus clientes, nomeadamente os fracionamentos automáticos no ponto de venda, sem encargos para o comerciante, e os pacotes globais de tarifa plana.

Destaque ainda para o reforço na aposta das funcionalidades já implementadas, como:

- *Contactless*: A Caixa manteve a estratégia de instalação de terminais com esta tecnologia, quer em novos clientes quer em comerciantes estratégicos e com maior tráfego;
- *DCC (Dynamic Currency Conversion)*: Alargamento da oferta da funcionalidade DCC em TPA netcaixa. Esta funcionalidade permite aos titulares dos cartões de crédito e débito dos sistemas Visa e MasterCard optar pelo pagamento na moeda de origem;
- Fracionamentos automáticos no ponto de venda: Solução de pagamentos que permite a ativação de modalidades de pagamento fracionado, diretamente no TPA, para as compras efetuadas com cartão de crédito de particulares da Caixa, sem encargos adicionais para o comerciante.

Empresas

A dinamização comercial do segmento de empresas centrou-se num conjunto de ações tendo como objetivo robustecer a relação de parceria entre estes clientes e a Caixa, apoiar o seu investimento e ainda dinamizar o negócio de *cross-border* de empresas internacionalizadas para mercados onde a Caixa esteja presente.

As ações realizadas no primeiro semestre de 2017 foram organizadas em 3 vertentes estruturantes, tendo em vista a liderança no negócio do segmento de empresas, através da captação de novos clientes, o reforço de relacionamento com os clientes atuais, e o lançamento de campanhas de condições especiais.

Para apoiar as empresas em todas as vertentes da sua atividade, a Caixa disponibiliza uma oferta robusta composta por soluções que se adaptam à sua dimensão, setor de atividade e necessidades, assente na contratação de limites financeiros, utilizáveis no apoio à tesouraria, em operações de comércio externo, no desconto comercial, em *plafond* para cartões, na aquisição de equipamento corrente e na emissão de garantias bancárias, permitindo assim uma melhoria da qualidade de serviço e uma otimização dos tempos de resposta ao cliente.

Reforçando a presença da Caixa como parceiro de negócio das empresas e com o objetivo de proporcionar o acesso a informação relevante para a sua atividade, mantém-se o envio da *Newsletter* Caixa Empresas, através de *email marketing*.

Ao longo do primeiro semestre de 2017, a CGD realizou um conjunto de sete iniciativas denominadas “Encontro Fora da Caixa” em diversas localidades do país (Braga, Faro, Leiria, Lisboa, Porto e Santarém). Nestes sete encontros registou-se um número total de participantes superior a 3.200, e foram abordados temas de interesse para os vários setores da atividade económica em Portugal, bem como para a construção de uma visão estratégica para as empresas e o país.

Simultaneamente, a dinamização comercial do negócio de empresas manteve a consolidação do modelo de serviço Caixa Empresas, que tem subjacente um serviço de atendimento personalizado e aconselhamento financeiro, nomeadamente:

- A PME, através de uma rede própria de 26 gabinetes com 95 gestores dedicados;
- A empresários em nome individual (ENI) e micro-empresas, através de uma equipa de 318 gestores dedicados e da disponibilização de um espaço Caixa Empresas em 590 agências da Caixa;
- A clientes *corporate* e institucionais: 31 gestores.

Caixadirecta Empresas

O canal *corporate banking* disponibilizou no primeiro semestre uma funcionalidade inovadora de transferências múltiplas, que permite num único formato de ficheiro incluir vários tipos de transferências, nomeadamente transferências CGD e SEPA, assim como transferências internacionais puras em várias moedas, simplificando a gestão de pagamentos das empresas.

O canal mantém a tendência de evolução, com um incremento dos contratos com utilização frequente (3 meses) de 3,2%, e das operações e dos montantes transacionados, respetivamente de 56,1% e 5,3%, face ao mesmo período de 2016.

Particulares

Durante os primeiros seis meses de 2017, a gestão de clientes particulares manteve o foco nos seguintes segmentos:

- *Affluent*: com 751 gestores de cliente, dos quais 190 multi-agência a seguirem 234 mil clientes Caixazul, em 590 agências;
- *Mass Affluent*: com 659 mil clientes geridos por 1.318 assistentes comerciais, em 572 agências e, aproximadamente, 33 mil clientes a serem acompanhados à distância, por 22 assistentes comerciais;
- Residentes no estrangeiro: com 7 gestores de cliente a assegurar a relação com 2,5 mil clientes (Caixazul Internacional) e 12 assistentes comerciais a acompanhar 24 mil clientes (Caixadirecta Internacional);
- Universal: com acompanhamento transversal à rede de agências, contando no final do semestre, com 590 unidades de atendimento humano.

Os clientes Caixazul também podem contar com a presença virtual dos seus gestores através do Caixadirecta. No gestor *online*, disponível 24 horas/7 dias por semana, podem pedir *callback*, trocar mensagens seguras com o seu gestor, ter apoio na realização de transações e marcar reuniões.

Também os clientes *Mass Affluent* podem contar com a presença do respetivo assistente comercial ou do *contact center*, no serviço Caixadirecta. Com o assistente *online* o cliente pode solicitar apoio, pedindo *callback* e enviando mensagens seguras.

Com o objetivo de reforçar a proposta de valor e a melhoria da experiência dos clientes particulares, a Caixa robusteceu os canais digitais e a oferta de produtos orientados à gestão do orçamento familiar e ao estímulo da poupança, destacando:

- Lançamento da Conta Caixa, uma solução multiproduto, que reúne produtos essenciais para a gestão do dia-a-dia (conta à ordem, transferências online, cartões de débito e crédito), serviços, seguros, descontos em cartão Continente e vantagens, à medida das necessidades e conveniência dos clientes (através das opções S, M e L). Para os clientes com domiciliação de rendimento ou património financeiro igual ou superior a 5.000 euros a Conta Caixa prevê uma bonificação da comissão mensal;



- Melhorias nos canais Caixadirecta, uma mudança construída com base no *feedback* dos clientes, permitindo ajustar o canal às suas necessidades efetivas. O canal permite o acesso à maioria dos serviços bancários, em comodidade, segurança e em qualquer local ou horário;
- Comercialização do Plano Proteção Vida, um seguro com componentes de risco e capitalização que, numa só apólice, oferece proteção a toda a família e permite aumentar as poupanças;
- Lançamento do Depósito 18 Meses, com juros semestrais e mobilização antecipada, total ou parcial, a qualquer momento.

A Caixa robusteceu a aposta numa oferta variada que inclui soluções financeiras diversificadas e adequadas às necessidades financeiras próprias de cada fase da vida:

- Para gerir o dia-a-dia (conta à ordem, domiciliação de rendimentos, cartões e Caixadirecta);
- Para poupar (depósitos a prazo, poupança, fundos e seguros financeiros);
- Para salvaguardar o futuro (seguros não financeiros);
- Para concretizar projetos (crédito pessoal e crédito habitação).

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2017, e enquanto mediadora de seguros em parceria com a Fidelidade – Companhia de Seguros, a Caixa levou a cabo várias ações visando aumentar a vinculação dos seus clientes e o crescimento do contributo desta área de negócio para a margem complementar, de que se destacam:

- Inclusão de seguros na solução multiproduto Conta Caixa. Seguro de Acidentes Pessoais associado aos cartões de crédito da Conta Caixa (M e L) e Seguro de Assistência ao Lar associado exclusivamente à Conta Caixa L, com cobertura de reparação de eletrodomésticos, assistência tecnológica e problemas com chaves;
- Campanha de *up-selling* de seguros de saúde, dirigida a clientes com Cartão Saúde Activcare;
- Campanha de Seguros de Saúde Multicare, dirigida a clientes particulares que valorizam a proteção da sua saúde e da sua família;
- Lançamento do seguro Plano Proteção Vida, solução que conjuga numa única apólice componentes de vida, risco e capitalização;
- Campanha Soluções de Proteção Caixa para dinamização do seguro de viagem e do seguro Proteção Vital das pessoas junto de clientes particulares e empresas;
- Lançamento do Seguro de Viagem Fidelidade GO, dirigido a estudantes que vão realizar Erasmus e outros programas de estudo até 12 meses no estrangeiro.

A abordagem comercial adotada deu continuidade à estratégia de envolvimento dos clientes com promoção da utilização de produtos, tendo sido lançada uma campanha para fomentar a adesão e utilização de cartões de crédito.

Foram também realizadas campanhas de comunicação dirigidas a clientes, com vista a dinamizar alguns dos produtos da nova proposta de valor, aumentar o negócio e gerar envolvimento emocional e relacional em datas especiais (como o dia da Mulher, o dia do Pai ou em período de férias).

Com o objetivo de retomar a relação com clientes sem envolvimento, foram desenvolvidas ações com apoio do Caixa *Contact Center* para se conhecer as principais razões de abandono e comunicar a oferta que mais se adequa ao perfil daqueles que demonstram vontade em recuperar a interação com a Caixa.

No tocante ao segmento universitário, a Caixa prosseguiu com as ações comerciais nas instituições de Ensino Superior com protocolo com a CGD, apresentando os produtos e as vantagens da oferta para os profissionais do ensino superior ou para alunos, aproveitando a emissão do cartão de identificação. A Caixa dispõe de agências/postos de atendimento em 10 entidades para responder ao fator proximidade.

Adicionalmente, foram lançadas campanhas de ativação de produtos dirigidas aos alunos (Poupança, Caixa IU, Caixa ISIC, Cartões de Crédito) e para atualização de dados pessoais em cada contacto. A presença da Caixa nas semanas académicas (Bragança, Minho, Porto, Aveiro, Lisboa e Faro) e as ações de dinamização no Facebook Caixa IU para atribuição de bilhetes para estes eventos completaram o plano de atividades neste segmento de clientes particulares.

Caixadirecta

O canal disponibiliza aos clientes particulares, o acesso às suas contas via *web*, telefone, *mobile*, sms, e App para *Windows*, *Android*, iOS, e também *Smartwatch*. No final do semestre, registou 295,5 milhões de operações (+44%, face ao período homólogo de 2016). Destaque ainda para o crescimento dos contratos com utilização frequente (3 meses) de 8% face a junho de 2016, e ainda para a:

- Nova imagem do Caixadirecta, via *web*, que permite conteúdos com melhor leitura, mais informação e melhor experiência de utilização dos nossos clientes;
- Disponibilização da contratação *online* da Conta Caixa permitindo que os clientes possam contratar, de forma imediata, a solução que melhor se adequa ao seu perfil;
- Simplificação da contratação *online* de cartões e poupanças;
- Implementação de melhorias na gestão de operações frequentes;
- Disponibilização de uma nova gestão de débitos diretos e também de um serviço de alertas que possibilita que o utilizador saiba quando serão feitos pagamentos ou se foram recusados;
- Nova funcionalidade, via *web* e também na App Caixadirecta para a partilha do IBAN por *email* ou SMS.

Recursos

Para potenciar a captação de novos recursos e a retenção dos vencimentos, a Caixa lançou diversas soluções de poupança e investimento no 1º semestre de 2017, abrangendo os vários tipos de produtos disponíveis na oferta, nomeadamente:

- A Caixa teve em campanha três iniciativas de captação/diversificação de recursos (oferta integrada de depósitos, fundos e seguros financeiros) – Poupar e Investir - com o objetivo de dar continuidade à prioridade estratégica de retenção e captação de recursos com rentabilidade adequada;
- No âmbito das revisões de *pricing* habituais procedeu-se a ajustamentos na oferta global de depósitos, abrangendo alguns dos prazos e famílias de depósitos, e à reformulação de algumas características da oferta *standard* de depósitos a prazo e de depósitos de poupança;
- Foram lançados três depósitos a prazo, a 18 meses, para clientes particulares residentes e não residentes;
- No âmbito dos seguros financeiros foram feitas 3 ações de dinamização do Plano de Poupança Reforma, Leve PPR;
- Nos fundos realizaram-se 3 ações de dinamização dos fundos de investimento em oferta permanente da Caixa.

Destacam-se ainda as seguintes iniciativas de Ofertas Públicas de Subscrição (OPS):

- OPS Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável abril 2022 - Participação na colocação da Oferta Pública de Subscrição da República Portuguesa, IGCP;
- OPS Obrigações Benfica SAD 2017-2020 - Participação na colocação da Oferta Pública de Subscrição do Empréstimo Obrigacionista da Benfica SAD;
- OPS Obrigações Porto SAD 2017-2020 - Participação na colocação da Oferta Pública de Subscrição do Empréstimo Obrigacionista da Futebol Clube do Porto SAD;

Na CGD Portugal o saldo de depósitos de clientes progrediu 1.321 milhões de euros (+2,5%) desde o início de 2017. No segmento das empresas assistiu-se a uma variação positiva de 131 milhões de euros (+2,1%), sendo o segmento das instituições financeiras o que mais contribuiu para esta evolução, com um crescimento de 1.158 milhões de euros. O segmento de particulares registou no mesmo período um ligeiro decréscimo de 0,5%.

A quota de mercado dos depósitos de clientes continuou a ser dominante em Portugal, tendo permanecido relativamente estável desde o início do ano, fixando-se em 27,5% em junho de 2017, com destaque para quota de depósitos de clientes particulares que atingiu 31,0%.

DEPÓSITOS DE CLIENTES QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL)	2016-06	2016-12	2017-06
Empresas	12,6%	12,3%	11,9%
Setor público administrativo	34,8%	33,3%	33,7%
Particulares	31,6%	30,9%	31,0%
Emigrantes	41,2%	41,5%	43,5%
Total	28,5%	27,7%	27,5%

Crédito

No 1º semestre de 2017 a Caixa reforçou o seu papel no financiamento das empresas, destacando-se na sua oferta as seguintes linhas de crédito:

- Linha Capitalizar: lançada em 2 de fevereiro, com um montante global de 1.600 milhões de euros, para promoção do crescimento e competitividade das empresas, esta é a linha de crédito governamental mais importante em vigor e veio substituir a Linha PME Crescimento 2015 entretanto esgotada. A Linha Capitalizar é uma linha com garantia mútua, no âmbito de protocolo celebrado entre os bancos do sistema bancário nacional, as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) – Garval, Lisgarante, Norgarante e Agrogarante – o IAPMEI e a PME Investimentos, com o objetivo de melhorar as condições de acesso no financiamento das PME Portuguesas (Micro, pequenas e médias empresas);
- Linha Garantida IFD 2016-2020: lançada em julho de 2016, destina-se a Pequenas e Médias Empresas (PME), com garantia mútua, protocolada entre IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, a CGD e as SGM - Sociedades de Garantia Mútua, com o objetivo de reforçar a sua capacitação empresarial no desenvolvimento de bens e serviços;
- Linha de crédito de apoio à qualificação da oferta para as empresas do setor do turismo: protocolo assinado com o Turismo de Portugal, com vista ao fortalecimento da oferta às empresas de um dos setores que mais tem contribuído para o crescimento do PIB nacional;
- Linha de crédito BEI 2017: criada para apoiar o financiamento de projetos de investimento de pequena e média dimensão realizados por PME e empresas de média capitalização portuguesas;
- Linhas AgroCaixa – Antecipar: linha de crédito de curto prazo com duas vertentes, uma para para antecipação de incentivos e outra para financiamento das necessidades de exploração de unidades produtivas dos setores da agricultura, silvicultura e pecuária.

A aposta nas linhas protocoladas/governamentais posicionou a Caixa como o principal Banco português que financia as empresas portuguesas, dada a sua liderança no Sistema Nacional de

Garantia Mútua (SNGM) e na colocação da linha Capitalizar 2017. Em junho de 2017, a CGD detinha uma quota de mercado de 34% em montante de crédito aprovado, que atingia 243 milhões de euros (correspondente a 3.280 operações) ao abrigo da Linha. Destas operações de crédito, foram contratados 86,5 milhões de euros até junho, que correspondia a uma quota de 44% de crédito contratado.

A CGD é líder em montante e em número de operações em todas as sub-linhas específicas, “Micro e Pequenas Empresas”, “Fundo Maneio”, “Plafond Tesouraria”, “Investimento Geral” e “Investimento Projetos 2020”.

Também na “Linha IFD 2016 – 2020”, com montante de 1.000 milhões de euros, a CGD ocupava lugar de destaque, sendo o 2º banco em financiamento aprovados, com 22 milhões de euros e correspondente a 19,6% de quota.

Ainda no segmento empresarial, a Caixa manteve a orientação de concessão de crédito para o setor dos bens transacionáveis, com enfoque nas empresas exportadoras.

A Caixa, enquanto instituição de referência em Portugal no mercado de crédito imobiliário, desenvolveu ao longo do primeiro semestre, soluções diversificadas e inovadoras de taxa fixa para os clientes que pretendam evitar o risco da variação da taxa de juro, contribuindo adicionalmente como medida de prevenção do incumprimento, em caso de oscilação da Euribor.

Neste âmbito foram lançadas soluções de taxa fixa a 5, 7, 10 e 15 anos, sem adição de *spread* no período de taxa fixa, com apoio de campanha publicitária na imprensa, rádio, digital e ponto de venda.

Paralelamente, o Banco prosseguiu com a promoção e a comercialização de imóveis não afetos à sua atividade principal e de imóveis construídos com financiamento Caixa, disponibilizando aos clientes condições diferenciadas de financiamento que permitem beneficiar, nos primeiros 5 anos, de uma taxa fixa mais vantajosa, e de prazos de amortização mais alargados. Neste contexto, foi desenvolvida especial atenção para o segmento de imóveis não residenciais (terrenos, indústria, logística, comércio), com maior antiguidade e dificuldade de escoamento, e concretizadas iniciativas específicas de dinamização de negócio através de ações proactivas e contínuas de ajustamento dos preços de referência divulgados no mercado, por forma a potenciar a sua atratividade.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado aos clientes, sobretudo na tomada de decisão e resposta ao cliente, foram efetuadas alterações no processo de crédito imobiliário.

No primeiro semestre de 2017, com o objetivo de dinamizar a oferta de crédito pessoal, foram lançadas, com apoio de campanha de comunicação nos meios digitais e ponto de venda, as seguintes iniciativas:

- Crédito Pessoal “Prestação Certa”: linha de crédito com condições promocionais que garante a certeza do valor da prestação durante todo o prazo do empréstimo;
- Solução Automóvel: linha de crédito para financiar o automóvel, podendo o cliente optar por efetuar *leasing* ou crédito com reserva de propriedade. A oferta inclui prazos alargados e taxa de juro fixa.

A Caixa manteve a política de diferenciação no crédito pessoal, mediante a atribuição de reduções no *spread*, de acordo com a finalidade (formação e saúde) e o segmento de cliente (Caixazul, Caixa Woman e Caixa Activa). No financiamento automóvel incentivou a compra de automóveis “amigos do ambiente” através de reduções de *spread*.

No segmento universitário, a Caixa continuou a apostar no financiamento de cursos superiores (licenciaturas, mestrados, doutoramentos e MBA), através de linhas específicas, com períodos de utilização e de reembolso alargados, adaptados à duração e especificidades de cada curso, e com descontos no *spread* como forma de premiar o mérito académico.

O crédito na CGD Portugal totalizou 49.242 milhões de euros, representando cerca de 75% do total do crédito a clientes do Grupo. O crédito a empresas e a particulares da atividade da CGD em Portugal registaram variações de -8,6% e 2,3%, respetivamente, nos primeiros 6 meses de 2017.

A quota de mercado da CGD no crédito a clientes situou-se em 21,2% em junho de 2017, próxima da registada no final de 2016 (21,8%).

CRÉDITO A CLIENTES – QUOTAS DE MERCADO (PORTUGAL)	2016-06	2016-12	2017-06
Empresas	20,0%	18,7%	18,1%
Particulares	23,5%	23,0%	22,5%
Habitação	26,4%	26,1%	25,8%
Consumo	6,6%	5,7%	3,9%
Setor Público Administrativo	34,7%	34,4%	31,7%
Total	22,6%	21,8%	21,2%

BANCA DE INVESTIMENTO

No decorrer do primeiro semestre de 2017, o CaixaBI renovou, pelo quarto ano consecutivo, os prémios de *Best Investment Bank* in Portugal atribuídos pela Euromoney e pela Global Finance.

Relativamente à atividade, o CaixaBI alcançou no primeiro semestre um produto global da atividade de 68,2 milhões de euros, para o qual contribuíram resultados em ativos financeiros de 48,6 milhões de euros, comissões líquidas de 10,9 milhões de euros e margem financeira de 9,2 milhões de euros. O reforço de provisões e imparidades no período ascendeu a 41,7 milhões de euros. Tanto o nível dos resultados em operações financeiras, como o nível das provisões no semestre, encontram-se afetados, de forma não recorrente, pelo cancelamento de uma operação de cobertura *non-performing*.

O resultado líquido do Banco no primeiro semestre foi de 28,6 milhões de euros, permitindo atingir um ROE de cerca de 17% e um rácio *cost-to-income* de 20,4%.

(milhões de euros)

CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO - INDICADORES ⁽¹⁾	Variação			
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	10,4	9,2	-1,3	-12,1%
Comissões líquidas	17,5	10,9	-6,6	-37,5%
Resultados de operações financeiras	4,4	48,6	44,2	1005,3%
Produto global da atividade	31,9	68,2	36,3	113,6%
Custos de estrutura	12,0	13,9	1,9	15,9%
Resultado bruto de exploração	19,9	54,3	34,4	172,4%
Provisões e imparidades	14,7	41,7	27,1	184,8%
Resultado líquido	2,6	28,6	25,9	986,0%
Ativo líquido	1.751	1.445	-306	-17,5%
Aplicações em títulos	581	559	-22	-3,9%
Crédito a clientes (líq.)	330	277	-53	-16,1%
Depósitos de clientes	285	286	1	0,3%

(1) Contas consolidadas estatutárias

Relativamente à atividade desenvolvida no período, destaca-se o papel do Banco nas emissões da República Portuguesa, enquanto *co-lead manager* do novo *benchmark* a 10 anos (OT 4,125% com vencimento em 2027), operação que ascendeu a 3 mil milhões de euros e enquanto coordenador global conjunto da emissão de OTRV (1.000 milhões de euros com vencimento em 2022).

No que se refere ainda a operações do mercado de capitais, o CaixaBI atuou *como joint lead manager* e *joint bookrunner* na colocação da emissão AT1 da CGD (500 milhões de euros), na emissão de euronotes da Brisa (300 milhões de euros) e nas emissões obrigacionistas da Região Autónoma da Madeira (de 30 milhões de euros e de 220 milhões de euros, ambas com vencimento em 2022). Destaca-se também o papel do Banco na organização e liderança do empréstimo obrigacionista à Altri/Celbi, no montante 70 milhões de euros com vencimento em 2024.

Também no período, foi concluída com sucesso a assessoria à Inter-Risco/Nors na alienação de 100% do capital da MasterTest, transação que aguarda aprovações regulatórias.

No que respeita à atividade de capital de risco, desenvolvida através de quatro fundos especializados, foram analisadas 148 oportunidades de investimento no semestre, tendo sido aprovadas 6 operações, correspondentes a um investimento potencial de cerca de 3 milhões de euros. Destaque também para a realização da terceira edição do Caixa Empreender Award, evento que contou com quase 850 participantes e, a par da apresentação de mais de 50 projetos, promoveu a realização de *workshops* com a participação dos programas de aceleração e *round-tables* com incubadoras nacionais.

O contributo do CaixaBI para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 atingiu os 36 milhões de euros.

CRÉDITO ESPECIALIZADO

Caixa Leasing e Factoring

A Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S. A. (CLF) representa o Grupo CGD no crédito especializado, desenvolvendo a sua atividade nos setores da locação financeira (*leasing* imobiliário e *leasing* mobiliário), do *factoring* e do crédito ao consumo.

A atividade comercial da Sociedade, no primeiro semestre de 2017, destaca-se o *factoring* que cresceu 13,0% face ao período homólogo e o crédito ao consumo que triplicou a respetiva produção.

(milhões de euros)

CAIXA LEASING E FACTORING - PRODUÇÃO			Variação	
Produto	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Total <i>leasing</i>	216	143	-73	-33,9%
<i>Leasing</i> imobiliário	55	32	-23	-41,9%
<i>Leasing</i> mobiliário	161	111	-50	-31,1%
Factoring	1.305	1.476	170	13,0%
<i>Factoring</i> Doméstico e Internacional	859	967	108	12,6%
<i>Confirming</i>	446	509	62	14,0%
Crédito ao consumo	3	9	6	220,0%
<i>da qual:</i>				
Financiamento automóvel ⁽¹⁾	68	71	3	4,0%
<i>Leasing</i> mobiliário	65	62	-4	-5,7%
Crédito ao consumo	3	9	6	223,2%

(1) Viaturas ligeiras.

O ativo líquido da Sociedade decresceu cerca de 3,9%, em resultado da diminuição verificada na carteira de crédito a clientes (líquido), no valor de 52,0 milhões de euros.

O produto global da atividade gerado pela CLF até junho de 2017 ascendeu a 20,9 milhões de euros, o que representou um aumento de 15,5% face ao período homólogo de 2016. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, a variação positiva registada nos outros resultados de exploração e nos resultados decorrentes da alienação de outros ativos.

Os custos operacionais diminuíram 2,5% e as provisões e imparidades diminuíram 9,5 milhões de euros, face ao período homólogo de 2016.

A Caixa Leasing e Factoring obteve um resultado líquido positivo em 8,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2017, que compara com os 13,4 milhões de euros obtidos em igual período do ano anterior.

(milhões de euros)

CAIXA LEASING E FACTORING - INDICADORES			Variação	
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	20,5	19,3	-1,2	-6,1%
Produto global da atividade	18,1	20,9	2,8	15,5%
Custos de estrutura	6,9	6,7	-0,2	-2,5%
Resultado bruto de exploração	11,2	14,1	3,0	26,7%
Provisões e imparidades	-9,9	-0,4	9,5	-
Resultado líquido	13,4	8,4	-5,0	-37,5%
Ativo líquido	2.453	2.357	-96	-3,9%
Crédito a clientes (líq.)	2.239	2.187	-52	-2,3%

O contributo da CLF para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 atingiu os 8,5 milhões de euros.

GESTÃO DE ATIVOS

A evolução da atividade de Gestão de Ativos no grupo CGD no primeiro semestre de 2017 beneficiou da boa performance dos mercados financeiros, que se concretizou numa maior procura de soluções de investimento por parte dos clientes, em contraste com a evolução menos positiva verificada no ano anterior.

Até junho de 2017, os proveitos gerados pela atividade de Gestão de Ativos da CGD, que incluem as comissões de gestão e de depósito, evoluíram no seu conjunto positivamente, com particular destaque nos Fundos Mobiliários. Este efeito resulta da maior ênfase dada nas campanhas junto da rede comercial, aos fundos com maior valor acrescentado para o cliente, nomeadamente a gama de fundos diversificada - Multiativos, em detrimento dos fundos de mercado monetário de baixo retorno e baixo comissionamento. Na sua totalidade, os proveitos obtidos através da gestão de ativos registou um incremento de 6,0%, face ao semestre homólogo, de 23,8 para 25,2 milhões de euros.

(milhões de euros)

COMISSÕES BRUTAS GERADAS			2017-06 vs. 2016-06	
	2016-06	2016-12	2017-06	(%)
Fundos mobiliários	9,9	20,8	12,4	25,5%
Fundos imobiliários	5,2	10,1	3,9	-25,3%
Fundos de pensões	2,9	6,1	3,0	1,4%
Gestão de carteiras	5,7	11,2	5,9	3,1%
Total	23,8	48,2	25,2	6,0%

No final do primeiro semestre de 2017, o montante sob gestão diminuiu 1,3% face a junho de 2016 para 27.120 milhões de euros, devido à diminuição em algumas carteiras de clientes institucionais de elevado volume.

(milhões de euros)

GESTÃO DE ATIVOS - INDICADORES ⁽¹⁾			Variação	
	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Comissões líquidas	9,3	9,8	0,4	4,8%
Produto global da atividade	9,8	10,0	0,1	1,5%
Custos de estrutura	6,5	6,3	-0,2	-3,1%
Resultado bruto de exploração	3,3	3,7	0,3	10,4%
Provisões e imparidades	-0,1	0,1	0,2	-
Resultado líquido	2,7	2,7	0,1	2,0%
Ativos sob gestão	27.478	27.120	-358	-1,3%
Caixagest - F. Inv. Mobiliários	3.698	3.519	-179	-4,8%
Fundger - F. Inv. Imobiliários	1.160	969	-191	-16,5%
CGD Pensões - Fundo de Pensões	3.315	3.639	324	9,8%
Caixagest - Gestão de Patrimónios	19.305	18.993	-312	-1,6%

(1) O montante da "Gestão de Patrimónios" exclui os Fundos de Pensões cuja gestão se encontra subcontratada à Caixagest e que já se encontram incluídos na linha anterior; elimina-se assim a duplicação de valores.

Registou-se contudo, um aumento no montante sob gestão no segmento de Fundo de Pensões.

Fundos mobiliários - Caixagest

No primeiro semestre de 2017, o mercado de fundos de investimento mobiliário português registou um aumento de 7,2%.

No final de junho, a Caixagest geria 28 fundos de investimento mobiliário, no valor de 3.519 milhões de euros, aplicados em diversos mercados financeiros internacionais.

Em janeiro foi lançado o fundo Caixagest Investimento Socialmente Responsável, o primeiro do género em Portugal, um fundo multi-ativos com um filtro na seleção de empresas com critérios de boas práticas de *governance*, ambiente e sustentabilidade.

(milhões de euros)

FUNDOS MOBILIÁRIOS SOB GESTÃO				Variação		Variação	
	2016-06	2016-12	2017-06	2017-06 vs 2016-06		2017-06 vs 2016-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Fundos de mercado monetário	1.930	1.685	1.317	-613	-31,8%	-369	-21,9%
Fundos de obrigações	367	293	505	138	37,5%	211	72,1%
Fundos de multi-ativos	419	485	631	212	50,7%	147	30,3%
Fundos de ações	395	453	499	104	26,4%	47	10,3%
Fundos especiais de investimento	458	473	436	-22	-4,8%	-36	-7,6%
Fundos de capital protegido	128	131	131	3	2,0%	0	0,1%
Total	3.698	3.519	3.519	-178	-4,8%	0	0,0%

Fundos imobiliários – Fundger

No final de junho, a Fundger geria 21 fundos imobiliários com um valor líquido de 969 milhões de euros. O valor do fundo Fundimo, em particular, aumentou em resultado da recuperação da rentabilidade e da entrada de novas subscrições. Os fundos fechados começaram a beneficiar de um maior dinamismo da atividade de desenvolvimento e promoção imobiliária.

(milhões de euros)

FUNDOS IMOBILIÁRIOS SOB GESTÃO				Variação		Variação	
	2016-06	2016-12	2017-06	2017-06 vs 2016-06		2017-06 vs 2016-12	
				Abs.	(%)	Abs.	(%)
Fundos abertos (fundo Fundimo)	562	563	571	9	1,6%	8	1,5%
Fundos fechados	598	388	398	-200	-33,5%	10	2,6%
Total	1.160	950	969	-191	-16,5%	19	2,0%

Fundos de pensões - CGD Pensões

O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões no final de junho de 2017, situava-se em 3.639 milhões de euros, mais 5,8% que no início do ano. Para este aumento contribuiu sobretudo a valorização dos fundos de pensões fechados.

(milhões de euros)

FUNDOS SOB GESTÃO				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Fundos abertos	447	440	431	-16	-3,5%	-8	-1,9%
Fundos fechados	2.868	3.001	3.207	339	11,8%	207	6,9%
Total	3.315	3.440	3.639	324	9,8%	198	5,8%

Gestão de patrimónios - Caixagest

O valor das carteiras geridas pela Caixagest diminuiu ligeiramente (-2,8%), devido sobretudo à redução de algumas carteiras de Institucionais para fazer face a responsabilidades por estas assumidas, situando-se em 18.993 milhões de euros, no final de junho.

De destacar, o serviço de gestão de carteiras de clientes particulares que continuou a desenvolver-se em articulação com a rede comercial da CGD, tendo registado um crescimento extraordinário de 70,8% face ao semestre homólogo.

(milhões de euros)

CARTEIRAS SOB GESTÃO ⁽¹⁾				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Carteiras de seguros	12.857	13.023	11.978	-879	-6,8%	-1.045	-8,0%
Institucionais	6.128	6.070	6.219	91	1,5%	150	2,5%
Particulares e empresas	320	438	796	476	148,8%	358	81,7%
Total	19.305	19.530	18.993	-312	-1,6%	-537	-2,8%

(1) Excluindo Fundos de Pensões

O contributo da área de gestão de ativos para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 atingiu 2,7 milhões de euros.

1.5.1.2. ATIVIDADE INTERNACIONAL

No decurso do 1º semestre de 2017, a atividade da área internacional prosseguiu a missão de criação de valor através de uma oferta ampla e competitiva de serviços tanto transacionais como de *trade finance*, que permitiu à Caixa manter o seu foco na dinamização e consolidação das relações com a sua clientela internacional.

Na oferta de serviços que o mercado reconhece como particularmente distintivos, durante este semestre, manteve-se um forte dinamismo, com o intuito de facilitar e dar resposta às mais diversas necessidades, derivadas das relações comerciais ou da presença dos clientes, nas diferentes geografias. Esta oferta Caixa é suportada na rede internacional e na vasta rede de bancos correspondentes.

A Caixa continuou a aperfeiçoar a sua proposta de valor nos produtos e serviços de comércio externo durante o 1º semestre de 2017, nomeadamente através do robustecimento das funcionalidades disponíveis na plataforma Caixadirecta Empresas, no lançamento do “Forfait – desconto sem recurso de créditos documentários de exportação” e no lançamento de produtos e serviços na divisa chinesa Renmimbi (“RMB”).

O “Serviço de *Intelligence* de mercado”, criado, na vertente Empresas no site www.cgd.pt, permite a consulta rápida de informação específica de mercado, nomeadamente, os principais indicadores económicos, de risco, de comércio internacional e bilateral, ambiente de negócios e soluções para os nossos clientes.

Na atividade do segmento empresas, neste período, foi dada continuidade às iniciativas e atividades de integração do negócio internacional, desenvolvidas durante o ano de 2016, visando a maximização de sinergias entre a rede comercial doméstica e a rede internacional. Estas atividades têm permitido um aprofundamento do conhecimento e partilha de informação, que se tem traduzido numa maior dinâmica na articulação e potenciação do negócio, consubstanciando-se num aumento global do número de novos clientes e contributo crescente do negócio internacional, nos resultados consolidados do Grupo CGD.

Até junho e em articulação com as unidades no exterior foram analisadas 85 propostas de concessão de crédito, que comportavam renovações de limites e novas operações, que realizam um acréscimo no montante analisado de 11%, face ao período homólogo. Foram também analisadas propostas de operações de financiamento, na modalidade de crédito ao importador, com a finalidade de apoiar o esforço de exportação de produtos e serviços de origem nacional. Neste âmbito, encontram-se em negociações com a República de Angola, operações cujo montante é superior a 210 milhões de euros.

No que concerne às linhas concessionais de apoio à exportação, a CGD continuou a proceder a desembolsos, para apoio às empresas portuguesas, tendo pago, no decurso do período em análise, faturas no valor global de 14,5 milhões de euros. De salientar, a entrada em vigor e o 1ª desembolso, da 2ª linha para o Reino de Marrocos, em 2017. Do total das linhas concessionais, afetas à Caixa, no valor de 1.480 milhões de euros, já foram realizados desembolsos num total de 979,1 milhões de euros, correspondendo a 93,4 % do valor dos 138 projetos imputados nas várias linhas.

Ao nível da gestão relacional com bancos e entidades multilaterais destaca-se a utilização crescente dos programas de facilitação do comércio externo das Entidades Multilaterais e os acordos para a venda de risco, os quais têm permitido alargar o âmbito das operações de *trade* aprovadas e desta forma corresponder, ainda melhor, às necessidades dos nossos clientes.

No segmento de clientes particulares residentes no estrangeiro, a Caixa manteve o seu foco na dinamização e consolidação de relações com este segmento, através da sua rede comercial em Portugal, da maior abrangência dos seus modelos de serviço de banca à distância – Caixazul Internacional e Caixadirecta Internacional – e, da articulação permanente com as unidades do grupo, nas diferentes geografias, em que está presente.

A CGD continuou a reforçar a quota de mercado, nos depósitos de emigrantes 43% (face a 42% em dezembro de 2016). Ao nível do crédito registou-se a manutenção da quota, face a dezembro do ano transato, na ordem dos 35%. Importa, também, destacar os investimentos de estrangeiros no mercado imobiliário em Portugal, que a Caixa conseguiu concretizar.

O contributo da área de negócio internacional para o resultado líquido consolidado do Grupo alcançou no 1º semestre deste ano 119,5 milhões de euros (+2,0% do que em igual período do ano precedente).

(milhões de euros)

ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA ⁽¹⁾	2016-06	2017-06	Variação
			(%)
Margem financeira alargada	266,5	288,1	8,1%
Resultados de serviços e comissões	57,4	51,1	-10,9%
Resultados de operações financeiras	65,2	74,7	14,6%
Outros resultados exploração	-5,5	-15,3	-
Produto global da atividade	383,6	398,6	3,9%
Custos com pessoal	103,3	107,2	3,7%
Gastos gerais administrativos	67,9	67,3	-0,9%
Depreciações e amortizações	14,2	17,4	22,6%
Custos de estrutura	185,4	191,9	3,5%
Resultado bruto de exploração	198,2	206,7	4,3%
Imparidade de crédito líq.	32,7	29,7	-9,3%
Provisões e impar.de out.ativos líq.	0,7	13,4	-
Resultados operacionais	164,8	163,7	-0,7%
Impostos	39,5	33,4	-15,4%
Resultados depois impostos e antes de inter. que não controlam	125,3	130,3	4,0%
Interesses que não controlam	13,0	18,0	38,9%
Resultados de filiais detidas para venda	4,6	7,3	59,2%
Resultados em empresas por equivalência patrimonial	0,3	0,0	-
Resultado líquido	117,2	119,5	2,0%

(1) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas.

O produto global da atividade aumentou 15,0 milhões de euros (+3,9%), com a margem financeira alargada a progredir 21,6 milhões de euros (+8,1%). Os resultados de operações financeiras atingiram 74,7 milhões de euros (+14,6% do que no semestre homólogo do ano anterior).

Os custos de estrutura registaram uma variação de +3,5% e as provisões e imparidades de +29,1%.

O contributo da atividade internacional para o resultado bruto de exploração, em base consolidada, aumentou 8,6 milhões de euros (+4,3%) relativamente ao período homólogo do exercício anterior.

(milhões de euros)

ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA OS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS	2016-06	2017-06	Variação
			Abs. (%)
BNU Macau	31,0	28,8	-2,2 -7,1%
BCG Angola	6,9	12,1	5,2 75,0%
BCG Espanha	10,5	12,8	2,3 21,7%
Mercantile Bank (África do Sul)	4,6	7,0	2,4 52,4%
BCI (Moçambique)	6,7	6,7	0,0 0,0%
África - outras unidades	-0,5	-1,3	-0,8 -
BCG Brasil	1,2	0,4	-0,8 -69,1%
Sucursais	60,1	16,3	-43,8 -72,8%
das quais: Sucursal de França	55,3	20,7	-34,6 -62,6%
CGD Investimentos, CVC (Brasil)	0,3	40,9	40,7 -
Outros	-3,5	-4,1	-0,6 -
Total	117,2	119,5	2,3 2,0%

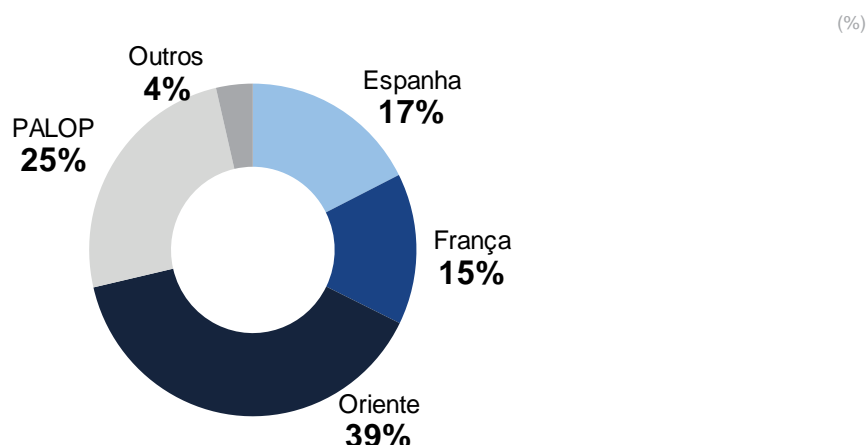
O resultado líquido recorrente obtido no 1º semestre de 2017 pela atividade internacional teve como maiores contribuidores o BNU Macau (28,8 milhões de euros), a Sucursal de França (20,7 milhões de

euros), o BCG Espanha (12,8 milhões de euros) e o BCG Angola (12,1 milhões de euros).

O ativo líquido consolidado da área internacional verificou uma redução de 4,6% quando comparado com dezembro de 2016, situando-se nos 21.931 milhões de euros, evolução influenciada pelo comportamento do crédito a clientes (líquido), que diminuiu 816 milhões de euros (-6,0%) para 12.884 milhões de euros. Para esta última redução contribuíram sobretudo o BNU Macau, a Sucursal de França e a Sucursal de Espanha, com variações negativas de 287 milhões (-9,3%), 252 milhões (-6,7%) e 111 milhões de euros (-19,1%), respetivamente.

O contributo da área internacional para o total dos depósitos registou um decréscimo, atingindo um total de 14.996 milhões de euros (-7,3% do que em dezembro de 2016). Esta evolução deveu-se ao comportamento observado nas unidades do Grupo na Ásia, as quais representam ainda assim cerca de 39% dos depósitos de clientes na área internacional.

DEPÓSITOS DE CLIENTES NA ÁREA INTERNACIONAL



Nota: PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PRINCIPAIS UNIDADES

BNU Macau

Nos primeiros seis meses de 2017, o volume total de negócio do BNU Macau registou uma contração face ao período homólogo do ano anterior, principalmente devido à decisão estratégica de gestão de saída das operações de crédito de maior risco e de diminuição dos depósitos com custos mais elevados.

De modo, a carteira de crédito a clientes diminuiu 10,5% face a junho de 2016, situando-se nos 24.250 milhões de patacas (MOP), e os depósitos de clientes totalizaram MOP 44.260 milhões (-15,0%).

O rácio de transformação no final de junho de 2017 foi de 54,8%, o que compara com os 52,1% um ano antes.

Face à evolução descrita, o ativo líquido decresceu 7,6% em relação a junho de 2016 para MOP 61.446 milhões.

No 1º semestre de 2017 o produto global da atividade registou um decréscimo de 5,3% face a idêntico período do ano anterior, para o que contribuiu essencialmente a redução dos resultados em operações financeiras e, em menor grau, o decréscimo da margem financeira (-1,8%).

O montante das comissões líquidas estabilizou em cerca de MOP 93 milhões (+0,1% face ao semestre homólogo anterior).

Os custos de estrutura registaram um aumento de 6,2% no período em análise, influenciado pela abertura de duas novas agências, uma em junho de 2016 e outra em dezembro de 2016, conduzindo a um rácio de eficiência de 37,3%, que compara com 33,3% um ano antes.

As provisões e imparidades sofreram um decréscimo no período em análise, de MOP 9 milhões, devido à redução da carteira de crédito.

BNU - MACAU	(milhões de euros)			(milhões de patacas)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	42,9	43,4	1,1%	383	376	-1,8%
Produto global da atividade	55,3	53,9	-2,5%	493	467	-5,3%
Custos de estrutura	18,4	20,1	9,4%	164	174	6,2%
Resultado bruto de exploração	36,9	33,8	-8,4%	329	293	-11,0%
Provisões e imparidades	1,8	0,8	-54,4%	16	7	-55,8%
Resultado líquido	31,0	28,8	-7,1%	276	249	-9,8%
Ativo líquido	7.447,4	7.088,5	-4,8%	66.471	61.446	-7,6%
Crédito a clientes (líq)	3.036,8	2.797,6	-7,9%	27.105	24.250	-10,5%
Depósitos de clientes	5.833,1	5.106,0	-12,5%	52.063	44.260	-15,0%

Taxa de câmbio EUR/MOP: Balanço: 8,87193 em jun/2016 e 9,17398 em jun/2017; DR: 8,92538 em jun/2016 e 8,66837 em jun/2017

O contributo do BNU Macau para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 ascendeu a 28,8 milhões de euros (31,0 milhões de euros no semestre homólogo de 2016).

Sucursal de França

O balanço da Sucursal de França (CGD França) totalizou 4.386 milhões de euros em junho de 2017, registando uma quebra de 6,6% em termos homólogos. Para esta evolução contribuíram nomeadamente reduções do crédito a clientes da atividade da Tesouraria e das aplicações em instituições de crédito, acompanhadas do lado do passivo, pelo decréscimo dos recursos de instituições de crédito e dos títulos de dívida emitidos.

A carteira de crédito a clientes (líquido) atingiu 3.510 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 9,9% face a junho de 2016. Esta evolução teve origem na carteira internacional, já que a carteira da Rede registou um acréscimo de 10,1% para 1.975 milhões de euros, com destaque para o segmento das empresas, que aumentou 20,5% para 1.071 milhões de euros.

Os depósitos de clientes totalizaram 2.209 milhões de euros, situando-se abaixo de junho do ano transato em 3,8%, o que refletiu a diminuição das operações da atividade Tesouraria, compensada por um crescimento de 5,4% dos depósitos na Rede que ascenderam a 2.159 milhões de euros.

A margem financeira e as comissões líquidas evoluíram favoravelmente totalizando respetivamente 53,2 milhões de euros (+5,7% em comparação com o período homólogo do ano transato) e 14,9 milhões de euros (+11,1%).

Os custos de estrutura aumentaram 4,2 milhões de euros (+15,9%) comparativamente ao 1º semestre de 2016, para o que contribuiu os custos com pessoal que se agravaram em 2,6 milhões de euros, decorrente das renegociações salariais e da provisão do subsídio de férias (habitualmente efetuada em dezembro).

A CGD França alcançou um resultado líquido de 18,4 milhões de euros no 1º semestre de 2017, que compara com 63,5 milhões de euros registados no período homólogo anterior, incorporando este último um ganho extraordinário resultante de uma operação da atividade Tesouraria que gerou uma mais-valia líquida de cerca de 28 milhões de euros.

(milhões de euros)				
SUCURSAL DE FRANÇA		Variação		
		2017-06 vs 2016-06		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	50,4	53,2	2,9	5,7%
Produto global da atividade	103,3	65,2	-38,1	-36,9%
Custos de estrutura	26,5	30,7	4,2	15,9%
Resultado bruto de exploração	76,8	34,4	-42,4	-55,2%
Provisões e imparidades	0,9	5,9	5,0	531,6%
Resultado líquido	63,5	18,4	-45,2	-71,1%
Ativo líquido	4.696,3	4.385,8	-310,5	-6,6%
Crédito a clientes (líq)	3.894,4	3.509,5	-384,9	-9,9%
Depósitos de clientes	2.296,6	2.208,5	-88,1	-3,8%

O contributo da Sucursal de França para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 foi de 20,7 milhões de euros.

BCG Espanha

O 1º semestre de 2017 foi o sétimo semestre consecutivo em que o BCG Espanha apresentou resultados líquidos positivos, superando a difícil conjuntura em que atua e continuando a crescer em negócio, principalmente com empresas que trabalham no mercado ibérico e noutros mercados em que o Grupo CGD tem presença significativa.

No início de 2017 terminou o programa de reestruturação do BCG Espanha, acordado pelo Estado português e pela CGD em 2013 com as autoridades da concorrência europeias, tendo o BCG cumprido integralmente os objetivos consignados.

Apesar do mercado espanhol continuar a assistir à queda do volume total de crédito, a carteira de crédito do BCG Espanha aumentou 90 milhões de euros (+2,8%) em termos homólogos, para 3.242 milhões de euros no final de junho de 2017, com o crédito a empresas a progredir 18%. O ativo líquido alcançou os 5.276 milhões de euros, com um crescimento de 3,9% face a junho de 2016.

Também os depósitos de clientes evoluíram positivamente, com um aumento de 59 milhões de euros (+2,3%), o que permitiu alcançar um rácio de transformação de 123%, em linha com o ano anterior, e cumprir sem problemas com o rácio de liquidez.

Não obstante a manutenção das taxas Euribor em terreno negativo, o crescimento da carteira de crédito e a redução do custo dos depósitos permitiu um aumento da margem financeira em 0,5 milhões de euros (+1,3%) relativamente ao 1º semestre de 2016. Este resultado foi alcançado apesar da carteira de dívida pública ter reduzido o seu contributo para a margem financeira em 1,4 milhões de euros (-6,8%), dando assim continuidade à política que tem vindo a ser seguida de redução do peso desta carteira no balanço e nos resultados do Banco.

Deu-se continuidade à política anterior de gestão do risco de crédito, situando-se o montante de imparidades de crédito em 3,5 milhões de euros, valor superior ao do semestre homólogo de 2016 (+8%). Em contrapartida, registou-se uma reversão de provisões e outras imparidades pelo mesmo montante.

O resultado antes de impostos atingiu 18,3 milhões de euros, +21,7% que no semestre homólogo de 2016. O resultado líquido de impostos foi de 12,8 milhões de euros, o que permitiu manter a rentabilidade do capital em cerca de 5%.

(milhões de euros)				
BCG ESPANHA		Variação 2017-06 vs 2016-06		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	38,8	39,3	0,5	1,3%
Produto global da atividade	46,6	46,7	0,1	0,2%
Custos de estrutura	28,1	28,4	0,3	1,2%
Resultado bruto de exploração	18,5	18,3	-0,2	-1,1%
Provisões e imparidades	3,5	0,0	-3,5	-98,8%
Resultado líquido	10,5	12,8	2,3	21,7%
Ativo líquido	5.076,1	5.276,0	199,9	3,9%
Crédito a clientes (líq)	3.152,3	3.241,8	89,6	2,8%
Depósitos de clientes	2.574,9	2.633,6	58,7	2,3%

O contributo do BCG Espanha para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 foi de 12,8 milhões de euros.

BCG Angola

O ativo líquido do BCG Angola ascendeu a 303.317 milhões de kwanzas (AOA), o que representou uma redução de 11,7% face a junho de 2016. Contudo, a carteira de crédito (líquido) mostrou uma evolução positiva registando um ligeiro acréscimo de 0,3% para situar-se em AOA 92.849 milhões.

Os depósitos de clientes reduziram 11,4% situando-se em AOA 237.236 milhões.

O 1º semestre de 2017 do Banco Caixa Geral Angola ficou marcado por uma captação de ativos rendíveis bastante aquém do previsto, sobretudo ao nível dos títulos de dívida pública, devido à ausência de leilões de dívida, com um impacto determinante na margem financeira. Apesar desta situação, esta rubrica progrediu 37,9%, ascendendo a AOA 11.336 milhões.

O produto global da atividade cresceu 9,4% alcançando AOA 11.460 milhões, afetado de forma desfavorável pela *performance* dos resultados cambiais, associados à escassez de divisas no mercado doméstico, e pela quebra significativa no volume de comissões.

Também beneficiando do menor volume de provisões e imparidades (-45,3% face ao 1º semestre de 2016), o BCG Angola alcançou um resultado líquido de AOA 4.263 milhões, +73,7% que no mesmo período de 2016.

(milhões de euros)				(milhões de kwanzas)		
BCG - ANGOLA		Variação		Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	45,8	63,4	38,3%	8.222	11.336	37,9%
Produto global da atividade	58,4	64,1	9,8%	10.472	11.460	9,4%
Custos de estrutura	26,1	28,0	7,2%	4.679	4.999	6,8%
Resultado bruto de exploração	32,3	36,1	11,9%	5.793	6.461	11,5%
Provisões e imparidades	15,1	8,3	-45,1%	2.710	1.482	-45,3%
Resultado líquido	13,7	23,8	74,3%	2.454	4.263	73,7%
Ativo líquido	1.874,8	1.610,3	-14,1%	343.436	303.318	-11,7%
Crédito a clientes (líq)	505,2	492,9	-2,4%	92.546	92.849	0,3%
Depósitos de clientes	1.462,5	1.259,5	-13,9%	267.898	237.236	-11,4%

Taxa de câmbio EUR/AOA: Balanço 183,18373 em jun/2016 e 188,35939 em jun/2017; DR: 179,35933 em jun/2016 e 178,77894 em jun/2017

O contributo do BCG Angola para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 alcançou 12,1 milhões de euros.

Banco Comercial e de Investimentos

No primeiro semestre de 2017, o BCI consolidou a sua posição de liderança no sistema bancário moçambicano, com as quotas de mercado no crédito, depósitos e ativos a atingirem, respetivamente, 30,7%, 30,0% e 29,0% em junho de 2017.

O balanço do BCI evidenciou uma situação patrimonial e financeira positiva, com um crescimento global do ativo em 14.226 milhões de meticais (MZN) (+10,6%) ao ascender a MZN 147.975 milhões, refletindo os efeitos do aumento da carteira de aplicações em instituições de crédito, dos ativos financeiros, bem como das disponibilidades no Banco de Moçambique.

A carteira de crédito (líquido) reduziu 2,6% quando comparada com junho de 2016 (MZN -2.110 milhões) tendo-se situado em MZN 77.586 milhões, evolução derivada do aumento dos custos de financiamento e da redução na procura, com especial incidência no segmento das famílias que registou uma variação negativa de MZN 2.370 milhões.

Os depósitos de clientes cifraram-se em MZN 108.400 milhões no final de junho de 2017, tendo registado um aumento de MZN 11.471 milhões (+11,8%), impulsionados pelo volume de recursos em moeda nacional que aumentou MZN 10.474 milhões (+15,3%), revelando um incremento de liquidez na economia.

O rácio de transformação atingiu, em junho de 2017, 71,6%, correspondente a -10,6p.p em relação a junho de 2016 (82,2%).

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as regras de Basileia II, apresentou uma melhoria significativa ao passar de 13,9% em junho de 2016 para 15,9% em junho de 2017, evolução que está associada à incorporação em reservas de parte dos resultados do exercício anterior.

Os capitais próprios do Banco registaram um reforço, ascendendo a MZN 12.046 milhões (+15,5%).

O produto global da atividade registou um desempenho positivo, alcançando MZN 5.179 milhões (+13,7%), fruto do crescimento da margem financeira (+45,0%) que se fixou em MZN 3.897 milhões, beneficiando da subida das taxas de juro de crédito.

Não obstante o agravamento dos custos de estrutura em MT 357 milhões (+11,7%), resultante do aumento de todas as suas componentes, o rácio *cost-to-income* apresentou uma melhoria ao atingir o nível de 65,8%, o que representou 1,2 p.p. abaixo do nível registado no período homólogo (67,0%).

O rácio de rentabilidade dos ativos (ROA) registou um incremento de 0,67 p.p. face ao período homólogo (1,15% em junho de 2016, 1,88% em junho de 2017).

Deste modo, o resultado líquido do BCI ascendeu a MZN 899 milhões, revelando um incremento de MZN 159 milhões (+21,4%) relativamente ao alcançado no mesmo período de 2016.

BCI - MOÇAMBIQUE	(milhões de euros)			(milhões de meticais)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	46,5	54,7	17,7%	2.688	3.897	45,0%
Produto global da atividade	78,8	72,7	-7,7%	4.555	5.179	13,7%
Custos de estrutura	52,8	47,8	-9,3%	3.050	3.407	11,7%
Resultado bruto de exploração	26,0	24,9	-4,4%	1.505	1.773	17,8%
Provisões e imparidades	7,8	5,4	-30,3%	448	385	-14,1%
Resultado líquido	12,8	12,6	-1,4%	740	899	21,4%
Ativo líquido	1.906,1	2.198,0	15,3%	133.749	147.975	10,6%
Crédito a clientes (líq)	1.135,8	1.152,5	1,5%	79.696	77.586	-2,6%
Depósitos de clientes	1.381,3	1.610,2	16,6%	96.929	108.400	11,8%

Taxa de câmbio EUR/MZN: Balanço: 70,1705 em jun/2016 e 67,3219 em jun/2017; DR: 57,8001 em jun/2016 e 71,2099 em jun/2017

O contributo do BCI Moçambique para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 ascendeu a 6,6 milhões de euros.

Sucursal de Timor

O balanço da Sucursal de Timor diminuiu 58,4 milhões de dólares (USD) (-12,1%) quando comparado com período homólogo de 2016, sobretudo pela não renovação dos recursos de instituições de crédito referentes ao cliente Banco Central de Timor Leste.

A carteira de crédito líquido aumentou USD 3,3 milhões +11,3%, face a junho de 2016, influenciado pela evolução do crédito a empresas (+11,3%).

Num contexto de risco de crédito ainda bastante significativo, o crédito vencido aumentou 1,9%, face a junho de 2016, sendo o rácio de incumprimento de 37,8% e o rácio de cobertura de 140,3%.

A aplicação de mudanças no preçário tem vindo a resultar num gradual aumento das margens que contribuem para um produto global da atividade que cresce de forma sustentada (+9,4%, atingindo USD 6,0 milhões no 1º semestre de 2017).

A estrutura de custos registou um aumento de USD 0,2 milhões. De referir a conclusão da total remodelação das antigas agências dos municípios fora de Dili e a cobertura dos principais centros de negócio do país.

O crescimento do produto global de atividade a ritmo superior ao dos custos de estrutura permitiu assim obter um resultado bruto de exploração de USD 2,4 milhões, +13,3% que no mesmo período do ano anterior.

SUCURSAL DE TIMOR	(milhões de euros)			(milhões de dólares)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	3,7	4,2	11,1%	4,2	4,5	7,8%
Produto global da atividade	4,9	5,5	12,8%	5,4	6,0	9,4%
Custos de estrutura	3,0	3,3	10,3%	3,4	3,6	7,0%
Resultado bruto de exploração	1,9	2,2	16,8%	2,1	2,4	13,3%
Provisões e imparidades	-0,6	-0,8	-	-0,7	-0,9	-
Resultado líquido	2,2	3,0	32,7%	2,5	3,2	28,8%
Ativo líquido	432,8	369,9	-14,5%	480,5	422,1	-12,1%
Crédito a clientes (líq)	25,9	28,0	8,3%	28,7	32,0	11,3%
Depósitos de clientes	339,3	337,0	-0,7%	376,7	384,6	2,1%

Taxa de câmbio EUR/USD: Balanço: 1,1102 em jun 2016 e 1,1412 em jun 2017; DR: 1,11552 em jun 2016 e 1,08252 em jun 2017

O contributo da Sucursal de Timor para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 ascendeu a 2,2 milhões de euros, um aumento de 21,0% face ao semestre homólogo de 2016.

Destacam-se ainda alguns dos investimentos que contribuíram para que a marca BNU Timor seja hoje uma referência positiva no mercado:

- a adesão à rede VISA, quer através da aceitação quer da emissão de cartões, tornando-se no primeiro banco do país a emitir cartões com valência internacional (BNU VISA crédito e BNU VISA débito).
- a maior rede de canais eletrónicos do país com cerca de 50 ATM instaladas e cerca de 180 TPA/POS
- a instalação do primeiro sistema de certificação biométrica no processo de identificação de clientes particulares. Este mecanismo, permite que os levantamentos ao balcão se efetuem através da impressão digital biométrica, sem assinatura.

Por último salienta-se a atribuição do Certificado de Investidor Externo à Sucursal de Timor pelo Estado Timorense, reconhecendo-lhe os méritos dos investimentos que tem vindo a efetuar em prol da melhoria dos serviços financeiros apresentados ao mercado.

Banco Comercial do Atlântico

O balanço do Banco Comercial do Atlântico (BCA) no final de junho de 2017 apresentou um aumento de 3.085 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE) (+3,7%) face a igual data de 2016, que se deveu, essencialmente, ao crescimento das aplicações em instituições de crédito em CVE 2.958 milhões.

A carteira de crédito (líquido) manteve-se estável (-0,1% face a junho de 2016), atingindo CVE 44.684 milhões. Os créditos concedidos no primeiro semestre de 2017 não foram suficientes para cobrir a totalidade das amortizações normais da carteira. Em compensação, a excelente dinâmica imprimida na Linha PME, confirmada pelo relançamento da Linha «Mais 2 milhões», permitiu fortalecer a carteira de crédito a empresas e reflete a liderança do BCA no apoio às empresas nacionais.

Do lado do passivo, os depósitos de clientes alcançaram CVE 74.168 milhões, registando um aumento de 4,2%. O rácio de transformação diminuiu para 60,2% em junho de 2017.

No primeiro semestre do ano a margem financeira atingiu CVE 945 milhões, o que representa um aumento homólogo de 9,5%, evolução positiva que se deveu sobretudo à diminuição dos juros e encargos similares. Também as comissões líquidas registaram uma melhoria de 14,6% face ao semestre homólogo anterior.

Prosseguindo a política de racionalização da despesa, os custos de estrutura mantiveram-se controlados (apenas +0,1%), tendo o aumento dos custos com pessoal (+2,9%) sido compensado por uma redução dos gastos gerais administrativos (-4,2%).

O resultado líquido do semestre alcançou CVE 108 milhões, um crescimento de 35,7% em relação ao primeiro semestre de 2016.

O rácio de eficiência *cost-to-income* registou uma melhoria, atingindo 70,9% no 1º semestre de 2017.

BCA - CABO VERDE	(milhões de euros)			(milhões de escudos)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	7,8	8,6	9,5%	863	945	9,5%
Produto global da atividade	10,4	11,6	11,0%	1.151	1.278	11,0%
Custos de estrutura	8,2	8,2	0,1%	905	906	0,1%
Resultado bruto de exploração	2,2	3,4	51,1%	246	372	51,1%
Provisões e imparidades	2,2	2,2	-0,1%	245	245	-0,1%
Resultado líquido	0,7	1,0	35,7%	80	108	35,7%
Ativo líquido	753,7	781,7	3,7%	83.105	86.190	3,7%
Crédito a clientes (líq)	405,6	405,2	-0,1%	44.720	44.684	-0,1%
Depósitos de clientes	645,7	672,6	4,2%	71.202	74.168	4,2%

Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,26574 em jun/2016 e em jun/2017;

O contributo do BCA para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 ascendeu a 568 milhares de euros.

Banco Interatlântico

Os principais indicadores do Banco Interatlântico (BI) referentes ao primeiro semestre de atividade refletem o aprofundamento das iniciativas estratégicas decorrentes dos três vetores de actuação definidos pelo Banco: A melhoria da rentabilidade, a mitigação dos riscos e a qualificação dos recursos.

O crédito a clientes (líquido) aumentou 3,7% quando comparado com junho de 2016, alcançando 17.213 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE), tendo o segmento de habitação registado o maior crescimento.

Por sua vez os depósitos de clientes apresentaram uma ligeira quebra face a junho de 2016 (-1,8%), situando-se em CVE 22.873 milhões.

O rácio de transformação registou um aumento de cerca de 4 p.p, situando-se nos 75,3%, em consequência do aumento do crédito e diminuição dos depósitos.

A diminuição das taxas passivas permitiu uma diminuição dos custos financeiros em 8,7% face ao período homólogo de 2016.

O rácio *cost-to-income* diminuiu 10,6 p.p, devido ao crescimento do produto global da atividade em 25%, influenciado essencialmente pelo aumento da margem financeira, que superou o aumento dos custos operacionais.

O resultado líquido do período em análise ascendeu a CVE 67 milhões, que compara com o resultado negativo de CVE -3 milhões registado no período homólogo de 2016.

BANCO INTERATLÂNTICO	(milhões de euros)			(milhões de escudos)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	2,1	2,6	26,1%	231	291	26,1%
Produto global da atividade	2,9	3,7	25,2%	323	404	25,2%
Custos de estrutura	2,6	2,8	10,0%	282	311	10,0%
Resultado bruto de exploração	0,4	0,9	131,3%	41	94	131,3%
Provisões e imparidades	0,4	0,2	-38,4%	44	27	-38,4%
Resultado líquido	0,0	0,6	-	-3	67	-
Ativo líquido	238,7	234,7	-1,7%	26.316	25.877	-1,7%
Crédito a clientes (líq)	150,5	156,1	3,7%	16.598	17.213	3,7%
Depósitos de clientes	211,3	207,4	-1,8%	23.295	22.873	-1,8%

Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,26574 em jun/2016 e em jun/2017;

O contributo do Banco Interatlântico para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do 1º semestre de 2017 foi de 394 milhares de euros.

BCG Brasil

No contexto atual da economia brasileira, o Banco Caixa Geral - Brasil manteve uma atuação bastante conservadora, nomeadamente no tocante à expansão de sua carteira de crédito. O BCG Brasil focou a sua atividade creditícia no apoio a empresas portuguesas e a setores pouco expostos ao clima de desaceleração da economia brasileira.

A carteira de crédito líquida totalizou 467 milhões de reais (BRL) no final de junho de 2017, o que representou uma redução de 39,6% comparativamente a um ano atrás.

Por sua vez os depósitos de clientes cresceram 52,0%, alcançando os BRL 795 milhões.

O produto global de atividade cifrou-se em BRL 41 milhões, apresentando uma redução de 11% relativamente ao primeiro semestre de 2016, que se deveu à quebra na carteira de crédito.

Os custos de estrutura continuaram controlados, registando uma redução de 6,7% em termos homólogos. O indicador *cost-to-income* foi de 57,6% no 1º semestre de 2017.

O resultado bruto de exploração ascendeu a BRL 17 milhões, apresentando uma redução de 15,5%.

Refletindo uma postura prudente face a possíveis impactos advindos do cenário económico atual, as imparidades de crédito atingiram BRL 14 milhões no primeiro semestre de 2017, valor que compara com BRL 9 milhões no semestre homólogo de 2016.

O resultado líquido alcançado foi positivo de BRL 1,3 milhões.

BCG BRASIL	(milhões de euros)			(milhões de reais)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2016-06	2017-06	(%)	2016-06	2017-06	(%)
Margem financeira estrita	12,2	6,3	-47,8%	50,2	21,8	-56,6%
Produto global da atividade	11,0	11,8	7,4%	45,6	40,7	-10,6%
Custos de estrutura	6,1	6,8	12,2%	25,2	23,5	-6,7%
Resultado bruto de exploração	4,9	5,0	1,6%	20,4	17,3	-15,5%
Provisões e imparidades	2,6	4,3	63,0%	10,8	14,6	35,5%
Resultado líquido	1,2	0,4	-69,1%	5,0	1,3	-74,3%
Ativo líquido	642,6	527,7	-17,9%	2.306,7	1.984,1	-14,0%
Crédito a clientes (líq)	215,3	124,2	-42,3%	772,8	466,9	-39,6%
Depósitos de clientes	145,7	211,4	45,1%	523,1	794,8	52,0%

Taxa de câmbio EUR/BRL: Balanço: 3,5898 em jun/2016 e 3,76001 em jun/2017; DR: 4,13491 em jun/2016 e 3,43929 em jun/2017

O contributo do BCG Brasil para o resultado líquido consolidado do Grupo CGD do primeiro semestre de 2017 foi de 369 milhares de euros.

1.5.2. ATIVIDADE INDIVIDUAL

RESULTADOS

No primeiro semestre de 2017 a atividade individual da Caixa Geral de Depósitos gerou um resultado de exploração *core* (soma da margem financeira estrita e comissões, deduzida dos custos operativos recorrentes) de 179,2 milhões de euros o que representou um expressivo aumento de 120,5 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

Este comportamento beneficiou quer do crescimento da margem de juros em 83,6 milhões de euros face ao 1º semestre de 2016 (+25,7%) e dos resultados de serviços e comissões em 11,5 milhões de euros (+7,0%), quer da redução dos custos de estrutura recorrentes⁽¹⁾ em 25,4 milhões de euros (-5,9%).

Os rendimentos de instrumentos de capital aumentaram 5,2 milhões de euros face ao 1º semestre de 2016 (+12,4%), totalizando 47,0 milhões de euros.

Também os resultados de operações financeiras evoluíram muito favoravelmente, totalizando 160,1 milhões de euros decorrentes fundamentalmente do comportamento das taxas de juro em mercado e de uma adequada gestão dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro da carteira de títulos.

Face a estas evoluções, o produto global da atividade gerado pela atividade individual da CGD no semestre alcançou 759,0 milhões de euros, progredindo 301,3 milhões de euros (+65,9%) comparativamente ao semestre homólogo de 2016.

Os custos de estrutura registaram um aumento de 12,6 milhões de euros (+2,8%). Por componentes destacam-se o agravamento dos custos com pessoal (+26,8 milhões de euros, +10,2%) e a redução dos gastos administrativos (-15,4 milhões de euros, -10,0%). Sem o provisionamento, nos montantes de 20 milhões de euros no 1º semestre de 2016 e de 58 milhões de euros no 1º semestre de 2017, incorrido no âmbito dos Programas de Pré-Reformas e de Revogação por Mútuo Acordo, os custos

⁽¹⁾ Excluindo os custos não recorrentes referentes ao Programa de Pré-Reformas de 2016 e 2017 e ao Programa de Revogação por Mútuo Acordo.

com pessoal e os custos de estrutura teriam reduzido respetivamente 11,2 milhões de euros (-4,6%) e 25,4 milhões de euros (-5,9%) face ao semestre homólogo de 2016.

(milhares de euros)

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS (INDIVIDUAL) ⁽¹⁾				
	2016-06	2017-06	Variação	
			Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	1.014.228	868.926	-145.302	-14,3%
Juros e encargos similares	689.280	460.350	-228.930	-33,2%
Margem financeira	324.949	408.576	83.628	25,7%
Rendimentos de instrumentos de capital	41.824	47.005	5.181	12,4%
Margem financeira alargada	366.772	455.581	88.809	24,2%
Rendimentos de serviços e comissões	205.468	217.610	12.142	5,9%
Encargos com serviços e comissões	40.749	41.386	637	1,6%
Resultados de serviços e comissões	164.719	176.224	11.505	7,0%
Resultados de operações financeiras	-62.271	160.140	222.411	-
Outros resultados de exploração	-11.600	-32.981	-21.381	-
Margem complementar	90.848	303.383	212.535	233,9%
Produto global da atividade	457.620	758.964	301.344	65,9%
Custos com pessoal	264.092	290.922	26.829	10,2%
Gastos gerais administrativos	154.685	139.240	-15.445	-10,0%
Depreciações e amortizações	32.268	33.469	1.201	3,7%
Custos de estrutura	451.045	463.631	12.585	2,8%
Resultado bruto de exploração	6.574	295.334	288.759	-
Imparidade do crédito (líquido)	292.671	43.866	-248.806	-
Provisões e imparidades de outros ativos (líquido)	35.346	60.199	24.853	70,3%
Provisões e imparidades	328.017	104.064	-223.953	-68,3%
Resultados operacionais	-321.443	191.269	512.712	-
Impostos	-18.903	111.446	130.349	-
Correntes	41.434	78.615	37.181	89,7%
Diferidos	-96.797	-679	96.118	-
Contribuição especial sobre o setor bancário	36.460	33.509	-2.950	-
Resultado líquido	-302.540	79.823	382.363	-

(1) Inclui CGD Portugal e as Sucursais da CGD no exterior.

As provisões e imparidades totalizaram no semestre 104,1 milhões de euros (-68,3% do que no período homólogo do ano anterior).

Os resultados operacionais do semestre atingiram assim 191,3 milhões de euros. Deduzidos dos impostos no montante de 111,4 milhões de euros, dos quais 33,5 milhões de euros relativos à contribuição especial sobre o setor bancário, o resultado líquido alcançou um valor positivo de 79,8 milhões de euros.

BALANÇO

O ativo líquido da atividade individual da CGD alcançou, no final de junho de 2017, 86.320 milhões de euros, valor superior ao registado em dezembro de 2016 em 3.412 milhões de euros (+4,1%). Esta progressão traduziu o impacto das operações de recapitalização atrás referidas, cuja liquidação financeira ocorreu no dia 30 de março. Destaca-se assim os aumentos das rubricas caixa e disponibilidades em bancos centrais (+2.694 milhões de euros, +310,6%) e aplicações em títulos (+2.932 milhões de euros, +18,3%).

(milhões de euros)

BALANÇO (INDIVIDUAL) ⁽¹⁾				Variação 2017-06 vs 2016-06		Variação 2017-06 vs 2016-12	
ATIVO	2016-06	2016-12	2017-06	Abs.	(%)	Abs.	(%)
Caixa e disp. em bancos centrais	609	867	3.561	2.953	485,2%	2.694	310,6%
Aplicações em instituições de crédito	4.515	4.553	4.637	122	2,7%	84	1,8%
Aplicações em títulos	21.173	15.999	18.932	-2.241	-10,6%	2.932	18,3%
Crédito a clientes	53.629	52.042	50.107	-3.522	-6,6%	-1.935	-3,7%
Ativos com acordo de recompra	493	422	0	-493	-100,0%	-422	-100,0%
Ativ. não correntes detidos para venda	394	341	335	-59	-14,9%	-6	-1,9%
Ativos intangíveis e tangíveis	413	397	377	-36	-8,7%	-20	-5,0%
Investimentos em filiais e associadas	3.791	3.664	4.048	257	6,8%	384	10,5%
Ativ. por impostos correntes e diferidos	1.387	2.329	2.298	911	65,7%	-31	-1,3%
Outros ativos	3.050	2.293	2.026	-1.025	-33,6%	-267	-11,6%
Total do ativo	89.454	82.908	86.320	-3.133	-3,5%	3.412	4,1%
PASSIVO							
Rec. bancos centrais e instit. de crédito	5.838	5.954	5.520	-318	-5,5%	-434	-7,3%
Recursos de clientes	61.289	58.649	59.759	-1.530	-2,5%	1.109	1,9%
Responsab. representadas por títulos	6.115	4.217	4.081	-2.034	-33,3%	-136	-3,2%
Passivos financeiros ao j. v. atr. result.	2.242	1.676	1.254	-988	-44,1%	-422	-25,2%
Provisões	781	1.073	1.174	393	50,4%	100	9,4%
Passivos subordinados	2.577	2.622	1.669	-908	-35,2%	-953	-36,3%
Outros passivos	6.182	6.300	5.820	-362	-5,8%	-479	-7,6%
Total do passivo	85.024	80.491	79.277	-5.747	-6,8%	-1.214	-1,5%
Capitais próprios	4.430	2.417	7.043	2.613	59,0%	4.626	191,4%
Total do passivo e capitais próprios	89.454	82.908	86.320	-3.133	-3,5%	3.412	4,1%

(1) Inclui CGD Portugal e as Sucursais da CGD no exterior.

O crédito a clientes, em contrapartida, diminuiu no semestre 1.935 milhões de euros (-3,7%) para 50.107 milhões de euros, refletindo o volume de vendas e *write-offs*, bem como um ritmo de amortizações superior ao de novas contratações.

O total do passivo, no montante de 79.277 milhões de euros, apresentou um decréscimo no semestre de 1.214 milhões de euros (-1,5%), com origem em especial nos passivos subordinados (-953 milhões de euros, -36,3%) refletindo o cancelamento dos CoCos. Os recursos de clientes, constituídos essencialmente por depósitos, aumentaram 1.109 milhões de euros (+1,9%) comparativamente a dezembro de 2016.

(milhões de euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)	2016-06	2016-12	2017-06
Capital social	5.900	5.900	3.844
Outros instrumentos de capital	0	0	500
Reservas de reavaliação	237	116	102
Outras reservas e resultados transitados	-1.405	-1.548	2.517
Resultado de exercício	-303	-2.050	80
Total	4.430	2.417	7.043

Os capitais próprios da atividade individual foram reforçados em 4.626 milhões de euros face a dezembro de 2016, totalizando 7.043 milhões de euros no final de junho de 2017, evolução que refletiu as duas fases já implementadas do Plano de Recapitalização acordado entre o Estado Português e a Comissão Europeia (DG Comp), atrás referidas.

A rubrica de outras reservas e resultados transitados, que aumentou no semestre 4.066 milhões de euros, decorre em grande medida, da extinção de 1.200 milhões de ações, ocorrida na primeira fase do processo de recapitalização, para cobertura de resultados transitados negativos e para a

constituição de uma reserva livre positiva.

Na rubrica outros instrumentos de capital estão registados os valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*additional tier 1*) emitidos em mercado no final de março, no montante de 500 milhões de euros.

Os rácios Common Equity Tier 1 (CET 1) e Total em *phasing-in*, calculados de acordo com as regras da CRD IV /CRR, alcançaram os valores de 14,5% e 16,8%, respetivamente, em junho de 2017.

(milhões de euros)

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (INDIVIDUAL)			
<i>Phased-in</i> (CRD IV / CRR)	2016-06	2016-12	2017-06
Fundos próprios			
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	5.155	2.891	6.173
Tier 1	5.155	2.891	6.659
Tier 2	798	665	515
Total	5.953	3.557	7.174
Ativos ponderados	47.686	43.644	42.590
Rácios de solvabilidade			
CET 1	10,8%	6,6%	14,5%
Tier 1	10,8%	6,6%	15,6%
Total	12,5%	8,1%	16,8%
<i>Fully Implemented</i> (CRD IV / CRR)			
Fundos próprios			
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	4.947	2.554	6.089
Ativos ponderados	47.705	43.630	42.590
Rácio CET 1	10,4%	5,9%	14,3%

A evolução verificada no rácio CET1 entre dezembro de 2016 e junho de 2017 reflete os efeitos combinados dos seguintes fatores:

- Progressão temporal associado ao *phasing-in*, que induziu ajustamentos regulamentares sobre o CET1 de -168 milhões de euros e nos RWA de -7 milhões de euros, que se traduziu numa diminuição de 38 pontos base no rácio CET1;
- Recapitalização da CGD, que resultou numa melhoria de 733 pontos base no rácio CET1, destacando-se o efeito do aumento de capital social de 2.500 milhões de euros (equivalente a +597 pontos base no rácio CET1);
- Variação dos fundos próprios resultante da evolução da atividade que influenciou de forma positiva o CET1 em 146 milhões de euros, correspondente a um impacto de +92 pontos base no rácio CET1, destacando-se o contributo das reservas de reavaliação (+81 milhões de euros) e dos ganhos por via de uma menor dedução dos intangíveis e dos impostos diferidos ativos (+65 milhões de euros).
- Redução dos RWA em 1.053 milhões de euros resultante essencialmente da diminuição do crédito líquido em cerca de 2.100 milhões de euros, para a qual contribuiu, entre outras, a venda de ativos e os *write-offs*. Os compromissos irrevogáveis também registaram uma diminuição, nomeadamente ao nível da subscrição de títulos (187 milhões de euros) e das garantias bancárias (198 milhões de euros). De referir também a redução, em cerca de 120 milhões de euros, da participação em fundos de capital de risco. Em contrapartida, registou-se um aumento de 785 milhões de euros dos RWA referentes a ativos por impostos diferidos que não dependem de rendibilidades futuras e um acréscimo de 500 milhões de euros decorrente do aumento da participação na PARCAIXA, enquadrado no âmbito do processo de recapitalização.

A melhoria do rácio de capital total da CGD reflete a melhoria verificada no CET1 por via dos fatores mencionados e a emissão, em mercado, de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*).

Requisitos de Capital para 2017 no âmbito do SREP aplicável à Atividade Individual

Com base nos resultados apurados no âmbito do Supervisory Review and Evaluation Process (SREP) de 2016, a CGD foi notificada pelo Banco Central Europeu (BCE) sobre os requisitos mínimos de Capital aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2017.

O requisito mínimo de capital CET1 (*phased-in*) exigido à CGD em base Individual é de 7,00%, o qual inclui: i) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 1 de 4,5%; ii) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 2 (P2R) de 1,25%; e iii) o *buffer* de conservação de capital (CCB) de 1,25%.

A CGD está ainda sujeita ao cumprimento de um requisito mínimo de Tier 1 de 8,50% e de Capital Total de 10,50% em 2017.

(%)

SREP - REQUISITOS DE CAPITAL (INDIVIDUAL)		2017
Rácio CET1 (<i>Common Equity Tier 1</i>)		7,00%
Pilar 1		4,50%
Pilar 2 (P2R - <i>Pillar 2 Requirement</i>)		1,25%
<i>Buffer</i> de Conservação de Capital (CCB)		1,25%
Rácio Tier 1		8,50%
Rácio Total		10,50%

No que respeita ao *buffer* de conservação de capital (CCB), está previsto o seu aumento de forma faseada, em 0,625% ao ano, até perfazer 2,5% em 2019.

Os níveis dos rácios alcançados no 1º semestre da CGD Individual excedem os requisitos mínimos de capital SREP exigíveis em 2017, reforçando de forma decisiva a sua solidez.

1.6. Declaração sobre a conformidade da informação financeira individual e consolidada condensada apresentada

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários, declaramos que as demonstrações financeiras condensadas relativas ao 1º semestre de 2017, tanto quanto é do nosso conhecimento, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 27 de setembro de 2017

O Conselho de Administração

Presidente

Emílio Rui Vilar

Vice-Presidente

Paulo José Ribeiro Moita de Macedo

Vogais

Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

José António da Silva de Brito

José João Guilherme

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Ana Maria Machado Fernandes

Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote

João José Amaral Tomaz

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Alberto Souto Miranda

Carlos António Torroaes Albuquerque

1.7. Posição obrigacionista dos membros do Conselho de Administração

(ART.º 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Obrigacionistas	Título	Nº títulos em 30/06/2017
Membros do Conselho de Administração:		
Dr. Emílio Rui Vilar	Obrig. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	100
Dr. José António da Silva de Brito	Obrig. Subordinadas CGD – 2009/2019 – Aniversário	45

1.8. Indicação sobre acionistas da Caixa Geral de Depósitos

(ART.º 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Acionistas	Capital Social em 30/06/2017	% da Participação em 30/06/2017
Estado Português	3.844.143.735 Euros	100%

1.9. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

30-06-2017				31-12-2016	
Notas	Ativo bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	
					Ativo líquido
3	3.561.362.419	-	3.561.362.419	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5.953.866.657
4	420.046.110	-	420.046.110	Disponibilidades em outras instituições de crédito	58.649.320.220
5	4.224.257.093	(7.125.000)	4.217.132.093	Aplicações em instituições de crédito	59.758.606.830
6	8.038.413.200	-	8.038.413.200	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.216.640.865
7	9.847.276.537	(565.724.536)	9.281.552.001	Ativos financeiros disponíveis para venda	1.253.651.223
8	-	-	-	Ativos financeiros com acordo de recompra	3.943.671.538
9	7.430.868	-	7.430.868	Ativos financeiros com acordo de cobertura	9.302.666
10	1.611.736.502	-	1.611.736.502	Derivados de cobertura	1.173.875.482
11	54.459.905.152	(4.352.908.335)	50.106.996.817	Provisões	1.073.415.829
	523.689.276	(188.614.730)	335.074.546	Passivos por impostos correntes	74.707.968
	3.336.623	-	3.336.623	Passivos por impostos diferidos	148.344.855
	1.222.395.430	(917.540.554)	304.854.876	Outros passivos subordinados	1.669.387.166
	718.373.827	(646.447.521)	71.926.306	Outros passivos	1.649.810.096
	4.808.025.769	(760.114.010)	4.047.911.759	Total do passivo	79.276.911.893
12	23.428.770	-	23.428.770	Capital	3.844.143.735
13	2.274.575.341	-	2.274.575.341	Outros instrumentos de capital	500.000.000
14	2.419.893.022	(404.971.695)	2.014.921.327	Reservas de reavaliação	218.320.705
				Outras reservas e resultados transferidos	2.401.099.739
				Resultado do período	79.823.466
				Total do capital próprio	7.043.387.665
				Total do passivo e do capital próprio	86.320.299.558

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS

(euros)

ATIVO			PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
Notas	Ativo bruto	Impairidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido	Notas
					30-06-2017
					31-12-2016
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	3.561.362.419	-	3.561.362.419	15
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	420.046.110	-	372.437.105	16
Aplicações em instituições de crédito	5	4.224.257.093	(7.125.000)	4.217.132.093	17
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	8.038.413.200	-	6.969.362.361	9
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	9.847.276.537	(965.724.536)	9.029.913.409	18
Ativos financeiros com acordo de recompra	8	-	-	421.943.549	9
Derivados de cobertura	9	7.430.868	-	9.541.270	19
Investimentos a curto até a maturidade	10	1.611.736.502	-	-	13
Crédito a clientes	11	54.459.505.152	(4.352.908.335)	52.042.092.658	13
Ativos não correntes detidos para venda		523.689.276	(188.614.730)	341.485.590	20
Propriedades de investimento		3.336.623	-	3.336.623	21
Outros ativos tangíveis		1.222.395.430	(917.540.554)	318.935.876	
Ativos intangíveis		718.373.827	(846.447.521)	77.792.119	22
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	4.808.025.769	(760.114.010)	3.664.332.754	22
Ativos por impostos correntes	13	23.428.770	-	9.548.262	23
Ativos por impostos diferidos	13	2.274.575.341	-	2.319.512.461	23
Outros ativos	14	2.419.893.022	(404.971.695)	2.279.803.271	23
				Total do capital próprio	
				Total do passivo e do capital próprio	
Total do ativo		94.163.745.939	(7.843.446.381)	86.320.299.558	86.320.299.558

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente:

Emilio Rui Vilar

Vice-Presidente: Paulo José Ribeiro Moita de Macedo

Vogais:

Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

José António da Silva de Brito

José João Guilherme

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Ana Maria Machado Fernandes

Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote

João José Amaral Tomaz

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Alberto Souto Miranda

Carlos António Torroaes Albuquerque

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS**

(euros)

	Notas	30-06-2017	30-06-2016
Juros e rendimentos similares	24	868.926.439	1.014.228.247
Juros e encargos similares	24	(460.349.941)	(689.279.614)
Rendimentos de instrumentos de capital	25	47.004.725	41.823.620
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		455.581.223	366.772.253
Rendimentos de serviços e comissões	26	217.609.608	205.467.665
Encargos com serviços e comissões	26	(41.385.811)	(40.749.100)
Resultados em operações financeiras	27	160.140.360	(62.270.797)
Outros resultados de exploração	28	(32.981.132)	(19.329.211)
PRODUTO BANCÁRIO		758.964.248	449.890.810
Custos com pessoal	29	(290.921.739)	(264.092.329)
Gastos gerais administrativos	30	(139.240.168)	(154.685.345)
Depreciações e amortizações		(33.468.667)	(32.267.819)
Provisões, líquidas de anulações	19	(65.417.592)	12.886.318
Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações	31	(43.865.821)	(284.942.351)
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	31	5.218.985	(48.232.371)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		191.269.246	(321.443.087)
Impostos sobre os resultados	13	(111.445.760)	18.903.372
RESULTADO DO PERÍODO		79.823.486	(302.539.715)
Número médio de ações ordinárias emitidas	22	538.074.679	1.180.000.000
Resultado por ação (Euros)		0,15	(0,26)

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração**Presidente:** Emílio Rui Vilar**Vice-Presidente:** Paulo José Ribeiro Moita de Macedo**Vogais:** Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

José António da Silva de Brito

José João Guilherme

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Ana Maria Machado Fernandes

Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote

João José Amaral Tomaz

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Alberto Souto Miranda

Carlos António Torroaes Albuquerque

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL**

(milhares de euros)

	30-06-2017	30-06-2016
<i>Saldos passíveis de reclassificação para resultados</i>		
Alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Variação no período	155.658	(143.280)
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período	2.877	36.420
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	(15.073)	(75.270)
Efeito fiscal	(41.025)	51.244
Variações cambiais em sucursais	12.676	1.521
Outros	93	(2.518)
<i>Sub-total</i>	115.206	(131.883)
<i>Saldos não passíveis de reclassificação para resultados</i>		
Benefícios a empregados - ganhos e perdas atuariais		
Variação ocorrida no período	-	(8.493)
Efeito fiscal	-	15.674
<i>Sub-total</i>	-	7.181
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	115.206	(124.702)
Resultado líquido do período	79.823	(302.540)
Total dos resultados e do outro rendimento integral do período	195.030	(427.241)

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS**

(milhares de euros)

	30-06-2017	30-06-2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1.099.534	1.267.276
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(450.828)	(615.629)
Recuperação de capital e juros	35.765	7.729
Pagamentos a empregados e fornecedores	(331.338)	(376.266)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(57.316)	(49.605)
Outros resultados	(1.191)	1.608
	294.627	235.113
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	2.024.352	1.062.124
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	(1.359.315)	(3.080.800)
Outros ativos	(1.332.031)	(843.003)
	(666.994)	(2.861.679)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(432.166)	134.940
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.132.140	(600.806)
Outros passivos	(351.446)	(191.265)
	348.529	(657.131)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	(23.839)	(3.283.698)
Impostos sobre lucros	(57.504)	(52.569)
Caixa líquida das atividades operacionais	(81.343)	(3.336.267)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	40.052	38.099
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	6.953	3.724
Aquisições de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações	55.000	(8.641)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(53.429)	2.581.537
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(13.839)	(18.462)
Caixa líquida das atividades de investimento	34.737	2.596.257
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(21.677)	(64.133)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(105.593)	(135.482)
Emissão de passivos subordinados, líquida de recompras e reembolsos	-	(21.000)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de recompras e reembolsos	(83.274)	(520.173)
Aumento de capital	2.500.000	-
Emissão de outros instrumentos de capital	500.000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	2.789.456	(740.788)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	2.742.850	(1.480.798)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.239.790	2.223.258
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(1.232)	(281)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	2.742.850	(1.480.798)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.981.409	742.179

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL**

(milhares de euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados			Resultado do período	Total
			Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	Total	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados	Total		
Saldos estatutários em 31 de dezembro de 2015	5.900.000	-	354.576	(96.977)	110.425	368.025	862.906	(3.336.598)	(2.473.691)	12.211	3.806.544
Efeitos da alteração de referencial contabilístico (Aviso 5/2015)	-	-	-	-	-	-	-	887.288	887.288	163.502	1.050.790
Saldos pró-forma em 31 de dezembro de 2015	5.900.000	-	354.576	(96.977)	110.425	368.025	862.906	(2.449.310)	(1.586.404)	175.712	4.857.334
Distribuição do resultado do exercício de 2015:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	2.442	173.270	175.712	(175.712)	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(182.131)	51.244	-	(130.886)	-	-	-	-	(130.886)
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	7.181	7.181	-	7.181
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	-	1.521	1.521	-	1.521
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(2.518)	(2.518)	-	(2.518)
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	(182.131)	51.244	-	(130.886)	-	6.185	6.185	-	(124.702)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(302.540)	(302.540)
Saldos em 30 de junho de 2016	5.900.000	-	172.445	(45.732)	110.425	237.138	865.348	(2.269.855)	(1.404.506)	(302.540)	4.430.092
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.900.000	-	7.698	(2.240)	110.425	115.883	865.348	(2.413.829)	(1.548.481)	(2.050.413)	2.416.989
Distribuição do resultado do exercício de 2016:											
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	(2.050.413)	(2.050.413)	2.050.413	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:											
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	143.463	(41.025)	-	102.438	-	-	-	-	102.438
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	-	12.676	12.676	-	12.676
Outros	-	-	-	-	-	-	-	93	93	-	93
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	143.463	(41.025)	-	102.438	-	12.768	12.768	-	115.206
Aumento de capital	3.944.144	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.944.144
Redução de capital	(6.000.000)	-	-	-	-	-	(865.348)	6.865.348	6.000.000	-	-
Emissão de outros instrumentos de capital (AT1)	-	500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.774)	(12.774)	-	(12.774)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.823	79.823
Saldos em 30 de junho de 2017	3.844.144	500.000	151.161	(43.265)	110.425	218.321	-	2.401.101	2.401.100	79.823	7.043.388

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS

(euros)

	30-06-2017			31-12-2016		
	Notas	Ativo bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido	
ATIVO						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	4.438.203.786	-	4.438.203.786	1.840.559.558	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	727.228.780	-	727.228.780	757.725.926	Recursos de clientes e outros empréstimos
Aplicações em instituições de crédito	6	3.112.232.671	(7.125.000)	3.105.107.671	3.217.796.545	Responsabilidades representadas por títulos
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	7	8.227.308.594	-	8.227.308.594	7.153.925.169	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	8.374.561.895	(456.967.742)	7.917.594.153	7.429.511.767	Derivados de cobertura
Ativos financeiros com acordo de recompra	9	330.990.908	(580.023)	330.410.885	799.731.581	Passivos não correntes detidos para venda
Derivados de cobertura	10	7.430.868	-	7.430.868	9.541.270	Provisões para benefícios dos empregados
Investimentos a deter até à maturidade	11	2.056.950.914	-	2.056.950.914	453.130.778	Provisões para outros riscos
Crédito a clientes	12	65.366.409.191	(4.890.632.678)	60.475.776.513	62.866.825.488	Passivos por impostos correntes
Ativos não correntes detidos para venda	13	1.945.940.224	(518.562.460)	1.427.377.764	1.426.071.739	Passivos por impostos diferidos
Propriedades de investimento	14	953.999.649	-	953.999.649	978.263.387	Outros passivos subordinados
Outros ativos tangíveis		1.647.058.172	(1.094.233.052)	552.825.120	576.502.820	Outros passivos
Ativos intangíveis		854.585.125	(746.326.274)	108.258.851	116.178.493	Total do passivo
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	15	362.293.319	(128.177)	362.165.142	312.337.565	Capital
Ativos por impostos correntes	16	51.946.867	-	51.946.867	41.778.055	Outros instrumentos de capital
Ativos por impostos diferidos	16	2.486.667.030	-	2.486.667.030	2.545.785.070	Reservas de reavaliação
Outros ativos	17	3.080.064.650	(301.438.623)	2.778.626.027	3.041.647.654	Outras reservas e resultados transitados
						Resultado atribuível ao acionista da CGD
						Capital próprio atribuível ao acionista da CGD
						Interesses que não controlam
						Total do capital próprio
Total do ativo		104.023.872.643	(8.015.994.029)	96.007.878.614	93.547.312.865	Total do passivo e do capital próprio

O Técnico Oficial de Contas

Andreia Júlia Meneses Alves

O Conselho de Administração

Presidente: Emilio Rui Vilar

Vice-Presidente: Paulo José Ribeiro Moita de Macedo

Vogais: Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

José António da Silva de Brito

José João Guilherme

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Ana Maria Machado Fernandes

Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote

João José Amaral Tomaz

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Alberto Souto Miranda

Carlos António Torroaes Albuquerque

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

(euros)

	Notas	30-06-2017	30-06-2016 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares	27	1.240.799.253	1.351.367.735
Juros e encargos similares	27	(584.847.299)	(796.520.828)
Rendimentos de instrumentos de capital	28	23.785.730	29.640.442
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		679.737.684	584.487.349
Rendimentos de serviços e comissões	29	283.695.265	282.661.424
Encargos com serviços e comissões	29	(59.030.506)	(58.224.177)
Resultados em operações financeiras	30	275.514.317	(49.253.311)
Outros resultados de exploração	31	(25.809.600)	(24.859.315)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		1.154.107.160	734.811.970
Custos com pessoal	32	(396.809.858)	(366.939.445)
Gastos gerais administrativos	33	(192.269.026)	(213.171.227)
Depreciações e amortizações		(49.108.267)	(46.497.382)
Provisões, líquidas de anulações	21	(317.812.721)	17.425.172
Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações	34	(54.762.611)	(301.798.524)
Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações	34	(25.931.051)	(43.323.647)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		117.413.626	(219.493.083)
Impostos sobre os resultados	16	(165.960.921)	14.363.859
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos		11.006.168	19.920.279
RESULTADOS DE ATIVIDADES EM CONTINUAÇÃO		(37.541.127)	(185.208.945)
Resultados em filiais detidas para venda		7.299.544	4.584.525
RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO, do qual:		(30.241.583)	(180.624.420)
Interesses que não controlam	28	(19.683.470)	(24.618.995)
RESULTADO CONSOLIDADO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CAIXA		(49.925.053)	(205.243.415)
Número médio de ações ordinárias emitidas	26	538.074.679	1.180.000.000
Resultado por ação (Euros)		(0,09)	(0,17)

O Conselho de Administração**O Técnico Oficial de Contas**

Andreia Júlia Meneses Alves

Presidente: Emílio Rui Vilar**Vice-Presidente:** Paulo José Ribeiro Moita de Macedo**Vogais:** Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

José António da Silva de Brito

José João Guilherme

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Ana Maria Machado Fernandes

Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote

João José Amaral Tomaz

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

Alberto Souto Miranda

Carlos António Torroaes Albuquerque

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**

(milhares de euros)

	30-06-2017			30-06-2016 (pró-forma)		
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total
Saldos passíveis de reclassificação para resultados						
Alterações no justo valor de ativos financeiros						
Variação no período	189.485	(27)	189.458	(186.776)	434	(186.342)
Ajustamentos de reclassificação de reservas de reavaliação para resultados						
Reconhecimento de imparidade em ativos financeiros no período	3.631	-	3.631	36.427	-	36.427
Alienação de ativos financeiros no período	(16.138)	-	(16.138)	(75.270)	-	(75.270)
Efeito fiscal	(44.491)	18	(44.472)	47.167	(158)	47.009
Variações cambiais resultantes da consolidação	(58.418)	-	(58.418)	(65.241)	-	(65.241)
Outros	47.679	-	47.679	(3.759)	-	(3.759)
	121.749	(9)	121.740	(247.453)	277	(247.176)
Saldos não passíveis de reclassificação para resultados						
Responsabilidades com beneficiários pós-emprego						
Variação no período	-	-	-	(8.493)	-	(8.493)
Efeito fiscal	-	-	-	15.674	-	15.674
	-	-	-	7.181	-	7.181
Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas	121.749	(9)	121.740	(240.272)	277	(239.995)
Resultado líquido do período	(37.541)	7.300	(30.242)	(185.209)	4.585	(180.624)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO do qual:	84.208	7.291	91.498	(425.481)	4.861	(420.619)
Interesses que não controlam	(17.976)	-	(17.976)	18.588	-	18.588
TOTAL DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AO AÇONISTA DA CGD	66.231	7.291	73.522	(406.892)	4.861	(402.031)

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

(milhares de euros)

	30-06-2017	30-06-2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	1.535.603	1.709.659
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(597.977)	(764.031)
Recuperação de capital e juros	41.804	10.131
Pagamentos a empregados e fornecedores	(493.540)	(564.545)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios	(57.316)	(49.605)
Outros resultados	19.740	17.862
	448.314	359.471
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	2.626.948	1.354.504
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados	(1.250.369)	(2.969.788)
Outros ativos	(1.408.934)	(1.077.176)
	(32.355)	(2.692.459)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	(463.072)	337.706
Recursos de clientes e outros empréstimos	262.585	(929.614)
Outros passivos	(288.800)	(230.654)
	(489.287)	(822.561)
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	(73.328)	(3.155.549)
Impostos sobre lucros	(75.376)	(101.925)
Caixa líquida das atividades operacionais	(148.704)	(3.257.474)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Rendimentos de instrumentos de capital	23.786	29.640
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(55.000)	(8.614)
Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(47.214)	2.457.162
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(9.200)	(39.720)
Caixa líquida das atividades de investimento	(87.628)	2.438.469
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros de passivos subordinados	(22.051)	(64.405)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(104.966)	(137.389)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e recompras	(358)	(21.449)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e recompras	(52.964)	(527.647)
Aumento de capital	2.500.000	-
Emissão de outros instrumentos de capital	500.000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	2.819.661	(750.889)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	2.583.329	(1.569.894)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.598.285	3.652.808
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(16.182)	(140.063)
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	2.583.329	(1.569.894)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.165.433	1.942.851

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

(milhares de euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do período	Subtotal	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.900.000	-	386.797	(818.683)	(171.453)	5.296.661	887.048	6.183.710
Distribuição do resultado do exercício de 2015:								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(171.453)	171.453	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:								
Valorização de ativos financeiros	-	-	(151.156)	(25.076)	-	(176.232)	(1.944)	(178.176)
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	-	-	-	7.181	-	7.181	-	7.181
Variações cambiais	-	-	-	(26.718)	-	(26.718)	(38.523)	(65.241)
Outros	-	-	-	(1.018)	-	(1.018)	(2.740)	(3.759)
Resultado do período	-	-	-	-	(205.243)	(205.243)	24.619	(180.624)
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	(151.156)	(45.632)	(205.243)	(402.031)	(18.588)	(420.619)
Aquisição de interesses que não controlam - Mercantile	-	-	-	(1.925)	-	(1.925)	-	(1.925)
Investimentos realizados por interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(2.212)	(2.212)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(13.933)	(13.933)
Saldos em 30 de junho de 2016	5.900.000	-	235.641	(1.037.693)	(205.243)	4.892.705	852.315	5.745.020
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.900.000	-	87.268	(1.109.321)	(1.859.523)	3.018.424	864.417	3.882.841
Distribuição do resultado do exercício de 2016:								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(1.859.523)	1.859.523	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios:								
Valorização de ativos financeiros	-	-	133.192	-	-	133.192	(714)	132.478
Variações cambiais	-	-	-	(55.287)	-	(55.287)	(3.131)	(58.418)
Outros	-	-	(463)	46.005	-	45.542	2.138	47.679
Resultado do período	-	-	-	-	(49.925)	(49.925)	19.683	(30.242)
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	132.729	(9.282)	(49.925)	73.522	17.976	91.498
Aumento de capital	3.944.144	-	-	-	-	3.944.144	(505.160)	3.438.984
Redução de capital	(6.000.000)	-	-	6.000.000	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de capital (AT1)	-	500.000	-	-	-	500.000	-	500.000
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	(12.774)	-	(12.774)	-	(12.774)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	7.652	-	7.652	-	7.652
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(13.608)	(13.608)
Reclassificações entre reservas de reavaliação e outras reservas	-	-	18.245	(18.245)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	3.844.144	500.000	238.243	2.998.506	(49.925)	7.530.968	363.626	7.894.593

2. ANEXOS E RELATÓRIOS

2.1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais Condensadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória	72
2. Políticas contabilísticas	76
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	96
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito	97
5. Aplicações em instituições de crédito	98
6. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados.....	99
7. Ativos financeiros disponíveis para venda	100
8. Ativos financeiros com acordo de recompra	105
9. Derivados	106
10. Investimentos a deter até à maturidade	108
11. Crédito a clientes	109
12. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.....	111
13. Imposto sobre o rendimento.....	113
14. Outros ativos	122
15. Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	126
16. Recursos de clientes e outros empréstimos	128
17. Responsabilidades representadas por títulos	129
18. Passivos financeiros associados a ativos transferidos	133
19. Provisões e passivos contingentes	135
20. Outros passivos subordinados	143
21. Outros passivos	148
22. Capital e outros instrumentos.....	149
23. Reservas, resultados transitados e resultado do exercício.....	150
24. Juros e rendimentos e juros e encargos similares.....	152
25. Rendimentos de instrumentos de capital	153
26. Rendimentos e encargos com serviços e comissões	154
27. Resultados em operações financeiras	155
28. Outros resultados de exploração	156
29. Custos com pessoal e número médio de empregados.....	158
30. Gastos gerais administrativos	160
31. Imparidade em ativos	161
32. Relato por segmentos	162
33. Entidades relacionadas	164
34. Divulgações relativas a instrumentos financeiros	166
35. Eventos subsequentes	196

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2017 a Caixa contava com uma rede nacional de 657 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 14 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

Todos os montantes apresentados foram arredondados ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras condensadas em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de setembro de 2017.

Em resultado das dificuldades sentidas pelo Sistema financeiro português, decorrentes da crise financeira, o Estado Português, enquanto acionista único da CGD, acordou com as instâncias europeias um plano de reestruturação a vigorar entre 2013 e 2017 tendo subjacente um aumento de capital assumido como ajuda de estado. Este aumento de capital foi realizado em junho de 2012, do qual 750.000 mEuros através da emissão de novas ações e 900.000 mEuros pela emissão de obrigações de capital contingente (CoCos).

O plano acordado assentava, entre outros, nos compromissos de desalavancagem do balanço, para assegurar o cumprimento de metas de capital, na melhoria da eficiência operacional, no reforço dos procedimentos de risco e na otimização da operação em Espanha de forma a garantir a respetiva sustentabilidade, a autonomia em termos de funding e um contributo positivo para os resultados do Grupo.

Não obstante o cumprimento da quase totalidade dos compromissos assumidos a CGD continuou a apresentar prejuízos, no período de 2013 a 2015, em parte decorrentes dos efeitos da política monetária seguida pelo BCE, que originou uma quebra acentuada nas taxas de juro de mercado, e de um crescimento económico que ficou muito aquém das expectativas. Também relevante para os prejuízos apresentados foi, ao longo dos anos referidos, a deterioração da qualidade dos ativos da CGD, que resultou no registo de elevados montantes de imparidades anuais. Paralelamente, assistiu-se no período a um incremento das exigências regulatórias para reforço dos rácios de capital.

Em consequência, os níveis de eficiência ficaram aquém do inicialmente acordado e a CGD viu-se na impossibilidade de pagar as obrigações de capital contingente (CoCos).

De forma a garantir a adequada recapitalização da CGD face aos níveis de solvabilidade exigidos à Instituição, o Estado Português, enquanto acionista único, e a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia ("DGComp") aprovaram em março de 2017 um plano de recapitalização, o qual inclui um plano estratégico a 4 anos (2017-2020), que tendo por base um cenário macroeconómico prudente e demonstrativo da capacidade de geração de um nível de remuneração de capital semelhante ao exigido por um investidor privado, deixou de assumir a forma de ajuda do Estado

O novo plano de recapitalização da CGD teve por base duas fases, efetuadas em momentos distintos.

A primeira fase foi concluída em 4 de janeiro de 2017, tendo sido deliberadas as seguintes alterações:

- Utilização das reservas livres e da reserva legal, no montante de 1.412.460 mEuros para a cobertura de resultados transitados negativos de anos anteriores;

- Aumento do capital social da CGD para 7.344.144 mEuros, mediante a emissão de 288.828.747 ações através da transmissão de 490.000.000 de ações do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A. pelo montante de 498.996 mEuros e da transmissão das obrigações convertíveis de capital contingente (Cocos), no montante de 900.000 mEuros (Nota 20), acrescidos dos correspondentes juros corridos no montante de 45.148 mEuros; e,
- Redução do capital social em 6.000.000 mEuros por extinção de 1.200.000.000 ações para cobertura de resultados transitados negativos no valor de 1.404.506 mEuros e para constituição de reservas livres no montante de 4.595.494 mEuros.

A segunda fase, concluída a 30 de março de 2017, composta por:

- Aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 novas ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista único (Estado Português), e emissão de 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (Additional Tier 1), integralmente subscritos por investidores institucionais profissionais.

No âmbito do plano de recapitalização, a Caixa deverá ainda emitir instrumentos de dívida subordinada adicionais no montante de 430.000 mEuros num prazo de 18 meses após a data desta primeira emissão.

A conclusão desta importante fase do plano de recapitalização, e consequente reforço da sua solvabilidade, permitem à Caixa concentrar-se na execução do seu plano estratégico 2017-2020. Este plano, que visa o reforço dos rácios de adequação de fundos próprios da CGD, assenta em quatro pilares:

Pilar 1

Reestruturação do modelo de gestão de risco e governance através da redução do risco de balanço, novas políticas de gestão de crédito, novas plataformas especializadas para a recuperação. Para este propósito, as seguintes medidas serão implementadas:

- a) Integrar as prioridades financeiras e empresariais com a gestão de risco, nomeadamente no contexto da estratégia / apetência ao risco, orçamentação e gestão do desempenho;
- b) Implementação de um modelo completo de gestão de risco, o designado modelo de três linhas de defesa;
- c) Melhoria do sistema do controlo interno;
- d) Revisão de todos os processos de gestão de risco;
- e) Ajustar os modelos de gestão de risco aos mais elevados standards do setor (SERP);
- f) Implementar um novo modelo de análise e decisão de crédito ("risk-led"); e,
- g) Reforço da monitorização e recuperação do crédito, através do fortalecimento das unidades especializadas no seu acompanhamento.

Pilar 2

Harmonizar a infraestrutura operacional da CGD no sentido de aumentar a eficiência. As iniciativas chave a implementar para alinhar a infraestrutura operacional focam-se no seguinte:

- a) Ajustar a rede comercial e as áreas de apoio central;
- b) Reestruturação organizacional;
- c) Melhorar a gestão dos Recursos Humanos, incluindo a formação; e,
- d) Melhorar os níveis de serviço e atendimento ao cliente através da digitalização de processos.

Pilar 3

Centra-se na reestruturação das operações internacionais numa ótica de complementaridade da operação doméstica. No final de 2015, a presença internacional da CGD era composta principalmente por nove filiais e nove sucursais. Dentro do princípio abrangente de redução do risco internacional e foco em geografias core, a reestruturação do portfólio internacional é caracterizada por:

- a) Realizar uma abordagem focada por forma a manter uma posição apenas em geografias específicas e pré-determinadas, garantindo que se realiza uma revisão dos seus modelos de negócios e um reforço do modelo de governação, assegurando contributo material para a rentabilidade do Grupo; e,
- b) Vender ou racionalizar outras geografias, garantindo uma estrutura de apoio aos clientes nacionais.

Pilar 4

Foca-se na modernização da rede comercial das operações domésticas por forma a assegurar a sustentabilidade. Para este fim, pretende-se:

- a) A revisão da segmentação e atualização da oferta de retalho;
- b) Desenvolver canal digital com introdução de novos processos de oferta online;
- c) Revisão de modelos de cross-selling para apoiar propostas de valor de retalho, incluindo seguros e gestão de ativos;
- d) A definição de um plano para melhorar o nível de serviço e acompanhamento das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), e a captação de comissões de tesouraria e / ou de gestão de caixa;
- e) Introdução de um sistema de gestão do desempenho ajustado ao risco e ao capital; e,
- f) Otimização dos processos de crédito.

Uma das condições estabelecidas no quadro do acordo entre o Estado Português e a Comissão Europeia, sobre o processo de recapitalização da CGD sem que fosse enquadrado como ajuda do Estado foi a realização de uma avaliação independente da carteira de ativos. Neste âmbito, a Comissão Executiva decidiu efetuar uma revisão da carteira de ativos, com referência a 30 de junho de 2016, utilizando os critérios e os pressupostos que um investidor privado utilizaria se estivesse disponível para efetuar um grande investimento na CGD. Adicionalmente, os critérios usados refletem o objetivo de redução dos níveis de non performing loans (NPL), tendo sido assumido um objetivo de desalavancagem mais acelerado para este tipo de ativos. Esta alteração de perspetiva conduziu à revisão de alguns critérios de mensuração de imparidade que vigoravam até 30 de junho de 2016.

Foram assim avaliadas as seguintes classes de ativos:

- Crédito a clientes
- Imóveis em balanço
- Carteira de títulos
- Outros ativos e contingências

Para efeitos do fecho de contas de 31 de dezembro de 2016, procedeu-se a uma nova revisão exaustiva dos critérios e metodologias que tinham sido utilizados no exercício de avaliação de ativos, a uma reavaliação dos principais clientes sujeitos a análise individual de imparidade, suportada em propostas das Direções Comerciais e de Recuperação, e objeto de revisão pela Direção de Gestão de Risco, bem como à reanálise da imparidade de imóveis por parte da Direção de Negócio Imobiliário. Os resultados foram acolhidos pela Comissão Executiva da CGD, considerando os eventos verificados subsequentemente à data de conclusão da revisão anterior e até à data de encerramento das contas do exercício de 2016.

Para efeitos do encerramento de contas de 30 de junho de 2017, a Caixa procedeu à aplicação de forma consistente dos critérios e metodologias de avaliação dos diversos ativos (crédito a clientes, imóveis em balanço, carteira de títulos e outros ativos e contingências) que foram determinadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estando a evolução que se verifica no primeiro semestre de 2017, em linha com as projeções do Plano Estratégico, aprovado em março de 2017.

A CGD encontra-se agora totalmente concentrada na eficaz implementação do Plano Estratégico 2017-2020, que permitirá a transformação estrutural dos seus níveis de eficiência e de rentabilidade.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua atividade global (ou atividade individual). Todos os saldos e transações entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respetivas demonstrações financeiras condensadas.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras condensadas da CGD foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho), nos termos do Aviso nº 5/2015, de 7 de dezembro do Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo número 1 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e pelo artigo 5.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

Estas demonstrações financeiras condensadas são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar” e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras condensadas anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras condensadas, com as exceções identificadas.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da Caixa e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional da Caixa.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais condensadas, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas globais, os ativos e passivos de Sucursais com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do exercício. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas” do capital próprio sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas Sucursais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, a Caixa optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de Sucursais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação ou encerramento de Sucursais ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros:

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
 - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros ativos”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo; e,
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na rubrica de “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas em “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito da CGD ao seu recebimento.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os ativos apenas são removidos do balanço (“desreconhecimento”) quando a Caixa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No âmbito da operação de titularização de crédito à habitação efetuada em novembro de 2010, a Caixa não procedeu ao seu desreconhecimento, uma vez que não se encontravam reunidos os requisitos que permitiam proceder à sua remoção do balanço. Desta forma os montantes em dívida de créditos titularizados mantêm-se contabilizados na rubrica “Créditos a clientes”, tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos ativos transferidos (Notas 2.3. b) e 18).

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor de alterações ao texto da IAS 39 em 13 de outubro de 2008, a Caixa passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como ativos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas

posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 7.

Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “market-makers”; e,
 - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os Fundos de Investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (Net Asset Value) disponível. Sempre que considerado adequado, o valor do NAV pode sofrer ajustamentos em função da avaliação crítica efetuada pela Caixa aos critérios de mensuração aplicados aos ativos sob gestão dos referidos Fundos de Investimento; e,
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (short selling).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos na sequência da aplicação dos requisitos da Norma IAS 39 (Notas 2.3. a) e 18).

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados de negociação

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos que incorporam técnicas de valorização baseadas em cash-flows descontados, refletindo também o efeito do risco de crédito das contrapartes e do risco de crédito próprio (Credit Value Adjustment and Debt Value Adjustment – CVA/DVA).

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratam de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39; e,
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas do balanço de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

d) Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Caixa apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a Caixa prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura; e,
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Caixa reflete igualmente

no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação, passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

A CGD efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, "Disponibilidades em outras instituições de crédito", "Crédito a clientes" e valores a receber registados em "Outros ativos".

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de insolvência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor; e,
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito), determinada mediante a identificação dos indícios de imparidade acima referenciados. Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas "Imparidade do crédito líquida de reversões", "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações" e "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis, por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação da Comissão Executiva. Nos créditos elegíveis para o abate ao ativo, que implica o registo de imparidades de 100%, são também enquadráveis: i) os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; ii) os créditos sem garantia real.

Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade; e,

- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras condensadas é efetuada pela Caixa uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição; e,
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em "Reservas de reavaliação". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Caixa efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo que a Caixa tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

2.4. Ativos recebidos por recuperação de créditos

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda".

Estes ativos não são amortizados. A Caixa analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como ativos não correntes detidos para venda através de um modelo de imparidade desenvolvido para o efeito.

A imparidade é determinada de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico bruto igual ou superior a 5 milhões de euros, podendo ser incluídos casuisticamente neste segmento de avaliação imóveis de valor contabilístico bruto inferior a 5 milhões de euros que apresentem características específicas que o justifiquem. Para os restantes imóveis, a imparidade é determinada com base em modelos coletivos de imparidade.

No âmbito do modelo de análise individual de imparidade, são ponderadas as particularidades do imóvel assim como da estratégia de desinvestimento que se pretende prosseguir, incorporando

informação disponível sobre a procura, a oferta e outros riscos específicos, nomeadamente no que concerne a licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o seu valor.

O modelo coletivo de imparidade assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao mínimo entre:

- (i) o valor da última avaliação disponível; e,
- (ii) o valor resultante da aplicação de um *haircut* às avaliações obtidas desde a entrada do imóvel em carteira.

O *haircut* aplicado é diferenciado por segmentos de imóveis com características semelhantes de desvalorização e pelo tempo de permanência na carteira. Os valores de *haircut* são definidos com base na evolução histórica das avaliações dos imóveis, com ajustamentos complementares de forma a garantir a aderência do valor recuperável ao histórico de vendas, penalizando os imóveis com maior tempo de permanência em carteira e assegurando o alinhamento com a estratégia de desinvestimento.

Caso o valor de recuperação assim determinado, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados em rubricas de "Resultados de alienação de outros ativos" e "Outros resultados de exploração".

2.5. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de "Outros resultados de exploração".

2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, não incorporados no ativo, são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Caixa como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Anualmente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.7. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

2.8. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades da Caixa. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos

incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.9. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui participações nas quais a CGD se encontre exposta ou detenha direitos sobre os resultados variáveis gerados no âmbito da atividade que esta desenvolva e simultaneamente, no seu papel de investidor, se encontre capacitada para influenciar o valor desses resultados através do exercício do poder que retém (controlo de facto).

Inclui ainda as participações em que a CGD detenha uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo de facto sobre a sua atividade ("associadas"), assim como sociedades em que o controlo é partilhado de forma equitativa com os restantes investidores ("empreendimentos conjuntos"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa seja superior a 20% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

2.10. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeito ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Adicionalmente, as contas das sucursais são integradas nas contas da Sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por Dupla Tributação Jurídica Internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

- Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda, (iii) quando a taxa de imposto aplicável no âmbito da sua atividade seja igual ou inferior a 60% da taxa de IRC.

A imputação dos lucros em questão é feita no exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa. A Caixa não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

- Imparidade para crédito

No decorrer do exercício de 2016, por força da aplicação do Aviso nº 5/2015, do Banco de Portugal, a Caixa passou a preparar as suas demonstrações financeiras condensadas da atividade individual de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas em cada momento por Regulamento da União Europeia, considerando, a partir de 1 de janeiro do referido exercício, os requisitos da IAS 39 no que respeita ao provisionamento do crédito e outros valores a receber.

A alteração do regime contabilístico determinou a necessidade de se definir o enquadramento fiscal aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016. Com este objetivo, foi publicado, em 18 de novembro de 2016, o Decreto Regulamentar nº 5/2016, o qual veio manter para o exercício de 2016, em termos gerais, o mesmo regime fiscal que vigorou em 2015 relativamente às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito, ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

O referido Decreto Regulamentar veio igualmente consagrar, mediante opção do sujeito passivo, um regime transitório a aplicar às anulações ou reduções de perdas por imparidade reconhecidas com a alteração do referencial contabilístico, em resultado da aplicação do Aviso nº 5/2015. Ao abrigo do regime transitório, a diferença positiva apurada em 1 de janeiro de 2016 entre o valor das perdas de imparidade para crédito determinadas por referência às disposições do Aviso nº 3/95 e as imparidades determinadas de acordo com o novo normativo contabilístico é considerada na determinação do lucro tributável apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais ainda não utilizados gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

A Caixa exerceu a opção de aplicação do mencionado regime transitório na determinação da sua matéria coletável do exercício de 2016, tendo para o efeito consumido saldo reportável de prejuízos fiscais que ainda não tinha utilizado originados nos exercícios de 2013 e 2014 no montante de 1.531.349 mEuros.

Na ausência de regras específicas quanto ao regime a vigorar no exercício de 2017 no tratamento para efeitos fiscais de perdas por imparidade para créditos e outros valores a receber, a Caixa considerou na preparação das suas demonstrações financeiras condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2017 os critérios estabelecidos no anteprojeto de proposta de lei de alteração do artigo 28.º-C do CIRC, dos quais destacamos:

- As dotação de imparidade decorrentes de análise individual dos créditos são integralmente dedutíveis;
- As dotações de imparidade decorrentes de análise coletiva são dedutíveis em 75% do seu valor; e,
- O saldo das imparidades para crédito não aceites fiscalmente em 31 de dezembro de 2016 e que ao abrigo do novo regime se tornam dedutíveis, serão parte integrante da matéria coletável ao longo de um período de 15 anos, de acordo com as percentagens definidas no referido documento.

O referido regime pretende promover uma maior correspondência entre as regras fiscais e as contabilísticas, por forma a assegurar uma menor constituição de ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias. Neste âmbito, apenas serão apurada imparidade sobre o crédito que não esteja coberto por garantia.

A Caixa mantém registados impostos diferidos ativos associadas a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito que já foram abatidas ao ativo, atendendo à expectativa de que estas irão integrar a constituição da matéria coletável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade, quer ao nível do período de mora (24 meses), quer no cumprimento dos limites previstos pela legislação em vigor, que em 31 de dezembro de 2016 recaíam nas disposições do Decreto Regulamentar n.º 5/2016 (acima mencionado), ou ainda, caso se verifiquem algumas das condições previstas no artigo 41.º do CIRC (créditos incobráveis).

- Imparidade para participações financeiras

Conforme disposições do n.º 2 do artigo 28.º-A do CIRC, são consideradas dedutíveis as perdas por imparidade em títulos e outras aplicações contabilizadas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis às entidades sob supervisão do Banco de Portugal.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa. Em resultado desta situação, a Caixa reconheceu no exercício de 2016 impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), no montante de 90.165 mEuros, mantendo-se este valor para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor dos impostos diferidos passivos não reconhecidos associados a imparidades em participações financeiras fiscalmente aceites, na medida em que não se perspetivam alterações na estratégia do Conselho de Administração quanto à gestão destes investimentos, nomeadamente não existir perspetiva da sua venda ou liquidação num futuro previsível, ascende a 71.348 mEuros.

- Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues ao fundo de pensões. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no artigo 183.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, são reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e do exercício de 2016 a Caixa não tem registados impostos diferidos para ganhos e perdas atuariais ou financeiros com o seu plano de pensões que se encontrem associados a colaboradores no ativo.

- Resultado da liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufruísse de benefícios fiscais, e (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

A referida limitação não se aplica aos benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da sua coleta relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e ao exercício de 2016, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados

impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Não são igualmente registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões, imparidades e benefícios dos empregados temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Caixa.

2.12. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Adicionalmente, a assistência médico-social aos empregados no ativo e pensionistas da Sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados,

utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais são registados por contrapartida de “Outras Reservas”.

Os custos do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”. Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

As responsabilidades para encargos com saúde encontram-se registadas numa rubrica de “Provisões” (Nota 19).

Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com reformas antecipadas, prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

As responsabilidades para encargos com prémios de antiguidade e subsídios por morte encontram-se registadas em rubricas de “Outros passivos” (Nota 21) e “Provisões” (Nota 19), respetivamente.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego incluem os encargos decorrentes de acordos alcançados entre a Caixa e os seus empregados para a cessação do seu vínculo laboral em troca de uma compensação. Estes encargos são refletidos na demonstração dos resultados em “Custos com pessoal”.

2.13. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua origem, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.14. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.15. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras individuais condensadas incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados por contrapartida de reservas de reavaliação

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da rubrica de “Reservas de reavaliação”. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas por contrapartida da rubrica de “Reservas de reavaliação” devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. A Caixa determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.3. e)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pela Caixa.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas das reservas de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma significativa degradação do seu rating.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito

na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.12. acima, as responsabilidades da Caixa por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Caixa e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Caixa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela Caixa, incluindo aqueles que são relativos a prejuízos fiscais reportáveis, tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização, determinados com base nas projeções de resultados contabilísticos mais atuais e considerando o plano de redução de non-performing assets remetido às autoridades de supervisão. As projeções dos resultados fiscais foram preparadas no pressuposto de que será aprovado um anteprojecto de alteração do Artigo 28º - C do CIRC, o qual prevê um regime transitório de dedução das imparidades de crédito tributadas existentes em 31 de dezembro de 2016 ao longo de 15 anos em percentagens crescentes. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Caixa, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da interpretação da legislação fiscal e da aprovação da legislação acima referida (ver Nota 13).

Valorizações de imóveis

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "Ativos não correntes detidos para venda" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes uma vez que frequentemente outros acontecimentos antecipados não ocorrem como se espera e a variação pode ser materialmente relevante. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Caixa avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. O valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia do Conselho de Administração para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.11. acima, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente (legal ou construtiva), seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras condensadas, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras condensadas.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Caixa	288.995	325.372
Depósitos à ordem em bancos centrais	3.272.351	541.975
	3.561.345	867.347
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	17	6
	3.561.362	867.353

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os fundos que a Caixa mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Cheques a cobrar		
- No país	68.976	68.126
- No estrangeiro	5.481	13.741
	74.457	81.867
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	753	2.520
- No estrangeiro	344.021	286.860
	344.774	289.380
Juros a receber	816	1.191
	420.046	372.437

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Mercado monetário interbancário	25.000	-
Depósitos a prazo		
- No país	1.107	48.510
- No estrangeiro	1.361.829	1.637.702
Empréstimos		
- No país	1.863.321	1.926.979
- No estrangeiro	280.067	288.573
Outras aplicações		
- No país	129.091	90.364
- No estrangeiro	549.076	174.207
Crédito e juros vencidos	7.152	7.152
	4.216.643	4.173.487
Juros a receber	7.615	14.411
Proveitos diferidos	(1)	-
	4.224.257	4.187.897
Imparidade (Nota 31)	(7.125)	(7.125)
	4.217.132	4.180.772

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo acumulado de imparidade para aplicações em instituições de crédito inclui 7.125 mEuros, relativos a exposições sobre bancos com sede na República da Islândia.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui aplicações em entidades do Grupo CGD nos montantes de 2.933.051 mEuros e 2.771.266 mEuros, respetivamente (Nota 33).

O movimento na imparidade para aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho 2017 e 2016, é apresentado na Nota 31.

6. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Bilhetes do Tesouro	3.625.604	-	3.625.604	2.296.420	-	2.296.420
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	2.655.771	-	2.655.771	2.523.096	-	2.523.096
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De não residentes	-	50	50	-	50	50
	6.281.374	50	6.281.424	4.819.516	50	4.819.566
Instrumentos de capital						
De residentes	1.283	11	1.294	288	11	298
De não residentes	29.744	-	29.744	32.577	-	32.577
	31.026	11	31.038	32.865	11	32.876
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	-	455.242	455.242	-	452.136	452.136
De não residentes	-	89.897	89.897	-	95.617	95.617
	-	545.138	545.138	-	547.753	547.753
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)						
- Swaps	960.704	-	960.704	1.268.667	-	1.268.667
- Futuros e outras operações a prazo	20.014	-	20.014	13.855	-	13.855
- Opções de divisas, cotações e mercadorias	45.008	-	45.008	64.084	-	64.084
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	155.088	-	155.088	222.563	-	222.563
	1.180.813	-	1.180.813	1.569.168	-	1.569.168
	7.493.214	545.199	8.038.413	6.421.549	547.813	6.969.362

Em 30 de junho de 2017, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo nos montantes de 38.845 mEuros e 295.305 mEuros, respetivamente (38.182 mEuros e 292.594 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016).

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	2.479.791	2.439.483
- De outros emissores públicos	557.315	544.813
- De outros emissores	5.167.878	4.940.661
	8.204.985	7.924.957
Instrumentos de capital		
- Valorizados ao justo valor	77.551	74.830
- Valorizados ao custo histórico	16.710	16.221
	94.262	91.052
Outros instrumentos	1.548.030	1.585.748
	9.847.277	9.601.757
Imparidade (Nota 31)		
- Instrumentos de capital	(57.615)	(57.619)
- Instrumentos de dívida	(746)	(746)
- Outros instrumentos	(507.363)	(513.479)
	(565.725)	(571.844)
	9.281.552	9.029.913

Em 30 de junho de 2017 e dezembro de 2016 a rubrica "Instrumentos de dívida - De emissores públicos - Títulos de dívida pública nacional" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 141.657 mEuros e 142.693 mEuros, respetivamente (Nota 17).

Em 30 de junho de 2017 e dezembro de 2016, a rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores" inclui 4.081.444 mEuros e 4.215.730 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 228.974 mEuros e 227.585 mEuros referem-se a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2. Estes títulos, integralmente subscritos pela CGD, encontram-se registados pelo respetivo valor nominal.

Em 30 de junho de 2017, as rubricas "Outros instrumentos financeiros" e "Imparidade - outros instrumentos" incluem, respetivamente, 771.817 mEuros e 240.496 mEuros (779.414 mEuros e 241.297 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes).

Na sequência da cedência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, as imparidades afetas a perdas estimadas nos ativos transferidos foram imputadas ao valor da participação nas respetivas sociedades

veículo que lhe estão associadas. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 a exposição mantida pela CGD apresenta o seguinte detalhe:

30-06-2017				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Imobiliário Aquarius	163.962	(46.797)	117.164	-
Fundo Recuperação, FCR	153.277	(45.856)	107.421	-
Flit-Ptrel SICAV	110.580	(21.442)	89.138	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	110.834	(25.121)	85.712	7.600
OXI Capital, SCR	79.313	(3.476)	75.837	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	46.105	(13.597)	32.508	338
Fundo Imobiliário Vega	32.874	(13.663)	19.212	1.358
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(2.053)	4.330	-
Vallis Construction Sector	68.491	(68.491)	-	-
	771.817	(240.496)	531.321	9.297

31-12-2016				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Imobiliário Aquarius	163.961	(46.797)	117.164	-
Fundo Recuperação, FCR	161.629	(46.805)	114.824	-
Flit-Ptrel SICAV	110.243	(21.442)	88.801	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	110.514	(25.121)	85.393	7.600
OXI Capital, SCR	79.388	(3.329)	76.059	56
Fundo Recuperação Turismo, FCR	46.159	(13.597)	32.562	392
Fundo Imobiliário Vega	32.645	(13.663)	18.983	1.358
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(2.053)	4.330	-
Vallis Construction Sector	68.491	(68.491)	-	-
	779.414	(241.297)	538.116	9.407

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a valorização dos fundos de cedências de ativos considera uma análise efetuada pela Caixa ao valor recuperável do património de cada fundo, pelo que, o valor registado pode ser inferior ao respetivo NAV calculado e divulgado pelas Sociedades Gestoras. Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 encontram-se registadas provisões para desvalorizações adicionais na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" no montante de 5.000 mEuros e 5.019 mEuros, respetivamente. No decorrer do exercício de 2016 parte do saldo desta provisão foi utilizado para reduzir o valor líquido de balanço destes fundos.

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, a Caixa concedeu igualmente, em determinadas operações, suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", e cujo valor de balanço em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ascendia a 52.361 mEuros e 51.857 mEuros, respetivamente, integralmente provisionadas (Nota 14).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço e o valor da Imparidade dos fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo, registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, eram os seguintes:

	Saldo em 30-06-2017		Saldo em 31-12-2016	
	Fundos Mobiliários	Fundos Imobiliários	Fundos Mobiliários	Fundos Imobiliários
Valor de balanço	185.447	188.985	198.163	188.505
Imparidade	(27.693)	(118.363)	(30.567)	(117.860)
	157.754	70.622	167.596	70.645

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os instrumentos de capital classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

TÍTULO	30-06-2017					31-12-2016				
	Porcentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor	Porcentagem de participação	Valor Balanço (Bruto)	Imparidade	Valor Balanço (Líquido)	Reserva de justo valor
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor										
La Seda Barcelona	14,24%	52.878	(52.878)	-	-	14,24%	52.878	(52.878)	-	-
VISA Inc Classe C (série US92826C3007)	--	16.016	-	16.016	14.551	--	14.433	-	14.433	12.848
VISA Inc Classe C (série US92826C7974)	--	8.658	-	8.658	1.258	--	7.520	-	7.520	(492)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico										
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-	3,62%	4.058	(1.178)	2.880	-
Taguspark - Soc. P. D. Parque Ciência T. Área Met. Lisboa, S.A.	10,00%	2.170	-	2.170	-	10,00%	2.170	-	2.170	-
Outros	--	10.483	(3.560)	6.923	-	--	9.994	(3.563)	6.431	-
		94.261	(57.615)	36.646	15.809		91.052	(57.619)	33.433	12.356

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Reserva de justo valor (Nota 23)		
Instrumentos de dívida	55.957	(95.428)
Instrumentos de capital	15.809	12.356
Outros instrumentos	71.831	76.165
	143.596	(6.907)
Reserva por impostos diferidos	(39.439)	1.754
	104.157	(5.152)

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante o período findo em 30 de junho 2017 foi o seguinte:

VISA Europe Limited e VISA Incorporated Classe C

Decorrente do processo de reorganização das suas operações empreendida pela rede Visa, e após obtenção das necessárias aprovações pelas autoridades regulatórias relevantes, a proposta de aquisição da Visa Europe pela Visa Inc foi concluída com sucesso em junho de 2016. Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu mais valias num montante de 36.256 mEuros provenientes da transferência da titularidade da participação que detinha na Visa Europe e cujo valor nominal era de 10 euros (Nota 27).

A determinação do ganho na operação integrou a valorização atribuída às diversas componentes incorporadas no procedimento acordado para a liquidação da transação, as quais compreenderam (i) um pagamento em numerário realizado na data de fecho da venda, (ii) um pagamento em numerário a realizar de forma diferida na data do terceiro aniversário da venda, e (iii) a entrega de 9.608 ações preferenciais convertíveis (Classe C).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço das referidas ações preferenciais ascendia a 8.658 mEuros e 7.520 mEuros, respetivamente.

Reclassificação de títulos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.3., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela desestabilização no financiamento de dívida

soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

No último trimestre de 2016 foram também objeto de reclassificação da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes as obrigações emitidas pelas empresas Parvalorem S.A., Parups S.A., e Parparticipadas S.A. Os referidos veículos foram criados com o objetivo de gerir carteiras de ativos adquiridas pelo Estado Português no âmbito do processo de reprivatização do ex-BPN, encontrando-se a referida emissão colateralizada por garantia emitida pelo Estado. A reclassificação foi decidida tendo em conta a especificidade e particularidade da origem destas emissões, não transacionáveis por natureza, e considerando a intenção e capacidade de a CGD deter estes títulos no futuro previsível.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação
Valor de balanço da data de reclassificação	55.369	57.491
Valor de balanço	59.125	60.098
Justo Valor dos títulos reclassificados	59.125	60.098
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	3.539	3.252
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	287	(24.244)
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	572	25.616

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação
Valor de balanço da data de reclassificação	-	101
Valor de balanço	-	136
Justo valor dos títulos reclassificados	-	136
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	-	(113)
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	113	(18)
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(147)	-

Títulos reclassificados no exercício de 2016

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	2.246.210	2.246.210
Valor de balanço	1.816.579	1.797.173
Justo Valor dos títulos reclassificados	1.816.616	1.810.914
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados por amortizar	73.754	81.656

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial, e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

No que diz respeito às obrigações emitidas pelas empresas Parvalorem S.A., Parups S.A., e Parparticipadas S.A., que foram reclassificadas da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes, verificaram-se após a reclassificação, amortizações de capital e pagamentos de juros nos montantes de 383.350 mEuros e 70.610 mEuros, respetivamente.

8. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2017	31-12-2016
Ao justo valor através de reservas de reavaliação		
Instrumentos de dívida		
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De residentes	-	187.114
	-	187.114
Ao custo amortizado		
Crédito a clientes		
De residentes	-	234.830
	-	234.830
	-	421.944

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de ativos com acordo de recompra ascendia a 421.944 mEuros, tendo os respetivos contratos subjacentes maturado no decorrer do primeiro semestre de 2017.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferida ao longo do período do contrato.

Em 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontravam-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 15).

9. DERIVADOS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos nas Notas 2.3. d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2017							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				8.952	(7.735)	-	-	1.217
Compras	2.196.856	-	2.196.856					
Vendas	2.195.573	-	2.195.573					
Swaps								
Swaps Cambiais				2.895	(9.288)			(6.393)
Compras	551.378	-	551.378					
Vendas	557.777	-	557.777					
Interest rate swaps e cross currency				957.809	(1.015.035)	7.431	(3.903)	(53.698)
Compras	47.903.349	75.664	47.979.013					
Vendas	47.840.238	80.767	47.921.005					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	-	-	-					
Posições curtas	2.711.223	-	2.711.223					
Futuros de Cotações				923	-	-	-	923
Posições longas	8.096	-	8.096					
Posições curtas	1.446	-	1.446					
Outros Futuros				10.139	-	-	-	10.139
Posições longas	120.093		120.093					
Posições curtas	568.053		568.053					
Opções								
Divisas				898	(953)	-	-	(55)
Compras	82.004	-	82.004					
Vendas	61.379	-	61.379					
Cotações				44.109	(48.991)	-	-	(4.882)
Compras	559.039	-	559.039					
Vendas	576.283	-	576.283					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				155.088	(167.948)	-	-	(12.860)
Compras	2.076.498	-	2.076.498					
Vendas	2.493.140	-	2.493.140					
Outros	-	-	-	-	(3.701)	-	-	(3.701)
	110.502.425	156.431	110.658.856	1.180.813	(1.253.651)	7.431	(3.903)	(69.310)

	31-12-2016							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação (Nota 6)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				2.500	(3.538)	-	-	(1.038)
Compras	2.182.887	-	2.182.887					
Vendas	2.183.830	-	2.183.830					
Swaps								
Swaps Cambiais				22.661	(1.353)	-	-	21.308
Compras	786.858	-	786.858					
Vendas	765.514	-	765.514					
Interest rate swaps e cross currency				1.246.005	(1.360.633)	9.541	(2.197)	(107.284)
Compras	47.402.498	128.628	47.531.126					
Vendas	47.329.267	132.293	47.461.560					
Swaps de Eventos de Crédito				-	(69)	-	-	(69)
Compras	75.894	-	75.894					
Vendas	47.434	-	47.434					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições longas	150.383	-	150.383					
Posições curtas	2.821.884	-	2.821.884					
Futuros de Cotações				1.103	(343)	-	-	760
Posições longas	7.816	-	7.816					
Posições curtas	3.597	-	3.597					
Outros Futuros				10.252	-	-	-	10.252
Posições longas	366.856	-	366.856					
Posições curtas	814.139	-	814.139					
Opções								
Divisas				1.608	(1.774)	-	-	(166)
Compras	78.936	-	78.936					
Vendas	68.221	-	68.221					
Cotações				62.475	(68.477)	-	-	(6.002)
Compras	700.192	-	700.192					
Vendas	706.966	-	706.966					
Mercadorias				1	(1)	-	-	-
Compras	90.000	-	90.000					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				222.563	(235.746)	-	-	(13.183)
Compras	2.278.206	-	2.278.206					
Vendas	2.636.655	-	2.636.655					
Outros	-	-	-	-	(3.802)	-	-	(3.802)
	111.498.033	260.921	111.758.954	1.569.168	(1.675.737)	9.541	(2.197)	(99.224)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e "Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 21) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 14), respetivamente.

O valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) e DVA (*debit value adjustments*) encontra-se detalhado na Nota 34.

10. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 30 de junho de 2017, os saldos de investimentos a deter até à maturidade apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	506.006	-
De outros emissores públicos	1.090.802	-
De outros emissores		
De outros não residentes	14.928	-
	1.611.737	-
	1.611.737	-

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	23.710.154	25.283.071
Créditos em conta corrente	1.679.644	1.776.058
Outros créditos	3.943.868	4.312.293
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	2.699.840	2.770.153
Outros	4.072.873	3.839.979
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	367.669	406.686
Créditos tomados – factoring	355.233	413.270
Descobertos em depósitos à ordem	233.600	308.919
	37.062.880	39.110.430
Créditos afetos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 17)	8.904.971	9.432.153
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 18)	3.836.965	3.995.118
Juros a receber	114.476	136.902
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(25.421)	(24.660)
	49.893.870	52.649.943
Crédito e juros vencidos	4.565.635	4.468.307
	54.459.505	57.118.250
Imparidade (Nota 31)	(4.352.908)	(5.076.158)
	50.106.597	52.042.093

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Crédito interno e ao exterior - Outros créditos” inclui 59.030 mEuros e 61.797 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outros créditos e valores a receber - titulados”, inclui 1.788.175 mEuros e 1.797.173 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez ao ex-Banco Português de Negócios, S.A. (ex-BPN). Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

No decurso do processo de reprivatização do ex-BNP, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A., e por inerência, as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa, foram transferidas para a esfera do Estado Português. Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem. Esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber - titulados - Papel comercial”.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que

venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No decorrer do exercício de 2016, a Caixa alienou um conjunto de créditos hipotecários pelo montante de 82.690 mEuros, cujo valor de balanço antes de imparidade nessa data ascendia a 148.060 mEuros. As referidas operações encontravam-se integralmente vencidas. As perdas incorridas com estes créditos foram reconhecidas na demonstração de resultados como "Imparidade do crédito líquida de reversões".

Em 30 de junho de 2017, a Caixa cedeu créditos e direitos económicos sobre créditos (incluindo os riscos e benefícios desses mesmos créditos) à Mistlegrave Issuer Holdings Designated Activity Company, cujo valor de balanço antes de imparidade à data da transação, ascendia a 153.600 mEuros.

Foram ainda alienados no decorrer do primeiro semestre de 2017 outros créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 377.010 mEuros.

Decorrente das alterações efetuadas à política de abates de operações de crédito no exercício de 2016, apresentada em maior detalhe na Nota 34, no referido período foram abatidas ao ativo operações integralmente cobertas por imparidade no montante de 1.747.483 mEuros.

O movimento na imparidade, durante o primeiro semestre de 2017 e 2016, é apresentado na Nota 31.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2017	31-12-2016
Até três meses	176.892	250.756
De três a seis meses	67.059	143.291
De seis meses a um ano	773.406	363.891
De um a três anos	966.420	1.003.865
Mais de três anos	2.581.859	2.706.504
	4.565.635	4.468.307

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2017				31-12-2016			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 31)	Valor de balanço
Filiais								
Em instituições de crédito no país								
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	94,04%	319.048	(20.992)	298.056	94,04%	319.047	(20.992)	298.055
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Caixa Geral, S.A.	99,79%	597.134	(253.842)	343.292	99,79%	597.134	(253.842)	343.292
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	99,43%	213.558	-	213.558	99,43%	213.558	-	213.558
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	100,00%	128.606	(3.256)	125.350	100,00%	128.606	(3.256)	125.350
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	99,91%	150.840	(96.740)	54.100	99,91%	150.840	(96.740)	54.100
Banco Comercial do Atlântico, S.A	54,41%	24.615	(1.710)	22.905	54,41%	24.615	(1.710)	22.905
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	6.352	-	6.352	70,00%	6.352	-	6.352
Em outras empresas no País								
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	100,00%	1.240.761	-	1.240.761	100,00%	1.240.761	-	1.240.761
Parcaixa, SGPS, S.A.	100,00%	1.008.996	-	1.008.996	51,00%	510.000	-	510.000
Partang, SGPS, S.A.	100,00%	167.700	-	167.700	100,00%	167.700	-	167.700
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.683	-	27.683	100,00%	27.683	-	27.683
Caixa - Gestão de Activos, S.A.	100,00%	10.350	-	10.350	100,00%	10.350	-	10.350
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	80,00%	400	-	400	80,00%	400	-	400
Parbanca, SGPS, S.A.	10,00%	5	-	5	10,00%	5	-	5
Wolfpart, SGPS, S.A.	100,00%	237.926	(237.926)	-	100,00%	237.926	(237.926)	-
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	90,00%	47.275	(47.275)	-	90,00%	47.275	(47.275)	-
Caixatec - Tecnologias de Comunicação, S.A.	100,00%	8	(8)	-	100,00%	8	(8)	-
Outras		20	(19)	1		20	(19)	1
Em outras empresas no Estrangeiro								
SCI – Rue du Helder	100,00%	9.583	(5.497)	4.086	100,00%	9.583	(5.497)	4.086
Imobiliária Caixa Geral, S.A.U.	100,00%	60	(60)	-	100,00%	60	(60)	-
Associadas e empreendimentos conjuntos								
Em outras empresas no País								
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	50,00%	12.952	(4.835)	8.117	50,00%	12.952	(4.835)	8.117
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	50,00%	4.467	-	4.467	50,00%	4.467	-	4.467
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	2.533	(1.278)	1.255	37,40%	2.533	(1.278)	1.255
SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	7,83%	1.250	-	1.250	7,83%	1.250	-	1.250
Fundo Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
Bern Cornum - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	32,00%	80	-	80	32,00%	80	-	80
Floresta Atlântica SGFII, S.A.	11,89%	51	-	51	11,89%	51	-	51
Gestinsua - Aquisição e Alienação de Património Mobiliário e Imobiliário S.A.	21,06%	11	(11)	-	21,06%	11	(11)	-
YUNIT Serviços, S.A.	33,33%	3	(3)	-	33,33%	3	(3)	-
Em outras empresas no estrangeiro								
A Promotora – Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	(212)	1.114	36,21%	1.326	(212)	1.114
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L.	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
IMOBICI	40,00%	144	(62)	83	40,00%	144	(62)	83
GCI - Capital de Risco	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
Outros								
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD - Caixa Capital	100,00%	212.344	(57.743)	154.601	100,00%	289.445	(78.709)	210.735
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	100,00%	135.852	-	135.852	100,00%	200.000	-	200.000
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	100,00%	115.309	(20.863)	94.446	100,00%	115.309	(25.727)	89.582
Caixa Crescimento FCR	100,00%	92.000	(694)	91.306	100,00%	92.000	(694)	91.306
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	25.000	(7.022)	17.978	100,00%	25.000	(7.022)	17.978
CGD Finance Limited	100,00%	1	(1)	-	100,00%	1	(1)	-
CGD - North America Finance	100,00%	1	-	1	100,00%	1	-	1
		4.808.026	(760.114)	4.047.912		4.450.278	(785.945)	3.664.333

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a Caixa concedeu a algumas das suas filiais suprimientos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em “Outros ativos” (Nota 14).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foram os seguintes:

SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.

No decorrer do ano de 2016, a Sofid fez um aumento de capital de 10.000.mEuros para 11.501 mEuros, reservado a acionistas. O Aumento de capital foi integralmente subscrito pelo Acionista Maioritário

Estado, não tendo a Caixa acompanhado o referido aumento. Como consequência desta operação, a percentagem de participação da Caixa foi reduzida de 10% em 2015, para 7,825% em 2016.

Prado Cartolinas da Lousã, S.A.

No decorrer do ano de 2016, a Caixa alienou a participação que detinha na Prado Cartolinas da Lousã, S.A., por 1.372 mEuros, tendo em resultado desta operação reconhecido perdas de 2.388 mEuros (Nota 28).

Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR, constituído em 28 de junho de 2013, destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

No decorrer do ano de 2016 foi aprovado um aumento de capital do Fundo, através da emissão de 30.000 unidades de participação, com um valor nominal de 1.000 Euros cada, integralmente realizado pela Caixa. Este aumento de capital ocorre após o realizado no exercício de 2015, também no montante de 30.000 mEuros e igualmente subscrito pela CGD.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, do valor total do capital do Fundo, encontravam-se realizados (integralmente em numerário) 35.700 mEuros, faltando realizar 56.300 mEuros (Nota 21).

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEII – Caixa Reabilita)

Conforme deliberação do seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Reabilita, constituído como veículo instrumental da participação do Grupo no âmbito da iniciativa comunitária JESSICA, alienou à Caixa a participação que detinha no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Cidades de Portugal à CGD (Fundo Cidades de Portugal), representativa de 30% do seu capital, pelo valor de fecho desse fundo a 30 de novembro de 2016. Em resultado desta operação, a Caixa Geral de Depósitos passou a deter diretamente a totalidade do património do Fundo Cidades de Portugal.

Após concretização desta operação, o Caixa Reabilita cessou a sua atividade, tendo as verbas provenientes da sua liquidação sido afetadas às contas de desembolso da linha JESSICA (Fundo de Desenvolvimento Urbano FDU).

Fundo de Capital de Risco Grupo CGD

Constituído em 1995, o FCR Grupo CGD tem um capital subscrito e realizado de 296.145 mEuros, representado por 5.680 unidades de participação, após a redução de capital por extinção de 1.420 unidades de participação (20% do capital do Fundo) efetuada em outubro de 2015.

Simultaneamente à operação de redução de capital, a CGD adquiriu unidades de participação até então detidas pelo Caixa - Banco de Investimento, S.A. e pela Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A, passando assim a ser a única participante do Fundo.

Parcaixa

Em resultado do acordo de princípio alcançado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, e como parte do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, S.A., foi deliberado pelo acionista Estado, em 4 de janeiro de 2017, transferir a participação que este detinha, indiretamente, na sociedade Parcaixa, SGPS, S.A. para a CGD, através da entrega em espécie de 490.000.000 de ações representativas do capital social, correspondentes a 498.996 mEuros, valor contabilístico da participação do Estado Português na sociedade referida. Em resultado desta transação, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. passou a deter a totalidade do capital social desta gestora de participações sociais.

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 eram os seguintes:

	30-06-2017	31-12-2016
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	20.805	8.436
Outros	2.623	1.113
	23.429	9.548
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	74	10.609
Outros	74.634	84
	74.708	10.693
	(51.279)	(1.145)
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	2.274.575	2.306.800
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	12.712
	2.274.575	2.319.512
Passivos por impostos diferidos	148.345	152.159
	2.126.230	2.167.354

O imposto sobre o rendimento a recuperar inclui o valor a receber pela CGD no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2017
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade para crédito	1.909.653	-	8.261	-	1.917.914
Benefícios dos trabalhadores	173.875	(693)	12.591	-	185.773
Outras provisões não aceites fiscalmente	42.357	-	(2.280)	-	40.078
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	39.930	-	(10.510)	-	29.420
Imparidade para participações financeiras e outros títulos	(8.855)	-	5.320	-	(3.535)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 23)	(2.240)	(41.025)	-	-	(43.265)
Prejuízos fiscais reportáveis	12.712	-	(12.712)	-	-
Outros	(79)	-	9	(84)	(154)
	2.167.354	(41.718)	679	(84)	2.126.230

	Saldo em 31-12-2015	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade para crédito	731.443	-	7.808	839	740.090
Benefícios dos trabalhadores	182.632	(12.127)	4.380	-	174.884
Outras provisões não aceites fiscalmente	38.068	-	(2.459)	-	35.609
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	24.444	-	(3.523)	-	20.921
Imparidade para participações financeiras e outros títulos	56.474	-	(7.923)	-	48.552
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação (Nota 23)	(96.977)	51.244	-	-	(45.732)
Prejuízos fiscais reportáveis	206.386	-	98.514	-	304.900
Outros	(79)	-	-	-	(78)
	1.142.392	39.117	96.797	839	1.279.145

No exercício de 2014, a Caixa aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável da Assembleia Geral de Acionistas.

O regime, aprovado pela Lei nº 61/2014, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 23/2016, de 19 de agosto, abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos nº 1 e 2 do artigo 28-A do CIRC e respetivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.

As alterações ao regime introduzidas pela Lei nº 23/2016, de 19 de agosto, vieram excluir do seu âmbito de aplicação temporal os gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos protegidos por este regime correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado) acrescido do montante de instrumentos de capital contingente (Coco's), aplicado ao saldo elegível dos ativos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário é efetuada pelo seu valor total.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito majorado em 10% e corrigido, nos casos em que o capital próprio é inferior ao capital social, pelo quociente entre o primeiro e o segundo, sendo este último deduzido do montante do crédito tributário majorado, conjuntamente com a emissão de valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado, que no caso da Caixa é simultaneamente o seu único acionista. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado. Esta reserva especial não poderá ser distribuível.

Os impostos diferidos ativos registados pela Caixa e considerados elegíveis ao abrigo do regime em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresentam a seguinte composição:

Impostos diferidos abrangidos pelo âmbito de incidência do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos	30-06-2017	31-12-2016
Imparidade para crédito	1.004.408	1.004.408
Benefícios dos trabalhadores	162.716	163.410
	1.167.124	1.167.817

De acordo com as disposições do regime e em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo no âmbito da sua atividade individual no exercício de 2016, os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido exercício serão convertidos em crédito tributário em função da proporção desse resultado líquido no valor dos seus capitais próprios. O montante dos impostos diferidos que se estima converter, tendo por referência os dados patrimoniais da Caixa em 31 de dezembro de 2016 ascende a aproximadamente 446.000 mEuros.

Conforme especificado no artigo n.º 12 do Anexo à Lei n.º 61/2014 (que dela faz parte integrante), o montante dos ativos por impostos diferidos a converter em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão deverão ser objeto de certificação por revisor oficial de contas. A representação do Estado enquanto acionista único da Caixa determina que a emissão e atribuição dos direitos de conversão não implicará qualquer diluição da sua posição acionista.

Impostos sobre lucros registados por contrapartida de capital próprio

Os impostos sobre lucros registados diretamente por contrapartida de capital próprio nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 apresentam a seguinte natureza:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Impostos diferidos		
Valorização de ativos financeiros por contrapartida de reservas de reavaliação	(41.025)	51.244
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	-	(11.296)
Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011)	(693)	(832)
	(41.718)	39.117
Impostos correntes		
Amortização do impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego (exercício de 2011)	693	-
Reconhecimento de ganhos e perdas atuariais associados a benefícios pós-emprego	-	27.801
	693	27.801

No decorrer do exercício de 2011, a Caixa procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

O valor do imposto associado à componente contribuída dos desvios atuariais originados após a data de alteração da política contabilística considerada dedutível nos termos dos limites enquadráveis nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, ou aquelas realizadas ao abrigo do número 8 do referido artigo, são relevados patrimonialmente por uma rubrica de capital próprio, conforme a base de reconhecimento das responsabilidades que lhe deram origem.

Impostos sobre lucros registados por contrapartida de resultados

Os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Impostos correntes		
Do período, do qual		
Atividade individual da Caixa	90.188	42.822
Perímetro RETGS	(11.544)	(1.172)
	78.643	41.650
Contribuição sobre o setor bancário	33.509	36.460
Correções a exercícios anteriores	(28)	(216)
	112.125	77.894
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(13.391)	1.717
Prejuízos fiscais reportáveis		
Atividade individual da Caixa	12.712	(99.134)
Perímetro RETGS	-	620
	12.712	(98.514)
	(679)	(96.797)
Total de impostos em resultados	111.446	(18.903)
Resultado antes de impostos	191.269	(321.443)
Carga fiscal	58,27%	5,88%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica "Impostos correntes - Imposto sobre o resultado" inclui correções de exercícios anteriores com a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2016 e 2015)	-	(577)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	(24)	370
Outros	(4)	(9)
	(28)	(216)

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos/ (proveitos) com impostos sobre lucros nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2017		30-06-2016 (saldos não auditados)	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		191.269		(321.443)
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	52.312	27,35%	(87.915)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de participadas	(1,64%)	(3.136)	0,87%	(2.789)
Outras	(0,13%)	(254)	0,04%	(122)
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões e outras imparidades não aceites	2,05%	3.915	(0,34%)	1.104
Outras	0,15%	283	(0,55%)	1.783
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(2,20%)	(4.210)	(4,45%)	14.293
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras, líquido de reversões	8,93%	17.074	(0,31%)	995
Tributação autónoma	0,26%	503	(0,33%)	1.073
Derrama estadual e municipal	4,17%	7.976	0,00%	-
Contribuição sobre o setor bancário	17,52%	33.509	(11,34%)	36.460
Encargos / (rendimentos) resultantes da aplicação do REGTS, imputáveis à sociedade dominante	(1,52%)	(2.913)	(0,28%)	900
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento/ (utilização) de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(1,21%)	(2.309)	(6,55%)	21.046
Outros	1,91%	3.646	(0,02%)	53
	55,64%	106.397	4,09%	(13.118)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	2,64%	5.053	1,80%	(5.776)
Outras	(0,00%)	(4)	0,00%	(9)
	2,64%	5.049	1,80%	(5.785)
	58,27%	111.446	5,88%	(18.903)

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 21%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade foi de 27,35 %.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º- A do CIRC, introduzida pela Lei n.º 2 /2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a qual no seu número 1 prevê a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;
- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;
- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%;

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º-A, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa.

Em resultado desta situação, a Caixa reconheceu impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma

intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), os quais, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, ascendem a 90.165 mEuros.

Limitações à dedutibilidade fiscal de perdas com imparidade em créditos e outras correções de valor

Conforme descrito na Nota 2.10, no decorrer do exercício de 2016, por força da aplicação do Aviso nº 5/2015, do Banco de Portugal, a Caixa passou a preparar as suas demonstrações financeiras condensadas da atividade individual de acordo com as disposições das normas internacionais de relato financeiro tal como adotadas em cada momento por Regulamento da União Europeia, considerando, a partir de 1 de janeiro do referido exercício, os requisitos da IAS 39 no que respeita ao provisionamento do crédito e outros valores a receber.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, publicado em 18 de novembro de 2016, veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC, prorrogando para o período de tributação iniciado em 1 de janeiro de 2016, para efeitos fiscais, o enquadramento decorrente do Aviso n.º 3/95.

O referido Decreto Regulamentar veio igualmente consagrar, mediante opção do sujeito passivo, um regime transitório a aplicar às anulações ou reduções de perdas por imparidade reconhecidas no âmbito da adoção do Aviso nº 5/2015. Ao abrigo deste regime, a diferença positiva apurada em 1 de janeiro de 2016 entre o valor das perdas de imparidade para crédito determinadas por referência às disposições do Aviso nº 3/95 e as imparidades determinadas de acordo com o novo normativo contabilístico é considerada na determinação do lucro tributável apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais ainda não utilizados gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

A Caixa exerceu a opção de aplicação do mencionado regime transitório na determinação da sua matéria coletável do exercício de 2016, tendo para o efeito consumido saldo reportável de prejuízos fiscais originados nos exercícios de 2013 e 2014 que nessa data ainda não tinham sido utilizados.

A utilização dos prejuízos fiscais reportáveis do exercício de 2013, cujo imposto diferido ativo havia sido desreconhecido em 2015, determinou o reconhecimento nesse exercício de ganhos com impostos no montante de 164.896 mEuros (apurados considerando uma taxa efetiva de imposto de 27,35%).

Na ausência de regras específicas quanto ao regime a vigorar no exercício de 2017 no tratamento para efeitos fiscais de perdas por imparidade para créditos e outros valores a receber, a Caixa considerou na preparação das suas demonstrações financeiras condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2017 os critérios estabelecidos num anteprojeto de proposta de lei de alteração do artigo 28.º-C do CIRC, dos quais destacamos:

- As dotação de imparidade decorrentes de análise individual dos créditos são integralmente dedutíveis;
- As dotações de imparidade decorrentes de análise coletiva são dedutíveis em 75% do seu valor; e,
- O saldo das imparidades para crédito não aceites fiscalmente em 31 de dezembro de 2016 que se tornem dedutíveis ao abrigo do novo regime, serão parte constituinte da matéria coletável ao longo de um período de 15 anos, de acordo com percentagens crescentes conforme definidas no referido documento.

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa da Caixa quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta, fundamentalmente, (i) na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes, e (ii) na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

Esta avaliação foi realizada tendo por base a concretização do seu Plano Estratégico, desenvolvido ao abrigo do acordo estabelecido entre o Estado Português e as Autoridades Europeias para o período de 2017-2020, e que permitem à Caixa assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de capital adequados, encontrando-se igualmente consistente com o Plano de redução de *Non-performing assets* remetido às entidades de supervisão no mês de fevereiro de 2017.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada nos elementos discutidos com as Autoridades Europeias no âmbito do recente processo de recapitalização da CGD e nesses termos incorporam um grau de conservadorismo elevado, destacando-se os seguintes fatores:

(i) Evolução positiva da sua margem financeira, atribuível a uma redução sustentada do seu custo de financiamento, consistente com o observável num passado recente e num contexto de curvas de taxas de juro de mercado mais conservadoras do que as estabelecidas pelo próprio supervisor no âmbito do último exercício de atualização dos Planos de Financiamento e Capital;

(ii) Reforço dos proveitos com a prestação de serviços, alinhada com uma estratégia comercial mais orientada para a geração de valor para o Cliente;

(iii) Diminuição do custo de risco para níveis comparáveis com outros bancos europeus de referência, com suporte numa profunda reestruturação da sua política de gestão de ativos problemáticos, assim como na adaptação dos processos de concessão e acompanhamento de créditos em conformidade com uma política de apetite ao risco devidamente sustentável;

(iv) Forte redução de custos, alinhada com as medidas de racionalização da estrutura operacional que serão implementadas nos próximos quatro anos em função da dimensão, natureza e evolução esperada do negócio e da gestão de recursos que se pretende cada vez mais eficiente;

(v) Obtenção de níveis de rentabilidade e de solvabilidade que estejam alinhados com os objetivos e pressupostos inerentes ao processo recente de recapitalização da CGD. Numa perspetiva conservadora o valor dos resultados antes de impostos considerados relevantes para este efeito foram mantidos constantes para todos os períodos de tributação posteriores a 2020, ou seja, 2021 a 2031.

Foram igualmente considerados os pressupostos seguidamente elencados, com relevância para as conclusões alcançadas quanto à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos:

(vi) Conversão, no exercício de 2017, de ativos por impostos diferidos elegíveis ao abrigo do regime especial no montante aproximado de 446.000 mEuros, deduzida à componente do saldo que em 31 de dezembro de 2016 já cumpria os critérios de dedutibilidade, ainda não concretizada por insuficiência de matéria coletável;

(vii) Alteração do enquadramento fiscal das perdas por imparidade para risco específico de crédito, para períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, de acordo com o anteprojeto de proposta de lei de alteração do artigo 28.º-C do CIRC, disponibilizado em dezembro de 2016 pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais à Associação Portuguesa de Bancos para comentários e análise dos seus associados. A intenção de rever este enquadramento fiscal em 2017 tinha já sido expressa no preâmbulo do Decreto Regulamentar n.º 5/2016, no âmbito do qual é declarada a intenção de favorecer uma aproximação entre as regras fiscais e contabilísticas.

(viii) Incorporação dos resultados fiscais estimados decorrentes da estratégia de reestruturação das operações internacionais;

(ix) Dedução de perdas por imparidade em outros ativos financeiros (nomeadamente em imóveis recebidos em dação de crédito, incluindo os detidos através de veículos imobiliários), em função dos objetivos (e períodos de concretização) de desalavancagem estabelecidos no Plano de redução de *Non-performing assets*; e,

(x) Projeção da dedutibilidade de encargos com benefícios a empregados, atuais e futuros, em função do período de tributação em que se estima vir a realizar os respetivos pagamentos.

De notar que eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis relevantes na determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes. A este respeito importa salientar que as conclusões acima referidas poderão ser diferentes caso se mantenha a legislação de dedução fiscal de perdas por imparidade de crédito que vigorou em 2016. Neste contexto, no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, a Caixa preparou igualmente cenários no pressuposto da manutenção futura do regime fiscal aplicável às imparidades para crédito no exercício de 2016. De acordo com esses cenários, será necessário reduzir o ritmo de desinvestimento em créditos com imparidades fiscalmente ainda não dedutíveis e tomar outras medidas para postecipar a dedutibilidade fiscal das perdas por imparidade já registadas a 31 de dezembro de 2016, com vista a reduzir o risco de não recuperação de parte dos correspondentes ativos por impostos diferidos. Embora atribua probabilidade reduzida a estes cenários, o Conselho de Administração da Caixa considera que terá condições para implementar estas medidas caso tal venha a ser necessário.

Contribuição sobre o setor bancário

Decorrente das disposições regimentadas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, a Caixa reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 um custo de 33.509 mEuros e 36.460 mEuros, respetivamente, relativo à totalidade dos encargos a suportar com este tributo nos períodos de tributação que lhe são imputáveis. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o imposto a pagar pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Imposto corrente do período	78.643	41.650
Pagamentos por conta	(9.833)	(4.945)
Retenções na fonte	(2.307)	(4.520)
Pagamentos especiais por conta	(311)	(245)
Transferência de imposto corrente para reservas	(5.641)	(27.801)
IRC a recuperar (perímetro RETGS)	(7.852)	(14.787)
Outros	(1.420)	573
Imposto sobre o rendimento a pagar / (recuperar)	51.279	(10.075)

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Caixa durante um período de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2013 e 2014 foram já objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2015 e 2016. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras condensadas.

14. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Outros ativos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.013	3.011
Outras disponibilidades	18	18
Outros	5.242	5.243
Devedores e outras aplicações		
Setor Público Administrativo	34.767	35.072
Suprimentos	362.158	407.357
Empréstimos subordinados	260.171	269.407
Devedores por operações sobre futuros	38.480	28.116
Valores a receber pela venda da EDP	482.004	482.457
Bonificações a receber		
Do Estado	19.880	16.922
De outras entidades	12.166	11.653
Valor a receber pela venda de bens arrematados	495	284
Outros devedores vencidos	106.349	135.640
Devedores diversos	914.947	1.084.182
Rendimentos a receber	26.363	28.927
Despesas com encargo diferido		
Rendas	2.652	1.496
Outras	10.098	8.328
Outras operações ativas por regularizar	140.712	218.982
Operações de Bolsa	379	3
	2.419.893	2.737.099
Imparidade (Nota 31)	(404.972)	(457.296)
	2.014.921	2.279.803

O movimento na imparidade para outros ativos durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 é apresentado na Nota 31.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 645.386 mEuros e 806.380 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da Caixa em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”) com essas entidades.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 50.282 mEuros, relativos a depósitos caução constituídos pela Caixa junto da Administração Fiscal no

âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário, conforme referido em maior detalhe na Nota 19. Em resultado da adesão da Caixa ao PERES, a referida caução veio a ser cancelada em janeiro de 2017.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica de "Outros ativos – devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui 96.714 mEuros e 96.714 mEuros, respetivamente, relativos a empréstimos concedidos à Imobiliária Caixa Geral, S.L., pela Sucursal da CGD em Espanha. De forma a refletir perdas potenciais na realização destes créditos resultantes da pronunciada deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade, encontram-se reconhecidas nas referidas datas imparidades acumuladas de 73.959 mEuros e 69.737 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros devedores vencidos", inclui saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes e outras despesas diretamente associadas a estas operações, nos montantes de 106.349 mEuros e 135.640 mEuros, respetivamente. Nas referidas datas o montante de imparidade acumulada, associada a estas operações ascendia a 40.346 mEuros e 97.020 mEuros, respetivamente.

Os suprimentos e empréstimos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Suprimentos		
Wolfpart, SGPS, S.A.	152.500	197.500
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
Parbanca, SGPS, S.A.	38.278	39.024
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	25.977	25.977
Relativos a operações de cedências de ativos (Nota 7)		
Moretextile, SGPS, S.A.	37.440	37.006
Flitptrel Portugal, SGPS, S.A.	8.825	8.825
Taem - Processamento Alimentar, SGPS, S.A.	5.060	5.050
Vncork - SGPS, S.A.	982	976
	52.307	51.857
Outros	7.096	6.999
	362.158	407.357
Empréstimos subordinados		
Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A.	125.500	125.500
BNU Macau, S.A.	98.103	106.884
Banco Caixa Geral, S.A.	31.050	31.050
BCI Moçambique, S.A.R.L.	5.517	5.973
	260.171	269.407

Os suprimentos concedidos à Wolfpart, SGPS, destinaram-se a financiar as atividades desenvolvidas pelas suas participadas com exposição ao setor imobiliário. Deste montante, 45.000 mEuros foram realizados no decorrer do exercício de 2016, tendo sido integralmente afetos às necessidades operacionais da Cibergradual - Investimento Imobiliário, S.A.. No decorrer do primeiro semestre de 2017, venceu-se a parcela referida, não tendo sido liquidada. Em 30 de junho de 2017, os saldos vencidos encontravam-se classificados em outros ativos – outros créditos vencidos devedores e outras aplicações. Estes suprimentos têm prazo de reembolso definido e são remunerados à taxa Euribor a 12 meses.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2014 foi celebrado um aditamento do contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento até 30 de junho de 2018; e,
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 3%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2016 as partes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento, previsto para 30 de setembro desse exercício, por mais um ano sem alteração das restantes condições em vigor.

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. têm como objetivo o financiamento desta sociedade no reforço do investimentos realizado junto da sua participada Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L. (BCI), dos quais 21.868 mEuros aplicados na realização de um aumento de capital do banco no decorrer do primeiro semestre de 2015.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A., suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. A Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas neste ativo no montante de 37.440 mEuros, dos quais 434 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2017.

Os suprimentos concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. não são remunerados e destinaram-se essencialmente ao financiamento da aquisição de ações da ex-Imoleasing – Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S.A., da ex-Locapor – Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S.A. e da ex-Lusofactor – Sociedade de Factoring, S.A.

Os empréstimos subordinados concedidos à Caixa Leasing e Factoring, IFIC, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Empréstimo subordinado no valor de 50.000 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2008 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses;
- Empréstimo subordinado no montante de 35.500 mEuros concedido no decorrer do exercício de 2011 e com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses adicionada de um *spread* de 0,30%; e,
- Empréstimo subordinado no montante de 40.000 mEuros concedido em junho de 2013 com prazo de vencimento indeterminado, vence juros trimestral postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor 3 meses adicionada de um *spread* de 0.30%.

No decorrer de 2012 foi concedido um empréstimo subordinado ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. no montante de 900.000.000 de Patacas (98.103 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2017), o qual é remunerado a uma taxa de juro variável Hibor a 6 meses para dólares de Hong Kong acrescida de 2,75%. Este empréstimo tem um prazo de vencimento de 10 anos, encontrando-se previsto nos termos

do contrato, a realização de amortizações parciais de 20% ao ano nos últimos 5 anos de vida útil da operação.

Os empréstimos subordinados concedidos ao Banco Caixa Geral, S.A. têm vencimento a partir de 2024 e são remunerados a uma taxa indexada à Euribor a 12 meses.

O empréstimo subordinado ao BCI Moçambique no montante de 6.296.296 USD (5.517 mEuros ao câmbio de 30 de junho de 2017) foi concedido pelo prazo de 10 anos e tem vencimento em 30 de julho de 2018, sendo remunerado a uma taxa de juro variável indexada à Libor a 3 meses adicionada de um *spread* de 3%. O pagamento dos juros é efetuado trimestral e postecipadamente, em 30 de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano.

15. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos	2.000.000	2.000.000
Recursos - de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	2.041	285
De Instituições de crédito no estrangeiro	20.207	90.456
Juros a pagar	2	128
	2.022.249	2.090.869
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	600.476	667.093
De instituições de crédito no estrangeiro	2.555.380	2.942.252
Recursos do mercado monetário interbancário	17.787	17.580
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	105.766	2.846
De instituições de crédito no estrangeiro	194.162	48.491
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	6.409	6.409
Operações de venda com acordo de recompra	-	158.981
Juros a pagar	17.884	20.320
Despesas com encargo diferido	-	(973)
	3.497.864	3.862.999
	5.520.114	5.953.869

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos - Banco Central Europeu - Empréstimos, depósitos e outros recursos” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por títulos de dívida e emissões de papel comercial da carteira da Caixa. Estes ativos não estão disponíveis para livre transmissão e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 19).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pela Caixa com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 8). A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

16. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Depósitos de poupança	2.473.510	2.384.093
Outros débitos		
À vista	24.749.360	22.404.480
A prazo		
Depósitos	32.054.240	33.323.610
Depósitos obrigatórios	243.846	291.493
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	101.077	86.271
Empréstimos	70.000	70.000
Outros	1.045	990
	32.470.207	33.772.364
	57.219.568	56.176.845
Juros a pagar	73.896	99.392
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(6.141)	(8.440)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(3.361)	(3.895)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	1.135	1.326
	65.529	88.383
	59.758.607	58.649.320

17. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	40.000	40.000
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	94.857	147.352
- Taxa de juro fixa	134.667	165.136
	269.524	352.488
Obrigações hipotecárias	3.762.450	3.762.450
	4.031.974	4.114.938
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	7.999	13.326
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(7.606)	(9.826)
Juros a pagar	48.474	98.203
	4.080.841	4.216.641

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
EMTN	15.000	15.000
Obrigações hipotecárias	1.500.000	1.500.000
	1.515.000	1.515.000

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre ainda aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits”, a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações; e,
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa ascendia a 5.270.000 mEuros, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em	Taxa em
	30-06-2017	31-12-2016					30-06-2017	31-12-2016
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	2007-06-28	2022-06-28	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3 meses + 0,05%	0,000%	0,000%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	2008-10-01	2038-10-01	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	2010-01-27	2020-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	2012-07-31	2022-07-31	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3 meses + 0,75%	0,421%	0,438%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	750.000	2013-01-18	2018-01-18	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	3,750%
Hipotecárias Série 16 2014/2019	750.000	750.000	2014-01-15	2019-01-15	Anualmente no dia 15 de janeiro	Taxa Fixa	3,000%	3,000%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	1.000.000	1.000.000	2015-01-27	2022-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	1,000%	1,000%
	5.270.000	5.270.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a 8.904.971 mEuros e 9.432.153 mEuros, respetivamente (Nota 11).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 141.657 mEuros e 142.693 mEuros, respetivamente (Nota 7).

Em 30 de junho de 2017, as notações de rating atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de A2 e BBB+, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras condensadas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

30-06-2017					
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações			Obrigações hipotecárias	Total
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	62.500	6.861	69.361	749.000	818.361
De 1 a 5 anos	4.565	157.806	162.371	2.743.450	2.905.821
De 5 a 10 anos	17.742	-	17.742	250.000	267.742
Mais de 10 anos	10.050	10.000	20.050	20.000	40.050
	94.857	174.667	269.524	3.762.450	4.031.974

31-12-2016					
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações			Obrigações hipotecárias	Total
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	112.500	36.861	149.361	-	149.361
De 1 a 5 anos	4.621	158.275	162.896	2.492.450	2.655.346
De 5 a 10 anos	18.155	-	18.155	1.250.000	1.268.155
Mais de 10 anos	12.076	10.000	22.076	20.000	42.076
	147.352	205.136	352.488	3.762.450	4.114.938

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2016	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2017
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	352.488	-	(82.026)	(938)	-	269.524
Obrigações hipotecárias	3.762.450	-	-	-	-	3.762.450
	4.114.938	-	(82.026)	(938)	-	4.031.974

	Saldo em 31-12-2015	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	909.900	-	(299.121)	3.958	(33.000)	581.737
Obrigações hipotecárias	5.485.100	-	(150.000)	-	8.800	5.343.900
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	120.500	10.000	(60.500)	-	-	70.000
	6.515.500	10.000	(509.621)	3.958	(24.200)	5.995.636

18. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ATIVOS TRANSFERIDOS

Em novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário no montante de 5.345.504 mEuros, através de uma operação de titularização. As principais condições desta operação são apresentadas de seguida:

Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages nº2

Em 5 de novembro de 2010, a Caixa procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A Tagus é uma sociedade de titularização de créditos, propriedade do Deutsche Bank (Portugal) S.A., que por sua vez é propriedade integral do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, não detendo a CGD qualquer participação direta ou indireta nesta entidade.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de rating e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (*)		Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch		
Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	4.008.800	A1	A+	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065	1.336.250	na	na	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5.345.050				
Class C Securitization Notes due 2065	84.900	na	na	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5.429.950				

(*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das obrigações.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um swap de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizada no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,6%.

Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos no semestre findo em 30 de junho de 2017 pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Nostrum Mortgages nº2
Saldos em 31-12-2015	4.265.537
Vendas de novos créditos	109
Reembolsos	(231.856)
Recompras	(10.720)
Outros	(27.952)
Saldos em 31-12-2016	3.995.118
Vendas de novos créditos	86
Reembolsos	(129.585)
Recompras	(4.267)
Outros	(24.387)
Saldos em 30-06-2017	3.836.965

Registo contabilístico

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages nº2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

19. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade da Caixa durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2017
Provisões para encargos com benefícios de empregados	564.897	-	(25.654)	-	69.957	609.201
Provisões para contingências judiciais	9.148	-	-	-	-	9.148
Provisões para garantias e compromissos assumidos	458.103	(10.829)	-	(5.198)	-	442.076
Provisões para outros riscos e encargos	41.268	76.246	(762)	(52)	(3.249)	113.450
	508.519	65.418	(762)	(5.250)	(3.249)	564.675
	1.073.416	65.418	(26.416)	(5.250)	66.708	1.173.875

	Saldo em 31-12-2015	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
Provisões para encargos com benefícios de empregados	588.328	-	(17.263)	-	(10.713)	560.352
Provisões para contingências judiciais	9.404	-	-	-	-	9.404
Provisões para garantias e compromissos assumidos	176.285	(7.035)	-	-	(40.043)	129.207
Provisões para outros riscos e encargos	93.682	(5.852)	(364)	(13)	(5.727)	81.726
	279.371	(12.886)	(364)	(13)	(45.770)	220.338
	867.698	(12.886)	(17.627)	(13)	(56.483)	780.689

No primeiro semestre de 2017 a utilização da provisão para encargos com os benefícios de empregados, no montante total de 25.654 mEuros, decompõe-se em 11.957 mEuros relativos ao plano médico-social e 13.696 mEuros do plano horizonte e outros acordos de suspensão de posto de trabalho.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Provisão para assistência médico-social pós-emprego	491.352	491.352
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	104.684	60.380
Responsabilidades da Sucursal de França	13.165	13.165
	609.201	564.897

Em 30 de junho de 2017 o valor das "Provisões para encargos com benefícios de empregados", inclui um reforço de 58.000 mEuros registados em Custos com Pessoal (Nota 29), resultante do plano de reformas antecipadas denominado "Plano Horizonte - PH".

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, os montantes apresentados na coluna “Transferências e outros” no mapa de movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica CGD (Nota 29)	11.957	10.587
Acordos de suspensão da prestação de trabalho - PH (Nota 29)	58.000	20.000
	69.957	30.587
Provisões registadas por contrapartida de outras reservas		
Désvios atuariais e financeiros	-	(41.300)
	69.957	(10.713)

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da Caixa.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa da Caixa de eventuais montantes a despendar na sua resolução com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Em 30 de junho de 2017, face aos desenvolvimentos verificados no decorrer do primeiro semestre de 2017, a Caixa registou custos relacionados com um conjunto de medidas de reestruturação previstas no plano estratégico no montante global de 138.000 mEuros. O Conselho de Administração da Caixa considerou que não se encontravam reunidos na sua totalidade os requisitos previstos nas IFRS para que fossem registadas nas demonstrações financeiras individuais condensadas de 30 de junho de 2017 os outros custos estimados para implementação do Plano Estratégico.

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	12.933.990	13.016.926
Garantias e avales	3.115.173	3.313.123
Créditos documentários abertos	146.674	174.309
Cartas de crédito "stand by"	56.483	62.060
Outros passivos eventuais	457.462	459.191
	16.709.782	17.025.611
Compromissos		
Compromissos revogáveis	6.913.294	7.579.421
Subscrição de títulos	1.482.471	1.669.563
Linhas de crédito irrevogáveis	542.924	571.561
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.391	155.391
Sistema de indemnização aos investidores	34.845	34.049
Outros compromissos irrevogáveis	654.346	657.035
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	484.741	522.652
A constituir	45.547	19.400
	10.313.560	11.209.073
Depósito e guarda de valores	37.936.291	36.256.750
Outros valores administrados pela instituição	112.142	95.095

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Garantias e avales" inclui garantias prestadas à CGD Finance e Caixa Geral Finance no âmbito de emissões de dívida e ações preferenciais nos montantes de 61.409 mEuros e 110.728 mEuros.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.192.500	1.117.500
Council of Europe Development Bank	25.300	28.800
Banco de Portugal (*)	11.377.181	11.477.717
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	127.509	181.409
Fundo de Garantia de Depósitos	185.000	185.000
Royal Bank of Scotland		-
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	20.000	20.000
Euronext	6.500	6.500
	12.933.990	13.016.926

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os ativos dados em garantia referem-se a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados no balanço da Caixa como ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela Caixa nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

Em 30 de junho de 2017 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 13.262.759 mEuros (13.182.242 mEuros em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 212.375 mEuros e 201.948 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.391 mEuros. Em 2017 e 2016, a Caixa reconheceu encargos com a contribuição anual para o FGD nos montantes de 86 mEuros e 46 mEuros, respetivamente.

Caixa Brasil, SGPS, S.A.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determinou correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontrava de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Ainda no decorrer do exercício de 2014, o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu sentença

determinando a anulação, entre outras, das correções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira no referido exercício à componente afeta aos ganhos da liquidação da Caixa Brasil.

Em Abril de 2015, foi conhecido o teor do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TAS), que em segunda instância, decidiu revogar a sentença decretada em primeira instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa. Em reação a esta deliberação do TAS, decidiu a Caixa interpor requerimento de recurso de oposição de acórdãos e recurso de revista ainda no decorrer do primeiro semestre de 2015. Em resultado das alegações apresentadas, o Tribunal Central Administrativo Sul reconheceu a legitimidade dos pressupostos inerentes ao recurso de oposição de acórdãos, aguardando esta decisão final pelo Supremo Tribunal Administrativo, tendo igualmente o recurso de revista sido considerado admissível face ao enquadramento jurídico das alegações apresentadas, aguardando decisão pelo Supremo Tribunal Administrativo.

No decorrer do mês de dezembro de 2016, em resultado da adesão pela Caixa ao regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à segurança social (Programa especial de redução de endividamento ao Estado - "PERES"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, o valor do imposto associado ao processo em curso, no montante de aproximadamente 34.071 mEuros, foi integralmente liquidado nessa data. Em resultado desta ação, a Caixa solicitou igualmente o cancelamento do depósito caução que havia constituído em 2010 no âmbito dos procedimentos de prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação previstos na lei, no montante de 50.282 mEuros, o que veio apenas a suceder já no decorrer do mês de janeiro de 2017 (Nota 14)

Em 31 de maio de 2017, a Caixa foi notificada da decisão do Supremo Tribunal Administrativo relativamente ao recurso de revista, o qual veio dar acolhimento aos argumentos apresentados no que respeita à correta interpretação do conceito de tributação efetiva, determinando em sua consequência a devolução dos Autos do processo ao Tribunal Central Administrativo Sul o qual deverá rever a sua conclusão inicial pronunciada em segunda instância à luz das referidas orientações.

Não obstante a convicção do Conselho de Administração da Caixa da conformidade dos procedimentos adotados, tendo para o efeito intentando as diligências que a latitude da Lei lhe permite para contestar esta decisão, entendeu-se como adequado que o valor do imposto entregue ao Estado ao abrigo da adesão ao PERES, reconhecido por contrapartida de uma rubrica de "Outros ativos", se mantenha integralmente imparizado com referência a 30 de junho de 2017.

Autoridade da Concorrência

Em 3 de junho de 2015, a CGD foi notificada de Nota de Ilícitude através da qual a Autoridade da Concorrência lhe imputa, bem como a catorze outras Instituições de Crédito, diversas práticas, designadamente troca de informação com parte das mesmas Instituições de Crédito, o que, na ótica da mencionada Autoridade, constituem práticas concertadas que tiveram como objeto falsear, de forma sensível, a concorrência no mercado.

Em razão de requerimentos apresentados por diversas Instituições de Crédito visadas, o prazo inicial veio a ser prorrogado por mais de uma vez, não se encontrando ainda esgotado. Apesar de tal facto, a CGD concluiu a preparação da sua defesa no decorrer do período inicialmente previsto para o efeito, e que findava em 17 de novembro de 2015.

Em 14 de março de 2017, a CGD foi formalmente informada pela Autoridade da Concorrência da deliberação do seu Conselho de Administração do levantamento da suspensão do processo de contraordenação que se encontrava em vigor, mantendo-se no entanto a suspensão do prazo de pronúncia sobre a Nota de Ilícitude. Posterior nova deliberação do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência veio cessar a suspensão do prazo de pronúncia, a qual terminava em 27 de setembro de 2017. A CGD apresentou a sua defesa em 26 de setembro de 2017.

Da defesa elaborada pela CGD, resulta que é seu entendimento, que não se encontram reunidos quer os pressupostos de facto, quer de Direito, que conduzam à condenação da Caixa Geral de

Depósitos por qualquer prática restritiva no mercado, razão pela qual esta pugna expressamente pelo arquivamento do processo.

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, sendo os seus recursos provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, e cuja totalidade do capital social é detido pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e,
- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000 mEuros assegurados pela CGD).

Em setembro de 2015 o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 29 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES foi de 1.941 milhões de Euros e corresponde a um valor de balanço de 1.985 milhões de Euros. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

O processo de alienação da participação detida pelo Fundo de Resolução no capital do Novo Banco foi relançado em janeiro de 2016.

Em julho de 2016, e decorrente da conclusão do processo de avaliação independente do nível de recuperação dos créditos de cada classe de credores do BES num hipotético cenário de liquidação em agosto de 2014, como alternativa à aplicação da medida de resolução, o Banco de Portugal veio clarificar que na hipótese de se verificar no encerramento da liquidação do BES que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, S.A., venham a assumir uma perda superior à que teriam nesse cenário, deverão ser ressarcidos dessa diferença pelo Fundo de Resolução.

Em 4 de agosto de 2016, o Fundo de Resolução informa que alterou as condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução aplicada (ambos com prazo máximo de 4 de

agosto de 2016), cujo vencimento passou a ser 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo de reembolso antecipado ou de serem acordadas novas alterações.

Em 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do BES. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução, a revisão então acordada "permitiria a extensão dessa maturidade em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências positivas ou negativas a que o Fundo de Resolução se encontra exposto." Na mesma data, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou também que "no âmbito do contrato com o Fundo de Resolução, e de acordo com as bases já estabelecidas, quaisquer aumentos ou reduções de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos bancos ao Fundo de Resolução, mantendo-se o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais."

Em 21 de março de 2017 o Fundo de Resolução anunciou a formalização das alterações contratuais acima mencionadas, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046. Nesta data o Fundo de Resolução utilizou recursos próprios no financiamento desta medida de resolução (300.000 mEuros que somaram aos 4.600.000 mEuros). A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário.

Em 4 de janeiro de 2017, o Banco de Portugal concluiu com base nos elementos disponíveis desta data que o potencial investidor Lone Star seria a entidade mais bem colocada para finalizar o processo negocial com vista à aquisição das ações do Novo Banco.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Após a conclusão da operação, cessará a aplicação do regime das instituições de transição ao Novo Banco. Foi acordado que a Lone Star irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de 1.000.000 mEuros, dos quais 750.000 mEuros no momento da conclusão da operação e 250.000 mEuros no prazo de 3 anos.

Neste sentido e concluída a operação, a Lone Star passará a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução manterá 25% do capital.

A conclusão da operação de venda encontra-se dependente da obtenção das autorizações regulatórias e da conclusão da realização de um exercício de gestão de passivos, realizado com o objetivo de reduzir o passivo do Novo Banco, mediante a emissão de novas obrigações e que permita gerar pelo menos 500.000 mEuros de fundos próprios elegíveis para o rácio CET1. Os títulos em causa foram emitidos pelo Novo Banco em 25 de julho de 2017, estando a liquidação prevista para 4 de outubro.

Medida de resolução aplicada ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 20 de dezembro de 2015 foi decidida a venda da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) e da maior parte dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta por 150 milhões de Euros. Segundo o referido comunicado, as imposições das instituições europeias e a inviabilização da venda voluntária do Banif conduziram a que esta alienação fosse tomada no contexto de uma medida de resolução.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Neste âmbito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, as quais foram adquiridas na totalidade pelo Banco Santander Totta, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de

euros diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Em 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 mEuros, a título de reembolso parcial antecipado das medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões para 353 milhões.

O montante não transferido para o Fundo Único de Resolução será pago pelas Instituições abrangidas no âmbito do Regulamento UMR ao mesmo Fundo Único de Resolução ao longo de um período de oito anos (a terminar em 2024), conforme previsto no Regulamento de Execução (EU) 2015/81 do Conselho, de 19 de dezembro de 2014.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a alteração das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do Banif em moldes similares ao acima referido relativamente aos financiamentos da medida de resolução do BES.

Até à data de aprovação de contas pelo Conselho de Administração, a CGD não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade se na sequência destes processos irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução.

Não obstante, na presente data, atendendo aos desenvolvimentos acima descritos: (i) não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota, e (ii) prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica. Estas contribuições, bem como a contribuição sobre o setor bancário, são registadas em custos em cada exercício, de acordo com a IFRIC 21 - Taxas.

20. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Obrigações	1.552.049	2.452.049
Empréstimos CGD Finance	110.728	110.728
	1.662.777	2.562.777
Juros a pagar	15.772	72.033
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(9.162)	(12.525)
	1.669.387	2.622.285

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações eram convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado;
- e,
- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

No seguimento da autorização concedida pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal em 6 de dezembro de 2016, obtida no âmbito do novo processo de recapitalização negociado com as autoridades europeias, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. recebeu a título de aumento de capital em espécie os instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (Cocos), acrescidos dos correspondentes juros corridos e não pagos até à data de 4 de janeiro de 2017, data de finalização desta operação.

Ainda na sequência deste processo, foi levantada pela Comissão Europeia a interdição que se encontrava em vigor, relativa ao pagamento de cupões discricionários na dívida subordinada. No primeiro trimestre de 2017, a Caixa retomou o pagamento dos cupões suspensos desde 2013, tendo sido pago até 30 de junho de 2017 o montante de 498 mEuros.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os empréstimos concedidos pela Caixa Geral Finance à CGD resultam da aplicação dos montantes das emissões de ações preferenciais efetuadas por esta entidade.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	-	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.830	536.830	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	369.045	369.045	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	120.000	104.720	104.720	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated Notes	EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpetuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	03-03-2008	03-03-2028	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	N/A.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa de pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	2007-11-12	2017-11-13	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	2007-12-28	2017-12-28	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	2007-07-30	2017-07-31	1º cupão 21,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	2007-07-30	2017-07-31	1º cupão 21,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	2007-07-30	2017-07-31	1º cupão 22,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	20.000 2007-07-30	2017-07-31	1º cupão indexado ao Fundo Caixa Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes due July 2017	EUR	20.000	20.000	20.000	20.000 2007-07-30	2017-07-31	1º cupão indexado ao Fundo Caixa Ações Portugal. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,65%. Pagamento de juros no dia 30 de julho de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de outubro, janeiro, abril e julho (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 30 de julho de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	6.000 2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	6.000 2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	6.000 2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixa Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	03-12-2007	04-12-2017	1º cupão indexado ao Fundo Caixa Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	350.000	44.885	44.885	30-09-2005	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,77%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,77%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 30 de setembro de 2015.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	250.000	65.843	65.843	28-06-2004	Perpétuo	Euribor 3 meses + 0,80%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal e requisitos das Ilhas Cayman, nas datas de pagamento de dividendos, a partir de 28 de junho de 2014.
CGD - Sucursal de França	Subordinated loans	EUR	55.000	55.000	55.000	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.

21. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Credores		
Recursos consignados	780.230	799.935
Credores por subscrições não realizadas		
FCR Caixa Crescimento (Nota 12)	56.300	56.300
FCR Caixa Fundos (Nota 12)	50.000	115.000
OXI Capital, SCR	25.590	25.918
FCR Aquarius	21.177	22.531
FCR Fundo de Recuperação	9.877	10.264
Outros	12.706	13.059
Recursos - conta caução	71.429	145.899
Fornecedores de bens de locação financeira	271	501
Credores por cedência de factoring	-	86
Caixa Geral de Aposentações	15.215	5.246
Fundo de Pensões CGD	43.368	182.004
Credores por operações sobre futuros	30.940	20.277
Credores por venda de bens arrematados	10.286	5.789
Outros fornecedores	22.555	38.199
Credores diversos	31.279	34.312
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	30.986	22.376
Contribuições para a Segurança Social	2.697	3.594
Outros impostos a pagar	3.322	970
Cobranças por conta de terceiros	92	88
Outras	2.617	2.489
Encargos a pagar	165.781	138.360
Receitas com rendimento diferido	53.141	53.146
Operações passivas a regularizar	209.952	350.740
	1.649.810	2.047.084

Em 30 de junho 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Recursos – conta caução”, inclui 68.102 mEuros e 143.722 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

22. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2017	31-12-2016
Número de ações	768.828.747	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	3.844.143.735	5.900.000.000

Em 30 de março de 2017, a Caixa procedeu a um aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 de novas ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista único (Estado Português), e emissão de 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (Additional Tier 1), integralmente subscritos por investidores profissionais privados. Esta emissão teve como remuneração uma taxa de juro do cupão de 10,75%.

23. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de reavaliação associada a diferenças de câmbio, líquida de impostos diferidos	5.495	9.179
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	104.157	(5.152)
Ativos com acordo de recompra	(1.757)	1.431
	218.321	115.883
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal - CGD	-	865.348
- Outras reservas	3.878.861	(164.254)
- Resultados transitados	(1.477.762)	(2.249.576)
	2.401.100	(1.548.481)
Resultado líquido	79.823	(2.050.413)
	2.699.244	(3.483.011)

No âmbito do processo de recapitalização que teve lugar no decorrer do primeiro trimestre de 2017, foi decidido pelo acionista único da CGD, o Estado Português, proceder à utilização das reservas livres e da reserva legal, no montante de 1.412.460 mEuros, para cobertura de igual valor de resultados transitados negativos.

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de Sucursais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	30-06-2017	31-12-2016
Actividade em Portugal	67.714	(1.969.582)
Sucursal de França	20.705	68.638
Sucursal de Cayman	(10.535)	(38.861)
Sucursal de Timor	2.199	4.201
Sucursal de Londres	1.414	(2.538)
Sucursal de Espanha	(929)	(113.221)
Sucursal do Luxemburgo	(915)	(2.235)
Sucursal de Nova Iorque	189	2.778
Sucursal do Zhuhai	(104)	(8)
Sucursal de Macau	87	415
	79.823	(2.050.413)

Os valores apresentados foram apurados antes da eliminação de operações intragrupo realizado no processo de agregação.

Distribuição do resultado do exercício

Exercício de 2016

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2017, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 2.050.413 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

Exercício de 2015

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2016, foi deliberada a integração do resultado positivo apurado no exercício de 2015, no montante de 12.211 mEuros, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 2.442 mEuros na "Reserva legal" e 9.769 mEuros nas "Outras reservas" e "Resultados transitados".

24. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	9.920	10.325
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	18.050	13.295
Juros de crédito interno	327.078	410.576
Juros de crédito ao exterior	72.307	82.448
Juros de crédito vencido	21.020	16.379
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	232.412	262.285
- Títulos	-	543
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	28	25
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	45.008	92.207
Juros de derivados de cobertura	3.966	6.450
Juros de devedores e outras aplicações	4.136	4.443
Juros de disponibilidades	1.171	589
Juros de outros créditos e outros valores a receber	76.303	57.584
Outros juros e rendimentos similares	258	213
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	53.336	56.868
Outros	3.931	-
	868.926	1.014.228
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do setor público administrativo	42	206
- De outros residentes	78.084	182.599
- De emigrantes	6.477	11.013
- De outros não residentes	9.406	18.192
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	30.008	31.252
Juros de recursos de instituições de crédito no país	3.057	3.186
Juros de swaps	240.808	271.119
Juros de outros passivos de negociação	3.668	3.235
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	55.608	83.468
Juros de derivados de cobertura	-	1.153
Juros de passivos subordinados	10.564	54.342
Outros juros e encargos similares	4.974	8.273
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	4.525	3.458
Outros	13.130	17.784
	460.350	689.280

Em 30 de junho de 2016, a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 40.411 mEuros, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 20).

25. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	32.567	27.900
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3.931	-
Mercantile Bank Holdings Ltd.	2.390	1.775
Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A.	-	7.353
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	1.308
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	6.456	838
Outros	1.660	2.650
	47.005	41.824

26. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	17.029	19.590
Por compromissos assumidos perante terceiros	7.963	8.022
Por operações sobre instrumentos financeiros	94	133
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	11.429	9.298
Cobrança de valores	2.585	2.316
Administração de valores	202	214
Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários	11.664	10.517
Transferência de valores	7.918	7.943
Gestão de cartões	874	591
Anuidades	28.374	24.873
Operações de crédito	14.745	16.010
Outros serviços prestados	58.276	56.438
Por operações realizadas por conta de terceiros	2.918	1.940
Outras comissões recebidas	53.539	47.582
	217.610	205.468
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	883	1.293
Por operações sobre instrumentos financeiros	73	122
Por serviços bancários prestados por terceiros	34.440	33.275
Por operações realizadas por terceiros	1.091	933
Outras comissões pagas	4.899	5.126
	41.386	40.749

27. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	68.147	10.075
Resultados em derivados cambiais	(56.602)	(7.758)
	11.545	2.317
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	3.631	1.623
Instrumentos de capital	3.449	(3.057)
Outros instrumentos	(24)	1.110
	7.056	(324)
Em derivados:		
Taxa de juro	106.677	(214.649)
Cotações	5.447	9.419
Eventos de crédito	260	339
Outros	1.927	16.708
	114.312	(188.183)
	121.367	(188.507)
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	(31)	818
Instrumentos de capital	-	2
Outros títulos	12.355	4.035
	12.324	4.855
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	10.375	15.855
Instrumentos de capital		
VISA Europe Limited (Nota 7)	-	36.256
Outros	(277)	2.689
	(277)	38.945
	10.098	54.801
Outros títulos	4.975	20.470
	15.073	75.270
Resultados em operações de cobertura:		
Derivados de cobertura	(3.057)	(20.424)
Correções de valor em ativos e passivos cobertos	3.057	20.424
	-	-
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	(177)	43.776
Outros	8	17
	(169)	43.793
	160.140	(62.271)

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	16.453	19.281
Reembolso de despesas	1.009	920
Rendas de locação operacional	2.291	2.833
Ganhos em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	6.567	4.199
- Outros ativos tangíveis	156	7
- Outros	-	67
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	418	1.266
Venda de cheques	4.310	4.753
Outros	3.156	5.343
	34.360	38.670
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	2.944	1.141
Perdas em filiais e empreendimentos conjuntos	-	2.388
Perdas em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	8.204	10.959
- Outros ativos tangíveis	-	150
- Propriedades de investimento	-	131
- Outros	19	31
Outros impostos	9.321	5.992
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 19)	86	46
Contribuições para o Fundo de Resolução	35.589	32.842
Despesas administrativas do Conselho Único de Resolução	412	270
Multas e penalidades	497	94
Outros	10.268	3.956
	67.341	57.999
	(32.981)	(19.329)

Em 30 de junho de 2016, a rubrica "Perdas em filiais e empreendimentos conjuntos", respeita integralmente à alienação da Prado Cartolinas da Lousã, S.A. (Nota 12).

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de

dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em resultado da transposição da Diretiva da Recuperação de Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/UE) para a legislação nacional foi introduzido um regime de resolução comum na União Europeia que prevê a internalização das perdas decorrentes de processos de falência de instituições bancárias pelos seus acionistas e credores. O seu financiamento será suportado por contribuições obrigatórias a entregar ao Fundo Único de Resolução.

No primeiro semestre de 2017, a Caixa realizou contribuições para o Fundo Único de Resolução Europeu no montante de 27.867 mEuros, dos quais 23.687 mEuros em numerário e 4.180 mEuros sob a forma de um compromisso irrevogável, mediante a constituição de uma caução para o efeito. No exercício de 2016 o valor das contribuições para o Fundo Único de Resolução Europeu ascendeu a 30.491 mEuros.

Em 30 de Junho de 2017 e 2016, o valor da contribuição periódica realizada pela Caixa para o Fundo de Resolução Nacional ascendeu a 11.903 mEuros e 6.925 mEuros, respetivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	1.462	635
Remuneração dos empregados	160.566	171.033
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 19)	58.000	20.000
	220.028	191.667
Outros encargos relativos a remunerações	9.693	7.869
Assistência médica - CGD		
- Custo normal (Nota 19)	11.957	10.587
- Contribuições relativas a pessoal no ativo	8.836	9.602
Responsabilidades com pensões - CGD		
- Custo normal	34.383	35.164
- Reformas antes da idade normal de reforma	-	1.854
Outros encargos com pensões	366	414
Outros encargos sociais obrigatórios	4.726	4.655
	69.962	70.144
Outros custos com pessoal	932	2.281
	290.922	264.092

O Plano de Reestruturação aprovado para a CGD, prevê uma redução substancial dos custos operacionais com um ajustamento da estrutura e recursos da CGD à dimensão atual e futura do negócio.

Considerando a necessidade de efetuar o referido ajustamento de forma natural, com o menor impacto possível no clima social da empresa considerou-se ajustado criar um Programa de Ajustamento do Efetivo, alicerçado em reformas, pré-reformas e revogações por mútuo acordo a aplicar ao perímetro doméstico do Grupo.

No primeiro semestre de 2017, a CGD registou em custos com pessoal um montante global de 58.000 mEuros de acordo com o potencial de saídas por pré-reforma calculado àquela data (cerca de 47.000 mEuros em “Provisões para acordos de suspensão da prestação de trabalho” e o remanescente (11.000 mEuros) em “Responsabilidades com pensões, Reformas antes da idade normal de reforma”).

A 30 de junho de 2017, considerando as saídas por pré-reforma formalizadas, estima-se que o montante necessário para fazer face às responsabilidades com esta população seja de 33.700 mEuros. Contudo, considerando que se encontra em curso um “Programa de revogações por mútuo acordo”, cujo prazo de candidatura termina no final de setembro, considerou-se ajustado utilizar o remanescente provisionado (24.300 mEuros) para fazer face aos custos deste processo.

No decorrer do primeiro semestre de 2016, a CGD registou em custos com pessoal um reforço de 20.000 mEuros referentes a “Provisões para acordos de suspensão da prestação de trabalho” no âmbito do Plano Horizonte, aprovado em 2015 pela Comissão Executiva, que visou criar novas oportunidades para saídas voluntárias dos seus empregados. O “Plano Horizonte” teve como objetivo reduzir os efetivos através de reformas antecipadas. O processo esteve em aberto para todos os trabalhadores que completaram 55 anos até 31 de dezembro de 2016.

O número médio de empregados durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, por tipo de funções, foi o seguinte:

	30-06-2017	30-06-2016
Direção	204	210
Chefias	1.476	1.581
Técnicos	3.399	3.347
Administrativos	3.763	4.035
Auxiliares	87	112
	8.929	9.285

Em 30 de junho de 2017, esta relação incluía os colaboradores que aderiram ao Plano Horizonte e cuja saída já se encontrava efetivada nas referidas datas.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (217 e 233, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (39 e 51, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (77 e 86, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	27.306	31.968
- Serviços de Informações	2.643	2.891
- Serviços de limpeza	2.408	2.689
- Serviços de segurança e vigilância	1.649	1.702
- Avenças e honorários	1.005	729
- Serviços de estudos e consultas	329	313
- Outros	35.947	41.195
Rendas e alugueres	24.337	25.851
Comunicações e despesas de expedição	10.840	10.019
Conservação e reparação	10.759	10.847
Publicidade e edição de publicações	4.271	6.967
Água, energia e combustíveis	7.114	7.505
Transporte de valores e outros	4.013	4.353
Deslocações, estadas e representação	1.867	2.661
Impressos e material de consumo corrente	1.396	1.550
Outros	3.355	3.445
	139.240	154.685

31. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2017	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	5.076.158	79.631	(792.438)	(10.443)	1	4.352.908	(35.765)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 5)	7.125	-	-	-	-	7.125	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)							
Instrumentos de capital	57.619	-	(3)	-	-	57.615	
Instrumentos de dívida	746	-	-	-	-	746	
Outros instrumentos	513.479	2.874	(5.661)	(3.329)	-	507.363	
Imparidade de outros ativos tangíveis	12.056	(1.960)	-	-	1.960	12.056	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda							
Imóveis	188.057	84	-	-	-	188.141	
Equipamento	574	(101)	-	-	-	473	
Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 12)	785.945	(4.865)	(20.966)	-	-	760.114	
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	457.296	(1.251)	(51.068)	(5)	-	404.972	
	2.022.897	(5.219)	(77.699)	(3.334)	1.960	1.938.606	-
	7.099.055	74.412	(870.136)	(13.777)	1.961	6.291.515	(35.765)

	Saldo em 31-12-2015	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	4.750.528	292.671	(89.311)	(2.655)	(9.017)	4.942.216	(7.729)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 5)	12.559	(2.369)	(3.643)	-	578	7.125	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)							
Instrumentos de capital	59.818	-	-	-	-	59.818	
Instrumentos de dívida	-	(1)	-	-	1	-	
Outros instrumentos	361.516	36.413	(25.133)	(1.357)	5.000	376.440	
Imparidade de outros ativos tangíveis	11.392	-	-	-	-	11.392	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda							
Imóveis	121.082	519	-	-	-	121.601	
Equipamento	39	6	-	-	-	45	
Imparidade de investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 12)	661.273	-	(2.418)	-	-	658.855	
Imparidade de outros ativos (Nota 14)	179.408	13.664	(894)	(1)	69.442	261.619	
	1.407.087	48.232	(32.087)	(1.358)	75.021	1.496.895	-
	6.157.615	340.904	(121.399)	(4.013)	66.004	6.439.111	(7.729)

As vendas de crédito ocorridas durante o primeiro semestre de 2017 deram origem a utilizações de imparidade no montante de 419.170 mEuros.

No decorrer do primeiro semestre de 2016 a coluna "Transferências e outros" inclui uma reclassificação de imparidade no montante de 69.005 mEuros referentes a saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes, transferidos de "Imparidade de crédito a clientes" para "Imparidade de outros ativos".

32. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento das exigências do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, a Caixa adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento; e,
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017 e no decorrer do exercício de 2016 é a seguinte:

Linhas de negócio

	30-06-2017				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros
Margem Financeira	312.223	181.767	(57.669)	-	(27.745)
Rendimentos de instrumentos de capital	406	-	46.599	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	5.693	79.214	22.155	276	110.272
Encargos com serviços e comissões	(2.870)	(78)	(50)	-	(38.388)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	159.837	301	143	-	(141)
Outros resultados de exploração	113	(5.237)	(1.295)	-	(26.562)
Produto bancário	475.402	255.967	9.883	276	17.436
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(679.141)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	79.823
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	7.964.792	229.025	-	-	4.724
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18.939.133	-	-	-	-
Crédito sobre clientes (líquido)	-	27.212.931	22.893.666	-	-
Ativo líquido total	26.903.924	27.441.955	22.893.666	-	9.080.755
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	5.515.623	-	-	-	4.491
Recursos de clientes e outros empréstimos	53.040	50.912.989	8.788.744	-	3.834
Responsabilidades representadas por títulos	4.080.841	-	-	-	-

	31-12-2016				
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Outros
Margem Financeira	446.833	424.572	(174.151)	-	(32.306)
Rendimentos de instrumentos de capital	3.889	-	53.651	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	11.839	168.193	41.979	116	212.928
Encargos com serviços e comissões	(26.378)	(148)	(119)	-	(58.928)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	14.373	776	517	-	-
Outros resultados de exploração	1.523	(5.489)	818	-	13.386
Produto bancário	452.079	587.904	(77.305)	116	135.080
Outros custos e proveitos					
Resultado Líquido do Período					
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	5.177.188	231.092	-	-	12.282
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	16.430.761	-	-	-	-
Crédito sobre clientes (líquido)	-	28.385.885	23.656.208	-	-
Ativo líquido total	21.607.949	28.616.977	23.627.611	-	9.055.616
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	5.952.119	-	-	-	1.750
Recursos de clientes e outros empréstimos	50.216	50.407.724	8.188.074	-	3.306
Responsabilidades representadas por títulos	4.216.641	-	-	-	-

Mercados Geográficos

	30-06-2017				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros
Margem financeira	347.141	56.845	4.645	4.677	(4.732)
Rendimentos de instrumentos de capital	46.599	406	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	197.340	19.050	409	856	(46)
Encargos com serviços e comissões	37.428	3.902	82	20	(82.817)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	150.868	4.347	(128)	219	4.833
Resultados de exploração	(29.877)	(2.803)	2	167	(470)
Produto bancário	749.498	81.748	5.011	5.939	(83.231)
Outros custos e proveitos					
Resultado Líquido do Período					
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11.132.876	1.699.987	1.322.160	823.838	(6.780.321)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18.737.958	210.932	133.920	-	(143.677)
Crédito sobre clientes (líquido)	45.567.126	4.078.134	433.140	28.196	-
Ativo líquido total	80.562.206	6.113.275	1.387.905	858.406	(2.601.492)
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	4.429.160	3.917.740	1.263.978	67.964	(4.158.727)
Recursos de clientes e outros empréstimos	56.389.323	2.325.883	279.717	763.684	-
Responsabilidades representadas por títulos	4.022.705	58.136	-	-	-

	31-12-2016				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Ásia	Outros
Margem financeira	546.749	108.776	9.886	9.321	(9.783)
Rendimentos de instrumentos de capital	53.651	3.889	-	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	396.680	35.399	1.224	1.878	(127)
Encargos com serviços e comissões	(78.037)	(7.429)	(127)	(274)	294
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	(45.700)	50.597	(35)	985	9.820
Resultados de exploração	16.311	(5.543)	(96)	417	(852)
Produto bancário	889.653	185.689	10.852	12.327	(648)
Outros custos e proveitos					
Resultado Líquido do Período					
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	8.829.893	1.792.193	1.508.080	1.002.707	(7.712.311)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	16.203.605	316.398	133.068	-	(222.311)
Crédito sobre clientes (líquido)	47.102.665	4.446.769	462.164	30.495	-
Ativo líquido total	81.068.846	6.693.549	2.103.821	1.039.084	(7.997.147)
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	7.299.635	4.437.755	1.813.560	119.526	(7.716.607)
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.044.479	2.245.204	464.962	894.676	-
Responsabilidades representadas por títulos	4.142.146	144.491	-	-	(69.996)

A coluna “Outros” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais.

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as demonstrações da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	30-06-2017			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:				
Disponibilidades em instituições de crédito	-	349	-	19.803
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2.933.051
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	6.621.369	111.311	8.713	1.215.060
Crédito a clientes	-	4.269.003	254.046	281.768
Imparidade de crédito a clientes	-	7.119	124.370	34.434
Outros ativos	11.663	218.148	149.117	893.920
Passivos:				
Recursos de instituições de crédito	-	73.971	23	2.070.295
Recursos de clientes e outros empréstimos	69.221	625.797	1.187.979	1.926.201
Débitos representados por títulos	-	-	-	2.597
Passivos subordinados	-	-	-	266.421
Passivos financeiros detidos para negociação	107.559	5.159	-	40.971
Outros passivos	(13)	421	442	109.422
Garantias prestadas	1.500	152.226	33.502	2.166.646
Resultados:				
Juros e rendimentos similares	42.454	52.983	640	89.077
Juros e encargos similares	22.836	840	1.236	45.159
Rendimentos de serviços e comissões	33	962	19.515	12.261
Encargos com serviços e comissões	12	358	187	1.330
Resultados em operações financeiras	82.390	(22.748)	(122)	(66.660)
Outros resultados de exploração	-	-	-	7.024
Gastos gerais administrativos	-	-	499	14.937

	31-12-2016			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
Ativos:				
Disponibilidades em instituições de crédito	-	611	-	12.793
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	2.771.266
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	4.735.904	132.857	8.401	632.464
Crédito a clientes	2.441	4.726.361	261.544	293.482
Imparidade de crédito a clientes	-	6.996	165.043	34.434
Outros ativos	-	3.010	11.701	652.101
Passivos:				
Recursos de instituições de crédito	-	69.304	47	2.151.019
Recursos de clientes e outros empréstimos	37.202	628.157	278.647	1.917.816
Débitos representados por títulos	44.514	-	-	32.912
Passivos subordinados	900.000	-	-	266.292
Passivos financeiros detidos para negociação	174.359	5.203	-	44.909
Outros passivos	(13)	539	425	174.164
Garantias prestadas	1.500	83.273	33.595	2.229.511
Resultados:				
Juros e rendimentos similares	23.508	28.519	1.023	187.824
Juros e encargos similares	32.950	2.538	2.306	99.571
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	43.069	22.524
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	2.518
Resultados em operações financeiras	(46.137)	20.034	-	36.320
Outros resultados de exploração	-	-	-	17.511
Imparidade de crédito a clientes (líquido de reversões)	-	-	-	25.508
Gastos gerais administrativos	-	-	-	32.281

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à atividade individual da Caixa, e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transações com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna “Outras Entidades do Estado Português” excluem transações com entidades da Administração Regional ou Local.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima a risco de crédito apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2017	31-12-2016
Títulos de negociação		
Divida pública	6.281.374	4.819.516
	6.281.374	4.819.516
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Divida privada	50	50
	50	50
Ativos financeiros disponíveis para venda *		
Divida pública	3.037.106	2.984.296
Divida privada	5.167.132	4.939.916
	8.204.239	7.924.211
Investimentos a deter até à maturidade		
Divida pública	1.596.808	-
Divida privada	14.928	-
	1.611.737	-
Ativos com acordo de recompra		
Divida privada	-	187.114
Crédito e valores titulados	-	234.830
	-	421.944
	16.097.399	13.165.721
Instrumentos financeiros derivados	1.188.244	1.578.709
Disponibilidades em instituições de crédito	420.046	372.437
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito *	4.217.133	4.180.773
Crédito a clientes *	50.132.018	52.066.753
Outros devedores *	1.852.813	2.042.728
Outras operações a regularizar	141.091	218.986
	57.951.345	60.460.385
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas:		
Garantias e avales **	2.673.097	2.855.021
Cartas de crédito stand-by	56.483	62.060
Créditos documentários abertos	146.674	174.309
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	457.462	459.191
Contratos de depósitos a prazo a constituir	45.547	19.400
Linhas de crédito irrevogáveis	542.924	571.561
Subscrição de títulos	1.482.471	1.669.563
Outros compromissos irrevogáveis	654.346	657.035
Credit Default Swaps	-	75.894
	6.059.004	6.544.035
Exposição máxima	80.107.748	80.170.142

[*] Saldos líquidos de imparidade

[**] Saldos líquidos de provisões

O montante de exposição a Instrumentos Financeiros derivados apresentado no quadro anterior não inclui o efeito de mitigação de risco decorrente de contas caução (Nota 21) e de acordos de *netting*.

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características de emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro nas carteiras da Caixa e suas sucursais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2017				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2017	Após 2017	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados								
Portugal	1.464.686	2.160.917	-	3.625.604	3.625.604	-		
Grécia	-	-	-	-	-	-		
Irlanda	-	-	-	-	-	-		
Espanha	225.344	1.012.623	-	1.237.968	1.237.968	-		
Itália	75.126	1.328.374	-	1.403.500	1.403.500	-		
	1.765.157	4.501.915	-	6.267.072	6.267.072	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação								
Portugal	-	2.985.798	-	2.985.798	2.479.791	-	(9.833)	
Grécia	-	5.068	-	5.068	5.068	-	(1.276)	
Irlanda	-	50.492	-	50.492	-	-	-	
Espanha	-	817.486	-	817.486	227.630	-	(2.331)	
Itália	-	442.279	-	442.279	190.697	-	(3.520)	
	-	4.301.122	-	4.301.122	2.903.187	-	(16.961)	
Total								
Portugal	1.464.686	5.146.715	-	6.611.401	6.105.395	-	(9.833)	BB+
Grécia	-	5.068	-	5.068	5.068	-	(1.276)	CCC
Irlanda	-	50.492	-	50.492	-	-	-	A-
Espanha	225.344	1.830.109	-	2.055.453	1.465.598	-	(2.331)	BBB
Itália	75.126	1.770.653	-	1.845.779	1.594.198	-	(3.520)	BBB
	1.765.157	8.803.037	-	10.568.194	9.170.258	-	(16.961)	

		Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2016				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
		Maturidade Residual							
		2017	Após 2017	sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados									
Portugal		2.296.420	-	-	2.296.420	2.296.420	-	-	
Grécia		-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda		-	-	-	-	-	-	-	
Espanha		1.332.726	389	-	1.333.115	1.333.115	-	-	
Itália		1.171.566	408	-	1.171.973	1.171.973	-	-	
		4.800.712	796	-	4.801.508	4.801.508	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação									
Portugal		-	2.438.896	587	2.439.483	2.439.483	-	(149.467)	
Grécia		-	4.432	-	4.432	4.432	-	(1.975)	
Irlanda		-	-	-	-	-	-	-	
Espanha		-	234.554	-	234.554	234.554	-	(1.704)	
Itália		-	172.758	-	172.758	172.758	-	(1.298)	
		-	2.850.640	587	2.851.227	2.851.227	-	(154.445)	
Total									
Portugal		2.296.420	2.438.896	587	4.735.904	4.735.904	-	(149.467)	BB+
Grécia		-	4.432	-	4.432	4.432	-	(1.975)	CCC
Irlanda		-	-	-	-	-	-	-	
Espanha		1.332.726	234.943	-	1.567.668	1.567.668	-	(1.704)	BB
Itália		1.171.566	173.166	-	1.344.732	1.344.732	-	(1.298)	BBB
		4.800.712	2.851.436	587	7.652.736	7.652.736	-	(154.445)	

Critérios de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro anterior, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe na coluna “Justo valor”.

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda da Caixa inclui títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

TIPO	Rating emissão	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emissor	30-06-2017			31-12-2016		
				Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	11.380	-	(576)	11.859	-	(777)
		Senior	União Europeia	8.656	-	(732)	13.529	-	(1.130)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	1.502	(746)	(141)	1.632	(746)	-
				21.538	(746)	(1.449)	27.019	(746)	(1.907)

(a) Apresentação dos títulos efetuada considerando informação sobre notações de rating em 30-06-2017, com exceção das espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2016.

O movimento ocorrido nestes títulos no decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emissor	Valor de Balanço (Líquido) em 31-12-2016	Alienações e amortizações de capital	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2017
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	11.859	(711)	32	201	11.380
		Senior	União Europeia	13.529	(5.631)	361	398	8.656
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	1.632	-	11	(141)	1.502
				27.019	(6.342)	403	458	21.538

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2017, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2016.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emissor	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2015	Alienações e amortizações de capital	Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	Variação da reserva de justo valor	Valor de balanço (Líquido) em 30-06-2016 (não auditado)
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	1.533	(147)	(2)	25	1.408
		Senior	União Europeia	28.694	(2.689)	65	133	26.203
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	908	-	2	(250)	660
				31.135	(2.837)	65	(92)	28.271

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2016, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2015.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

As divulgações requeridas no âmbito da Carta Circular 2/2014 do Banco de Portugal sobre qualidade dos ativos e gestão de risco de crédito são seguidamente apresentadas, tendo por base, essencialmente, as práticas da CGD Sede.

De caráter qualitativo

1. Política de Gestão de Risco de Crédito

1.1 Gestão de risco de crédito

Em resposta aos diversos requisitos legais e regulamentares, e tendo como objetivo a utilização das melhores práticas na gestão do risco de crédito, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem implementado um processo de gestão do risco de crédito que abrange as diferentes fases do ciclo de financiamento:

1.1.1 Concessão de crédito

A forma como a atividade de concessão é realizada pretende dar cumprimento à estratégia e política de gestão do risco de crédito definida pelos órgãos competentes na CGD.

Com o objetivo de existir um maior envolvimento na análise de risco no processo de concessão de crédito foi criada no quarto trimestre de 2016 a Direção de Riscos de Crédito (DRC), de âmbito corporativo, tendo como principais atribuições: i) a emissão, prévia e obrigatória, de parecer de risco

para atribuição de limites internos ou apreciação de operações não abrangidas por aqueles limites, para clientes cujo montante de exposição (em termos de Grupo Económico), cujo rating ou cujas características específicas da operação (ou proponente), o justifiquem (de acordo com o normativo interno); ii) propor superiormente a redefinição de limites de crédito sempre que as circunstâncias assim o aconselhem; iii) aprovar a constituição/alteração de Grupos Económicos; iv) coordenar o processo de atribuição de notação de risco a empresas/ grupos/ ACE/ Fundos/ Specialized Lending/ Instituições Financeiras/ Institucionais

A decisão do crédito das exposições de maior relevância é da responsabilidade Conselho de Administração, ou da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, ou do Conselho de Crédito, dependendo dos montantes em causa. As restantes operações são da responsabilidade dos Comités de Crédito de Riscos ou do Comité de Crédito das Unidades de Negócio.

As operações/limites apresentados para decisão ao Conselho de Administração carecem de parecer prévio favorável da Comissão de Riscos Financeiros,

No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas de avaliação do risco (modelos de scoring e rating), por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes.

1.1.2 Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento da carteira de crédito permite a identificação antecipada de potenciais situações de incumprimento, permitindo assim a tomada de decisões que otimizem a recuperação da dívida.

No ano de 2016, e no seguimento dos processos implementados no ano de 2015, procedeu-se à consolidação do processo de *workflow*, transversal às áreas comerciais, às áreas de recuperação e às áreas de risco de crédito, suportada na Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito em vigor.

O *workflow* implementado classifica, diariamente, a qualidade creditícia do cliente mediante a identificação de eventos pré-definidos e por grau de gravidade quanto à probabilidade de entrada em incumprimento. Todos os clientes da carteira são segmentados num dos seguintes estados:

- a. Clientes regulares, sem identificação de eventos de risco adicionais;
- b. Clientes regulares mas com sinais de alerta (*early warnings*) que poderão indiciar um aumento da probabilidade de incumprimento do cliente;
- c. Clientes que registam eventos graves, com elevada probabilidade de Incumprimento, sendo assim classificados como estando em dificuldades financeiras;
- d. Clientes no período probatório de 24 meses, após ocorrência de uma reestruturação por dificuldades financeiras do cliente;
- e. Clientes classificados em Incumprimento; e,
- f. Clientes classificados em Quarentena, após tratamento das situações de Incumprimento;

O processo de *workflow* preconiza medidas de atuação, que variam consoante a gravidade do evento. Para as situações em que são identificados eventos mais gravosos, existe um processo automático que transfere de imediato os clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação, assegurando assim que os casos potencialmente mais problemáticos passem a ser tratados por gestores especializados na recuperação de crédito. No caso dos eventos mais gravosos serem identificados em clientes empresa com exposições relevantes, a decisão de transferência das estruturas comerciais para as áreas especializadas de recuperação, são da competência da Comissão Executiva de Riscos de Crédito e do Conselho de Crédito, consoante o nível de responsabilidades dos clientes em análise, suportados num relatório específico da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco.

No processo de acompanhamento da carteira de crédito a Direção de Gestão de Risco procede ao diagnóstico de todo o processo e introduz alterações sempre que necessário, mediante a análise de

métricas e indicadores que são suportados em relatórios mensais de monitorização da qualidade da carteira de crédito.

1.1.3 Recuperação de crédito

Logo que verificada qualquer situação de atraso são desenvolvidas as diligências que se mostrem adequadas à recuperação do crédito vencido e à obtenção de condições que permitam a regularização da situação, cumprindo o disposto pelo Decreto-Lei nº 227/2012 – PARI e PERSI no que respeita ao crédito a particulares.

A recuperação de crédito consiste no conjunto das ações do Grupo CGD em caso de atraso no pagamento de uma ou mais prestações referentes a uma operação de crédito. É uma função fundamental na gestão do crédito no Grupo CGD, que tem lugar a partir do momento em que se verifica o primeiro atraso numa prestação, e que está presente durante todo o restante ciclo de vida do crédito, até que este volte a estar regularizado. A recuperação de crédito via negocial é composta por três tipos de ações, por ordem de prioridade na sua aplicação:

- Cobrança dos pagamentos em atraso;
- Soluções de reestruturação; e,
- Soluções terminais não litigiosas;

Na fase inicial de cobrança do crédito os contactos com o cliente tendo em vista a regularização dos montantes em atraso é assegurada pelo *Call Center* e pela área comercial. No caso dos contactos iniciais não surtirem efeito, e o cliente passar a registar pagamentos em atraso há mais de 30 dias, procede-se à sua realocação a uma área de recuperação com o objetivo de ser encontrada a solução mais apropriada que permita a recuperação do crédito.

Nas situações em que o processo negocial com o cliente não esteja a surtir o efeito desejado para o Grupo CGD e para os seus clientes, a recuperação de crédito deve passar pelo recurso ao contencioso. Esta solução consiste na execução de bens ou direitos, hipotecados/ empenhados para garantia do crédito com o intuito de se proceder à venda judicial.

Como medida alternativa de recuperação o Grupo CGD também considera a venda de carteiras de crédito ou de crédito individuais sempre que, após a devida avaliação custo/benefício, se entende ser a solução mais eficiente.

1.2 Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração de crédito do grupo CGD é assegurada pela Direção de Gestão de Risco (DGR) que procede à identificação, medição e controlo de exposições significativas.

Para monitorizar o risco de concentração foram definidas métricas no *Risk Appetite Statement* que permitem assegurar o controlo mensal da evolução de segmentos de carteira que foram considerados mais críticos no que respeita ao risco de crédito.

A decisão quanto à contratação de operações que impliquem exposições materialmente relevantes (definida em normativo interno) obriga a parecer da DRC. Para este limite concorre necessariamente a exposição total do cliente e/ ou grupo de clientes relevantes ao Grupo CGD.

2. Política de *Write-Off* de créditos (abate ao ativo)

A decisão de se proceder ao abate ao ativo é tomada superiormente quando a expectativa de recuperação dos créditos é nula ou muito residual, após tomadas todas as diligências negociais e, quando aplicável, judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito. Nos créditos elegíveis para o abate ao ativo, que obriga ao registo de provisões e imparidades de 100%, são também enquadráveis: i) os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; ii) os créditos sem garantia real.

3. Política de reversão de imparidade

A quantificação das perdas por imparidade é condicionada à identificação de eventos que indiciem uma degradação da qualidade creditícia da contraparte com impacto nos *cash flows* futuros do crédito.

Nas situações em que ocorram melhorias significativas na capacidade creditícia dos devedores e/ ou um reforço adequado das garantias reais, a perda anteriormente reconhecida reduz-se até ao nível da nova perda calculada, existindo assim uma reversão de imparidade direta.

Nas situações em que se vendem os créditos por uma quantia superior à exposição líquida de imparidade, também se regista uma reversão na imparidade.

4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Entende-se por reestruturação de crédito qualquer alteração às condições em vigor das operações de crédito de clientes em dificuldades financeiras, de que resulte uma modificação dos direitos ou deveres das partes.

As áreas especializadas de acompanhamento e recuperação procuram, para cada situação específica, aplicar as soluções que melhor defendam os interesses do Grupo CGD nos termos de decisão delegada e dos limites definidos em normativo interno.

As soluções de recuperação são aplicadas tendo sempre presente a realidade do cliente e o melhor interesse da CGD, com base em três princípios básicos:

Impacto no capital e fluxos de caixa: O primeiro aspeto a ser considerado deve ser o impacto que o referido tratamento terá no capital investido pelo Grupo CGD e nos fluxos de caixa gerados pela operação no futuro. Este impacto deve ser medido através do cálculo do NPV incremental do tratamento por oposição a uma solução litigiosa (tida como último recurso na recuperação de crédito);

Impacto no cliente: Em segundo lugar, deve ser considerado o impacto que a solução de tratamento terá para o cliente, segundo dois critérios fundamentais:

- Capacidade de pagamento – é necessário que o cliente seja capaz de fazer face às suas obrigações financeiras no novo cenário, tendo em conta o seu rendimento esperado; e,
- Sustentabilidade do tratamento – é necessário que o tratamento seja sustentável no tempo, isto é, que o cliente seja, com uma probabilidade elevada, capaz de fazer face a todos os pagamentos necessários, não voltando a incorrer numa situação de incumprimento.

Impacto da complexidade: Por último, deve ser considerado na estratégia de tratamentos um conjunto de fatores suscetíveis de adicionar complexidade às situações de incumprimento, devendo ter um tratamento diferenciado daquele que seria proposto tendo em conta apenas os dois princípios anteriores. Ainda que o impacto financeiro da solução possa não ser ótimo, outros parâmetros como especificidades do cliente, o impacto do tratamento na imagem pública do Grupo CGD, o risco reputacional ou a disponibilidade dos clientes para negociar fazem também parte das regras de decisão de tratamentos a aplicar.

A generalidade dos créditos objeto de reestruturação devido a dificuldades financeiras do cliente está sujeita a um tratamento específico para efeitos de cálculo de imparidade, durante todo o período de vigilância mínimo de 24 meses definido na Instrução 32/2013 do Banco de Portugal.

5. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Bens Imóveis

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis no Grupo CGD são:

i. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efetuada para efeitos da contratação de todas as novas operações de crédito imobiliário, tendo como objetivo determinar o presumível valor de transação em mercado livre.

A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, as avaliações são realizadas por observação direta no local;

ii. Atualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: as operações de crédito imobiliário que são objeto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações, estando este procedimento igualmente instituído para as operações que se encontrem em estado de incumprimento, decorrente de pedido das áreas de recuperação de crédito.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imoveis:

iii. A área de avaliações da CGD inclui no seu quadro de pessoal engenheiros e arquitetos com experiência significativa na área das avaliações, tendo os responsáveis de visto técnico formação complementar em cursos de avaliação de imóveis, estando registados e certificados na CMVM como peritos avaliadores de imóveis;

iv. São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações da CGD, uma rede de peritos avaliadores imobiliários, composta por aproximadamente 100 avaliadores externos, tanto empresas como individuais registados no CMVM, os quais se encontram distribuídos pelo País, em função da área onde exercem a sua atividade profissional, existindo vários para cada concelho, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;

v. Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações da CGD digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel. Existe um técnico interno responsável pelo visto técnico, por tipo de avaliação e concelho onde se localiza o imóvel; e,

vi. Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidos os concelhos prioritários de atuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de um portal de gestão imobiliária da CGD. O avaliador regista no portal a data de visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel.

Outros Colaterais

Para além dos bens imóveis são elegíveis para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade do crédito os seguintes colaterais:

- Penhores de Depósitos a Prazo – avaliação pelo valor do penhor constituído;
- Penhores de Obrigações Emitidas pela CGD – avaliação pelo valor nominal das obrigações; e,
- Penhores de Ações Cotadas – avaliação pelo valor de mercado na data de referência do cálculo.

6. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

No Modelo de Imparidade do Crédito da CGD são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IAS 39.

Existem abordagens na modelização, que na perspetiva da CGD são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- i. Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PDs, LGDs, *haircuts* sobre colaterais);
- ii. Período de *workout* para cálculo das LGDs e metodologias de avaliação de múltiplos *defaults*;
- iii. Critérios utilizados para a segmentação da carteira:
 - a. Crédito a particulares: Tipologia de produto (e.g. Habitação), Finalidade do Crédito, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual; e,
 - b. Crédito a empresas: Valor da exposição, setor de atividade económica, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual.
- iv. Fatores de conversão para crédito aplicados a exposições extrapatrimoniais; e,
- v. Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade.

7. Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como as carteiras são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

O Modelo de Imparidade do Crédito utilizado na CGD abrange o crédito concedido a empresas e particulares, incluindo garantias bancárias prestadas e linhas de crédito irrevogáveis, e determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos subsegmentos da carteira de crédito definidos com base no comportamento atual e passado da operação.

No cálculo de imparidade do crédito são utilizados os seguintes conceitos:

- i) Imparidade Individual que se suporta numa avaliação efetuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma Ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos *cash flows* futuros estimados, à taxa original do contrato; e,
- ii) Imparidade Coletiva ou paramétrica que é determinada de forma automática pelo Modelo de Imparidade do Crédito. O cálculo paramétrico é realizado por uma desagregação da carteira em subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise coletiva é necessária a determinação dos seguintes Fatores de Risco:

1. Probabilidade de *Default* a 12 meses (PD_{12m}) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de incumprimento nos próximos 12 meses. De referir que o modelo de imparidade incorpora PDs diferenciadas em função da classificação histórica dos clientes ou operações (ex: crédito regular com *default* no passado).
2. Probabilidade de *Default Lifetime* (PD_{LT}) – Probabilidade de um crédito, condicionado pelo indício de imparidade e histórico da operação, vir a registar incumprimento. As *PDs lifetime* são distintas para clientes ou operações que apresentem (i) indícios externos e, simultaneamente, atraso inferior a 30 dias, (ii) atrasos entre 30 e 90 dias e (iii) reestruturações por dificuldades financeiras com atrasos no pagamento até 30 dias. Adicionalmente existem

também *PDs lifetime* diferenciadas para clientes que apresentem *default* no histórico de comportamento.

3. *Loss Given Default (LGD)* – Perda caso a operação ou cliente entre em *default*. Para determinação da LGD são observadas as recuperações das operações ou clientes que entraram em incumprimento no período de histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada operação e em cada mês do histórico. São assim determinadas LGDs diferenciadas consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Existem LGDs diferenciadas em função da tipologia de colateral existente na data de determinação da imparidade.

8. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Créditos em Cumprimento

- Não regista indícios de perda no momento da análise.

Créditos em Cumprimento com Indícios de Imparidade – registam, pelo menos, um dos seguintes indícios de perda:

- Crédito vencido na CGD com atrasos superiores a 30 dias e que não esteja classificado em *default*;
- Indicadores do Banco de Portugal (Crédito vencido há mais de 90 dias em OIC e Inibição de uso de cheques);
- Cheques devolvidos na CGD;
- Cobrabilidade inferior a 100% determinada no inquérito trimestral realizado junto das áreas comerciais. Este processo é desenvolvido para empresas com exposição superior a 250 mEuros não incluídas na análise individual;
- Identificação de dívidas ao Fisco e à Segurança Social, mediante inquérito trimestral realizado junto dos gestores de cliente. Este processo é desenvolvido para empresas com exposição superior a 250 mEuros;
- Decréscimo de 20% no valor da garantia real, quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável a projetos imobiliários);
- Carências intercalares; e,
- Processos de Insolvência que não a Insolvência Declarada e o PER;

Créditos Reestruturados por dificuldades financeiras do cliente

- Aos créditos identificados como Reestruturados por Dificuldades Financeiras, conforme descrito no ponto 4., são aplicadas curvas de Probabilidades de *Default Lifetime* estimadas especificamente para os subsegmentos definidos no Modelo de Imparidade do Crédito para as operações que se enquadrem nesta classificação.

Créditos em Incumprimento – são considerados os seguintes eventos de perda:

- Incumprimento contratual perante o Grupo CGD, do qual se destaca o crédito vencido materialmente em atraso por mais de 90 dias consecutivos;
- Existência de dotação de imparidade material resultante de uma análise individual sobre os clientes com exposições individualmente significativas;
- Insolvência declarada;
- Pedido de insolvência (inclui PER's) pelo devedor ou pela CGD;
- Operações em contencioso com a CGD;

- Contaminação de créditos, mediante a identificação de eventos de perda noutras operações do mesmo cliente. No caso de crédito a particulares, caso o montante em *default* represente mais de 20% de toda a exposição do cliente, as restantes operações são classificadas também em *default*;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório, com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório;
- Reestruturações por dificuldades financeiras caso ocorram perdas de valor (de acordo com a materialidade definida); e,
- Existência de valores abatidos ao ativo ou juros anulados.

O incremento registado em 2016 na imparidade coletiva resultou essencialmente de uma revisão da definição de *default*, na sequência do exercício de revisão de ativos conduzido pela Comissão Executiva, a qual incorpora recomendações da EBA definidas no “*Final Report on Guidelines on default definition (EBA-GL-2016-07)*” emitido em 28 de setembro de 2016.

9. Indicação dos limiares definidos para análise individual

No Grupo CGD os limites definidos para a avaliação individual de imparidade, definidos em normativo interno, têm em linha de conta as especificidades das diversas carteiras de crédito de cada unidade do Grupo, tendo como objetivo a avaliação de todas as exposições consideradas individualmente significativas na perspetiva de cada unidade e do Grupo. No caso da CGD, com referência a 31 de dezembro de 2016 são objeto de análise individual os clientes com exposição de balanço bruta total igual ou superior a 3 milhões de euros.

10. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

Os clientes que entram em situação de incumprimento são, por norma interna, afetos às áreas especializadas de acompanhamento e recuperação de crédito, podendo essa decisão de afetação ser tomada pelo Conselho de Crédito ou pela Comissão Executiva de Riscos de Crédito.

De notar que devido à inovação implementada pelo processo de *workflow* de acompanhamento de clientes (ponto 1.1.2, acima) a generalidade dos clientes que entram em incumprimento já estavam previamente alocados a gestores das áreas de recuperação, não existindo assim uma rutura do processo negocial, que se iniciou aquando da transferência dos clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação.

Em função da análise efetuada aplica-se a solução de recuperação considerada mais adequada aos interesses do cliente e da CGD, aplicando-se a solução litigiosa como último recurso na recuperação do crédito.

11. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos *cash flows* futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente

Avaliação Individual

A determinação dos *cash flows* futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos *cash flows* futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de cobrabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efetiva original do contrato.

Nas situações em que os clientes registem indícios de perda, procede-se a uma avaliação para determinar se os *cash flows* esperados são inferiores aos *cash flows* contratuais. Nestas situações, efetua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

Para determinar os *cash flows* futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

i. Abordagem “*going concern*” em que se considera a continuação da atividade da empresa e assim os *cash flows* operacionais são projetados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos *cash flows* futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de ativos não-operacionais). Esta abordagem de *going-concern* é utilizada se:

- Os *cash flows* operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e,
- O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.

Na sequência da avaliação independente da carteira de ativos foram agravados os cenários de análises anteriores de clientes *going concern* que suportavam a análise de sensibilidade de alguns *business plan*, incluindo por exemplo fluxos previstos de mercados emergentes. Adicionalmente, em alguns clientes a imparidade passou a ser determinada com base em *bids* indicativos de mercado num cenário de venda do crédito.

ii. Abordagem “*gone concern*”, associada a um cenário de cessação da atividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os *cash flows* operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:

- A exposição do cliente está vencida por um período de tempo considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem *gone concern* quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
- Os *cash flows* operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
- A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a geração de *cash flow*;
- A aplicação da abordagem *going concern* teria um impacto material e negativo no montante recuperável face à abordagem *going concern*;
- Existe um elevado nível de incerteza na estimação dos *cash flows* futuro, nomeadamente quando o EBITDA dos últimos anos é negativo; e,
- A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

Na sequência da avaliação independente da carteira de ativos foram introduzidas as seguintes alterações aos anteriores critérios de valorização:

- Para as empresas com incapacidade de gerar *cash flow* suficiente para cumprir o serviço de dívida nos próximos 12/18 meses foi assumida uma abordagem *gone concern*, não tendo sido consideradas potenciais melhorias no EBITDA dessas empresas no horizonte temporal de projeção de *cash flows*;
- Adoção de cenário de liquidação para algumas empresas que conduziu também a uma revisão da mensuração das provisões para garantias bancárias prestadas a estes clientes;
- Revisão da estimativa do valor recuperável de colaterais hipotecários mediante a aplicação de *haircuts* adicionais que reflitam uma redução do prazo de execução e venda dos imóveis. Estes

haircuts foram mais gravosos para colaterais de menor liquidez no mercado imobiliário (ex: terrenos); e,

- Utilização de cenários mais conservadores para casos em que a recuperação do crédito esteja dependente de decisões judiciais.

Imparidade Coletiva

Para operações regulares a imparidade é determinada pela aplicação da $EAD \times PD_{12M} \times LGD$ descontada.

Para as operações que se encontram com indícios de imparidade ou em incumprimento a determinação do *cash flow* no Modelo de Imparidade Coletiva suporta-se no *cash flow* contratual e nos fatores de risco aplicáveis à operação.

Os *cash flows* futuros esperados são posteriormente atualizados à taxa de juro original da operação, para determinação do respetivo valor atual.

12. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Para o crédito sem indícios de imparidade observáveis, o IAS 39 prevê a constituição de provisões para perdas designadas por IBNR.

Em face desta definição, o cálculo de imparidade depende da definição de um período de emergência, que corresponde ao período de tempo que medeia entre a ocorrência e a observação do evento de perda, o qual pode ser decomposto num período de surgimento da informação e num momento posterior de captura de indícios. Atualmente, o período de emergência encontra-se definido em 12 meses.

Na CGD a utilização do período de emergência suporta-se na utilização de diversos indícios de imparidade (*early warnings*) que pretendem capturar o mais cedo possível potenciais degradações da qualidade creditícia dos clientes que sejam passíveis de originar perdas.

De carácter quantitativo

Os quadros seguintes apresentam elementos relativos à carteira de crédito a clientes e imóveis recebidos em dação ou execução, tendo por referência os conteúdos aplicáveis à atividade do Grupo:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

	Exposição em 30-06-2017						Imparidade em 30-06-2017		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Segmento									
Governo	6.745.130	172.690	6.127	84.586	14.568	6.829.717	1.561	9.136	10.697
Corporate	9.252.314	86.096	524.839	1.870.012	636.817	11.122.326	112.451	1.108.727	1.221.178
Construção e CRE	3.562.910	207.558	77.405	3.006.550	1.769.676	6.569.460	88.925	1.805.239	1.894.165
Particulares - Habitação	25.649.344	264.916	183.493	1.812.649	466.349	27.461.993	65.619	490.012	555.631
Particulares - Consumo e Outros	1.186.785	34.116	19.788	567.128	427.947	1.753.912	22.968	461.865	484.833
Outros	351.693	653	22.555	370.404	98.397	722.097	7.565	178.840	186.405
	46.748.175	766.029	834.207	7.711.330	3.413.753	54.459.505	299.089	4.053.820	4.352.908

	Exposição em 31-12-2016						Imparidade em 31-12-2016		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Segmento									
Governo	6.545.480	202.011	6.158	121.698	41.018	6.667.178	1.936	30.721	32.657
Corporate	10.141.423	150.895	705.232	2.323.134	993.598	12.464.558	97.300	1.355.728	1.453.028
Construção e CRE	3.700.460	393.060	102.417	3.566.335	1.999.347	7.266.795	114.363	2.189.960	2.304.323
Particulares - Habitação	26.111.995	209.437	357.702	1.974.155	592.798	28.086.150	73.118	498.582	571.700
Particulares - Consumo e Outros	1.242.594	32.769	18.332	579.849	431.583	1.822.443	29.477	463.288	492.765
Outros	621.338	47.411	25.791	424.619	112.734	1.045.957	7.535	214.150	221.684
	48.363.289	1.035.583	1.215.631	8.989.791	4.171.078	57.353.080	323.729	4.752.429	5.076.158

Segmento	Exposição em 30-06-2017						Exposição total	Imparidade em 30-06-2017				Imparidade total
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Do qual, dias de atraso < 30			Dias de atraso				Dias de atraso		Dias de atraso		
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)	Sub-total		<30	entre 30 - 90	<=90 (*)	>90 (*)	
Governo	4.191.004	2.554.125	6.745.130	45.235	39.352	84.586	6.829.717	1.561	0	1.550	7.587	10.697
Corporate	9.015.909	201.540	9.252.314	1.072.326	797.686	1.870.012	11.122.326	104.241	8.210	618.057	490.670	1.221.178
Construção e CRE	3.355.567	164.531	3.562.910	618.591	2.387.960	3.006.550	6.569.460	71.133	17.792	292.642	1.512.598	1.894.165
Particulares - Habitação	24.501.063	960.202	25.649.344	364.978	1.447.671	1.812.649	27.461.993	52.519	13.099	54.830	435.182	555.631
Particulares - Consumo e Outros	1.110.779	65.189	1.186.785	83.700	483.427	567.128	1.753.912	19.337	3.630	45.503	416.362	484.833
Outros	289.679	61.654	351.693	107.603	262.800	370.404	722.097	7.169	396	55.299	123.540	186.405
	42.464.000	4.007.241	46.748.175	2.292.433	5.418.897	7.711.330	54.459.505	255.960	43.128	1.067.881	2.985.939	4.352.908

(*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

Segmento	Exposição em 31-12-2016						Exposição total	Imparidade em 31-12-2016				Imparidade total
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento			
	Do qual, dias de atraso < 30			Dias de atraso					Dias de atraso	Dias de atraso		
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)	Sub-total						
Governo	3.961.744	2.583.734	6.545.480	52.935	68.763	121.698	6.667.178	1.936	-	1.609	29.112	32.657
Corporate	9.771.919	333.754	10.141.423	1.185.765	1.137.370	2.323.134	12.464.558	91.054	6.246	578.708	777.021	1.453.028
Construção e CRE	3.508.508	124.263	3.700.460	931.369	2.634.966	3.566.335	7.266.795	100.941	13.422	523.303	1.666.657	2.304.323
Particulares - Habitação	24.855.608	1.047.670	26.111.995	441.199	1.532.956	1.974.155	28.086.150	58.249	14.869	58.698	439.885	571.700
Particulares - Consumo e Outros	1.147.954	83.101	1.242.594	96.980	482.869	579.849	1.822.443	26.228	3.249	48.800	414.488	492.765
Outros	574.105	47.195	621.338	99.650	324.969	424.619	1.045.957	7.397	137	64.019	150.131	221.684
	43.819.838	4.219.717	48.363.289	2.807.898	6.181.893	8.989.791	57.353.080	285.805	37.923	1.275.136	3.477.293	5.076.158

(*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição	Número de operações	Exposição
2005 e anteriores	1.491	541.665	2.670	4.837	110.130	2.701	452.140	184.032	354.223	10.178.020	244.786	40.526	121.310	41.866
2006	158	75.643	828	2.068	344.747	91.382	814	654.032	454.347	40.876	2.382.755	57.087	106.608	117.573
2007	122	191.252	2.017	2.510	606.006	268.763	1.191	881.275	477.122	49.012	2.798.716	88.078	29.483	394.460
2008	92	385.011	67	1.921	723.348	184.069	1.023	844.765	267.133	41.867	2.430.737	60.624	29.841	58.650
2009	74	302.696	5	1.729	467.268	94.173	780	799.579	121.885	36.754	2.486.846	42.515	34.986	73.767
2010	66	4.163.008	2.857	2.272	297.565	91.110	918	358.257	61.893	27.795	2.095.562	31.990	40.860	115.560
2011	20	125.733	-	2.199	469.245	37.323	839	234.536	79.703	12.890	937.414	11.363	31.722	80.783
2012	26	91.708	504	4.937	587.509	110.399	1.330	262.770	55.534	6.174	426.708	3.974	96.352	98.236
2013	29	344.852	45	8.860	592.992	73.172	1.944	403.085	41.487	7.835	550.571	2.827	42.950	113.390
2014	48	310.105	1.553	8.715	2.084.806	75.486	2.371	496.002	35.483	12.977	1.063.067	3.078	49.312	162.758
2015	48	310.105	1.553	8.715	2.084.806	75.486	2.371	496.002	35.483	12.977	1.063.067	3.078	49.312	162.758
2016	74	226.041	148	8.976	1.741.119	48.523	2.737	558.111	23.485	14.563	1.214.315	2.590	58.808	201.729
2017	61	46.789	3	20.952	2.296.200	16.989	8.587	503.979	15.459	7.463	608.527	1.778	107.743	144.735
	2.289	6.829.717	10.697	70.505	11.122.326	1.221.178	25.986	6.569.460	1.894.165	617.600	27.461.993	555.631	701.578	1.753.912

c) Detalhe do valor da exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor (Código de atividades económicas) e geografia

Avaliação	30-06-2017													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	19.321	7.576	1.284.039	848.213	2.169.719	1.485.367	86.323	2.963	413.966	383.612	307.512	165.817	4.280.880	2.893.548
Coletiva	6.810.396	3.121	9.838.287	372.965	4.399.742	408.798	27.375.670	552.668	1.339.946	101.221	414.585	20.587	50.178.625	1.459.361
	6.829.717	10.697	11.122.326	1.221.178	6.569.460	1.894.165	27.461.993	555.631	1.753.912	484.833	722.097	186.405	54.459.505	4.352.908

Avaliação	31-12-2016													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	40.999	29.101	1.794.994	1.086.050	2.708.734	1.853.115	91.385	2.687	409.390	379.161	346.345	201.695	5.391.846	3.551.808
Coletiva	6.626.179	3.556	10.669.564	366.979	4.558.061	451.208	27.994.766	569.014	1.413.053	113.604	699.612	19.989	51.961.235	1.524.350
	6.667.178	32.657	12.464.558	1.453.028	7.266.795	2.304.323	28.086.150	571.700	1.822.443	492.765	1.045.957	221.684	57.353.080	5.076.158

	30-06-2017											
	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Sector de atividade												
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	19.321	7.576	166.501	2.377	2.169.719	1.485.367	4.399.742	408.798	2.189.040	1.492.943	4.566.242	411.174
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	-	-	5.341	1.070	338.488	18.552	5.341	1.070	338.488	18.552
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	69.832	6.876	-	-	69.832	6.876
Indústrias transformadoras	-	-	-	-	95.555	151.666	2.150.973	93.240	95.555	151.666	2.150.973	93.240
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	-	-	16.778	3.362	489.190	3.819	16.778	3.362	489.190	3.819
Abastecimento de água	-	-	-	-	59.411	24.255	248.225	5.672	59.411	24.255	248.225	5.672
Comércio por grosso e a retalho	-	-	876	43	84.723	58.958	1.470.065	108.215	84.723	58.958	1.470.941	108.258
Transportes e armazenagem	-	-	500	7	149.707	70.419	854.454	17.279	149.707	70.419	854.954	17.286
Atividades de alojamento e restauração	-	-	50	-	137.865	64.248	455.317	24.964	137.865	64.248	455.367	24.964
Informação e comunicação	-	-	15.510	206	-	-	196.110	15.102	-	-	211.620	15.308
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	4.107.037	107	620.329	409.209	2.348.441	46.304	620.329	409.209	6.455.478	46.411
Atividades administrativas e de serviços de apoio	-	-	13.289	167	42.744	29.319	191.994	10.239	42.744	29.319	205.283	10.406
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	-	-	2.491.758	2	-	-	263	-	-	-	2.492.021	2
Educação	-	-	4.249	15	28.393	7.815	68.175	7.063	28.393	7.815	72.423	7.078
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	-	-	4.800	44	7.153	3.459	131.488	7.142	7.153	3.459	136.287	7.186
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	-	-	478	5	21.443	10.846	60.431	2.121	21.443	10.846	60.909	2.126
Outros serviços	-	-	5.348	149	14.596	13.586	306.967	6.350	14.596	13.586	312.315	6.500
Outras atividades financeiras	-	-	-	-	307.512	165.817	872.459	20.612	307.512	165.817	872.459	20.612
Particulares - Habitação	-	-	-	-	86.323	2.963	27.375.670	552.668	86.323	2.963	27.375.670	552.668
Particulares - Outros	-	-	-	-	413.966	383.612	1.339.946	101.221	413.966	383.612	1.339.946	101.221
	19.321	7.576	6.810.396	3.121	4.261.559	2.885.972	43.368.229	1.456.239	4.280.880	2.893.548	50.178.625	1.459.360

	31-12-2016											
	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Sector de atividade												
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	40.999	29.101	167.772	2.525	2.708.734	1.853.115	4.558.061	451.208	2.749.733	1.882.216	4.725.832	453.733
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	-	-	38.580	25.100	362.943	16.996	38.580	25.100	362.943	16.996
Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	70.813	6.052	-	-	70.813	6.052
Indústrias transformadoras	-	-	501	3	139.994	107.800	2.236.505	90.487	139.994	107.800	2.237.006	90.489
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	-	-	103.868	3.091	542.721	4.450	103.868	3.091	542.721	4.450
Abastecimento de água	-	-	-	-	62.912	27.325	331.996	6.087	62.912	27.325	331.996	6.087
Comércio por grosso e a retalho	-	-	874	211	88.908	60.400	1.400.522	83.691	88.908	60.400	1.401.396	83.902
Transportes e armazenagem	-	-	1.702	23	387.141	280.359	792.189	18.716	387.141	280.359	793.891	18.739
Atividades de alojamento e restauração	-	-	-	-	144.584	68.189	531.604	25.894	144.584	68.189	531.604	25.894
Informação e comunicação	-	-	13.695	181	-	-	194.924	15.604	-	-	208.619	15.785
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	3.703.464	207	701.585	451.082	2.903.396	68.846	701.585	451.082	6.606.860	69.053
Atividades administrativas e de serviços de apoio	-	-	13.290	178	42.103	29.069	204.839	8.970	42.103	29.069	218.129	9.148
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	-	-	2.708.743	3	-	-	-	-	-	-	2.708.743	3
Educação	-	-	4.300	19	29.307	7.999	68.432	5.294	29.307	7.999	72.733	5.312
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	-	-	5.144	47	7.140	2.707	139.668	6.779	7.140	2.707	144.812	6.826
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	-	-	597	6	21.897	10.558	69.087	2.971	21.897	10.558	69.684	2.977
Outros serviços	-	-	6.097	155	26.975	12.371	310.087	6.143	26.975	12.371	316.184	6.297
Outras atividades financeiras	-	-	-	-	346.345	201.695	1.208.450	19.989	346.345	201.695	1.209.450	19.989
Particulares - Habitação	-	-	-	-	91.385	2.687	27.994.766	569.014	91.385	2.687	27.994.766	569.014
Particulares - Outros	-	-	-	-	409.390	379.161	1.413.053	113.604	409.390	379.161	1.413.053	113.604
	40.999	29.101	6.626.179	3.556	5.350.847	3.522.707	45.335.056	1.520.794	5.391.846	3.551.808	51.961.234	1.524.350

	30-06-2017											
	Portugal		Espanha		França		Ásia		Resto do mundo		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	3.747.511	2.633.198	291.607	148.546	45.170	25.517	73	73	196.519	86.214	4.280.880	2.893.548
Coletiva	45.763.310	1.310.345	363.731	23.127	3.577.154	87.277	59.669	31.625	414.762	6.987	50.178.625	1.459.361
	49.510.821	3.943.543	655.338	171.672	3.622.324	112.794	59.742	31.698	611.280	93.201	54.459.505	4.352.908

	31-12-2016											
	Portugal		Espanha		França		Ásia		Resto do mundo		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação												
Individual	4.378.760	3.002.791	646.971	444.200	47.869	27.090	386	386	317.859	77.341	5.391.846	3.551.808
Coletiva	47.353.154	1.391.629	402.250	10.162	3.823.375	82.336	65.186	34.690	317.269	5.532	51.961.235	1.524.350
	51.731.915	4.394.420	1.049.221	454.362	3.871.244	109.426	65.572	35.076	635.127	82.873	57.353.080	5.076.158

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	30-06-2017											
	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Medida												
Extensão de prazo	2.301	86.086	-	-	8.297	4.590	771.720	311.597	79.890	6.891	857.806	311.597
Período de carência	1.193	558.642	207	10.453	1.328	148.026	11.581	26.840	2.521	706.667	11.787	37.293
Alteração da taxa de juro	286	57.408	94	1.476	1.116	1.276.524	842.446	58.662	1.402	1.333.932	842.541	60.138
Outras	3.310	132.071	3.697	5.682	5.103	1.217.485	482.096	175.965	8.413	1.349.555	485.793	181.647
	7.090	834.207	3.997	25.909	12.137	3.413.753	1.647.721	341.357	19.227	4.247.960	1.651.718	367.265

	31-12-2016											
	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Medida												
Extensão de prazo	2.989	675.358	145	12.589	5.181	981.077	427.725	91.937	8.170	1.656.435	427.869	104.526
Período de carência	701	41.538	-	1.514	1.309	141.787	11.701	23.846	2.010	183.326	11.701	25.360
Alteração da taxa de juro	410	66.850	126	1.965	1.324	1.476.483	965.321	58.171	1.734	1.543.334	965.447	60.137
Outras	8.099	431.885	7.945	19.370	8.010	1.571.730	660.196	197.079	16.109	2.003.614	668.141	216.449
	12.199	1.215.631	8.216	35.438	15.824	4.171.078	2.064.943	371.034	28.023	5.386.709	2.073.159	406.472

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

Carteira de crédito reestruturado em 31-12-2016	5.386.709
Créditos reestruturados no período	154.247
Juros corridos da carteira reestruturada	9.760
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(794.263)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(518.537)
Outros	10.044
Carteira de crédito reestruturado em 30-06-2017	4.247.960

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos corporate, construção e "Commercial Real Estate" (CRE) e habitação

30-06-2017												
Corporate				Construção e CRE				Habitação				
Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		
Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo valor												
<0.5 M€	3.303	516.896	13.625	621.450	2.202	321.850	3.553	214.261	465.722	55.170.193.367	1.196	71.424
>= 0.5 M€ e < 1 M€	679	395.896	561	297.495	438	252.384	257	147.364	2.350	1.424.896.714	16	9.939
>= 1 M€ e < 5 M€	811	1.241.867	369	601.374	789	1.262.910	267	439.436	348	450.177.657	4	5.250
>= 5 M€ e < 10 M€	119	609.617	37	219.263	112	527.352	46	234.775	29	229.047.361	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	47	410.192	19	181.431	50	471.718	19	278.562	20	275.179.471	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	38	628.824	21	457.841	26	439.088	11	271.244	6	180.952.150	-	-
>= 50 M€	3	430.800	3	169.182	23	887.957	12	853.015	-	-	-	-
	5.000	4.234.093	14.635	2.548.035	3.640	4.163.258	4.165	2.438.657	468.475	57.730.446.720	1.216	86.613

31-12-2016												
Corporate				Construção e CRE				Habitação				
Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		
Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo valor												
<0.5 M€	3.301	515.536	13.764	637.509	2.913	372.773	3.557	215.450	464.718	55.074.513	1.196	71.087
>= 0.5 M€ e < 1 M€	682	397.873	576	307.788	433	248.837	259	148.364	2.338	1.416.835	16	9.939
>= 1 M€ e < 5 M€	814	1.248.174	377	616.954	784	1.255.595	266	438.276	347	450.212	4	5.250
>= 5 M€ e < 10 M€	119	609.617	38	224.823	111	522.210	46	234.775	29	229.047	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	47	410.192	19	181.431	50	471.718	19	278.562	20	275.179	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	38	628.824	21	457.841	26	439.088	11	271.244	6	180.952	-	-
>= 50 M€	3	430.800	3	169.182	23	887.957	12	853.015	-	-	-	-
	5.004	4.241.016	14.798	2.595.528	4.340	4.198.179	4.170	2.439.687	467.458	57.626.740	1.216	86.275

g) Rácio LTV dos segmentos corporate, construção e CRE e habitação

Segmento / Rácio	30-06-2017			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado		7.910.850	1.085.793	809.739
< 60%	2.334	247.533	90.700	34.655
>= 60% e < 80%	1.389	211.892	60.122	21.834
>= 80% e < 100%	1.179	285.732	90.261	38.195
>= 100%	2.108	596.307	543.136	316.755
	7.010	9.252.314	1.870.012	1.221.178
Construção e CRE				
Sem colateral associado		2.842.707	686.723	549.749
< 60%	1.348	163.662	116.801	34.574
>= 60% e < 80%	557	136.298	365.374	139.564
>= 80% e < 100%	763	208.146	342.031	173.573
>= 100%	1.893	212.097	1.495.622	996.706
	4.561	3.562.910	3.006.550	1.894.165
Habitação				
Sem colateral associado		741.099	72.208	40.557
< 60%	370.516	10.956.790	329.618	24.874
>= 60% e < 80%	136.274	8.788.326	337.381	59.369
>= 80% e < 100%	65.904	4.708.865	422.703	130.034
>= 100%	16.810	454.264	650.738	300.796
	589.504	25.649.344	1.812.649	555.631
Particulares - Consumo e Outros				
Sem colateral associado		1.036.674	442.568	415.225
< 60%	824	43.642	5.123	788
>= 60% e < 80%	330	55.997	24.877	13.972
>= 80% e < 100%	368	31.498	24.987	13.796
>= 100%	379	18.973	69.572	41.052
	1.901	1.186.785	567.128	484.833
Outros				
Sem colateral associado		255.476	176.365	110.574
< 60%	13	1.787	89	7
>= 60% e < 80%	14	9.183	106.518	16.416
>= 80% e < 100%	16	6.949	35.880	13.987
>= 100%	20	78.298	51.552	45.420
	63	351.693	370.404	186.405
	603.039	40.003.045	7.626.743	4.342.211

Segmento / Rácio	31-12-2016			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado		8.726.150	1.490.549	1.002.832
< 60%	2.366	260.879	120.456	39.105
>= 60% e < 80%	1.348	221.066	69.321	27.554
>= 80% e < 100%	1.277	317.406	108.443	46.093
>= 100%	2.073	615.923	534.365	337.445
	7.064	10.141.423	2.323.134	1.453.028
Construção e CRE				
Sem colateral associado		2.932.185	1.258.155	1.053.323
< 60%	1.394	130.412	157.846	61.948
>= 60% e < 80%	596	178.196	306.940	149.192
>= 80% e < 100%	822	233.445	530.059	220.660
>= 100%	1.799	226.222	1.313.335	819.200
	4.611	3.700.460	3.566.335	2.304.323
Habitação				
Sem colateral associado		797.688	69.552	38.655
< 60%	373.593	11.048.846	385.757	27.710
>= 60% e < 80%	137.538	8.792.208	400.414	65.923
>= 80% e < 100%	70.411	5.002.034	483.737	143.355
>= 100%	16.798	471.219	634.696	296.057
	598.340	26.111.995	1.974.155	571.700
Particulares - Consumo e Outros				
Sem colateral associado		1.089.172	452.764	427.577
< 60%	845	47.490	5.916	1.110
>= 60% e < 80%	366	53.026	30.611	17.063
>= 80% e < 100%	805	30.256	33.314	16.528
>= 100%	408	22.650	57.244	30.487
	2.424	1.242.594	579.849	492.765
Outros				
Sem colateral associado		527.948	191.364	112.121
< 60%	21	8.186	105.833	13.843
>= 60% e < 80%	5	5.685	26.206	18.025
>= 80% e < 100%	20	32.597	21.741	7.902
>= 100%	23	46.921	79.476	69.793
	69	621.338	424.619	221.684
	612.508	41.817.810	8.868.093	5.043.500

h) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e antiguidade

Ativo	30-06-2017		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	546	69.335	31.716
Rural	57	2.969	2.423
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	2	3.451	169
Habitação	583	77.260	28.457
Outros	148	15.939	6.658
Edifícios construídos			
Comerciais	9	161.020	269
Habitação	3.523	373.964	192.167
Outros	1.375	245.886	60.716
	6.243	949.824	322.575

Tempo decorrido desde a dação / execução	30-06-2017				
	< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	6.030	13.216	7.506	4.963	31.716
Rural	742	362	611	709	2.423
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	2	167	-	169
Habitação	8.182	7.255	8.878	4.143	28.457
Outros	979	1.966	1.699	2.014	6.658
Edifícios construídos					
Comerciais	47	11	173	38	269
Habitação	77.595	59.249	38.684	16.640	192.167
Outros	12.531	19.914	18.204	10.068	60.716
	106.106	101.973	75.922	38.575	322.575

Ativo	31-12-2016		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	575	80.781	20.870
Rural	59	2.856	852
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	2	3.451	2.595
Habitação	579	83.267	45.274
Outros	170	9.935	4.242
Edifícios construídos			
Comerciais	11	189.350	2.656
Habitação	3.649	409.131	217.527
Outros	1.405	223.526	46.947
	6.450	1.002.298	340.963

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2016				
	< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	8.153	6.979	1.816	3.921	20.870
Rural	627	69	33	123	852
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	220	2.375	-	2.595
Habitação	15.197	18.200	7.459	4.418	45.274
Outros	606	2.626	539	471	4.242
Edifícios construídos					
Comerciais	783	1.516	338	18	2.656
Habitação	92.364	72.575	39.376	13.212	217.527
Outros	12.230	15.585	13.256	5.876	46.947
	129.959	117.772	65.192	28.040	340.963

Notas explicativas respeitantes ao preenchimento das divulgações quantitativas:

. Definições Comuns

Segmentação – os segmentos utilizados suportam-se nas definições das *Estatísticas Monetárias e Financeiras* do Banco de Portugal:

- i. “Governo” – setor de *Administrações Públicas*, que engloba unidades institucionais cuja principal atividade consiste na produção de bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual ou coletivo e/ou na redistribuição do rendimento e da riqueza nacional;
- ii. “Corporate” – setor de *Sociedades não financeiras*, representada por unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros; e,
- iii. “Construção CRE” – *Sociedades não financeiras* (“Corporate”) com atividade económica relacionada com os setores de “Construção” ou “Atividades Imobiliárias”, de acordo com a respetiva CAE Rev.3.

Setor de *Famílias* - inclui os indivíduos ou grupos de indivíduos, na qualidade de consumidores, de produtores de bens e serviços para utilização final própria ou de produtores de bens e serviços financeiros ou não financeiros, desde que as atividades não sejam imputadas a quase-sociedades.

Incluem-se ainda os Empresários em nome individual que integram as empresas individuais e as sociedades de pessoas sem personalidade jurídica que são produtores mercantis.

- iv. “Particulares – Habitação” – setor de *Famílias*, cuja finalidade do crédito diz respeito a crédito à habitação;
- v. “Particulares – Consumo e Outros” – setor de *Famílias*, cuja finalidade do crédito não é crédito à habitação (sendo, tipicamente, crédito ao consumo);

- vi. “Outros” – *Outras Empresas Financeiras* (setor de *Instituições Financeiras*, que engloba unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtores mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir serviços financeiros, exceto intermediação financeira) e outras instituições ou indivíduos.

Crédito em Cumprimento/Incumprimento segue os critérios de incumprimento definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

Crédito Reestruturado segue os critérios definidos no ponto 4. da informação qualitativa.

Análise Individual e Análise Coletiva - distinção entre créditos com imparidade individual e coletiva constituída de acordo com o Modelo de Imparidade.

. Quadro a)

Crédito Curado diz respeito a crédito em cumprimento que, segundo o Modelo de Imparidade de Crédito, tenha registado *default* anteriormente.

Nota: nos casos de créditos *curado* que tenha sido *reestruturado*, prevalece a classificação como Crédito Reestruturado.

Crédito em Cumprimento com Indícios segue os critérios definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

Crédito em Incumprimento com atraso inferior a 90 dias diz respeito aos restantes eventos de perda definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

. Quadro b)

Ano de Produção diz respeito à data de contratação das operações em carteira em junho de 2017

. Quadro c)

Setores de Atividade dizem respeito aos Códigos de Atividade Económica (CAEs) Rev.3 dos clientes dos segmentos “Corporate” e “Governo”.

- i. Clientes do segmento de “Outras Instituições Financeiras” foram incluídos no setor de atividade Outras Atividades Financeiras;
- ii. Clientes classificados como “Particulares – Habitação” e “Particulares – Outros” foram alocados.

Em cada geografia reporta-se o crédito em carteira nas Entidades que tenham atividade nessa região/geografia.

. Quadro d)

Nas medidas de reestruturação assumiu-se o primeiro evento a nível de alterações contratuais após a marcação como reestruturado por dificuldades financeiras. A medida de reestruturação “Outros” engloba os seguintes eventos:

- a. Capitalização de juros;
- b. Refinanciamentos;
- c. Moratórias de pagamentos/vencimento;
- d. Diferimentos de capital; e,
- e. Outras marcações automáticas ou manuais não sistematizadas.

. Quadro f)

Colaterais Reais considerados no Modelo de Imparidade:

- Imóveis dizem respeito a garantias hipotecárias relativas a bens imóveis; e,

- Outros colaterais reais englobam garantias hipotecárias sobre bens materiais/ móveis e colaterais financeiros como depósitos, obrigações, ações, outros.

Como justo valor dos colaterais entende-se o valor de avaliação nos colaterais hipotecários e o valor de mercado para os colaterais financeiros. Nos casos em que a mesma garantia/colateral cobre mais do que uma operação de crédito, o justo valor é devidamente ponderado pelas operações com base no valor do crédito.

. Quadro g)

Por LTV entende-se o rácio entre o valor em dívida do crédito e o justo valor dos colaterais detidos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais de maturidade contratual dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

30-06-2017									
Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.561.345	-	-	-	-	-	-	-	3.561.345
Disponibilidades em outras instituições de crédito	419.231	-	-	-	-	-	-	-	419.231
Aplicações em instituições de crédito	1.585.270	156.502	1.268.830	693.685	406.796	116.208	25.106	42.765	(656)
Carteira de títulos									
Negociação	126	939.000	824.741	4.492.490	7.883	5.858	4	-	1.224.798
Outros (saldos brutos) [*]	6.690	215.406	144.223	280.121	1.404.887	1.751.133	4.729.065	3.373.892	1.993.315
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	7.431
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.826.983	1.678.589	4.143.362	2.713.193	10.054.663	7.647.980	12.294.382	21.010.538	16.491
	7.399.646	2.989.497	6.381.156	8.179.489	11.874.228	9.521.179	17.048.557	24.427.195	3.241.379
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.109.760)	(903.767)	(331.253)	(463.513)	(2.213.250)	(163.355)	(359.683)	-	(97.181)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.253.651)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(28.232.883)	(6.569.619)	(10.809.041)	(4.043.684)	(9.256.889)	(575.621)	(409.530)	(33.839)	(101.115)
Responsabilidades representadas por títulos	(413)	(11.081)	(66.863)	(852.405)	(1.946.740)	(1.390.637)	(17.742)	(20.050)	6.139
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(9.309)	(19.162)	(29.530)	(59.445)	(237.145)	(269.064)	(800.329)	(4.228.087)	(174.862)
Outros passivos subordinados	(100.081)	(1.842)	(453.392)	(69.872)	(1.045.869)	(233.810)	(30.332)	(106.080)	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.903)
Recursos consignados	-	(39.055)	(14.049)	(20.667)	(147.350)	(129.768)	(430.085)	(23.955)	(80)
	(29.452.446)	(7.544.526)	(11.704.128)	(5.509.587)	(14.847.242)	(2.762.256)	(2.047.700)	(4.412.010)	(1.624.654)
Derivados	624	46.852	6.493	5.185	39.802	51.245	144.896	225.217	-
Diferencial	(22.052.176)	(4.508.177)	(5.316.479)	(2.675.087)	(2.933.212)	(6.810.167)	(15.145.753)	(20.240.402)	(1.616.725)

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

31-12-2016									
Prazos residuais de maturidade contratual									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	867.347	-	-	-	-	-	-	-	867.347
Disponibilidades em outras instituições de crédito	371.247	-	-	-	-	-	-	-	371.247
Aplicações em instituições de crédito	1.432.268	132.932	586.649	1.267.886	628.552	149.870	26.300	44.522	(1.021)
Carteira de títulos									
Negociação	-	174.000	1.598.000	3.024.819	11.075	5.325	1.682	65	1.608.538
Outros (saldos brutos) [*]	7.131	209.224	202.804	213.901	950.431	2.006.669	2.769.456	3.307.500	1.908.428
Ativos com acordo de recompra	2.981	3.222	9.083	14.525	127.047	56.906	253.917	-	885
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	9.541
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.294.292	2.077.020	3.734.836	2.882.165	10.418.738	8.339.762	12.722.292	21.005.043	(67.132)
	4.975.265	2.596.399	6.131.371	7.403.297	12.135.842	10.558.532	15.773.647	24.357.130	3.459.239
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(959.894)	(477.356)	(818.888)	(1.073.467)	(201.189)	(2.138.560)	(418.815)	-	(1.660)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.675.737)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.040.041)	(6.413.219)	(10.301.850)	(5.285.757)	(9.565.925)	(853.286)	(394.228)	(59.926)	(91.566)
Responsabilidades representadas por títulos	(102.945)	(50.181)	(31.243)	(78.399)	(1.746.439)	(1.181.370)	(1.279.919)	(22.264)	6.139
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(9.880)	(20.147)	(31.233)	(62.640)	(248.855)	(256.054)	(790.294)	(4.334.714)	(91.189)
Outros passivos subordinados	(945.085)	(7.279)	(55.542)	(620.712)	(941.670)	(12.143)	(30.332)	(112.143)	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.197)
Recursos consignados	-	(800)	(19.690)	(53.238)	(147.439)	(133.294)	(446.193)	(23.955)	(80)
	(28.057.846)	(6.969.072)	(11.258.445)	(7.174.213)	(12.851.516)	(4.574.707)	(3.359.781)	(4.553.002)	(1.856.290)
Derivados	(3.212)	1.949	3.978	20.740	35.707	26.056	135.621	230.417	-
Diferencial	(23.085.792)	(4.370.725)	(5.123.096)	(249.824)	(679.967)	(6.009.880)	(12.549.487)	(20.034.545)	(1.602.949)

[*] Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os juros projetados para as operações a taxa variável incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço da CGD (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual), e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez ao *bucket* "Até 1 mês", com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colateralizar;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* "Até 1 mês" para os *buckets* até 6 anos, segundo uma distribuição uniforme de saldos. A abordagem descrita procura corresponder às recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*, BCBS)⁴, designadamente no que diz respeito à maturidade média, máxima, dos *core deposits*; e,
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): reafetação dos saldos por *buckets* de acordo com um modelo de estimação da sua vida média esperada.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

30-06-2017									
	Prazos residuais de maturidade estrutural								Total
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Ativo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.561.345	-	-	-	-	-	-	-	3.561.345
Disponibilidades em outras instituições de crédito	419.231	-	-	-	-	-	-	-	419.231
Aplicações em instituições de crédito	1.580.997	151.703	1.256.109	680.247	378.148	105.714	18.285	38.944	4.209.491
Carteira de títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Negociação	3.698.194	140.853	123.647	673.887	1.050	889.842	-	1.465.987	7.493.214
Outros (líquido de imparidade)	4.621.542	31.923	13.470	26.649	162.828	1.475.363	1.845.470	2.159.120	11.423.559
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes (salos brutos)	1.759.013	1.556.784	3.888.663	2.328.887	8.726.828	6.363.504	9.344.722	15.819.923	49.804.816
	15.640.322	1.881.263	5.281.888	3.709.688	9.268.853	8.834.423	11.208.477	19.493.974	76.911.656
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(1.198.748)	(874.594)	(327.133)	(446.157)	(2.168.256)	(126.245)	(351.542)	-	(5.502.228)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	(1.253.651)	(1.253.651)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(14.167.877)	(6.928.748)	(11.364.869)	(5.168.804)	(13.882.870)	(5.293.819)	(2.763.097)	(21.878)	(59.693.078)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(10.000)	(62.500)	(749.000)	(1.813.948)	(1.364.873)	(17.742)	(20.050)	(4.031.974)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.274)	(14.273)	(21.121)	(42.048)	(168.451)	(158.086)	(403.993)	(2.952.258)	(3.942.365)
Outros passivos subordinados	(100.000)	(209)	(445.965)	-	(905.875)	(110.728)	-	(100.000)	(1.662.777)
Recursos consignados	-	(36.850)	(13.218)	(19.705)	(140.199)	(122.535)	(424.786)	(22.857)	(780.230)
	(15.473.899)	(7.964.673)	(12.234.806)	(6.425.713)	(19.079.600)	(7.176.285)	(3.961.159)	(3.117.044)	(76.866.302)
Diferencial	166.423	(5.983.410)	(6.952.916)	(2.716.044)	(9.810.746)	1.658.138	7.247.317	16.366.931	45.353

⁴ Basel Committee on Banking Supervision, "*Standards – Interest rate risk in the banking book*", April 2016.

31-12-2016										
Ativo	Prazos residuais de maturidade estrutural									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	867.347	-	-	-	-	-	-	-	-	867.347
Disponibilidades em outras instituições de crédito	371.247	-	-	-	-	-	-	-	-	371.247
Aplicações em instituições de crédito	1.426.916	130.276	571.031	1.251.622	592.794	135.985	19.136	39.596	(1.021)	4.166.335
Carteira de títulos										
Negociação	2.757.840	26.100	239.700	453.642	1.500	771.923	252	1.232.830	937.762	6.421.549
Outros (líquido de imparidade)	4.394.484	28.956	21.259	26.348	107.105	1.497.549	356.978	2.305.469	839.578	9.577.726
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	176.750	-	419.054	153.538	-	-	-	-	(330.028)	419.314
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.199.232	1.951.692	3.490.619	2.460.425	8.999.646	7.235.491	9.946.413	16.321.315	(67.132)	52.537.701
	12.193.816	2.137.024	4.741.663	4.345.576	9.701.045	9.640.947	10.322.779	19.899.210	1.379.158	74.361.218
Passivos										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(959.043)	(465.140)	(808.978)	(1.039.848)	(154.868)	(2.103.166)	(401.691)	-	(1.660)	(5.934.394)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.675.737)	(1.675.737)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(13.293.977)	(6.732.676)	(10.792.893)	(6.277.388)	(13.686.001)	(5.108.858)	(2.517.208)	(69.139)	(82.797)	(58.560.937)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(50.000)	(30.000)	(72.500)	(1.563.000)	(1.115.345)	(1.268.156)	(22.076)	6.139	(4.114.938)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.496)	(15.009)	(22.011)	(43.790)	(175.971)	(173.813)	(422.726)	(3.134.217)	(91.189)	(4.086.222)
Outros passivos subordinados	(900.000)	-	(44.885)	(612.017)	(905.875)	-	-	(100.000)	-	(2.562.777)
Recursos consignados	-	(864)	(18.841)	(50.068)	(140.199)	(127.178)	(439.848)	(22.857)	(80)	(799.935)
	(15.160.516)	(7.263.689)	(11.717.607)	(8.095.610)	(16.625.915)	(8.628.360)	(5.049.628)	(3.348.290)	(1.845.325)	(77.734.940)
Diferencial	(2.966.700)	(5.126.666)	(6.975.945)	(3.750.034)	(6.924.870)	1.012.587	5.273.151	16.550.921	(466.166)	(3.373.721)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, ou o seu justo valor, se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Perspetiva de curto prazo ou contabilística - Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

	30-06-2017					
	Saldos analisados				Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor		Diferença	Valor de balanço	
Nível 1		Nível 3				
Ativo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	3.561.362	-	3.561.362	-	-	3.561.362
Disponibilidades em outras instituições de crédito	420.046	-	420.046	-	-	420.046
Aplicações em instituições de crédito	4.199.917	-	4.222.417	22.501	17.215	4.217.132
Investimentos detidos até à maturidade	1.611.737	-	1.645.044	33.308	-	1.611.737
Crédito a clientes	49.940.191	-	48.674.552	(1.265.639)	166.406	50.106.597
	59.733.253	-	58.523.422	(1.209.830)	183.621	59.916.874
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(5.487.918)	-	(5.499.357)	(11.440)	(32.196)	(5.520.114)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(59.553.021)	-	(59.643.007)	(89.986)	(205.586)	(59.758.607)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.084.692)	(3.696.271)	(504.058)	(115.637)	3.851	(4.080.841)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(3.841.838)	-	(3.579.335)	262.502	(101.834)	(3.943.672)
Outros passivos subordinados	(1.669.387)	(564.876)	(1.088.122)	16.389	-	(1.669.387)
Recursos consignados	(780.150)	-	(786.804)	(6.654)	(80)	(780.230)
	(75.417.004)	(4.261.147)	(71.100.683)	55.174	(335.845)	(75.752.850)

	31-12-2016					
	Saldos analisados				Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor		Diferença	Valor de balanço	
		Nível 1	Nível 3			
Ativo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	867.353	-	867.353	(0)	-	867.353
Disponibilidades em outras instituições de crédito	372.437	-	372.437	0	-	372.437
Aplicações em instituições de crédito	4.163.629	-	4.190.811	27.182	17.144	4.180.772
Ativos com acordo de recompra	234.830	-	231.220	(3.609)	-	234.830
Crédito a clientes	52.699.581	-	50.510.011	(2.189.571)	(657.489)	52.042.093
	58.337.830	-	56.171.832	(2.165.998)	(640.345)	57.697.485
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(5.856.087)	-	(5.869.026)	(12.939)	(97.782)	(5.953.869)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(58.457.207)	-	(58.627.091)	(169.883)	(192.113)	(58.649.320)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.223.642)	(3.793.766)	(571.502)	(141.626)	7.001	(4.216.641)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(3.996.575)	-	(3.332.441)	664.135	(91.189)	(4.087.764)
Outros passivos subordinados	(2.618.581)	(546.422)	(2.022.772)	49.388	(3.703)	(2.622.285)
Recursos consignados	(799.855)	-	(804.729)	(4.875)	(80)	(799.935)
	(75.951.947)	(4.340.188)	(71.227.560)	384.199	(377.866)	(76.329.814)

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito são tidas em consideração as condições contratuais das operações e, adicionalmente, para os instrumentos de taxa variável, estimados os *cash flows* futuros incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
 - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito; e,
 - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis;
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
 - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas; e,
 - Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras condensadas pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

30-06-2017				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	6.312.395	-	6	6.312.401
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	309.842	50	235.308	545.199
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.515.709	298.753	5.455.118	9.269.580
Derivados de negociação	1.058	(519.977)	446.081	(72.838)
Derivados de cobertura	-	3.528	-	3.528
	10.139.004	(217.646)	6.136.513	16.057.870

31-12-2016				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	4.701.054	150.843	485	4.852.382
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	307.078	-	240.736	547.813
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.273.102	293.732	5.451.599	9.018.433
Ativos financeiros com acordo de recompra	-	-	187.114	187.114
Derivados de negociação	869	(690.768)	583.331	(106.568)
Derivados de cobertura	-	7.344	-	7.344
	8.282.103	(238.849)	6.463.264	14.506.518

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 - Técnicas de valorização** – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas; e,
- **Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Titulos ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda				Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida		Subtotal		
			Asset-backed securities	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2016	241.221	1.009.127	4.517.113	112.473	5.638.712	583.331	6.463.264
Aquisições	-	2.085	-	-	2.085	(3.373)	(1.289)
Alienações	(3.230)	(23.842)	(4.778)	-	(28.620)		(31.850)
Amortizações	-	-	(165.365)	(6.308)	(171.672)	64.577	(107.095)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	(25)	-	326	-	326	-	300
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira [*]	(2.652)	(7.170)	12.356	801	5.987	(198.453)	(195.117)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	(2.985)	16.736	(2.324)	11.427	-	11.427
Imparidade reconhecida no período	-	(1.333)	-	-	(1.333)	-	(1.333)
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	(1.632)	-	(1.632)	-	(1.632)
Transferências de/ (para) outras classes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-		-
Diferenças cambiais	-	(147)	-	-	(147)	-	(147)
Outros	-	(14)	-	-	(14)	-	(14)
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2017	235.314	975.720	4.374.756	104.642	5.455.118	446.081	6.136.513

[*] Inclui valores de resgates de unidades de participação de títulos em carteira

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os títulos valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) – instrumentos de dívida – “Asset backed securities”- incluem 4.081.444 mEuros e 4.215.730 mEuros de obrigações emitidas pela Tagus no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages nº 2, os quais nestas datas se encontram valorizados pelo respetivo valor nominal (Notas 7 e 18).

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizados pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	30-06-2017		
	Títulos ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	50	19.521	6.166
	50	19.521	6.166

As transferências observadas entre níveis de classificação na hierarquia de determinação do justo valor decorrem essencialmente das alterações ocorridas nas fontes disponíveis para valorização destes ativos (mercado ou contrapartes externas).

Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash-flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada; e,
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente incluem curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de swaps extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, a Caixa incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (add-ons) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, a Caixa adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. O justo valor assim obtido é assim composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

O CVA/DVA é determinado através de uma metodologia implementada ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Esta metodologia assenta na estimação da exposição no momento de default (“Exposure at default” ou “EAD”) para cada operação e na aplicação de parâmetros de risco à EAD estimada de forma a determinar a perda esperada para a CGD (CVA) e para a contraparte (DVA). No caso de swaps

de taxa de juro, a EAD é estimada para várias datas futuras através da modelização de swaptions, permitindo desta forma incorporar a exposição potencial futura das operações. Para os restantes produtos, a EAD corresponde tipicamente ao justo valor do instrumento na data de referência.

Os parâmetros de risco consistem em probabilidades de default ("PD") e loss given default ("LGD"), e são determinados pela Caixa de acordo com os seguintes critérios:

- Para contrapartes ou projetos com dívida cotada ou cotações de credit default swaps disponíveis, a Caixa infere os parâmetros de risco subjacentes a essas cotações e utiliza-os no cálculo; e,
- As restantes contrapartes ou projetos são classificados em função da sua qualidade creditícia, tendo por base um conjunto de critérios quantitativos e qualitativos, resultando num rating interno ao qual a Caixa faz corresponder uma PD histórica.

Em 30 de junho de 2017, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustments*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam, ambos, a 48.698 mEuros (81.306 mEuros e 3.290 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016).

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio *moeda/setor/rating* da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. De modo geral, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3. As securitizações com reduzida liquidez são igualmente alocadas ao nível 3.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2017			30-12-2016		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,4200	1,3250	0,1700	-0,4200	1,7500	0,1950
1 mês	-0,4200	1,4100	0,2700	-0,4100	1,4500	0,5300
2 meses	-0,3956	1,4500	0,3600	-0,3831	1,3900	0,5400
3 meses	-0,3730	1,4668	0,3831	-0,3545	1,3686	0,5277
6 meses	-0,3048	1,4147	0,4029	-0,2716	1,2014	0,4542
9 meses	-0,2832	1,4401	0,4392	-0,2528	1,2189	0,4405
1 ano	-0,2492	1,4749	0,4775	-0,2253	1,2673	0,4418
2 anos	-0,1360	1,6157	0,6126	-0,1754	1,5118	0,4972
3 anos	0,0023	1,7120	0,7954	-0,0929	1,6785	0,7010
5 anos	0,2782	1,9120	0,9896	0,0720	1,9830	0,8728
7 anos	0,5491	2,0680	1,1483	0,3040	2,1780	1,0320
10 anos	0,9170	2,2360	1,3448	0,6430	2,3600	1,2197
15 anos	1,2965	2,3940	1,5481	1,0000	2,5170	1,4003
20 anos	1,4651	2,4660	1,6184	1,1420	2,5820	1,4485
25 anos	1,5264	2,4920	1,6211	1,1830	2,6000	1,4377
30 anos	1,5520	2,5010	1,6058	1,1960	2,6060	1,4157

Os valores das curvas de crédito são obtidos nos sistemas Bloomberg/Thomson Reuters Eikon, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os valores da curva de crédito do governo português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2017		30-12-2016	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	-0,3331	-0,7780	-0,1562	-0,9590
6 meses	-0,2751	-0,7480	-0,0392	-0,8440
9 meses	-0,2480	-0,6810	-0,0343	-0,8530
1 ano	-0,1110	-0,6875	-0,0382	-0,8595
2 anos	0,1047	-0,5810	0,3235	-0,8025
3 anos	0,3245	-0,5001	1,0170	-0,7619
5 anos	1,1732	-0,2255	2,1482	-0,5550
7 anos	2,2756	0,0520	3,2787	-0,2170
10 anos	3,1047	0,4670	3,7678	0,1710
15 anos	3,5792	0,7290	4,2602	0,4137
20 anos	3,7463	0,9850	4,3389	0,6506
25 anos	3,8790	1,1138	4,5131	0,7609
30 anos	3,9532	1,2428	4,6222	0,8713

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30-06-2017	30-12-2016
EUR/USD	1,1412	1,0541
EUR/GBP	0,87933	0,85618
EUR/CHF	1,093	1,0739
EUR/AUD	1,4851	1,4596
EUR/JPY	127,75	123,40
EUR/BRL	3,76	3,4305

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . “Value-at-Risk” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
 - . Carteira Held for Trading - perímetro de posições e transações Held for Trading originadas no Grupo CGD;
 - . Carteira de Negociação – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados transacionados com o objetivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
 - . Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
 - . Carteira de investimento – com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
 - . Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado;
 - . Sucursais – CGD Londres, CGD New York e CGD Cayman.
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras condensadas da Caixa;
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade; e,
- . Testes de esforço (Stress Tests).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de Negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de Negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário; e,
- *decay fator*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são implícitas.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2017	Max.	Min.	30-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	663	1.568	360	375
Cambial	277	12.015	85	187
Preço	190	257	24	24
Volatilidade	1	1	0	1
Efeito diversificação	(420)			(158)
	710	12.320	402	429

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2017	Max.	Min.	30-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1.223	1.612	1.223	1.582
Cambial	4.871	8.520	4.207	5.631
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(987)			(1.414)
	5.107	9.257	4.660	5.799

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	30-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	492	686	488	614
Cambial	162	162	4	37
Preço	2.749	2.928	2.742	2.904
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(559)			(619)
	2.844	3.075	2.823	2.936

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	30-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	105.638	107.693	98.180	102.916
Cambial	5	5	0	5
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(4)			(2)
	105.639	107.708	98.182	102.919

Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	30-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	380	483	211	258
Cambial	172	194	51	90
Preço	687	1.400	540	1.191
Volatilidade	169	302	148	240
Efeito diversificação	(622)			(540)
	786	1.504	553	1.240

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de junho de 2017 não se registaram situações ou eventos com impacto nas demonstrações financeiras condensadas ou que devam ser divulgados.

2.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas

(Montantes em milhares de Euros – milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória	198
2. Políticas contabilísticas	202
3. Empresas do grupo e transações ocorridas no período	223
4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	227
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito	228
6. Aplicações em instituições de crédito	229
7. Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao justo valor através de resultados	230
8. Ativos financeiros disponíveis para venda	231
9. Ativos financeiros com acordo de recompra	237
10. Derivados	238
11. Investimentos a deter até à maturidade	241
12. Crédito a clientes	242
13. Ativos e passivos não correntes detidos para venda	245
14. Propriedades de investimento	248
15. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	252
16. Imposto sobre o rendimento	253
17. Outros ativos	260
18. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	263
19. Recursos de clientes e outros empréstimos	265
20. Responsabilidades representadas por títulos	266
21. Provisões e passivos contingentes	270
22. Outros passivos subordinados	277
23. Outros passivos	283
24. Capital e outros instrumentos	284
25. Reservas, resultados transitados e resultado atribuível ao acionista da CGD	285
26. Interesses que não controlam	289
27. Juros e rendimentos e juros e encargos similares	291
28. Rendimentos de instrumentos de capital	292
29. Rendimentos e encargos com serviços e comissões	293
30. Resultados em operações financeiras	294
31. Outros resultados de exploração	296
32. Custos com pessoal	298
33. Outros gastos administrativos	300
34. Imparidade em ativos	301
35. Relato por segmentos	302
36. Entidades relacionadas	305
37. Divulgações relativas a instrumentos financeiros	306
38. Eventos subsequentes	337

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto - Lei nº 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações, em 30 de junho de 2017 a Caixa contava com uma rede nacional de 657 agências, uma Sucursal em França com 48 agências, uma Sucursal em Timor com 14 agências, uma Sucursal no Luxemburgo com 2 agências e Sucursais em Espanha, Londres, Nova Iorque, Ilhas Cayman, Zhuhai e Macau.

Todos os montantes apresentados foram arredondados ao milhar mais próximo.

A Caixa participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam, banca, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais. A Caixa detém também participações não maioritárias em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de setembro de 2017.

Em resultado das dificuldades sentidas pelo Sistema financeiro português, decorrentes da crise financeira, o Estado Português, enquanto acionista único da CGD, acordou com as instâncias europeias um plano de reestruturação a vigorar entre 2013 e 2017 tendo subjacente um aumento de capital assumido como ajuda de estado. Este aumento de capital foi realizado em junho de 2012, do qual 750.000 mEuros através da emissão de novas ações e 900.000 mEuros pela emissão de obrigações de capital contingente (CoCos).

O plano acordado assentava, entre outros, nos compromissos de desalavancagem do balanço, para assegurar o cumprimento de metas de capital, na melhoria da eficiência operacional, no reforço dos procedimentos de risco e na otimização da operação em Espanha de forma a garantir a respetiva sustentabilidade, a autonomia em termos de funding e um contributo positivo para os resultados do Grupo.

Não obstante o cumprimento da quase totalidade dos compromissos assumidos a CGD continuou a apresentar prejuízos, no período de 2013 a 2015, em parte decorrentes dos efeitos da política monetária seguida pelo BCE, que originou uma quebra acentuada nas taxas de juro de mercado, e de um crescimento económico que ficou muito aquém das expectativas. Também relevante para os prejuízos apresentados foi, ao longo dos anos referidos, a deterioração da qualidade dos ativos da CGD, que resultou no registo de elevados montantes de imparidades anuais. Paralelamente, assistiu-se no referido período a um incremento das exigências regulatórias para reforço dos rácios de capital.

Em consequência, os níveis de eficiência ficaram aquém do inicialmente acordado e a CGD viu-se na impossibilidade de pagar as obrigações de capital contingente (CoCos).

De forma a garantir a adequada recapitalização da CGD face aos níveis de solvabilidade exigidos à Instituição, o Estado Português, enquanto acionista único, e a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia ("DGComp") aprovaram em março de 2017 um plano de recapitalização, o qual inclui um plano estratégico a 4 anos (2017-2020), que tendo por base um cenário macroeconómico prudente e demonstrativo da capacidade de geração de um nível de remuneração de capital semelhante ao exigido por um investidor privado, deixou de assumir a forma de ajuda do Estado

O novo plano de recapitalização da CGD teve por base duas fases, efetuadas em momentos distintos.

A primeira fase foi concluída em 4 de janeiro de 2017, tendo sido deliberadas as seguintes alterações:

- Utilização das reservas livres e da reserva legal, no montante de 1.412.460 mEuros para a cobertura de resultados transitados negativos de anos anteriores;
- Aumento do capital social da CGD para 7.344.144 mEuros, mediante a emissão de 288.828.747 ações através da transmissão de 490.000.000 de ações do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A. pelo montante de 498.996 mEuros e da transmissão das obrigações convertíveis de capital contingente (Cocos), no montante de 900.000 mEuros (Nota 22), acrescidos dos correspondentes juros corridos no montante de 45.148 mEuros; e,
- Redução do capital social em 6.000.000 mEuros por extinção de 1.200.000.000 ações para cobertura de resultados transitados negativos no valor de 1.404.506 mEuros e para constituição de reservas livres no montante de 4.595.494 mEuros.

A segunda fase, concluída a 30 de março de 2017, composta por:

- Aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 novas ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista único (Estado Português), e emissão de 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (Additional Tier 1), integralmente subscritos por investidores institucionais profissionais.

No âmbito do plano de recapitalização, a Caixa deverá ainda emitir instrumentos de dívida subordinada adicionais no montante de 430.000 mEuros num prazo de 18 meses após a data desta primeira emissão.

A conclusão desta importante fase do plano de recapitalização, e consequente reforço da sua solvabilidade, permitem à Caixa concentrar-se na execução do seu plano estratégico 2017-2020. Este plano, que visa o reforço dos rácios de adequação de fundos próprios da CGD, assenta em quatro pilares:

Pilar 1

Reestruturação do modelo de gestão de risco e governance através da redução do risco de balanço, novas políticas de gestão de crédito, novas plataformas especializadas para a recuperação. Para este propósito, as seguintes medidas serão implementadas:

- a) Integrar as prioridades financeiras e empresariais com a gestão de risco, nomeadamente no contexto da estratégia / apetência ao risco, orçamentação e gestão do desempenho;
- b) Implementação de um modelo completo de gestão de risco, o designado modelo de três linhas de defesa;
- c) Melhoria do sistema do controlo interno;
- d) Revisão de todos os processos de gestão de risco;
- e) Ajustar os modelos de gestão de risco aos mais elevados standards do setor (SERP);
- f) Implementar um novo modelo de análise e decisão de crédito ("risk-led"); e,
- g) Reforço da monitorização e recuperação do crédito, através do fortalecimento das unidades especializadas no seu acompanhamento.

Pilar 2

Harmonizar a infraestrutura operacional da CGD no sentido de aumentar a eficiência. As iniciativas chave a implementar para alinhar a infraestrutura operacional focam-se no seguinte:

- a) Ajustar a rede comercial e as áreas de apoio central;
- b) Reestruturação organizacional;
- c) Melhorar a gestão dos Recursos Humanos, incluindo a formação; e,
- d) Melhorar os níveis de serviço e atendimento ao cliente através da digitalização de processos.

Pilar 3

Centra-se na reestruturação das operações internacionais numa ótica de complementaridade da operação doméstica. No final de 2015, a presença internacional da CGD era composta principalmente por nove filiais e nove sucursais. Dentro do princípio abrangente de redução do risco internacional e foco em geografias core, a reestruturação do portfólio internacional é caracterizada por:

- a) Realizar uma abordagem focada por forma a manter uma posição apenas em geografias específicas e pré-determinadas, garantindo que se realiza uma revisão dos seus modelos de negócios e um reforço do modelo de governação, assegurando contributo material para a rentabilidade do Grupo; e,
- b) Vender ou racionalizar outras geografias, garantindo uma estrutura de apoio aos clientes nacionais.

Pilar 4

Foca-se na modernização da rede comercial das operações domésticas por forma a assegurar a sustentabilidade. Para este fim, pretende-se:

- a) A revisão da segmentação e atualização da oferta de retalho;
- b) Desenvolver o canal digital com introdução de novos processos de oferta online;
- c) Revisão de modelos de cross-selling para apoiar propostas de valor de retalho, incluindo seguros e gestão de ativos;
- d) A definição de um plano para melhorar o nível de serviço e acompanhamento das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), e a captação de comissões de tesouraria e / ou de gestão de caixa;
- e) Introdução de um sistema de gestão do desempenho ajustado ao risco e ao capital; e,
- f) Otimização dos processos de crédito.

Uma das condições estabelecidas no quadro do acordo entre o Estado Português e a Comissão Europeia, sobre o processo de recapitalização da CGD sem que fosse enquadrado como ajuda do Estado foi a realização de uma avaliação independente da carteira de ativos. Neste âmbito, a Comissão Executiva decidiu efetuar uma revisão da carteira de ativos, com referência a 30 de junho de 2016, utilizando os critérios e os pressupostos que um investidor privado utilizaria se estivesse disponível para efetuar um grande investimento na CGD. Adicionalmente, os critérios usados refletem o objetivo de redução dos níveis de non performing loans (NPL), tendo sido assumido um objetivo de desalavancagem mais acelerado para este tipo de ativos. Esta alteração de perspetiva conduziu à revisão de alguns critérios de mensuração de imparidade que vigoravam até 30 de junho de 2016.

Foram assim avaliadas as seguintes classes de ativos:

- Crédito a clientes
- Imóveis em balanço
- Carteira de títulos
- Outros ativos e contingências

Para efeitos do fecho de contas de 31 de dezembro de 2016, procedeu-se a uma nova revisão exaustiva dos critérios e metodologias que tinham sido utilizados no exercício de avaliação de ativos, a uma reavaliação dos principais clientes sujeitos a análise individual de imparidade, suportada em propostas das Direções Comerciais e de Recuperação, e objeto de revisão pela Direção de Gestão de Risco, bem como à reanálise da imparidade de imóveis por parte da Direção de Negócio Imobiliário. Os resultados foram acolhidos pela Comissão Executiva da CGD, considerando os eventos verificados subsequentemente à data de conclusão da revisão anterior.

Para efeitos do encerramento de contas de 30 de junho de 2017, o Grupo procedeu à aplicação de forma consistente dos critérios e metodologias de avaliação dos diversos ativos (crédito a clientes,

imóveis em balanço, carteira de títulos e outros ativos e contingências) que foram determinadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estando a evolução que se verifica no primeiro semestre de 2017, em linha com as projeções do Plano Estratégico, aprovado em março de 2017.

A CGD encontra-se agora totalmente concentrada na eficaz implementação do Plano Estratégico 2017-2020, que permitirá a transformação estrutural dos seus níveis de eficiência e de rentabilidade.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas em 30 de junho de 2017 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro.

Estas demonstrações financeiras condensadas são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar” e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras condensadas anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras condensadas.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

De acordo com os requisitos da IFRS 10, o Grupo considera que exerce controlo quando se encontre exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como “filial”) e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas atividades relevante, apoderar-se dos mesmos (poder de facto).

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam”, do capital próprio. No caso específico de fundos de investimento incluídos no perímetro de consolidação, sempre que os detentores dos interesses que não controlam tenham opções de resgate do investimento pelo valor patrimonial, este é registado na rubrica “Outros passivos” (Nota 23), sendo as correspondentes variações reconhecidas na rubrica respetiva de resultados.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O *goodwill* é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

A aquisição de interesses que não controlam ocorridas após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer *goodwill* adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses que não controlam na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecida diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses que não controlam que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses que não controlam que determinem alterações no controlo sobre a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme proporcionado pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

Contabilização de opções atribuídas a interesses que não controlam (“written put options”)

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses que não controlam (“*written put options*”) são reconhecidas pelo Grupo, no momento inicial, por contrapartida de “Outras reservas”. As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de “Outras reservas”, com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de “juros e encargos similares”.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades associadas aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo seja superior, direta ou indiretamente, a 20% do capital ou dos direitos de voto, a não ser que possa ser claramente demonstrado que tal não é o caso. Paralelamente, assume-se a não existência de influência significativa sempre que a referida participação seja inferior a 20%, a não ser que também neste caso o contrário possa ser claramente evidenciado.

De acordo com os requisitos da IAS 28, a observância de influência significativa pelo Grupo pode ser usualmente evidenciada por uma das seguintes formas:

- . Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão equivalente;
- . Participação no processo de definição de políticas, incluído decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- . Ocorrência de transações materiais entre a associada e o Grupo;
- . Existência de intercâmbio de elementos de gestão; e,
- . Fornecimento de informação técnica de caráter essencial.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce controlo juntamente com outras entidades sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), usualmente estruturados mediante partilha de direitos de voto e direitos de decisão equiparáveis.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até ao momento em que as perdas acumuladas incorridas pela associada ou empreendimento conjunto e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das sociedades utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O goodwill corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O goodwill é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas”, do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação ou encerramento de filiais ocorridas posteriormente a esta data, apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“*Fair Value Option*”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão;
 - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato; e,
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são refletidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros ativos”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo; e,
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Reclassificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da alteração ao texto da IAS 39 em 13 de outubro de 2008, o Grupo passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns ativos financeiros classificados como “Ativos financeiros detidos para negociação” ou “Ativos financeiros disponíveis para venda” para outras categorias de ativos financeiros. Continuaram a não ser permitidas quaisquer reclassificações para categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados”. Ao abrigo deste normativo, as reclassificações efetuadas até 1 de novembro de 2008 tiveram como data de referência 1 de julho de 2008. Reclassificações efetuadas posteriormente a esta data tiveram impacto a partir da data de referência da referida transferência entre as diferentes categorias de instrumentos financeiros.

A informação sobre as reclassificações efetuadas ao abrigo da referida alteração é apresentada na Nota 8.

Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “market-makers”; e,
 - Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os Fundos de Investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (*Net Asset Value*) disponível. Sempre que considerado adequado, o valor do NAV pode sofrer ajustamentos em função da avaliação crítica efetuada pela Caixa aos critérios de mensuração aplicados aos ativos sob gestão dos referidos Fundos de Investimento;
- Os instrumentos de capital não cotados afetos à atividade de capital de risco são valorizados com base em:
 - Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rentabilidade; e,

- Cash-flows descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos ativos detidos.

As valorizações incorporam fatores de desconto para refletir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado ativo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor atual do preço para alienação do ativo, ajustado quando aplicável de modo a refletir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados a descoberto (short selling). Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos que incorporam técnicas de valorização baseadas em cash-flows descontados, refletindo também o efeito do risco de crédito das contrapartes e do risco de crédito próprio (Credit Value Adjustment and Debt Value Adjustment – CVA/DVA).

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e,
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura; e,
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso a Caixa revogue esta designação, a contabilidade de cobertura

é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação, passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39; e,
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, “Aplicações em instituições de crédito”, “Crédito a clientes” e valores a receber registados em “Outros ativos”.

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;

- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de insolvência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor; e,
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogêneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito), determinada mediante a identificação dos indícios de imparidade acima referenciados. Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade foram igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, nas rubricas "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações" e "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor dos ativos a que respeitam.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao ativo os créditos considerados incobráveis, por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação dos órgãos de gestão. Nos créditos elegíveis pela Caixa para o abate ao ativo, que implica o registo de imparidades de 100%, são também enquadráveis: i) os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; ii) os créditos sem garantia real.

Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

De acordo com as políticas em vigor, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados até três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para ativos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade; e,
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras condensadas é efetuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição; e,
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de

venda, e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo valor de arrematação.

O Grupo analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como ativos não correntes detidos para venda através de um modelo de imparidade desenvolvido para o efeito.

A imparidade é determinada de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico bruto igual ou superior a 5 milhões de euros, podendo ser incluídos casuisticamente neste segmento de avaliação imóveis de valor contabilístico bruto inferior a 5 milhões de euros que apresentem características específicas que o justifiquem. Para os restantes imóveis, a imparidade é determinada com base em modelos coletivos de imparidade.

No âmbito do modelo de análise individual de imparidade, são ponderadas as particularidades do imóvel assim como da estratégia de desinvestimento que se pretende prosseguir, incorporando informação disponível sobre a procura, a oferta e outros riscos específicos, nomeadamente no que concerne a licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o seu valor.

O modelo coletivo de imparidade assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao mínimo entre:

- (i) o valor da última avaliação disponível; e,
- (ii) o valor resultante da aplicação de um *haircut* às avaliações obtidas desde a entrada do imóvel em carteira.

O *haircut* aplicado é diferenciado por segmentos de imóveis com características semelhantes de desvalorização e pelo tempo de permanência na carteira. Os valores de *haircut* são definidos com base na evolução histórica das avaliações dos imóveis, com ajustamentos complementares de forma a garantir a aderência do valor recuperável ao histórico de vendas, penalizando os imóveis com maior tempo de permanência em carteira e assegurando o alinhamento com a estratégia de desinvestimento.

Caso o valor de recuperação assim determinado, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao ativo, sendo os respetivos ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.8. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos.

As propriedades de investimento adquiridas por recuperação de créditos, são igualmente incluídas no âmbito de análise do modelo de avaliação individual e coletiva de imparidade aplicado aos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda (Nota 2.7.), sendo o seu justo valor em balanço definido por referência ao valor recuperável assim determinado.

As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas “Outros resultados de exploração”.

2.9. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliados ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzidos das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, não incorporados no ativo, são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente descrito:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados, na rubrica “Imparidade de outros ativos líquida de reversões e

recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

2.10. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os ativos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros ativos tangíveis” e no passivo, processando-se as respetivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

2.11. Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado na prossecução das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Ativos Intangíveis, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período compreendido entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.12. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada, com início em 2012, de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69º e seguintes do respetivo Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede e direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos seus rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto.

O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro. Para este efeito, as contas das sucursais são integradas nas contas da Sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países/ territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por Dupla Tributação Jurídica Internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Ajustamentos ao resultado contabilístico

– Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, direta ou indiretamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, direta ou indiretamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 292/2011, de 8 de novembro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto lhe é aplicável no âmbito da sua atividade seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal.

A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela Caixa. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros venham eventualmente a ser distribuídos à Caixa.

Imparidade para crédito

No decorrer do exercício de 2016, por força da aplicação do Aviso nº 5/2015, do Banco de Portugal, a Caixa passou a preparar as suas demonstrações financeiras condensadas da atividade individual de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas em cada momento por Regulamento da União Europeia, considerando, a partir de 1 de janeiro do referido exercício, os requisitos da IAS 39 no que respeita ao provisionamento do crédito e outros valores a receber.

A alteração do regime contabilístico determinou a necessidade de se definir o enquadramento fiscal aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016. Com este objetivo, foi publicado, em 18 de novembro de 2016, o Decreto Regulamentar nº 5/2016, o qual veio manter para o exercício de 2016, em termos gerais, o mesmo regime fiscal que vigorou em 2015 relativamente às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito, ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

O referido Decreto Regulamentar veio igualmente consagrar, mediante opção do sujeito passivo, um regime transitório a aplicar às anulações ou reduções de perdas por imparidade reconhecidas com a alteração do referencial contabilístico, em resultado da aplicação do Aviso nº 5/2015. Ao abrigo do regime transitório, a diferença positiva apurada em 1 de janeiro de 2016 entre o valor das perdas de imparidade para crédito determinadas por referência às disposições do Aviso nº 3/95 e as imparidades determinadas de acordo com o novo normativo contabilístico é considerada na determinação do lucro tributável apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais ainda

não utilizados gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

A Caixa exerceu a opção de aplicação do mencionado regime transitório na determinação da sua matéria coletável do exercício de 2016, tendo para o efeito consumido saldo reportável de prejuízos fiscais que ainda não tinha utilizado originados nos exercícios de 2013 e 2014 no montante de 1.531.349 mEuros.

Na ausência de regras específicas quanto ao regime a vigorar no exercício de 2017 no tratamento para efeitos fiscais de perdas por imparidade para créditos e outros valores a receber, a Caixa considerou na preparação das suas demonstrações financeiras condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2017 os critérios estabelecidos no anteprojeto de proposta de lei de alteração do artigo 28.º-C do CIRC, dos quais destacamos:

- As dotação de imparidade decorrentes de análise individual dos créditos são integralmente dedutíveis;
- As dotações de imparidade decorrentes de análise coletiva são dedutíveis em 75% do seu valor; e,
- O saldo das imparidades para crédito não aceites fiscalmente em 31 de dezembro de 2016 e que ao abrigo do novo regime se tornam dedutíveis, serão parte integrante da matéria coletável ao longo de um período de 15 anos, de acordo com as percentagens definidas no referido documento.

O referido regime pretende promover uma maior correspondência entre as regras fiscais e as contabilísticas, por forma a assegurar uma menor constituição de ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias. Neste âmbito, apenas serão apurada imparidade sobre o crédito que não esteja coberto por garantia.

A Caixa mantém registados impostos diferidos ativos associadas a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito que já foram abatidas ao ativo, atendendo à expectativa de que estas irão integrar a constituição da matéria coletável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade, quer ao nível do período de mora (24 meses), quer no cumprimento dos limites previstos pela legislação em vigor, que em 31 de dezembro de 2016 recaíam nas disposições do Decreto Regulamentar nº 5/2016 (acima mencionado), ou ainda, caso se verifiquem algumas das condições previstas no artigo 41.º do CIRC (creditos incobráveis).

- *Imparidade para participações financeiras*

Conforme disposições do n.º 2 do artigo 28.º-A do CIRC, são consideradas dedutíveis as perdas por imparidade em títulos e outras aplicações contabilizadas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis às entidades sob supervisão do Banco de Portugal.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa. Em resultado desta situação, a Caixa reconheceu no exercício de 2016 impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), no montante de 95.906 mEuros, mantendo-se este valor para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor dos impostos diferidos passivos não reconhecidos associados a imparidades em participações financeiras fiscalmente aceites, na medida em que não se perspetivam alterações na estratégia do Conselho de Administração quanto à gestão destes investimentos, nomeadamente não existir perspectiva da sua venda ou liquidação num futuro previsível, ascende a 71.348 mEuros.

- Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilisticamente aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da Caixa nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no Artigo nº 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, serão reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Caixa não tem registados impostos diferidos para ganhos e perdas atuariais ou financeiros com o seu plano de pensões que se encontrem associados a colaboradores no ativo.

- Resultado da liquidação

O artigo 92.º do Código do IRC, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2011, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo (i) não usufrísse de benefícios fiscais, e (ii) não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

A referida limitação não se aplica aos benefícios fiscais previstos no nº 2 do mesmo artigo.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da coleta do período findo em 30 de junho de 2017 e do exercício de 2016, em resultado da aplicação deste artigo.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da CGD correspondem a provisões e imparidades temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Caixa Geral e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médico-social aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de "Outras Reservas".

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, é refletido de forma agregada na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

As responsabilidades para encargos com saúde encontram-se registadas numa rubrica de "Provisões para encargos com benefícios de empregados" (Nota 21).

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com reformas antecipadas, prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do período, conforme disposições do IAS 19 relativamente à natureza dos benefícios identificados.

As responsabilidades para encargos com prémios de antiguidade e subsídios por morte encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos" (Nota 23) e "Provisões para encargos com benefícios de empregados" (Nota 21), respetivamente.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego incluem os encargos decorrentes de acordos alcançados entre a Caixa e os seus empregados para a cessação do seu vínculo laboral em troca de uma compensação. Estes encargos são refletidos na demonstração dos resultados em “Custos com pessoal”.

2.15. Comissões

Conforme referido na Nota 2.6., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a uma compensação pela execução de atos únicos.

2.16. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica de “Interesses que não controlam”.

2.17. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais preferencialmente ao justo valor ou ao valor nominal.

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Determinação de perdas por imparidade em ativos valorizados por contrapartida de reservas de justo valor

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as menos-valias resultantes da desvalorização do respetivo valor de mercado são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjetividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da "Reserva de justo valor" para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma significativa degradação do seu rating.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.14. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo, incluindo aqueles que são relativos a prejuízos fiscais reportáveis, tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização, determinados com base nas projeções de resultados contabilísticos mais atuais e considerando o plano de redução de non-performing assets remetido às autoridades de supervisão.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2017			31-12-2016	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Caixa - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	26.852	(97)	26.949	9.245
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	74.877	7.953	66.253	(2.574)
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	99,75%	315	(0)	315	(48)
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	1.302.202	13.465	1.248.638	32.492
Parbanca, SGPS, S.A.	Madeira	100,00%	48.030	7.687	35.593	12.222
Parcaixa SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	1.019.687	4.030	1.010.697	(5.419)
Partang, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	175.951	11.527	175.465	33.541
Wolfpart, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	(118.311)	(21)	(118.289)	(133.471)
Bancário						
Banco Caixa Geral, S.A.	Vigo	99,79%	503.946	12.758	462.626	25.400
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	Praia	57,91%	47.823	734	47.869	3.121
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	Maputo	52,13%	184.186	15.953	149.639	19.661
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%	107.244	20.828	98.060	2.621
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%	16.494	606	15.871	108
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%	713.229	32.215	776.987	63.356
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,75%	352.870	28.147	316.929	1.433
CGD - North America Finance	Delaware	100,00%	1	-	1	-
CGD Investimentos CVC, S.A.	São Paulo	99,87%	38.452	40.991	1.049	244
Mercantile Bank Holdings, Ltd. (b)	Joanesburgo	100,00%	148.853	6.987	149.124	10.821
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	Luanda	51,00%	273.363	34.562	297.360	72.433
Crédito Especializado						
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	100,00%	115.938	8.403	107.535	141
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Praia	57,91%	304	2	303	9
Gestão de Ativos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	Lisboa	100,00%	29.714	1.465	28.707	2.207
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	8.613	962	7.651	1.448
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	4.383	575	3.808	1.608
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	45,30%	3.277	132	3.145	(47)
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,75%	8.868	1.553	27.315	2.462
Imobiliário						
Imobci, Lda.	Maputo	45,21%	(983)	(1.052)	116	(123)
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	(11.912)	(104)	(11.808)	(18.626)
Caixa Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(76.596)	(223)	(43.077)	(63.215)
Inmobiliaria Caixa Geral S.A.U.	Madrid	100,00%	(73.960)	(4.222)	(69.738)	(8.214)
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	(98.880)	(2.120)	(96.760)	(37.326)
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Cayman	100,00%	2.538	(11)	2.549	(20)
Caixa Geral Finance (c)	Cayman	0,00%	111.215	825	111.215	(4)
Interbancos, S.A.R.L.	Maputo	29,71%	1.636	312	1.586	398

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) O capital social está representado por 1.000 ações ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 110.728 ações preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1.000 Euros cada (110.728 ações preferenciais em 31-12-2016).

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2017			31-12-2016	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Outros setores						
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	80,00%	1.894	23	1.871	37
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, S.A.	Lisboa	100,00%	(1.706)	(362)	(1.371)	85
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris	100,00%	-	-	-	-
Sogrup - Compras e Serviços Partilhados, ACE	Lisboa	90,00%	-	-	-	-
Sogrup - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa	80,00%	-	-	-	-
Sogrup IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa	82,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo de Capital de Risco - Grupo CGD - Caixa Capital	Lisboa	100,00%	153.757	2.276	206.482	(25.006)
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	21.930	(1.654)	17.978	(2.820)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	Lisboa	100,00%	138.701	1.044	202.657	7.006
Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento	Lisboa	100,00%	89.984	(1.322)	91.306	(558)
Fundo de Capital de Risco Caixa Tech Trsf Accelerator Ventures	Lisboa	-	-	-	5.607	(289)
Fundo de investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Caixa Arrendamento	Lisboa	100,00%	112.682	1.876	110.805	(3.636)
Fundo Especial de Investimento Aberto Estratégias Alternativas	Lisboa	74,08%	12.167	43	12.333	(449)
Caixa Imobiliário - Fundo de Investimento Fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	38.057	(329)	38.387	(3.708)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	38,94%	112.749	9.033	116.108	5.236
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	40,60%	190.892	5.322	199.348	(2.184)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	21,87%	106.785	4.601	106.433	12.567
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	100,00%	(1.233)	(716)	(517)	(712)
Cidades de Portugal - Fundo de Investimento fechado de Arrendamento Habitacional	Lisboa	100,00%	30.065	187	29.878	175
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	100,00%	49.241	(503)	49.744	(7.506)
Fundimo - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Lisboa	58,07%	571.176	11.556	562.723	404
Fundo especial de investimento - Obrigações Rendimento Nacional	Lisboa	31,51%	100.178	(29)	100.371	3.669
Fundiastamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	78,08%	148.885	3.602	145.283	4.026
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Ibéria	Lisboa	100,00%	81.535	(627)	82.162	(1.276)

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 foram os seguintes:

Banco Comercial e de Investimentos, S.A.

No decorrer do primeiro semestre de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., o aumento de capital social desta entidade, do qual 3.081.274.880 MZN a realizar por incorporação de reservas e 1.789.709.460 MZN através da emissão de 72.752.418 novas ações. A participação do Grupo nesta operação foi concretizada através da Parbanca, SGPS, S.A., a qual detém uma participação de 51% no capital do BCI, mediante a subscrição de novas ações no valor de 912.751.820 MZN ao preço unitário de 24,60 MZN (incluindo um prémio de emissão de 14,60 MZN).

Em março de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral do Banco Comercial e de Investimentos, S.A., a aquisição por parte desta sociedade das ações subscritas e não realizadas pelo accionista Insittec no âmbito do aumento de capital realizado em 2015, passando as referidas ações a serem ações próprias da sociedade.

Ibéria - Fundo Especial de Investimento Imobiliário

Em 8 de janeiro de 2016, foi aprovado em Assembleia de Participantes o aumento de capital do Ibéria - Fundo Especial de Investimento Imobiliário, a realizar em espécie no montante de 59.977 mEuros. Esta operação traduziu-se na transferência de um conjunto de imóveis, propriedade da Caixa Imobiliário, S.A. para o Ibéria - Fundo Especial de Investimento Imobiliário para realização do valor do capital subscrito nesta operação.

Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

O Fundo Caixa Crescimento, FCR, constituído em 28 de junho de 2013, destina-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em PME ou sociedades com sede em Portugal e grau de capitalização médio que necessitem de financiar os respetivos planos de investimento com vista a reforçar a capacidade produtiva, expandir para novos mercados, sustentar estratégias de crescimento ou reforçar necessidades estruturais de financiamento do ciclo de exploração.

No decorrer do primeiro semestre 2016 foi aprovado um aumento de capital do Fundo, através da emissão de 30.000 unidades de participação, com um valor nominal de 1.000 Euros cada, integralmente realizado pela Caixa. Este aumento de capital ocorre após o realizado no exercício de 2015, também no montante de 30.000 mEuros e igualmente subscrito pela CGD.

Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos

No decurso do primeiro semestre de 2017, em resultado de deliberação em Assembleia Geral, a Caixa Capital (entidade gestora do Fundo) procedeu à redução do capital subscrito do FCR Caixa Fundos, através da extinção de 107.640 unidades de participação, na sua totalidade subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Esta redução ocorreu por se ter considerado que o montante de capital subscrito por realizar excedia o valor dos compromissos e não se perspetivava a realização de novos investimentos por parte do Fundo.

Fundo de Capital de Risco Caixa Tech Transfer Accelerator Ventures

O Fundo Caixa Tech Transfer Accelerator Ventures, FCR foi constituído em 16 de março de 2015, com um capital inicial de 6.000 mEuros, representado por 6.000 unidades de participação com um valor nominal de 1.000 euros, cada, integralmente subscrito pelo Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos.

O Fundo destinava-se a exercer a atividade de capital de risco, mediante a realização de investimentos em sociedades de base tecnológica com médio e elevado potencial de crescimento, com projetos de domínio científico oriundos do sistema científico-tecnológico nacional e internacional. Em 22 de junho de 2017 deu-se a fusão com o Fundo de Capital de Risco Empreender +, que recebeu o património e resultado corrente do ano. Com esta fusão, a estrutura do capital do Fundo de Capital de Risco Empreender + passou a ser detida pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos, na proporção de 76,23% (500 unidades de participação) e 26,77% (155,9277 unidades de participação), respetivamente.

Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional – Caixa Arrendamento (FIIAH – Caixa Arrendamento)

No decorrer do exercício de 2015, a CGD adquiriu à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A, a participação minoritária de 8,83% no FIIAH - Caixa Arrendamento pelo montante de 10.278 mEuros. Esta transação foi complementada com a aquisição de participações residuais ao Fundo de Pensões Império Bonança e FIIF - Fundicapital (3,09% e 0,23%, respetivamente). Em consequência destas operações, a Caixa passou a deter a totalidade do capital do Fundo.

Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEII – Caixa Reabilita)

Conforme deliberação do seu acionista único, a Caixa Geral de Depósitos, o Caixa Reabilita, constituído como veículo instrumental da participação do Grupo no âmbito da iniciativa comunitária JESSICA, alienou à Caixa a participação que detinha no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional - Cidades de Portugal à CGD (Fundo Cidades de Portugal), representativa de 30% do seu capital, pelo valor de fecho desse fundo a 30 de novembro de 2016. Em resultado desta operação, a Caixa Geral de Depósitos passou a deter diretamente a totalidade do património do Fundo Cidades de Portugal.

Após concretização desta operação, o Caixa Reabilita cessou a sua atividade, tendo as verbas provenientes da sua liquidação sido afetas às contas de desembolso da linha JESSICA (Fundo de Desenvolvimento Urbano FDU).

Fundo de Capital de Risco Grupo CGD

Constituído em 1995, o FCR Grupo CGD tem um capital subscrito e realizado de 296.145 mEuros, representado por 5.680 unidades de participação, após a redução de capital por extinção de 1.420 unidades de participação (20% do capital do Fundo) efetuada em outubro de 2015.

Simultaneamente à operação de redução de capital, a CGD adquiriu unidades de participação até então detidas pelo Caixa - Banco de Investimento, S.A. e pela Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A, passando assim a ser a única participante do Fundo.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, em resultado da deliberação em Assembleia Geral, a Caixa Capital procedeu à redução do capital do FCR Grupo CGD em 78.885 mEuros, com a distribuição de 55.001 mEuros destinado à libertação de excesso de capital, passando o capital de 296.145 mEuros para 217.260 mEuros, representado por 4.167 unidades de participação, integralmente detidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Parcaixa

Em resultado do acordo de princípio alcançado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, e como parte do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, S.A., foi deliberado pelo acionista Estado, em 4 de janeiro de 2017, transferir a participação que este detinha, indiretamente, na sociedade Parcaixa, SGPS, S.A. para a CGD, através da entrega em espécie de 490.000.000 de ações representativas do capital social, correspondentes a 498.996 mEuros, valor contabilístico da participação do Estado Português na sociedade referida. Em resultado desta transação, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. passou a deter a totalidade do capital social desta gestora de participações sociais.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Caixa	630.619	710.051
Depósitos à ordem em bancos centrais	3.807.568	1.130.502
	4.438.187	1.840.553
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	17	6
	4.438.204	1.840.560

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Cheques a cobrar		
- No país	69.544	69.112
- No estrangeiro	29.161	37.401
	98.704	106.513
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
- No país	186.782	158.935
- No estrangeiro	440.925	491.086
	627.707	650.022
Juros a receber	817	1.192
	727.229	757.726

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Mercado monetário interbancário	25.000	-
Depósitos a prazo		
- No país	3.165	31.095
- No estrangeiro	1.256.796	1.286.027
Empréstimos		
- No país	306	332
- No estrangeiro	139.794	152.800
Outras aplicações		
- No país	17.525	2.506
- No estrangeiro	1.485.580	1.588.983
Operações de compra com acordo de revenda	175.839	157.598
Crédito e juros vencidos	7.152	7.152
	3.111.156	3.226.492
Juros a receber	3.201	2.215
Proveitos diferidos	(2.124)	(3.786)
	3.112.233	3.224.922
Imparidade (Nota 34)	(7.125)	(7.125)
	3.105.108	3.217.797

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo acumulado de imparidade para aplicações em instituições de crédito inclui 7.125 mEuros, relativos a exposições sobre bancos com sede na República da Islândia.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é valorizado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, é apresentado na Nota 34.

7. ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ATIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	2.353	-	2.353	2.655	-	2.655
. Bilhetes do Tesouro	3.625.604	-	3.625.604	2.296.420	-	2.296.420
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Estrangeiros	2.698.600	-	2.698.600	2.569.590	-	2.569.590
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	128	-	128	587	-	587
De não residentes	14.364	-	14.364	17.747	4.969	22.715
	6.341.049	-	6.341.049	4.886.999	4.969	4.891.968
Instrumentos de capital						
De residentes	3.715	55.515	59.230	2.729	57.602	60.332
De não residentes	29.863	109.100	138.963	34.438	107.759	142.198
	33.578	164.614	198.192	37.168	165.361	202.529
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	-	94.801	94.801	-	100.343	100.343
De não residentes	-	422.652	422.652	-	449.219	449.219
	-	517.453	517.453	-	549.562	549.562
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
- Swaps	957.352	-	957.352	1.203.386	-	1.203.386
- Futuros e outras operações a prazo	15.312	-	15.312	21.884	-	21.884
- Opções de divisas, cotações e mercadorias	44.770	-	44.770	64.269	-	64.269
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	153.179	-	153.179	220.328	-	220.328
	1.170.614	-	1.170.614	1.509.867	-	1.509.867
	7.545.241	682.067	8.227.309	6.434.034	719.892	7.153.925

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de participação de fundos de investimento mobiliário geridos por entidades do Grupo no montante de 47.249 mEuros e 49.269 mEuros respetivamente

8. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
- De dívida pública	3.521.987	3.436.812
- De outros emissores públicos	1.371.318	1.399.105
- De outros emissores	1.878.636	1.432.236
	6.771.942	6.268.153
Instrumentos de capital		
- Valorizados ao justo valor	254.352	263.557
- Valorizados ao custo histórico	177.823	178.335
	432.175	441.891
Outros instrumentos	1.170.445	1.198.344
	8.374.562	7.908.388
Imparidade (Nota 34)		
- Instrumentos de capital	(113.918)	(126.238)
- Instrumentos de dívida	(5.546)	(9.927)
- Outros instrumentos	(337.504)	(342.711)
	(456.968)	(478.876)
	7.917.594	7.429.512

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Instrumentos de dívida - De dívida pública” inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 141.657 mEuros e 142.693 mEuros, respetivamente (Nota 20).

As obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do ex-BPN (Nota 6) encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português. No decorrer do exercício de 2016, estes títulos foram reclassificados para Crédito a Clientes.

Em 30 de junho de 2017 as rubricas "Outros instrumentos" e "Imparidade - outros instrumentos" incluem, respetivamente, 771.817 mEuros e 240.496 mEuros (779.414 mEuros e 241.297 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016), relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes).

Na sequência da cedência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IAS 39 nesta matéria, nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, as imparidades afetas a perdas estimadas nos ativos transferidos foram imputadas ao valor da participação nas respetivas sociedades veículo que lhe estão associadas. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 a exposição mantida pelo Grupo apresenta o seguinte detalhe:

30-06-2017				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Imobiliário Aquarius	163.962	(46.797)	117.164	-
Fundo Recuperação, FCR	153.277	(45.856)	107.421	-
Flit-Ptrel SICAV	110.580	(21.442)	89.138	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	110.834	(25.121)	85.712	7.600
OXI Capital, SCR	79.313	(3.476)	75.837	-
Fundo Recuperação Turismo, FCR	46.105	(13.597)	32.508	338
Fundo Imobiliário Vega	32.874	(13.663)	19.212	1.358
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(2.053)	4.330	-
Vallis Construction Sector	68.491	(68.491)	-	-
	771.817	(240.496)	531.321	9.297

31-12-2016				
Títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos				
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor
Fundo Imobiliário Aquarius	163.961	(46.797)	117.164	-
Fundo Recuperação, FCR	161.629	(46.805)	114.824	-
Flit-Ptrel SICAV	110.243	(21.442)	88.801	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	110.514	(25.121)	85.393	7.600
OXI Capital, SCR	79.388	(3.329)	76.059	56
Fundo Recuperação Turismo, FCR	46.159	(13.597)	32.562	392
Fundo Imobiliário Vega	32.645	(13.663)	18.983	1.358
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	6.383	(2.053)	4.330	-
Vallis Construction Sector	68.491	(68.491)	-	-
	779.414	(241.297)	538.116	9.407

Em 31 de dezembro de 2016 a valorização dos fundos de cedências de ativos considera uma análise efetuada pela Caixa ao valor recuperável do património de cada fundo, pelo que, o valor registado pode ser inferior ao respetivo NAV calculado e divulgado pelas Sociedades Gestoras. Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 encontram-se registadas provisões para desvalorizações adicionais na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" no montante de 5.000 mEuros e 5.019 mEuros, respetivamente. No decorrer do exercício de 2016 parte do saldo desta provisão foi utilizada para reduzir o valor líquido de balanço destes fundos.

De forma complementar às participações detidas nestes veículos, em determinadas operações a Caixa concedeu igualmente suprimentos e prestações acessórias, registadas em rubricas de "Outros ativos", cujo valor de balanço em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 52.361 mEuros e 51.857 mEuros, respetivamente, integralmente provisionadas (Nota 17).

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço e o valor da imparidade dos fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo, registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, eram os seguintes:

	Saldo em 30-06-2017		Saldo em 31-12-2016	
	Fundos Mobiliários	Fundos Imobiliários	Fundos Mobiliários	Fundos Imobiliários
Valor de balanço	11.117	30.721	10.257	30.450
Imparidade	-	(12.108)	-	(12.108)
	11.117	18.613	10.257	18.342

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	30-06-2017						
	Atividade bancária	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor							
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	32.756	32.756	(16.378)	16.378	5.956	16,84
Galp Energia, SGPS, S.A.	-	14.124	14.124	-	14.124	1.548	0,07
La Seda Barcelona, S.A.	52.878	-	52.878	(52.878)	-	-	14,24
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
VISA Inc Classe C (série US92826C3007)	16.016	-	16.016	-	16.016	14.551	
VISA Inc Classe C (série US92826C7974)	8.658	-	8.658	-	8.658	1.258	
Ações de entidades estrangeiras	1.513	-	1.513	-	1.513	793	
Outros	-	107.109	107.109	(17.653)	89.456	28.633	
	79.064	175.288	254.352	(108.208)	146.144	52.739	
Valorizados ao custo histórico							
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	4.058	(1.178)	2.880	-	4,48
Outros	-	-	20.762	(4.531)	16.231	-	
	157.061	-	177.823	(5.709)	172.114	-	
	236.125	175.288	432.175	(113.918)	318.257	52.739	

	31-12-2016						
	Atividade bancária	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de justo valor	Percentagem efetiva (%)
Valorizados ao justo valor							
SICAR NovEnergia II	-	68.654	68.654	-	68.654	26.231	11,12
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	26.800	26.800	(14.889)	11.911	-	16,84
Galp Energia, SGPS, S.A.	-	15.120	15.120	-	15.120	2.544	0,07
La Seda Barcelona, S.A.	52.878	-	52.878	(52.878)	-	-	14,24
Finpro, SGPS, S.A.	-	23.818	23.818	(23.818)	-	-	17,17
A.Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	21.300	21.300	(21.300)	-	-	19,64
VISA Inc Classe C (série US92826C3007)	14.433	-	14.433	-	14.433	12.848	
VISA Inc Classe C (série US92826C7974)	7.520	-	7.520	-	7.520	(492)	
Ações de entidades estrangeiras	1.605	21.415	23.020	(2.375)	20.645	6.396	
Outros	-	10.015	10.015	(5.236)	4.779	(812)	
	76.435	187.122	263.557	(120.495)	143.062	46.716	
Valorizados ao custo histórico							
Águas de Portugal, S.A.	153.003	-	153.003	-	153.003	-	9,69
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.A.	4.058	-	4.058	(1.178)	2.880	-	4,48
Outros	-	-	21.274	(4.565)	16.709	-	
	157.061	-	178.335	(5.743)	172.592	-	
	233.496	187.122	441.891	(126.238)	315.653	46.716	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna “Banca de investimento e capital de risco” compreende os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à “Atividade bancária”.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a reserva de justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Reserva de justo valor (Nota 25)		
(valores brutos, antes de interesses que não controlam)		
Instrumentos de dívida	37.790	(146.242)
Instrumentos de capital	52.739	46.716
Outros instrumentos	45.523	50.714
	136.052	(48.813)
Reserva por impostos diferidos	(36.177)	5.207
	99.875	(43.607)
Saldo atribuível aos interesses que não controlam	5.027	3.058
	104.902	(40.548)

Os principais movimentos relativos aos instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

VISA Europe Limited e VISA Incorporated Classe C

Decorrente do processo de reorganização das suas operações empreendida pela rede Visa, e após obtenção das necessárias aprovações pelas autoridades regulatórias relevantes, a proposta de aquisição da Visa Europe pela Visa Inc foi concluída com sucesso em junho de 2016. Em resultado desta transação, a Caixa reconheceu mais valias num montante de 36.256 mEuros provenientes da transferência da titularidade da participação que detinha na Visa Europe e cujo valor nominal era de 10 euros (Nota 30).

A determinação do ganho na operação integrou a valorização atribuída às diversas componentes incorporadas no procedimento acordado para a liquidação da transação, as quais compreenderam (i) um pagamento em numerário realizado na data de fecho da venda, (ii) um pagamento em numerário a realizar de forma diferida na data do terceiro aniversário da venda, e (iii) a entrega de 9.608 ações preferenciais convertíveis (Classe C).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor de balanço das referidas ações preferenciais ascendia a 8.658 mEuros e 7.520 mEuros, respetivamente.

Reclassificação de títulos

Caixa Geral de Depósitos

No exercício de 2008 e no decorrer do primeiro semestre de 2010, em conformidade com as alterações ocorridas à Norma IAS 39 em outubro de 2008, conforme descritas em maior detalhe na Nota 2.6., e em face das circunstâncias excecionais observadas no comportamento dos mercados financeiros nos referidos períodos, a Caixa procedeu à transferência de um conjunto de títulos da categoria de ativos financeiros detidos para negociação para a categoria de ativos financeiros disponíveis para venda.

As reclassificações efetuadas pela Caixa que resultaram da instabilidade e volatilidade que afetaram os mercados financeiros, com especial relevância no decorrer de 2010 no que respeita à evolução dos mercados de crédito fortemente influenciados pela desestabilização no financiamento de dívida soberana de países da Zona Euro, determinaram a alteração das perspetivas da Caixa relativamente à alienação destes ativos, tendo deixado de ser expectável que esta viesse a ocorrer no curto prazo. A transferência de títulos ocorrida no primeiro semestre de 2010 compreendeu essencialmente

instrumentos de dívida emitidos por soberanos, títulos emitidos por agências governamentais e outros instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras diretamente atingidos pela turbulência verificada nos mercados de dívida pública da Zona Euro.

Ainda no decorrer do primeiro semestre de 2010 a Caixa procedeu à reclassificação de obrigações da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

No último trimestre de 2016 foram também objeto de reclassificação da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes as obrigações emitidas pelas empresas Parvalorem S.A., Parups S.A., e Parparticipadas S.A. Os referidos veículos foram criados com o objetivo de gerir carteiras de ativos adquiridas pelo Estado Português no âmbito do processo de reprivatização do ex-BPN, encontrando-se a referida emissão colateralizada por garantia emitida pelo Estado. A reclassificação foi decidida tendo em conta a especificidade e particularidade da origem destas emissões, não transacionáveis por natureza, e considerando a intenção e capacidade de a CGD deter estes títulos no futuro previsível.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor apresenta o seguinte detalhe:

Títulos reclassificados no exercício de 2008

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação
Valor de balanço da data de reclassificação	55.369	57.491
Valor de balanço	59.125	60.098
Justo Valor dos títulos reclassificados	59.125	60.098
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	3.539	3.252
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	287	(24.244)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	572	25.616

Títulos reclassificados no exercício de 2010

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação
Valor de balanço da data de reclassificação	-	101
Valor de balanço	-	136
Justo valor dos títulos reclassificados	-	136
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	-	(113)
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais/ (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	113	(18)
Outros ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	(147)	-

Títulos reclassificados no exercício de 2016

	30-06-2017	31-12-2016
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao custo amortizado
Valor de balanço da data de reclassificação	2.246.210	2.246.210
Valor de balanço	1.816.579	1.797.173
Justo Valor dos títulos reclassificados	1.816.616	1.810.914
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados por amortizar	73.754	81.656

Os valores apresentados não refletem o efeito fiscal.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem resultados realizados na alienação de títulos após a data da reclassificação e resultados da reavaliação cambial e excluem rendimentos e encargos com juros e comissões.

No que diz respeito às obrigações emitidas pelas empresas Parvalorem S.A., Parups S.A., e Parparticipadas S.A., que foram reclassificadas da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes, verificaram-se após a reclassificação, amortizações de capital e pagamento de juros nos montantes de 383.350 mEuros e 70.610 mEuros, respetivamente.

Os montantes relativos aos títulos reclassificados em 2008 em ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas incluem unidades de participação de fundos que foram posteriormente integrados no perímetro de consolidação. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 este ativo apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de reservas de reavaliação		
Valor de balanço	9.388	11.128
Justo Valor dos títulos reclassificados	9.388	11.128
Reserva de justo valor dos títulos reclassificados	3.599	3.948
Ganhos / (perdas) associados à variação do justo valor dos títulos		
Mais / (menos) valias potenciais líquidas reconhecidas por contrapartida da reserva de justo valor	(349)	(5.419)
Outros ganhos /(perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados	507	7.358

9. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2017	31-12-2016
Ao justo valor através de reservas de reavaliação		
Instrumentos de dívida		
- De emissores públicos:		
. Títulos da dívida pública portuguesa	301.403	354.252
. Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	4.420	4.431
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De residentes	-	187.114
De não residentes	25.168	19.793
	330.991	565.590
Ao custo amortizado		
Crédito a clientes		
De residentes	-	234.830
	-	234.830
Imparidade (Nota 34)	(580)	(688)
	330.411	799.732

No decorrer do período de seis meses findo a 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo nas rubricas “Recursos de outras instituições de crédito – Operações de venda com acordo de recompra” (Nota 18) e “Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações com acordo de recompra” (Nota 19).

10. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2017							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				3.700	(7.612)	-	-	(3.912)
Compras	1.347.391	-	1.347.391					
Vendas	1.352.498	-	1.352.498					
NDF's (Non Deliverable Forwards)				545	(949)	-	-	(404)
Compras	33.057	-	33.057					
Vendas	31.564	-	31.564					
Swaps								
Swaps Cambiais				5.217	(9.175)			(3.958)
Compras	659.974	-	659.974					
Vendas	663.895	-	663.895					
Swaps de Cotações				60	(26)	-	-	34
Compras	2.318	-	2.318					
Vendas	2.317	-	2.317					
Interest rate swaps e cross currency				952.075	(1.031.928)	7.431	(3.903)	(76.325)
Compras	52.230.150	75.664	52.305.814					
Vendas	52.153.997	80.767	52.234.764					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	116.943	-	116.943					
Posições Curtas	34.562	-	34.562					
Futuros de Taxa de Juro				6	-	-	-	6
Posições Longas	-	-	-					
Posições Curtas	3.332.218	-	3.332.218					
Futuros de Cotações				923	-	-	-	923
Posições Longas	8.954	-	8.954					
Posições Curtas	10.579	-	10.579					
Outros Futuros			-	10.139	-	-	-	10.139
Posições Longas	140.120		140.120					
Posições Curtas	589.350		589.350					
Opções								
Divisas				898	(953)	-	-	(55)
Compras	82.004	-	82.004					
Vendas	61.379	-	61.379					
Cotações				43.872	(48.706)	-	-	(4.834)
Compras	561.034	-	561.034					
Vendas	578.776	-	578.776					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				153.179	(162.664)	-	-	(9.485)
Compras	2.067.940	-	2.067.940					
Vendas	2.451.646	-	2.451.646					
Outros	-	-	-	-	(3.701)	-	-	(3.701)
	118.512.666	156.431	118.669.097	1.170.614	(1.265.715)	7.431	(3.903)	(91.573)

	31-12-2016							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.479	(3.356)	-	-	(1.877)
Compras	1.147.758	-	1.147.758					
Vendas	1.150.080	-	1.150.080					
NDF's (Non Deliverable Forwards)				9.048	(1.894)	-	-	7.154
Compras	107.718	-	107.718					
Vendas	96.773	-	96.773					
Swaps								
Swaps Cambiais				22.283	(1.456)	-	-	20.827
Compras	724.257	-	724.257					
Vendas	703.404	-	703.404					
Swaps de Cotações				-	(19)	-	-	(19)
Compras	2.041	-	2.041					
Vendas	2.041	-	2.041					
Interest rate swaps e cross currency				1.181.103	(1.382.482)	9.541	(2.197)	(194.035)
Compras	51.921.273	128.628	52.049.901					
Vendas	51.818.663	132.293	51.950.956					
Swaps de Eventos de Crédito				-	(69)	-	-	(69)
Compras	75.894	-	75.894					
Vendas	47.434	-	47.434					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	126.105	-	126.105					
Posições Curtas	99.092	-	99.092					
Futuros de Taxa de Juro				-	(155)	-	-	(155)
Posições Longas	150.382	-	150.382					
Posições Curtas	3.720.197	-	3.720.197					
Futuros de Cotações				1.105	(343)	-	-	762
Posições Longas	7.816	-	7.816					
Posições Curtas	5.420	-	5.420					
Outros Futuros			-	10.252	-	-	-	10.252
Posições Longas	366.856	-	366.856					
Posições Curtas	814.139	-	814.139					
Opções								
Divisas				1.608	(1.774)	-	-	(166)
Compras	78.936	-	78.936					
Vendas	68.221	-	68.221					
Cotações				62.661	(68.292)	-	-	(5.631)
Compras	700.192	-	700.192					
Vendas	709.698	-	709.698					
Mercadorias				1	(1)	-	-	-
Compras	90.000	-	90.000					
Vendas	-	-	-					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				220.327	(229.673)	-	-	(9.346)
Compras	2.268.823	-	2.268.823					
Vendas	2.595.807	-	2.595.807					
Outros	-	-	-	-	(3.802)	-	-	(3.802)
	119.599.020	260.921	119.859.941	1.509.867	(1.693.316)	9.541	(2.197)	(176.105)

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os instrumentos derivados reconhecidos em rubricas de "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e "Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a Caixa e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da Caixa e pela Caixa junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 23) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - Devedores diversos" (Nota 17), respetivamente.

O valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) e DVA (*debit value adjustments*) encontra-se detalhado na Nota 37.

11. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 30 de junho de 2017 e dezembro de 2016, os saldos de investimentos a deter até à maturidade apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	506.006	-
De outros emissores públicos	1.521.480	413.850
De outros emissores		
De outros não residentes	29.442	19.281
	2.056.929	433.131
Outros	22	-
	2.056.951	433.131

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os investimentos a deter até à maturidade incluem 430.678 mEuros e 413.850 mEuros de instrumentos de dívida soberana angolana.

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	41.742.105	44.344.939
Créditos em conta corrente	2.080.063	2.225.127
Outros créditos	5.738.806	6.091.760
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	2.704.276	2.774.710
Outros	4.220.228	3.978.425
Operações de locação financeira imobiliária	997.817	1.042.915
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	897.407	1.037.704
Operações de locação financeira mobiliária	688.970	708.131
Créditos tomados – factoring	877.335	924.196
Descobertos em depósitos à ordem	255.465	322.563
	60.202.471	63.450.470
Juros a receber	159.712	184.266
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(76.363)	(83.217)
	60.285.820	63.551.519
Crédito e juros vencidos	5.080.589	4.948.703
	65.366.409	68.500.222
Imparidade (Nota 34)	(4.890.633)	(5.633.397)
	60.475.777	62.866.825

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Crédito interno e ao exterior - Outros créditos” inclui 59.030 mEuros e 61.797 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Outros créditos e valores a receber - titulados”, inclui 1.788.175 mEuros e 1.797.173 mEuros, respetivamente, referentes a obrigações emitidas pelas entidades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A. ao abrigo do processo de reorganização das operações de assistência de liquidez junto do ex-BPN. Estas obrigações encontram-se abrangidas por garantia prestada pelo Estado Português.

No decurso do processo de reprivatização do ex-BNP, a titularidade dos veículos Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas, S.A., e por inerência, as dívidas contratadas por estas sociedades junto da Caixa, foram transferidas para a esfera do Estado Português. Complementarmente, foram igualmente assumidas pelo Estado responsabilidades decorrentes de um programa de papel comercial subscrito pela Caixa no valor de 1.000.000 mEuros, dado ter existido uma transmissão de posição contratual entre o BPN e a Parvalorem. Esta operação encontra-se reconhecida na rubrica “Outros créditos e valores a receber - titulados - Papel comercial”.

A amortização dos valores em dívida à CGD pelos veículos encontra-se a ser efetuada nos termos acordados entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia. De referir que conforme previsto no referido plano de regularização os montantes que venham a ser obtidos através da recuperação dos ativos detidos pelos veículos deverão ser canalizados para a liquidação destes créditos.

No decorrer do exercício de 2016, a Caixa alienou um conjunto de créditos hipotecários pelo montante de 82.690 mEuros, cujo valor de balanço antes de imparidade nessa data ascendia a 148.060 mEuros. As referidas operações encontravam-se integralmente vencidas. As perdas incorridas com estes créditos foram reconhecidas na demonstração de resultados como "Imparidade do crédito líquida de reversões".

Em 30 de junho de 2017, a Caixa cedeu créditos e direitos económicos sobre créditos (incluindo os riscos e benefícios desses mesmos créditos) à Mistlegrave Issuer Holdings Designated Activity Company, cujo valor de balanço antes de imparidade à data da transação, ascendia a 153.600 mEuros.

Foram ainda alienados no decorrer do primeiro semestre de 2017 outros créditos a clientes da carteira de "Corporates" num valor global de aproximadamente 382.010 mEuros.

Decorrente das alterações efetuadas à política de abates de operações de crédito no exercício de 2016, apresentada em maior detalhe na Nota 37, no referido período foram abatidas ao ativo operações integralmente cobertas por imparidade no montante de 1.747.483 mEuros.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos no semestre findo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Nostrum Mortgages nº2	
Saldos em 31-12-2015	4.265.537
Vendas de novos créditos	109
Reembolsos	(231.856)
Recompras	(10.720)
Outros	(27.952)
Saldos em 31-12-2016	3.995.118
Vendas de novos créditos	86
Reembolsos	(129.585)
Recompras	(4.267)
Outros	(24.387)
Saldos em 30-06-2017	3.836.965

Os passivos associados a esta operação são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 8.904.971 mEuros e 9.432.153 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o património autónomo que colateriza as referidas emissões inclui igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 141.657 mEuros e 142.693 mEuros, respetivamente (Nota 8).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	30-06-2017	31-12-2016
Até três meses	373.510	402.991
De três a seis meses	145.482	214.591
De seis meses a um ano	844.000	464.215
De um a três anos	1.028.344	1.044.416
Mais de três anos	2.689.253	2.822.490
	5.080.589	4.948.703

13. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos de ativos e passivos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
ATIVOS		
Imóveis e equipamento	1.082.306	1.111.959
Filiais		
Mercantile Bank Holdings, Ltd	859.066	836.212
Interbancos, S.A.R.L.	4.568	-
	1.945.940	1.948.171
Imparidade (Nota 34)		
Imóveis e equipamento	(500.562)	(504.099)
Filiais	(18.000)	(18.000)
	(518.562)	(522.099)
	1.427.378	1.426.072

PASSIVOS

Filiais		
Mercantile Bank Holdings, Ltd	716.276	693.369
Interbancos, S.A.R.L.	2.914	-
	719.190	693.369

Os resultados gerados pelas unidades de negócio classificadas como detidas para venda no primeiro semestre de 2017 e exercício de 2016 encontram-se evidenciados de forma individualizada na demonstração de resultados consolidada sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda", com o detalhe reproduzido abaixo:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Resultados de filiais detidas para venda		
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	6.987	4.585
Interbancos, S.A.R.L.	312	-
	7.300	4.585

Mercantile Bank Holding Ltd

No quadro dos compromissos negociados entre o Estado Português, enquanto acionista único da Caixa, e as competentes autoridades europeias, com vista à recapitalização da CGD (Nota Introdutória), a Caixa iniciou ainda em 2016 os procedimentos tendentes à alienação da participação detida pelo Grupo no Mercantile Bank Holdings, Ltd, nomeadamente nos aspetos conducentes à identificação e contacto junto de potenciais investidores, determinação dos aspetos jurídico-legais relevantes à concretização da operação e comunicação de intenções às entidades de supervisão relevantes. Existe igualmente a perspetiva de ser altamente provável que a venda seja finalizada ainda em 2017, não tendo sido nesta

data identificados potenciais impedimentos processuais, ou de outra natureza, à implementação deste calendário.

Desta forma e em conformidade com as disposições da Norma IFRS 5, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os ativos e passivos destas unidades encontravam-se refletidos de forma agregada nas rubricas de “Ativos e passivos não correntes detidos para venda – Filiais”. Ainda de acordo com os requisitos da Norma IFRS 5, os resultados gerados por esta unidade são apresentados numa linha da Demonstração de Resultados, tendo os períodos comparativos sido reexpressos em conformidade. No exercício de 2016 foi ainda constituída uma imparidade de 18.000 mEuros que reflete o diferencial apurado entre o valor patrimonial dos ativos e passivos do Mercantile Bank Holdings, Ltd e o seu justo valor deduzido de encargos a incorrer com a venda (Nota 34).

Os principais dados financeiros do Mercantile Bank Holdings, Ltd em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são seguidamente apresentados.

ATIVO	30-06-2017	31-12-2016
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	80.627	84.608
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.655	2.037
Ativos financeiros disponíveis para venda	34.313	35.611
Outros ativos tangíveis	8.321	9.020
Ativos intangíveis	10.816	12.337
Ativos por impostos correntes	91	-
Crédito a clientes	612.496	599.146
Outros ativos	110.746	93.453
TOTAL DO ATIVO	859.066	836.212
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
Recursos de instituições de crédito	66.476	51.434
Recursos de clientes	582.573	573.436
Responsabilidades representadas por títulos	36.128	41.302
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.305	3.025
Provisões para benefícios dos empregados	2.615	2.463
Provisões para outros riscos	-	16
Passivos por impostos correntes	-	460
Passivos por impostos diferidos	1.459	1.359
Outros passivos	25.720	19.873
TOTAL DO PASSIVO	716.276	693.369
CAPITAL PRÓPRIO, do qual	142.790	142.843
Reservas de reavaliação	2.874	4.000
	859.066	836.212

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Outros proveitos e custos		
Juros e rendimentos similares	38.676	27.155
Juros e encargos similares	(20.558)	(13.403)
Rendimentos de serviços e comissões	14.137	8.827
Encargos com serviços e comissões	(5.952)	(3.120)
Resultados em operações financeiras	2.701	1.835
Custos com pessoal	(10.738)	(7.589)
Outros gastos administrativos	(4.484)	(3.529)
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(2.363)	(1.544)
Imparidade líquida de reversões e recuperações	(372)	(723)
Outros	(1.280)	(1.448)
	9.767	6.463
Impostos sobre os resultados	(2.779)	(1.827)
RESULTADO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS	6.987	4.636
Interesses minoritários	-	(51)
RESULTADO LÍQUIDO	6.987	4.585

Conforme referido na Nota 2.5., no momento da alienação de participações financeiras cuja moeda funcional é diferente do Euro, as diferenças cambiais previamente registadas em "Outras Reservas" deverão ser transferidas para resultados do exercício, uma vez que constituem uma parte integrante do ganho ou perda apurado na transação.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor acumulado das diferenças cambiais reconhecidas por contrapartida de "Outras Reservas" no âmbito da consolidação do Mercantile Bank Holdings, Ltd, correspondia a perdas no montante de aproximadamente 60.821 mEuros.

Interbancos, S.A.R.L.

Em 30 de maio de 2017, os acionistas da sociedade Interbancos, S.A. (Interbancos) acordaram com a Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A. (SIMO) a alienação integral das ações por si detidas (representativas dos direitos económicos e societários da Interbancos). A venda da Interbancos à SIMO visa dar cumprimento às disposições do artigo 7, n.º 2, do Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (LICSF), nos termos instituídos pelo Aviso n.º 2/GBM/2015, de 22 de abril, o qual veio estabelecer as condições de ligação dos sistemas internos de gestão de operações bancárias à Rede Única, Comum e Partilhada de Pagamentos de âmbito nacional.

A Interbancos é uma sociedade de direito moçambicano que gere a rede interbancária ponto24 (incluindo a gestão da rede de ATMs e POS dos seus bancos acionistas). Considerando que em 30 de junho de 2017, as condições suspensivas previstas no contrato não se encontravam ainda integralmente satisfeitas, não foi ainda possível proceder ao reconhecimento dos impactos inerentes à alienação desta participação nas contas consolidadas do Grupo, tendo-se, no entanto, procedido à sua reclassificação como ativo não corrente detido para venda ao abrigo dos requisitos da IFRS 5.

14. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo encontram-se registadas pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis são reconhecidos em resultados por contrapartida de "Outros resultados de exploração" (Nota 2.8.).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Propriedades de Investimento" inclui 731.871 mEuros e 745.875 mEuros, respetivamente, de imóveis detidos pelos Fundos Fundimo e Fundiestamo. Os restantes imóveis classificados nesta rubrica resultam essencialmente de recuperação de crédito concedido.

Metodologias de valorização e determinação do justo valor

A determinação do justo valor das propriedades de investimento tem em consideração, entre outros fatores de relevância para esta avaliação, a natureza, características e localização geográfica dos imóveis, com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. O apuramento do justo valor é realizada por peritos avaliadores, os quais devem utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos:

- Método comparativo de mercado: Estima o valor de transação de um determinado bem utilizando preços e outras informações relevantes geradas a partir de transações de mercado que envolvam bens idênticos ou comparáveis (semelhantes). Geralmente recorre a métodos estatísticos, após homogeneização dos diversos dados obtidos do mercado. Este é o principal método utilizado sempre que exista um número significativo de transações conhecidas;
- Método do rendimento: Estima o valor de um bem pela técnica da capitalização dos valores anuais das rendas ou do rendimento operacional anual gerado pela atividade instalada no imóvel. Quando se perspetivam, ao longo do tempo, alterações de rendimento mais significativas do que é geralmente expectável no mercado, utiliza-se a técnica da análise dos fluxos de caixa descontados (DCF). O método do rendimento aplica-se quando existe um arrendamento efetivo do imóvel, quando o imóvel se destina a arrendamento, quando o mercado de arrendamento está ativo para o tipo de bem em avaliação ou quando o imóvel se destina a exploração económica;
- Método do custo: Estima o valor do bem com base na quantia que seria atualmente necessária para obter um bem alternativo, réplica do original ou que proporcione utilidade equivalente, ajustado pela obsolescência. Obtém-se pela soma do valor de aquisição do terreno com os custos de construção incluindo encargos, depreciado em função das condições físicas, funcionais, ambientais e económicas atuais do imóvel, acrescido dos custos de comercialização e margem/risco do promotor. Este método é utilizado como principal abordagem quando não são conhecidas transações no mercado de bens semelhantes e não são identificáveis potenciais rendimentos associados ao imóvel.

A disponibilidade de dados relevantes e a sua subjetividade relativa podem afetar a escolha dos métodos/técnicas de avaliação. Nessa escolha devem prevalecer, em cada caso, aqueles que maximizam a utilização de variáveis relevantes observáveis.

As variáveis mais relevantes consideradas em cada um dos métodos de avaliação identificados acima, são as seguintes:

(i) Método comparativo de mercado

- valor presumível de venda por m2 ou valor presumível de venda por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). Em mercados com liquidez, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado de transação, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

(ii) Método do rendimento

Técnica da capitalização

- valor de renda mensal por m² ou valor de renda mensal por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, ex: parqueamentos). – Quando está ativo o mercado de arrendamento, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis nesse mercado, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

- variáveis que contribuem para o apuramento do rendimento operacional gerado pelo imóvel – Estas variáveis podem ser diversas em função do tipo de imóvel, e são geralmente aferidas pelos rendimentos que o bem tem potencialidade para gerar, tendo em conta as informações disponíveis sobre os pressupostos dos participantes no mercado. Poderão ser utilizados os dados da própria entidade que explora o imóvel, caso não exista informação razoavelmente disponível que indique que os participantes no mercado utilizariam pressupostos.

- taxa de capitalização – Associada ao risco do capital investido, rendimento, liquidez, carga fiscal, taxa de juro sem risco, expectativas de evolução do mercado. Em mercados ativos estabelece a relação linear existente, em determinado momento temporal, entre o mercado de arrendamento e o mercado de compra e venda, para uma determinada zona geográfica e para um determinado segmento de produto imobiliário, com idêntico risco e com idêntica evolução das rendas.

Técnica do fluxo de caixa descontado:

As variáveis que contribuem para a estimativa dos fluxos de caixa podem ser diversas em função do tipo de imóvel. Esta técnica está dependente das atuais expectativas para as variações de valores e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa no futuro, sendo normalmente necessário incluir um ajustamento para o risco face à incerteza deste tipo de mensuração.

- taxa de atualização – Considerada como valor temporal do dinheiro, associada a uma taxa de juro sem risco e preço a suportar pela incerteza inerente aos fluxos de caixa (prémio de risco).

(iii) Método do custo

- custo de construção por m² – Variável essencialmente dependente das características construtivas do bem, mas para o qual também contribui o local da construção. Resulta de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado da construção.

No que respeita a propriedades de investimento adquiridas por recuperação de créditos, estas encontram-se igualmente abrangidas pelo âmbito de análise do modelo de avaliação individual e coletiva de imparidade aplicado aos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, encontrando-se as suas principais características descritas na Nota 2.8. Nestes casos, o respetivo justo valor é determinado tendo por referência o valor recuperável assim determinado.

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13, apresentamos de seguida as propriedades de investimento na carteira do Grupo em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, classificada em função da sua tipologia, estado de desenvolvimento na sua preparação para exploração e ocupação atual, considerando as metodologias de valorização utilizadas no apuramento do seu justo valor:

30-06-2017						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
Centro comercial	Concluído	Arrendado	53.533	Método do rendimento	Valor de renda por m2	5
			4.752	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[724 - 779]
			58.285			
Escritórios	Concluído	Arrendado	11.550	Método do presumível valor de transação	Valor da Unidade	[11000 - 12000]
			25.901	Método do presumível valor de transação	Valor de venda concluído por m2	[429 - 997]
			73.402	Método do presumível valor de transação	Valor de venda concluído por m2	[1101 - 1607]
			129.592	Método do presumível valor de transação	Valor de venda concluído por m2	[1607 - 2999]
			38.347	Método do presumível valor de transação	Valor de venda concluído por m2	[3100 - 3380]
			143.528	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de Desconto	[6,5%-11%]
			6.646	Método do residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	1750-1900
	Em construção	Capitalização / venda	12.173	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1750-1900
			441.140			
Habitação	Concluído	Arrendado	2.029	Método de rendimento e mercado	Valor da renda / venda por m2	3000-17010
			55.029	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	[240 - 2200]
			14.401	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	[1025 - 1100]
			40	Método de Custo	Valor de renda por m2	2
			240	Método do rendimento	Valor de renda por m2	4,2
			34.142	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[1094 - 1038]
			1.461	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[789 - 735]
	Em construção	Capitalização / venda	150	Método do rendimento	Valor de renda por m2	0,64
			26.708	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[1400-1900]
			134.200			
			132	Método do rendimento e mercado	Valor de venda m2	10 / 970
			176	Método do rendimento e mercado	Valor de venda m2	2,35 / 1345
Lojas	Concluído	Arrendado	589	Método do rendimento e mercado	Valor de venda m2	12,3 / 1860 - 1980
			36	Método do rendimento	Valor de renda m2	2,5
			280	Método Comparativo de mercado	Valor de venda m2	721-1700
			21.638	Método do presumível valor de transação	Valor de venda m2	373-940
			36.107	Método do presumível valor de transação	Valor de venda m2	1094-7944
			9.971	Método do presumível valor de transação	Valor de venda m2	13736 - 22078
	Em construção	Capitalização / venda	2.775	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	800-900 1000-1650
			71.704			
			2.395	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de desconto	[6,75% - 8,5%]
Parqueamento	Concluído	Arrendado	692	Método do presumível valor de transação	valor de venda por m2	530-784
			53.388	Método do presumível valor de transação	valor de venda por m2	23507-22449
			814	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	valor de venda por m2	600-650
	Em construção	Capitalização / venda	475	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por Parqueamento	6.500-7.500
			57.764			
Terrenos	n.a.	Arrendado	201	Método do valor residual e de mercado	Valor do terreno por m2	70-140
			8.440	Método do residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2 habitação / comércio	1.050-1.200 / 900-1.000
		Capitalização / venda	220	Método comparativo de mercado/ rendimento	Valor de venda por m2 de terreno	5
			13	Método comparativo de Mercado	Valor de renda m2	6.5 - 8
			6.555	Método do rendimento	Taxa de desconto	5-7,5
			15.429			
Armazéns	Concluído	Arrendado	675	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda m2	405
			102.466	Método do presumível valor de transação	Valor de renda m2	[260 - 2320]
			126	Método do presumível valor de transação	Valor unidade	127000 - 124500
			103.267			
Outros			881.789			
			72.211			
			954.000			

31-12-2016						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
Centro comercial	Concluído	Arrendado	54.443	Método do rendimento	Valor de renda por m2	5
			4.752	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[724 - 779]
			59.195			
Escritórios	Concluído	Arrendado	7.968	Método do rendimento	Valor de renda por m2	5-7,5
			2.660	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de desconto	5-7,5
			107.649	Método de rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de desconto	[6,25%-11%]
			300.595	Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	[903 - 3775]
	Em construção	Capitalização / venda	6.646	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	1750-1900
		Capitalização / venda	12.173	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	1750-1900
			437.691			
Habitação	Concluído	Arrendado	144	Método do rendimento	Valor de renda por m2	4,2
			25.293	Método de rendimento e mercado	Taxa de desconto	6,75%-7,75%
			34.078	Método de mercado / Método do custo	Valor de renda por m2	[1025-1100]
			83.611	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	[0-910]
	Em construção	Capitalização / venda	150	Método de rendimento e mercado	Valor de renda por m2	0,4-4,8
		Capitalização / venda	19.751	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2	[500-625]
			163.027			[1400-1875]
Lojas	Concluído	Arrendado	73.602	Método comparativo de mercado	Valor de venda por m2	700-1700
			36	Método do rendimento	Valor de renda por m2	2,5-7,5
			190	Método de rendimento e mercado	Valor de venda por m2	[5 -12,3]
	Em construção	Capitalização / venda		Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado		800-900
			175		Valor de venda concluído por m2	1000-1650
Parqueamento	Concluído	Arrendado	74.003	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de desconto	[6,25% - 8,25%]
			3.359	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	4800-10700
			9.240	Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	11000-47900
			35.847	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	41739-47826
			14.835	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Taxa de desconto	6,35%-7,7%
			1.470	Método do rendimento	Valor de venda por m2	5-7,5
	Em construção	Capitalização / venda	519	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	600-650
			814	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda por estacionamento	7200-8500
			2.292			
			68.376			
Terrenos	n.a.	Arrendado	229	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2 / habitação	70-140
			7.928	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2 / habitação	1700-2000
			220	Método do valor residual / DCF / Método comparativo de mercado	Valor de venda concluído por m2 / comércio	900-1000
			13	Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	6,5-8
			6.555	Método do rendimento	Taxa de desconto	5-7,5
			14.945			
Armazéns	Concluído	Arrendado	675	Método comparativo de mercado	Valor por m2	405
			119.117	Método comparativo de mercado	Valor por m2	266-1323
			8.824	Método do rendimento	Valor de renda por m2	5% / 7,5%
			128.616			
Outros			945.853			
			32.411			
			978.263			

Conforme anteriormente referido, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, estes encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Contributo para os resultados do grupo	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Contributo para os resultados do grupo
Empreendimentos conjuntos						
Locarent, S.A.	50,00	17.169	1.112	50,00	16.057	3.350
Esegur, S.A.	50,00	8.186	69	50,00	8.123	1.006
		25.355	1.180		24.180	4.356
Empresas associadas						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A	15,00	283.793	8.089	15,00	231.426	29.152
Fidelidade Assistance Consolidated (a)	20,00	7.160	592	20,00	6.403	345
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00	14.516	781	20,00	13.652	1.441
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60	20.216	152	21,60	27.194	10.677
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	3.567	-	27,00	3.567	368
Outras		7.558	212		5.915	1.140
		336.811	9.826		288.157	43.124
		362.165	11.006		312.338	47.480

(a) Ex-Cares - Companhia de Seguros, S.A.

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras condensadas não auditadas) das principais empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 eram os seguintes:

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2017				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Seguros						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	16.410.529	13.962.617	2.447.913	85.045	1.661.718
Fidelidade Assistance Consolidated (c)	Lisboa	73.972	39.625	34.347	2.960	24.443
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	168.458	98.706	69.752	3.905	157.986
Outros setores						
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	342.403	510.710	(168.307)	(6.335)	3.132
Esegur, S.A.	Lisboa	39.917	23.546	16.371	138	21.783
Locarent, S.A.	Lisboa	261.833	227.495	34.338	2.223	37.195
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	192.037	104.437	87.600	7.594	7.594

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses que não controlam.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Ex-Cares - Companhia de Seguros, S.A.

Setor de atividade/Entidade	Sede	31-12-2016				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Seguros						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	15.741.593	13.684.589	2.012.255	247.271	2.778.672
Fidelidade Assistance Consolidated (c)	Lisboa	65.179	36.768	28.411	1.925	48.647
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	147.126	81.694	65.432	7.204	233.247
Outros setores						
Vale do Lobo, Resort Turístico de Luxo, S.A.	Lisboa	343.136	502.181	(159.045)	(15.103)	20.071
Esegur, S.A.	Lisboa	39.791	23.546	16.246	2.011	45.987
Locarent, S.A.	Lisboa	245.429	213.314	32.115	6.701	72.997
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	185.380	70.100	115.280	45.398	207.496

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses que não controlam.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Ex-Cares - Companhia de Seguros, S.A.

No decorrer do primeiro semestre de 2016, o Grupo alienou a participação que detinha na Prado Cartolinas da Lousã, S.A., por 1.400 mEuros, tendo em resultado desta operação reconhecido perdas de 2.734 mEuros.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 eram os seguintes:

	30-06-2017	31-12-2016
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	33.489	24.355
Outros	18.458	17.423
	51.947	41.778
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	25.590	43.150
Outros	96.670	7.634
	122.260	50.784
	(70.313)	(9.006)
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	2.457.653	2.502.566
Por prejuízos fiscais reportáveis	29.014	43.219
	2.486.667	2.545.785
Passivos por impostos diferidos	199.709	191.045
	2.286.958	2.354.740

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2017
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade para crédito	2.003.876	-	1.925	(1.229)	2.004.572
Benefícios dos trabalhadores	188.854	(693)	12.588	-	200.749
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	60.530	249	(11.510)	(91)	49.180
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	34.655	(44.491)	-	112	(9.723)
Imparidade e outras alterações de valor em participações financeiras e outros títulos	(56.562)	-	2.981	5.734	(47.847)
Outras provisões e imparidades não aceites fiscalmente	98.605	-	(6.331)	(772)	91.503
Prejuízos fiscais reportáveis	43.219	-	(13.789)	(416)	29.014
Outros	(18.438)	-	(4.527)	(7.524)	(30.490)
	2.354.740	(44.935)	(18.662)	(4.185)	2.286.958

	Saldo em 31-12-2015	Variação em		Outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade para crédito	790.487	-	(2.145)	4.963	793.305
Benefícios dos trabalhadores	199.145	(12.127)	4.309	(191)	191.136
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	34.072	261	(3.376)	(2.405)	28.552
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(75.447)	48.313	-	121	(27.013)
Imparidade e outras alterações de valor em participações financeiras e outros títulos	(10.637)	-	20.485	-	9.848
Outras provisões e imparidades não aceites fiscalmente	38.191	-	(3.161)	49.639	84.669
Prejuízos fiscais reportáveis	241.620	-	97.416	(370)	338.666
Outros	3.263	-	4.289	89	7.641
	1.220.694	36.446	117.818	51.845	1.426.802

A coluna “Variação em resultados” do mapa de movimento dos impostos diferidos para o primeiro semestre de 2016 inclui custos no montante de 66 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados “Resultados em filiais detidas para venda” no referido período, decorrente da transferência dos ativos e passivos do Mercantile Bank Holdings, Ltd. para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 13).

Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

No exercício de 2014, a Caixa Geral de Depósitos e o Caixa - Banco de Investimento aderiram ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável das respetivas Assembleias Gerais de Acionistas.

O regime, aprovado pela Lei nº 61/2014, de 26 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 23/2016, de 19 de agosto, abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos nº 1 e 2 do artigo 28-A do CIRC e respetivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.

As alterações ao regime introduzidas pela Lei nº 23/2016, de 19 de agosto, vieram excluir do seu âmbito de aplicação temporal os gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos protegidos por este regime correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registe um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado) acrescido do montante de instrumentos de capital contingente (Coco's), aplicado ao saldo elegível dos ativos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário é efetuada pelo seu valor total.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito majorado em 10% e corrigido, nos casos em que o capital próprio é inferior ao capital social, pelo quociente entre o primeiro e o segundo, sendo este último deduzido do montante do crédito tributário majorado, conjuntamente com a emissão de valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado, que no caso da Caixa é simultaneamente o seu único acionista. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado. Esta reserva especial não poderá ser distribuível. De referir que na data da emissão dos direitos de conversão, os acionistas têm o direito potestativo à sua aquisição, na proporção da respetiva participação.

Os impostos diferidos ativos registados pelo Grupo e considerados elegíveis ao abrigo do regime até 31 de dezembro de 2015, apresentam a seguinte natureza:

Impostos diferidos abrangidos pelo âmbito de incidência do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos	30-06-2017	31-12-2016
Imparidade para crédito	1.009.352	1.009.352
Benefícios dos trabalhadores	162.716	163.410
	1.172.068	1.172.762

De acordo com as disposições do regime e em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo em 2016 pela Caixa Geral de Depósitos no âmbito da sua atividade individual, os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido exercício serão convertidos em créditos tributários em função da proporção desse resultado líquido no valor dos seus capitais próprios. O montante dos impostos diferidos que se estima converter, tendo por referência os dados patrimoniais da Caixa em 31 de dezembro de 2016 ascende a aproximadamente 446.000 mEuros.

Conforme especificado no artigo n.º 12 do Anexo à Lei n.º 61/2014 (que dela faz parte integrante), o montante dos ativos por impostos diferidos a converter em crédito tributário, a constituição da reserva especial e a emissão e atribuição ao Estado dos direitos de conversão deverão ser objeto de certificação por revisor oficial de contas. A representação do Estado enquanto acionista único da Caixa determina que a emissão e atribuição dos direitos de conversão não implicará qualquer diluição da sua posição acionista.

Impostos sobre lucros registados por contrapartida de capital próprio

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

O valor do imposto associado à componente contribuída dos desvios atuariais originados após a data de alteração da política contabilística considerada dedutível nos termos dos limites enquadráveis nos números 2 e 3 do artigo 43º do Código do IRC, ou aquelas realizadas ao abrigo do número 8 do referido artigo, são relevados patrimonialmente por uma rubrica de capital próprio, conforme a base de reconhecimento das responsabilidades que lhe deram origem.

Impostos sobre lucros registados por contrapartida de resultados

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Impostos correntes		
Do exercício	109.878	63.959
Contribuição sobre o setor bancário	36.866	39.698
Correções a exercícios anteriores (líquido)	555	(138)
	147.299	103.520
Impostos diferidos	18.662	(117.884)
Total de impostos em resultados	165.961	(14.364)
Resultado consolidado antes de impostos	117.414	(219.493)
Carga fiscal	141,35%	6,54%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica “Correções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercícios de 2016 e 2015)	583	(524)
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	(24)	395
Outros	(4)	(9)
	555	(138)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2017		30-06-2016 (saldos não auditados)	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		117.414		(219.493)
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	32.113	27,35%	(60.031)
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	(9,70%)	(11.394)	(3,41%)	7.492
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões e outras imparidades não aceites	78,34%	91.982	(1,52%)	3.341
Outras	0,24%	284	(1,07%)	2.350
Outras diferenças definitivas a deduzir	(0,22%)	(261)	0,11%	(233)
Reconhecimento de imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda e participações financeiras, líquida de utilizações	1,93%	2.266	12,94%	(28.408)
Anulação de prejuízos fiscais não recuperáveis, líquido de reversões	1,23%	1.442	(0,48%)	1.059
Derrama estadual e municipal (diferencial face à taxa nominal) (**)	6,79%	7.976	0,00%	-
Diferencial de taxa de imposto aplicável ao reconhecimento/ (utilização) de prejuízos fiscais reportáveis (*)	(1,97%)	(2.309)	(9,59%)	21.046
Tributação autónoma	0,52%	616	(0,51%)	1.124
Contribuição sobre o sector bancário	31,40%	36.866	(18,09%)	39.698
Outros	1,14%	1.338	(1,81%)	3.982
	137,05%	160.920	3,91%	(8.579)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	4,30%	5.049	2,63%	(5.776)
Outras	(0,01%)	(8)	0,00%	(9)
	4,29%	5.041	2,64%	(5.785)
	141,35%	165.961	6,54%	(14.364)

(*) O reconhecimento de impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis na atividade doméstica é efetuado considerando uma taxa nominal de impostos de 21%, não incluindo Derrama Estadual e Municipal

(**) Apurado no âmbito da atividade individual da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade, ascendeu a 27.35%.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável. Relativamente à derrama estadual será de referir a alteração da redação do artigo 87º-A do CIRC, introduzida pela Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (Lei da Reforma do IRC), a qual no seu número 1 prevê a aplicação das seguintes taxas sobre a parte do lucro tributável a enquadrar nos seguintes intervalos:

- na parte que exceda 1.500 mEuros e até 7.500 mEuros, a taxa a aplicar será de 3%;
- na parte que exceda 7.500 mEuros e até 35.000 mEuros, a taxa a aplicar será de 5%;
- na parte que exceda 35.000 mEuros a taxa a aplicar será de 7%;

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi igualmente alterado artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º-A, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa.

Em resultado desta situação, o Grupo reconheceu impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), os quais, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ascendem a 95.906 mEuros.

Limitações à dedutibilidade fiscal de perdas com imparidade em créditos e outras correções de valor

Conforme descrito na Nota 2.12, no decorrer do exercício de 2016, por força da aplicação do Aviso nº 5/2015, do Banco de Portugal, a Caixa e outras instituições financeiras relevantes em Portugal passaram a preparar as suas demonstrações financeiras condensadas da atividade individual de acordo com as disposições das normas internacionais de relato financeiro tal como adotadas em cada momento por Regulamento da União Europeia, considerando, a partir de 1 de janeiro do referido exercício, os requisitos da IAS 39 no que respeita ao provisionamento do crédito e outros valores a receber.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, publicado em 18 de novembro de 2016, veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC, prorrogando para o período de tributação iniciado em 1 de janeiro de 2016, para efeitos fiscais, o enquadramento decorrente do Aviso n.º 3/95.

O referido Decreto Regulamentar veio igualmente consagrar, mediante opção do sujeito passivo, um regime transitório a aplicar às anulações ou reduções de perdas por imparidade reconhecidas no âmbito da adoção do Aviso nº 5/2015. Ao abrigo deste regime, a diferença positiva apurada em 1 de janeiro de 2016 entre o valor das perdas de imparidade para crédito determinadas por referência às disposições do Aviso nº 3/95 e as imparidades determinadas de acordo com o novo normativo contabilístico é considerada na determinação do lucro tributável apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais ainda não utilizados gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

A Caixa exerceu a opção de aplicação do mencionado regime transitório na determinação da sua matéria coletável do exercício de 2016, tendo para o efeito consumido saldo reportável de prejuízos fiscais originados nos exercícios de 2013 e 2014 que nessa data ainda não tinham sido utilizados.

A utilização dos prejuízos fiscais reportáveis do exercício de 2013, cujo imposto diferido ativo havia sido desreconhecido em 2015, determinou o reconhecimento nesse exercício de ganhos com impostos no montante de 164.896 mEuros (apurados considerando uma taxa efetiva de imposto de 27,35%).

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa do Grupo quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta, fundamentalmente, (i) na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes, e (ii) na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

Esta avaliação foi realizada tendo por base a concretização do seu Plano Estratégico, desenvolvido ao abrigo do acordo estabelecido entre o Estado Português e as Autoridades Europeias para o período de

2017-2020, e que permite ao Grupo assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de capital adequados, encontrando-se igualmente consistente com o Plano de redução de *Non-performing assets* remetido às entidades de supervisão no mês de fevereiro de 2017.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada nos elementos discutidos com as Autoridades Europeias no âmbito do recente processo de recapitalização da CGD e nesses termos incorporam um grau de conservadorismo elevado, destacando-se os seguintes fatores:

(i) Evolução positiva da sua margem financeira, atribuível a uma redução sustentada do seu custo de financiamento, consistente com o observável num passado recente e num contexto de curvas de taxas de juro de mercado mais conservadoras do que as estabelecidas pelo próprio supervisor no âmbito do último exercício de atualização dos Planos de Financiamento e Capital;

(ii) Reforço dos proveitos com a prestação de serviços, alinhada com uma estratégia comercial mais orientada para a geração de valor para o Cliente;

(iii) Diminuição do custo de risco para níveis comparáveis com outros bancos europeus de referência, com suporte numa profunda reestruturação da sua política de gestão de ativos problemáticos, assim como na adaptação dos processos de concessão e acompanhamento de créditos em conformidade com uma política de apetite ao risco devidamente sustentável;

(iv) Forte redução de custos, alinhada com as medidas de racionalização da estrutura operacional que serão implementadas nos próximos quatro anos em função da dimensão, natureza e evolução esperada do negócio e da gestão de recursos que se pretende cada vez mais eficiente;

(v) Obtenção de níveis de rentabilidade e de solvabilidade que estejam alinhados com os objetivos e pressupostos inerentes ao processo recente de recapitalização da CGD. Numa perspetiva conservadora o valor dos resultados antes de impostos considerados relevantes para este efeito foram mantidos constantes para todos os períodos de tributação posteriores a 2020, ou seja, 2021 a 2031.

Foram igualmente considerados os pressupostos seguidamente elencados, com relevância para as conclusões alcançadas quanto à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos:

(vi) Conversão, no exercício de 2017, de ativos por impostos diferidos elegíveis ao abrigo do regime especial no montante aproximado de 446.000 mEuros, deduzida à componente do saldo que em 31 de dezembro de 2016 já cumpria os critérios de dedutibilidade, ainda não concretizada por insuficiência de matéria coletável;

(vii) Alteração do enquadramento fiscal das perdas por imparidade para risco específico de crédito, para períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, de acordo com o anteprojeto de proposta de lei de alteração do artigo 28.º-C do CIRC, disponibilizado em dezembro de 2016 pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais à Associação Portuguesa de Bancos para comentários e análise dos seus associados. A intenção de rever este enquadramento fiscal em 2017 tinha já sido expressa no preâmbulo do Decreto Regulamentar n.º 5/2016, no âmbito do qual é declarada a intenção de favorecer uma aproximação entre as regras fiscais e contabilísticas.

(viii) Incorporação dos resultados fiscais estimados decorrentes da estratégia de reestruturação das operações internacionais;

(ix) Dedução de perdas por imparidade em outros ativos financeiros (nomeadamente em imóveis recebidos em dação de crédito, incluindo os detidos através de veículos imobiliários), em função dos objetivos (e períodos de concretização) de desalavancagem estabelecidos no Plano de redução de *Non-performing assets*;

(x) Projeção da dedutibilidade de encargos com benefícios a empregados, atuais e futuros, em função do período de tributação em que se estima vir a realizar os respetivos pagamentos.

De notar que eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis relevantes na determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões

substancialmente diferentes. A este respeito importa salientar que as conclusões acima referidas poderão ser diferentes caso se mantenha a legislação de dedução fiscal de perdas por imparidade de crédito que vigorou em 2016. Neste contexto, no âmbito da análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, a Caixa preparou igualmente cenários no pressuposto da manutenção futura do regime fiscal aplicável às imparidades para crédito no exercício de 2016. De acordo com esses cenários, será necessário reduzir o ritmo de desinvestimento em créditos com imparidades fiscalmente ainda não dedutíveis e tomar outras medidas para postecipar a dedutibilidade fiscal das perdas por imparidade já registadas a 31 de dezembro de 2016, com vista a reduzir o risco de não recuperação de parte dos correspondentes ativos por impostos diferidos. Embora atribua probabilidade reduzida a estes cenários, o Conselho de Administração da Caixa considera que terá condições para implementar estas medidas caso tal venha a ser necessário.

Contribuição sobre o setor bancário

Decorrente das disposições regimentadas no artigo 141º da Lei do Orçamento de Estado para 2011 (Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro), o qual veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário, o Grupo reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 um custo de 36.866 mEuros e 39.698 mEuros, respetivamente, relativo à totalidade dos encargos a suportar com este tributo nos períodos de tributação que lhe são imputáveis. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria nº 121/2011, de 30 de março, incide sobre o valor dos passivos das instituições de crédito com sede no território português, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2013 a 2016, no caso da maioria das entidades com sede em Portugal, sendo que no caso da Caixa Geral de Depósitos, os exercícios de 2013 e 2014 foram já objeto de inspeção). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

17. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	865.650	893.496
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.402	3.434
Outras disponibilidades	30	28
Outros	6.291	6.249
Devedores e outras aplicações		
Setor Público Administrativo	42.062	43.345
Suprimentos	208.601	217.859
Devedores por operações sobre futuros	58.598	42.995
Valores a receber pela venda da EDP	482.004	482.457
Bonificações a receber		
Do Estado	19.880	16.922
De outras entidades	12.651	11.882
Valor a receber pela venda de bens arrematados	495	284
Outros devedores vencidos	73.188	183.196
Devedores diversos	994.560	1.188.554
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Rendimentos a receber	38.152	46.051
Despesas com encargo diferido		
Rendas	4.633	2.280
Outras	43.952	40.768
Outras operações ativas por regularizar	213.937	254.954
Operações de Bolsa	11.979	9.743
	3.080.064	3.444.497
Imparidade (Nota 34)	(301.439)	(402.849)
	2.778.626	3.041.648

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os semestres findos em 30 de junho 2017 e 2016 é apresentado na Nota 34.

Em 30 de junho 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor a receber pela venda da EDP, resulta da alienação pela CGD à Parpública de uma participação detida nesta entidade.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 645.386 mEuros e 806.380 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “Swaps de taxa juro” (“IRS”) com essas entidades (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 50.282 mEuros, relativos a depósito caução constituído pela Caixa junto da Administração Fiscal no âmbito dos procedimentos de suspensão da execução fiscal de ato tributário. Em resultado da adesão da Caixa ao PERES, a referida caução veio a ser cancelada em janeiro de 2017.

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 23). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 865.650 mEuros e 893.496 mEuros, respetivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Devedores e outras aplicações – devedores diversos", inclui saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes e outras despesas diretamente associadas a estas operações, nos montantes de 73.188 mEuros e 183.196 mEuros, respetivamente. Nas referidas datas o montante de imparidade acumulada, associada a estas operações ascendia a 49.774 mEuros e 140.795 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	86.000	86.000
A. Silva & Silva - Imobiliário & Serviços, S.A.	28.977	28.977
Sagesecur - Estudo, Desenvolvimento e Participações em Projetos, S.A.	12.180	12.180
Visabeira Global, SGPS, SA	14.134	11.047
PP3E - Projetos e Participações em Empreendimentos de Energia Elétrica, S.A.	-	10.200
Relativos a operações de cedências (Nota 8)		
Moretextile, SGPS, S.A.	37.440	37.006
Flitptrel Portugal, SGPS, S.A	8.825	8.825
Taem - Processamento Alimentar, SGPS, S.A	5.060	5.050
Vncork - SGPS, S.A	982	976
	52.307	51.857
Outros	15.003	17.597
	208.601	217.859

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. apresentam o seguinte detalhe:

- Suprimento no montante de 36.000 mEuros remunerado a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente em 1 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. No decorrer do primeiro semestre de 2014 foi celebrado um aditamento do contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento até 30 de junho de 2018;
- Suprimento no montante de 50.000 mEuros. Esta operação é remunerada a uma taxa indexada à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 3%, sendo pagos juros trimestral e postecipadamente em 1 de janeiro, 1 de abril, 1 de julho e 1 de outubro de cada ano. No decorrer do segundo semestre de 2016 as partes celebraram novo aditamento ao contrato de suprimentos onde ficou estabelecida a prorrogação do prazo de vencimento, previsto para 30

de setembro desse exercício, por mais um ano, sem alteração das restantes condições em vigor.

No âmbito do acordo de reestruturação financeira dos grupos têxteis Coelima, JMA - José Machado de Almeida e AAF – António Almeida & Filhos, realizado no decorrer do primeiro semestre de 2011, a Caixa concedeu à Moretextile, SGPS, S.A., suprimentos no montante de 31.182 mEuros. Estes suprimentos, utilizados na amortização parcial da dívida da Coelima junto dos seus credores (entre os quais a CGD), são remunerados a uma taxa de juro correspondente à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 2,5%, e serão integralmente reembolsados (capital e juros) de uma só vez em 13 de maio de 2018, prazo este renovável por um período adicional de cinco anos. O reembolso destes suprimentos encontra-se subordinado à liquidação pela Moretextile e suas participadas de créditos vencidos e não pagos junto de outros credores. A Caixa reconheceu imparidade para fazer face a perdas neste ativo no montante de 37.440 mEuros, dos quais 434 mEuros no decorrer do primeiro semestre de 2017.

18. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	2.000.000	2.000.000
Outras entidades do Grupo	1.497.220	1.527.220
Recursos de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	2.041	285
De Instituições de crédito no estrangeiro	20.207	149.617
Juros a pagar	684	1.029
	3.520.152	3.678.151
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	659.620	719.983
De instituições de crédito no estrangeiro	775.657	971.299
Recursos do mercado monetário interbancário	15.000	14.500
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	141.808	22.846
De instituições de crédito no estrangeiro	9.637	699
Empréstimos		
De instituições de crédito no estrangeiro	9.580	12.862
Recursos de organismos financeiros internacionais	47.360	62.911
Operações de venda com acordo de recompra	150.000	308.981
Juros a pagar	8.595	8.453
Despesas com encargo diferido	-	(973)
	1.817.258	2.121.560
	5.337.409	5.799.712

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a rubrica “Recursos de bancos centrais - Recursos – Banco Central Europeu” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Central Europeu, os quais se encontram garantidos por instrumentos de dívida e outros créditos da carteira do Grupo. Estes ativos não estão disponíveis para livre transmissão e encontram-se registados pelo seu valor nominal em rubricas extrapatrimoniais de “Ativos dados em garantia” (Nota 21).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra”, refere-se a contratos de cedência de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado, celebrado pelo Grupo com diversas instituições financeiras.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas

aplicáveis aos ativos subjacentes (Nota 9). A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecido como um custo com juros e diferida ao longo do período do contrato.

As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) ou acordos bilaterais de cedência de liquidez, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações acordadas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Depósitos de poupança	2.488.328	2.395.529
Outros débitos		
À vista	27.172.427	25.024.891
A prazo		
Depósitos	38.121.383	40.033.566
Depósitos obrigatórios	245.037	292.950
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	111.017	92.785
Empréstimos	70.030	70.030
Operações com acordo de recompra	156.000	158.965
Outros	1.419.009	1.451.931
	40.122.477	42.100.227
	67.294.904	67.125.118
Juros a pagar	140.161	170.661
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(6.389)	(8.608)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(3.361)	(3.895)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	1.135	1.326
	131.548	159.484
	69.914.779	69.680.130

20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
- Remuneração indexada a taxas de juro	12.498	12.498
- Taxa de juro fixa	162.361	218.034
- Remuneração indexada a taxas de câmbio	94.664	91.956
	269.523	322.488
Obrigações hipotecárias	3.759.850	3.759.850
	4.029.373	4.082.338
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	8.000	13.326
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(7.590)	(9.809)
Juros a pagar	48.460	97.874
	4.078.243	4.183.729

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida entretanto readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
EMTN	15.000	15.000
Obrigações hipotecárias	1.500.000	1.500.000
	1.515.000	1.515.000

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit (ECP e CCP)

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit” a CGD (diretamente ou através da Sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “Notes” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir das Sucursais de França e Londres) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução nº 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações;
- O valor atual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, o valor nominal de Obrigações Hipotecárias emitidas pela Caixa era o mesmo e ascendia 5.270.000 mEuros, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em	Taxa em
	30-06-2017	31-12-2016					30-06-2017	31-12-2016
Hipotecárias Série 4 2007/2022	250.000	250.000	2007-06-28	2022-06-28	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	0,000%	0,000%
Hipotecárias Série 8 2008/2038	20.000	20.000	2008-10-01	2038-10-01	Anualmente no dia 1 de outubro	Taxa Fixa	5,380%	5,380%
Hipotecárias Série 10 2010/2020	1.000.000	1.000.000	2010-01-27	2020-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	4,250%	4,250%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (*)	1.500.000	1.500.000	2012-07-31	2022-07-31	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,421%	0,438%
Hipotecárias Série 15 2013/2018	750.000	750.000	2013-01-18	2018-01-18	Anualmente no dia 18 de janeiro	Taxa Fixa	3,750%	3,750%
Hipotecárias Série 16 2014/2019	750.000	750.000	2014-01-15	2019-01-15	Anualmente no dia 15 de janeiro	Taxa Fixa	3,000%	3,000%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	1.000.000	1.000.000	2015-01-27	2022-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	1,000%	1,000%
	5.270.000	5.270.000						

(*) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões inclui créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 a 8.904.971 mEuros e 9.432.153 mEuros, respetivamente (Nota 12).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas era o mesmo, ascendendo a 141.657 e 142.693 mEuros, respetivamente (Nota 8).

Em 30 de junho de 2017, as notações de rating atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências Moody's e Fitch eram de A2 e BBB+, respetivamente.

Nas demonstrações financeiras condensadas em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

30-06-2017					
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações			Obrigações hipotecárias	Total
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	-	69.361	69.361	749.000	69.361
Entre 1 e 5 anos	53.565	95.498	149.063	2.740.850	2.641.413
Entre 5 e 10 anos	17.742	-	17.742	250.000	1.265.242
Mais de 10 anos	23.357	10.000	33.357	20.000	53.357
	94.664	174.859	269.523	3.759.850	4.029.373

31-12-2016					
	Programa EMTN Tipo de ativo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações			Obrigações hipotecárias	Total
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Sub-total		
Até 1 ano	-	119.361	119.361	-	119.361
Entre 1 e 5 anos	61.724	101.171	162.895	2.492.350	2.655.245
Entre 5 e 10 anos	18.156	-	18.156	1.247.500	1.265.656
Mais de 10 anos	12.076	10.000	22.076	20.000	42.076
	91.956	230.532	322.488	3.759.850	4.082.338

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respetiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2016	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2017
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	322.488	-	(52.026)	(939)	-	269.523
Obrigações hipotecárias	3.759.850	-	-	-	-	3.759.850
	4.082.338	-	(52.026)	(939)	-	4.029.373

	Saldo em 31-12-2015	Emissões	Reembolsos	Diferenças de câmbio	Outros movimentos	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	879.899	-	(299.121)	3.958	(33.000)	551.736
Obrigações hipotecárias	5.484.982	-	(150.000)	-	5.178	5.340.160
Outras obrigações de caixa	42.430	-	(18.096)	(3.215)	-	21.119
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	110.500	10.000	(50.500)	-	-	70.000
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização	11.915	-	-	2.678	-	14.593
	6.529.726	10.000	(517.717)	3.421	(27.822)	5.997.608

21. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2017
Provisões para encargos com benefícios de empregados	613.094	1.197	(26.807)	(96)	70.227	657.615
Provisões para contingências judiciais	23.145	3.914	(5.376)	(1.005)	5.615	26.294
Provisões para garantias e compromissos assumidos	360.935	(6.907)	-	(5.864)	(7.127)	341.037
Provisões para outros riscos e encargos	130.138	319.608	(762)	243	(8.795)	440.431
	514.218	316.616	(6.138)	(6.626)	(10.307)	807.763
	1.127.312	317.813	(32.946)	(6.722)	59.921	1.465.378

	Saldo em 31-12-2015	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)
Provisões para encargos com benefícios de empregados	642.958	637	(18.338)	(894)	(10.976)	613.388
Provisões para contingências judiciais	15.740	(24)	-	1.051	181	16.947
Provisões para garantias e compromissos assumidos	156.006	(2.703)	-	643	(40.888)	113.058
Provisões para outros riscos e encargos	177.760	(15.336)	(3.752)	(1.213)	(5.261)	152.199
	349.506	(18.062)	(3.752)	481	(45.968)	282.204
	992.464	(17.425)	(22.089)	(414)	(56.944)	895.592

No decorrer do primeiro semestre de 2017, o valor das "Provisões para encargos com benefícios de empregados", inclui um reforço de 61.000 mEuros registados em Custos com Pessoal (Nota 32) resultante dos planos de reformas antecipadas denominado "PPR" e das rescisões por mútuo acordo.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade do Grupo.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despende na sua resolução, com base em estimativas da Direção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Em 30 de junho de 2017, face aos desenvolvimentos verificados no decorrer do primeiro semestre de 2017, o Grupo registou custos relacionados com um conjunto de medidas de reestruturação previstas no plano estratégico no montante global de 383.000 mEuros. O Conselho de Administração da Caixa considerou que não se encontravam reunidos na sua totalidade os requisitos previstos nas IFRS para que fossem registadas nas demonstrações financeiras consolidadas condensadas de 30 de junho de 2017 os outros custos estimados para implementação do Plano Estratégico.

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2017	31-12-2016
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	14.751.561	14.907.144
Garantias e avales	3.574.521	3.820.765
Créditos documentários abertos	263.912	324.575
Cartas de crédito "stand by"	56.483	62.060
	18.646.479	19.114.544
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9.185.822	9.983.313
Subscrição de títulos	1.508.053	1.683.944
Linhas de crédito irrevogáveis	540.997	567.968
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.553	155.553
Sistema de indemnização aos investidores	38.584	37.760
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	21.309	-
A constituir	40.770	218
Outros	29.708	-
	11.520.796	12.428.757
Depósito e guarda de valores	42.919.608	41.058.503

Os ativos dados em garantia apresentam a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.192.500	1.117.500
Council of Europe Development Bank	25.300	28.800
Banco de Portugal (*)	13.192.899	13.366.030
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	127.509	181.409
Fundo de Garantia de Depósitos	185.240	185.240
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	21.000	21.000
Euronext	6.500	6.500
Outros ativos		
Outros	613	664
	14.751.561	14.907.144

(*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do "Contrato de Garantia do Crédito Intradiário" no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida classificados em rubricas de ativos de negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos (Nota 20). Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 14.985.983 mEuros e 14.948.581 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 213.682 mEuros e 203.178 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.553 mEuros. Em 30 de junho de 2017 e 2016, o Grupo reconheceu encargos com a contribuição anual para o FGD nos montantes de 2.706 mEuros e 2.425 mEuros, respetivamente.

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

Caixa Brasil, SGPS, S.A.

No exercício de 2009, a CGD foi notificada do relatório de inspeção da Administração Fiscal ao exercício de 2005, o qual determinou correções à matéria coletável no valor de 155.602 mEuros. Para além de outras situações, o referido montante inclui 135.592 mEuros de correção pelo facto da Caixa ter beneficiado da eliminação da dupla tributação económica do resultado de partilha da Caixa Brasil SGPS, S.A. nesse exercício. A Caixa contestou estas correções por considerar que o procedimento por si adotado se encontrava de acordo com a lei fiscal em vigor, dado dispor de elementos que permitem demonstrar que os rendimentos obtidos pela Caixa Brasil SGPS, S.A. foram sujeitos a tributação. Ainda no decorrer do exercício de 2014, o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu sentença determinando a anulação, entre outras, das correções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira no referido exercício à componente afeta aos ganhos da liquidação da Caixa Brasil.

Em Abril de 2015, foi conhecido o teor do Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TAS), que em segunda instância, decidiu revogar a sentença decretada em primeira instância pelo Tribunal Tributário de Lisboa. Em reação a esta deliberação do TAS, decidiu a Caixa interpor requerimento de recurso de oposição de acórdãos e recurso de revista ainda no decorrer do primeiro semestre de 2015. Em resultado das alegações apresentadas, o Tribunal Central Administrativo Sul reconheceu a legitimidade dos pressupostos inerentes ao recurso de oposição de acórdãos, aguardando esta decisão final pelo Supremo Tribunal Administrativo, tendo igualmente o recurso de revista sido considerado admissível face ao enquadramento jurídico das alegações apresentadas, aguardando decisão pelo Supremo Tribunal Administrativo.

No decorrer do mês de dezembro de 2016, em resultado da adesão pela Caixa ao regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à segurança social (Programa especial de redução de endividamento ao Estado - "PERES"), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, o valor do imposto associado ao processo em curso, no montante de aproximadamente 34.071 mEuros, foi integralmente liquidado nessa data. Em resultado desta ação, a Caixa solicitou igualmente o cancelamento do depósito caução que havia constituído em 2010 no âmbito dos procedimentos de prestação de garantia para suspensão do ato tributário da liquidação previstos na lei, no montante de 50.282 mEuros, o que veio apenas a suceder já no decorrer do mês de janeiro de 2017 (Nota 17)

Em 31 de maio de 2017, a Caixa foi notificada da decisão do Supremo Tribunal Administrativo relativamente ao recurso de revista, o qual veio dar acolhimento aos argumentos apresentados no que respeita à correta interpretação do conceito de tributação efetiva, determinando em sua consequência a devolução dos Autos do processo ao Tribunal Central Administrativo Sul o qual deverá rever a sua conclusão inicial pronunciada em segunda instância à luz das referidas orientações.

Não obstante a convicção do Conselho de Administração da Caixa da conformidade dos procedimentos adotados, tendo para o efeito intentando as diligências que a latitude da Lei lhe permite para contestar esta decisão, entendeu-se como adequado que o valor do imposto entregue ao Estado ao abrigo da adesão ao PERES, reconhecido por contrapartida de uma rubrica de "Outros ativos", se mantenha integralmente imparizado com referência a 30 de junho de 2017.

Autoridade da Concorrência

Em 3 de junho de 2015, a CGD foi notificada de Nota de Ilícitude através da qual a Autoridade da Concorrência lhe imputa, bem como a catorze outras Instituições de Crédito, diversas práticas, designadamente troca de informação com parte das mesmas Instituições de Crédito, o que, na ótica da mencionada Autoridade, constituem práticas concertadas que tiveram como objeto falsear, de forma sensível, a concorrência no mercado.

Em razão de requerimentos apresentados por diversas Instituições de Crédito visadas, o prazo inicial veio a ser prorrogado por mais de uma vez, não se encontrando ainda esgotado. Apesar de tal facto, a CGD concluiu a preparação da sua defesa no decorrer do período inicialmente previsto para o efeito, e que findava em 17 de novembro de 2015.

Em 14 de março de 2017, a CGD foi formalmente informada pela Autoridade da Concorrência da deliberação do seu Conselho de Administração do levantamento da suspensão do processo de contraordenação que se encontrava em vigor, mantendo-se no entanto a suspensão do prazo de pronúncia sobre a Nota de Ilícitude. Posterior nova deliberação do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência veio cessar a suspensão do prazo de pronúncia, a qual terminava em 27 de setembro de 2017. A CGD apresentou a sua defesa em 26 de setembro de 2017.

Da defesa elaborada pela CGD, resulta que é seu entendimento, que não se se encontram reunidos quer os pressupostos de facto, quer de Direito, que conduzam à condenação da Caixa Geral de Depósitos por qualquer prática restritiva no mercado, razão pela qual esta pugna expressamente pelo arquivamento do processo.

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, sendo os seus recursos provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o sector bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente: (i) contribuições especiais das instituições de crédito; e (ii) importâncias provenientes de empréstimos.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, e cuja totalidade do capital social é detido pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e

- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000 mEuros assegurados pela CGD).

Em setembro de 2015 o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 29 de dezembro de 2015 o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES foi de 1.941 milhões de Euros e corresponde a um valor de balanço de 1.985 milhões de Euros. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

O processo de alienação da participação detida pelo Fundo de Resolução no capital do Novo Banco foi relançado em janeiro de 2016.

Em julho de 2016, e decorrente da conclusão do processo de avaliação independente do nível de recuperação dos créditos de cada classe de credores do BES num hipotético cenário de liquidação em agosto de 2014, como alternativa à aplicação da medida de resolução, o Banco de Portugal veio clarificar que na hipótese de se verificar no encerramento da liquidação do BES que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, S.A., venham a assumir uma perda superior à que teriam nesse cenário, deverão ser ressarcidos dessa diferença pelo Fundo de Resolução.

Em 4 de agosto de 2016, o Fundo de Resolução informa que alterou as condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução aplicada (ambos com prazo máximo de 4 de agosto de 2016), cujo vencimento passou a ser 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo de reembolso antecipado ou de serem acordadas novas alterações.

Em 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do BES. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução, a revisão então acordada "permitiria a extensão dessa maturidade em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências positivas ou negativas a que o Fundo de Resolução se encontra exposto." Na mesma data, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou também que "no âmbito do contrato com o Fundo de Resolução, e de acordo com as bases já estabelecidas, quaisquer aumentos ou reduções de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos bancos ao Fundo de Resolução, mantendo-se o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais."

Em 21 de março de 2017 o Fundo de Resolução anunciou a formalização das alterações contratuais acima mencionadas, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046. Nesta data o Fundo de Resolução utilizou recursos próprios no financiamento desta medida de resolução (300.000 mEuros que somaram aos 4.600.000 mEuros). A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário.

Em 4 de janeiro de 2017, o Banco de Portugal concluiu com base nos elementos disponíveis desta data que o potencial investidor Lone Star seria a entidade mais bem colocada para finalizar o processo negocial com vista à aquisição das ações do Novo Banco.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Após a conclusão da operação, cessará a aplicação do regime das instituições de transição ao Novo Banco. Foi acordado que a Lone Star irá realizar injeções de capital no Novo Banco no montante total de 1.000.000 mEuros, dos quais 750.000 mEuros no momento da conclusão da operação e 250.000 mEuros no prazo de 3 anos.

Neste sentido e concluída a operação, a Lone Star passará a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução manterá 25% do capital.

A conclusão da operação de venda encontra-se dependente da obtenção das autorizações regulatórias e da conclusão da realização de um exercício de gestão de passivos, realizado com o objetivo de reduzir o passivo do Novo Banco, mediante a emissão de novas obrigações e que permita gerar pelo menos 500.000 mEuros de fundos próprios elegíveis para o rácio CET1. Os títulos em causa foram emitidos pelo Novo Banco em 25 de julho de 2017, estando a liquidação prevista para 4 de outubro.

Medida de resolução aplicada ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 20 de dezembro de 2015 foi decidida a venda da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) e da maior parte dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta por 150 milhões de Euros. Segundo o referido comunicado, as imposições das instituições europeias e a inviabilização da venda voluntária do Banif conduziram a que esta alienação fosse tomada no contexto de uma medida de resolução.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Neste âmbito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, as quais foram adquiridas na totalidade pelo Banco Santander Totta, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255 milhões de euros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Em 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 mEuros, a título de reembolso parcial antecipado das medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões para 353 milhões.

O montante não transferido para o Fundo Único de Resolução será pago pelas Instituições abrangidas no âmbito do Regulamento UMR ao mesmo Fundo Único de Resolução ao longo de um período de oito anos (a terminar em 2024), conforme previsto no Regulamento de Execução (EU) 2015/81 do Conselho, de 19 de dezembro de 2014.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a alteração das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do Banif em moldes similares ao acima referido relativamente aos financiamentos da medida de resolução do BES.

Até à data de aprovação de contas pelo Conselho de Administração, a CGD não dispõe de informação que lhe permita estimar com razoável fiabilidade se na sequência destes processos irá existir uma eventual insuficiência de recursos do Fundo de Resolução.

Não obstante, na presente data, atendendo aos desenvolvimentos acima descritos: (i) não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota, e (ii) prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013,

de 19 de Fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de Abril do ano a que respeita a contribuição periódica. Estas contribuições, bem como a contribuição sobre o setor bancário, são registadas em custos em cada exercício, de acordo com a IFRIC 21 - Taxas.

22. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Obrigações	1.462.959	2.363.316
Empréstimos	209	209
	1.463.168	2.363.525
Juros a pagar	16.045	72.990
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(9.139)	(12.382)
	1.470.074	2.424.133

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho nº 8840-C/2012 de 28 de junho de 2012). Estas obrigações eram convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceda à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado; e,
- Caso os instrumentos financeiros híbridos deixem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios Core Tier 1.

No seguimento da autorização concedida pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal em 6 de dezembro de 2016, obtida no âmbito do novo processo de recapitalização negociado com as autoridades europeias, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. recebeu a título de aumento de capital em espécie os instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios Core Tier 1 (Cocos), acrescidos dos correspondentes juros corridos e não pagos até à data de 4 de janeiro de 2017, data de finalização desta operação.

Ainda na sequência deste processo, foi levantada pela Comissão Europeia a interdição que se encontrava em vigor, relativa ao pagamento de cupões discricionários na dívida subordinada. No primeiro trimestre de 2017, a Caixa retomou o pagamento dos cupões suspensos desde 2013, tendo sido pago até 30 de junho de 2017 o montante de 1.321 mEuros.

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Instrumentos de Capital Core Tier 1 Subscritos pelo Estado	EUR	900.000	-	900.000	29-06-2012	29-06-2017	1º ano 8,5%, 2º ano 8,75%, 3º ano 9%, 4º ano 9,5% e 5º ano 10%. Pagamento de juros semestral, no dia 29 de junho e dezembro.	A opção de reembolso poderá ser exercida a qualquer momento, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.
Caixa Geral de Depósitos	Step Up Switchable Subordinated Notes due May 2019	EUR	538.552	536.729	536.729	11-05-2009	13-05-2019	Euribor 12 meses + 1,15%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,65%. Pagamento de juros anual, no dia 11 de maio.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 11 de maio de 2014.
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2008/2018 (1ª emissão)	EUR	369.045	368.522	368.522	03-11-2008	05-11-2018	2º ano Euribor 12 meses + 0,125%, 3º ano Euribor 12 meses + 0,250%, 4º ano Euribor 12 meses + 0,500% e 5º ano Euribor 12 meses + 1,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 12 meses + 1,50%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de novembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 201	EUR	125.000	125.000	125.000	27-12-2007	27-12-2017	5,733%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,70%. Pagamento de juros anual no dia 27 de dezembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 27 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 27 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 201	EUR	120.000	104.720	104.720	17-12-2007	17-12-2017	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
CGD (Sucursal de França)	Floating Rate Undated Subordinated	No EUR	110.000	209	209	18-12-2002	Perpetuo	Euribor 3 meses + 1,30%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	2008-03-03	2028-03-03	5,980%. Pagamento de juros N/A. anual, no dia 3 de março.	
Caixa Geral de Depósitos	Caixa Subordinadas CGD 2007/2017 (2ª emissão)	EUR	81.595	81.245	81.245	2007-11-12	2017-11-13	1º ano 5,00%, 2º ano 5,50%, 3º ano 6,00%, 4º e 5º ano 7,50% e 10% respetivamente, se o preço de todos os ativos subjacentes estiver acima do seu valor inicial, caso contrário paga 0,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,7%. Pagamento de juros anual no dia 12 de novembro. Pagamento de juros trimestral nos dias 12 de fevereiro, maio, agosto e novembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir do 5º ano.
Caixa Geral de Depósitos	Floating Rate Notes due December 2017	EUR	50.000	50.000	50.000	2007-12-28	2017-12-28	Euribor 3 meses + 1,08%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro.	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 22,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2008. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 23,00%. Caso não ocorra reembolso antecipado datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2009. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fixed to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	2007-12-03	2017-12-04	1º cupão 23,50%. Caso não ocorra reembolso antecipado datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2010. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	2007-12-03	2017-12-04	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 5 de dezembro de 2011. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.
Caixa Geral de Depósitos	Fund Linked to Floating Rate Notes December 2017	EUR	6.000	6.000	6.000	2007-12-03	2017-12-04	1º cupão indexado ao Fundo CaixaGest Ações Oriente. Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 0,85%. Pagamento de juros no dia 3 de dezembro de 2012. Pagamento de juros trimestral, nos dias 3 de março, junho, setembro e dezembro (caso não ocorra reembolso antecipado).	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 3 de dezembro de 2012.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
CGD Finance	Floating Rate Undated Subordinated No EUR	EUR	110.000	743	765	2002-12-18	Perpetual	<p>Euribor 3 meses + 1,30%.</p> <p>Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 2,80%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 18 de março, junho, setembro e dezembro.</p>	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 18 de dezembro de 2012.
CGD Finance	Floating Rate Notes due December 201 EUR	EUR	55.000	55.000	55.000	2007-12-17	2017-12-17	<p>Euribor 3 meses + 1,08%.</p> <p>Caso não ocorra reembolso antecipado Euribor 3 meses + 1,58%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 17 de março, junho, setembro e dezembro.</p>	Mediante autorização prévia do Banco de Portugal, nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 17 de dezembro de 2012.
Banco Comercial e de Investimentos	Obrigações Subordinadas do BCI 2008- MZN 2018	MZN	216.000	2.970	2.664	2008-10-16	2018-10-16	<p>1º cupão 15,25%. Cupões seguintes indexados à taxa média ponderada das últimas seis emissões de Bilhetes do Tesouro com prazo igual ou superior a 90 dias, acrescida de 1%.</p> <p>Pagamento de juros trimestral, nos dias 16 de janeiro, abril, julho e outubro.</p>	O Emitente poderá efetuar o reembolso antecipado, total ou parcial, ao par, por redução ao valor nominal, na data de vencimento do 2º período de contagem de juros e, posteriormente, em cada data de pagamento de juros.
Banco Comercial do Atlântico	Obrigações BCA Crescente 2017	CVE	500.000	449	897	2010-12-17	2017-12-17	<p>1º e 2º ano 5,75%, 3º e 4º ano 5,85%, 5º e 6º ano 6% e 7º ano 6,25%. Pagamento de juros semestral, nos dias 17 de junho e dezembro.</p>	O Emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal da dívida outstanding a partir do 5º cupão, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações que seriam amortizadas nos períodos subsequentes.

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2017	Valor de balanço 31-12-2016	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Clausula de reembolso antecipado
Banco Interatlântico	Obrigações BI 2014	CVE	500.000	4.255	4.255	2008-07-08	2018-07-08	Euribor 6 meses + 0,9% até ao 2º cupão. 6,0% até julho de 2013. A partir dessa data, taxa da última emissão de OT's a 5 anos + 0,5%. Pagamento de juros semestral, no dia 8 de janeiro e julho.	O emitente, fica com a opção de reembolso antecipado pelo valor nominal ou parcial da dívida outstanding ao fim do 1º ano, e a partir desta data, de seis em seis meses, mediante pagamento de um prémio de 0.5% sobre o valor nominal das obrigações a amortizar.
Banco Comercial e de Investimentos	Empréstimo Subordinado BPI	USD	3.704	3.326	3.520	2008-07-30	2018-07-30	Libor 3 meses + 3,00%. Pagamento de juros trimestral, nos dias 30 de janeiro, abril, julho e outubro.	A antecipação do reembolso do capital, total ou parcial, só poderá ocorrer por iniciativa do BCI e mediante a prévia autorização do Banco de Moçambique.

23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Credores		
Recursos consignados	871.145	801.844
Recursos - conta caução	74.213	146.148
Recursos - conta subscrição	47.420	49.368
Recursos - conta cativa	14.091	2.919
Fornecedores de bens de locação financeira	5.148	5.277
Credores por cedência de factoring	93.940	72.246
Caixa Geral de Aposentações	15.215	5.246
Fundo de Pensões CGD	43.368	182.004
Credores por operações sobre futuros	30.940	20.277
Credores por operações sobre valores mobiliários	91	94
Credores por venda de bens arrematados	10.286	5.789
Outros fornecedores	27.304	50.215
Credores diversos	134.143	717.435
Outras exigibilidades		
Notas em circulação - Macau (Nota 17)	856.392	926.285
Retenção de impostos na fonte	40.421	34.564
Contribuições para a Segurança Social	12.920	14.396
Outros impostos a pagar	8.394	9.209
Cobranças por conta de terceiros	105	105
Outras	3.834	3.490
Encargos a pagar	237.743	206.633
Receitas com rendimento diferido	70.682	67.939
Operações passivas a regularizar	916.637	483.287
Operações de Bolsa	22.193	11.813
	3.536.625	3.816.580

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Recursos - conta caução”, inclui 68.102 mEuros e 143.722 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na Caixa por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações “Swap de taxa de juro” (IRS).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Credores diversos - Outros" inclui 572.153 mEuros e 573.410 mEuros, respetivamente, relativo a passivos financeiros com minoritários de Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.

24. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2017	31-12-2016
Número de ações	768.828.747	1.180.000.000
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	3.844.143.735	5.900.000.000

Em 30 de março de 2017, a Caixa procedeu a um aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 de novas ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, subscrito e realizado pelo acionista único (Estado Português), e emissão de 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (Additional Tier 1), integralmente subscritos por investidores profissionais privados. Esta emissão teve como remuneração uma taxa de juro do cupão de 10,75%.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO ATRIBUÍVEL AO AÇIONISTA DA CGD

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2017	31-12-2016
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	128.355	119.672
Reserva de reavaliação associada a diferenças de câmbio, líquida de impostos diferidos	5.495	9.179
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	104.902	(40.548)
Ativos com acordo de recompra	2.478	2.202
Outras reservas de reavaliação	(2.987)	(3.237)
	238.243	87.268
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal - CGD	-	865.348
- Outras reservas	4.434.592	300.831
- Resultados transitados	(1.436.086)	(2.275.501)
	2.998.506	(1.109.321)
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa	(49.925)	(1.859.523)
	3.186.824	(2.881.576)

No âmbito do processo de recapitalização que teve lugar no decorrer do primeiro trimestre de 2017, foi decidido pelo acionista único da CGD, o Estado Português, proceder à utilização das reservas livres e da reserva legal, no montante de 1.412.460 mEuros, para cobertura de igual valor de resultados transitados negativos.

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos com acordo de recompra avaliados por contrapartida de capital próprio, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de dezembro de 2016, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais da CGD, no montante de 865.348 mEuros, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.

A reserva de conversão cambial que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei nº 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei nº 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Caixa Geral de Depósitos, S.A.		
Caixa Geral de Depósitos	(248.936)	(327.549)
Sucursal de França	20.705	55.296
Sucursal de Cayman	(10.535)	579
Sucursal de Espanha	3.293	(1.136)
Sucursal de Timor	2.199	1.818
Sucursal de Londres	1.414	2.486
Sucursal de Luxemburgo	(915)	(911)
Sucursal de Nova Iorque	189	1.850
Sucursal do Zhuhai	(104)	(38)
Sucursal de Macau	87	143
	(232.604)	(267.462)

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Contribuição para o resultado		
Das filiais:		
CGD Investimentos CVC, S.A.	40.940	288
Caixa – Banco de Investimento, S.A. (a)	36.008	(24.231)
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	28.769	30.972
Banco Caixa Geral, S.A.	12.766	10.489
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	12.095	6.912
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (a)	9.364	10.675
Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	8.464	6.858
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	6.987	4.585
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.579	6.675
Fundimo - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	5.280	(7.227)
Caixa Imobiliário - Fundo Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	713	(258)
Imobiliária Caixa Geral, S.A.U.	(4.222)	(3.655)
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	4.030	3.619
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	3.517	713
Fundo de Capital de Risco – Grupo CGD - Caixa Capital	3.097	2.575
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2.812	781
Partang, SGPS, S.A.	(2.354)	(1.008)
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	2.161	2.095
Cibergradual, Investimento Imobiliário, S.A.	(2.120)	(747)
Ibéria - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	(1.523)	(688)
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	1.465	731
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	(1.202)	(573)
Caixagest Infra-Estruturas - Fundo Especial de Investimento	1.006	1.456
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	759	(561)
Caixa Imobiliário, S.A.	756	2.020
Beirafundo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(716)	(1.378)
CGD Pensões, S.A.	702	957
Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	575	1.000
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	568	419
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(503)	(476)
Imobci, Lda.	(476)	(98)
Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional - Cidades de Portugal	395	645
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	369	1.197
Imocaixa - Gestão Imobiliária, S.A.	(104)	(949)
Caixa Arrendamento - Fundo Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	4.351	(344)
Outras	(179)	97
	181.129	53.567
Das empresas associadas e empreendimentos conjuntos:		
Locarent, S.A.	1.112	1.449
Fundo Turismo	219	325
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	152	6.468
Esegur – Empresa de Segurança, S.A.	69	230
Outras	(1)	180
	1.550	8.651
Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD	(49.925)	(205.243)

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Os valores apresentados foram apurados antes da eliminação de operações intragrupo realizado no processo de consolidação.

Distribuição do resultado do exercício**Exercício de 2016**

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2017, foi deliberada a integração do prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 2.050.413 mEuros, na rubrica de balanço de "Outras reservas e resultados transitados".

Exercício de 2015

Em Assembleia Geral realizada em maio de 2016, foi deliberada a integração do resultado positivo apurado no exercício de 2015, no montante de 12.211 mEuros, tendo a sua distribuição sido efetuada mediante a incorporação de 2.442 mEuros na "Reserva legal" e 9.769 mEuros nas "Outras reservas" e Resultados transitados".

26. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2017	31-12-2016
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	129.506	141.953
Caixa Geral Finance	96.245	96.245
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	82.581	68.990
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	32.637	31.848
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	12.967	13.096
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	4.970	4.610
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	1.722	1.514
Interbancos, S.A.R.L.	1.139	668
Banco Caixa Geral, S.A.	1.058	990
Caixa – Banco de Investimento, S.A.	913	764
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	-	505.181
Caixagest Rendimento Nacional - Fundo de Investimento Alternativo Estruturado Aberto de Obrigações	-	(2.001)
Outras	(112)	560
	363.626	864.417

(a) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman com um capital social de 1.000 Euros. Em 28 de junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 250.000 mEuros. Caso seja decidida pelos seus Diretores a distribuição de dividendos é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 28 de junho de 2014 ao preço de 1.000 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

Em 30 de setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de ações preferenciais sem direito de voto no montante de 350.000 mEuros. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas ações, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das ações preferenciais a partir de 30 de setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por ação (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efetuado.

No decurso da sua atividade, o Grupo procedeu à recompra de ações preferenciais emitidas pela Caixa Geral Finance, cujo valor acumulado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016 ascende a 504.241 mEuros.

Na sequência do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, S.A., em Junho de 2012, foi suspenso o pagamento de dividendos aos detentores de ações preferenciais da emissão da Caixa Geral Finance, a partir de 1 de janeiro de 2013. Considerando a natureza das ações preferenciais, os dividendos são não obrigatórios e não cumulativos. Com o levantamento da interdição pela Comissão Europeia, a 10 de março de 2017, no âmbito do novo plano de recapitalização, a CGD reiniciou o

pagamento dos referidos dividendos, referentes ao período de 30 de dezembro de 2016 a 30 de junho de 2017, no montante de 820 mEuros.

A parcela do lucro consolidado atribuível a interesses que não controlam nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	11.620	6.641
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.R.L.	6.042	6.129
Caixa Geral Finance Limited	825	(4)
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	790	221
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	413	304
Parcaixa, SGPS, S.A. (a)	-	11.467
Outras	(6)	(89)
	19.683	24.670

(a) Inclui a atividade da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, S.A.

27. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	463	2.344
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	26.320	19.982
Juros de crédito interno	353.817	438.627
Juros de crédito ao exterior	301.329	290.226
Juros de crédito vencido	22.279	17.726
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
- Derivados	237.052	275.540
- Títulos	11.023	9.037
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	28	46
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	103.568	159.110
Juros de derivados de cobertura	4.004	6.432
Juros de devedores e outras aplicações	3.115	3.520
Juros de disponibilidades	1.249	655
Juros de outros créditos e outros valores a receber	80.171	60.887
Outros juros e rendimentos similares	276	382
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	63.459	66.853
Outros	32.645	-
	1.240.799	1.351.368
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
- Do setor público administrativo	47	228
- De outros residentes	79.867	182.846
- De emigrantes	7.341	11.933
- De outros não residentes	139.865	123.884
- Outros	51	61
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	11.541	17.443
Juros de recursos de instituições de crédito no país	7.916	10.074
Juros de swaps	252.402	289.181
Juros de outros passivos de negociação	3.667	3.231
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	55.298	84.268
Juros de derivados de cobertura	(146)	918
Juros de passivos subordinados	10.254	54.761
Outros juros e encargos similares	8.903	9.816
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	7.842	7.878
	584.847	796.521

Em 30 de junho de 2016, a rubrica "Juros e encargos similares - juros de passivos subordinados", inclui 40.411 mEuros, relativos à emissão pela CGD de instrumentos financeiros híbridos elegíveis para fundos próprios Core Tier 1, no valor global de 900.000 mEuros, em 29 de junho de 2012. Estes títulos foram integralmente subscritos pelo Estado Português (Nota 22).

28. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
ADP - Águas de Portugal, S.A.	4.953	8.896
Ascendi Beiras Litoral e Alta, Auto Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A	1.072	607
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	1.308
Rendimentos distribuídos por fundos de investimento	12.517	14.326
Outros	5.243	4.503
	23.786	29.640

29. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	22.319	26.645
Por compromissos assumidos perante terceiros	7.544	8.620
Por operações sobre instrumentos financeiros	453	610
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	10.477	8.345
Cobrança de valores	3.186	3.415
Administração de valores	8.022	7.874
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	13.740	12.417
Transferência de valores	9.254	9.503
Gestão de cartões	6.758	7.872
Anuidades	30.793	28.104
Montagem de operações	4.070	3.565
Operações de crédito	19.815	21.777
Outros serviços prestados	82.541	82.412
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.022	2.915
Outras comissões recebidas	60.701	58.588
	283.695	282.661
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	1.127	1.366
Por compromissos assumidos por terceiros	20	16
Por operações sobre instrumentos financeiros	95	139
Por serviços bancários prestados por terceiros	50.495	48.974
Por operações realizadas por terceiros	2.523	2.415
Outras comissões pagas	4.771	5.313
	59.031	58.224

30. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Resultados cambiais:		
Reavaliação da posição cambial	83.885	47.293
Resultados em derivados cambiais	(62.801)	(52.083)
	21.084	(4.790)
Resultados em ativos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	7.216	151
Instrumentos de capital	3.403	(2.976)
Outros instrumentos	(24)	1.110
	10.596	(1.715)
Em derivados:		
Taxa de juro	169.242	(223.565)
Cotações	4.942	9.910
Eventos de crédito	260	339
Outros	1.992	50.888
	176.437	(162.428)
	187.033	(164.143)
Resultados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	53.024	818
Instrumentos de capital	(621)	4.499
Outros títulos	17.336	6.844
	69.739	12.161
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	11.338	13.712
Instrumentos de capital		
VISA Europe Limited (Nota 8)	-	36.256
Outros	(174)	357
	(174)	36.613
	11.163	50.325
Outros títulos	4.975	19.136
	16.138	69.461
Resultados em operações de cobertura:		
Derivados de cobertura	(5.048)	(20.785)
Correções de valor em ativos e passivos cobertos	3.057	20.328
	(1.991)	(457)
Outros		
Resultados na recompra de passivos emitidos	(988)	42.482
Outros	(15.500)	(3.967)
	(16.488)	38.515
	275.514	(49.253)

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica "Outros" inclui perdas de 16.189 mEuros e 3.886 mEuros, respetivamente, relativas a resultados com minoritários de Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, o Grupo Caixa, através da sua participada CVC Corretora, concluiu o processo de alienação dos direitos económicos que detinha sobre a Rico Corretora, ao abrigo do contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e Outras Avenças firmado a 29 de novembro de 2016 e após obtenção das autorizações regulatórias relevantes. O valor da transação ascendeu a aproximadamente 209.000 mil reais, tendo o Grupo reconhecidas mais valias de 53.054 mEuros (considerando a taxa de câmbio média de referência no período), incluídas na rubrica "Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados".

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	15.145	21.961
Reembolso de despesas	4.739	4.715
Rendas de locação operacional	25.390	26.189
Ganhos em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	29.019	12.871
- Outros ativos tangíveis	103	292
- Propriedades de investimento	79.904	13.978
- Outros	226	311
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	418	1.266
Venda de cheques	4.471	4.925
Outros	17.436	23.272
	176.853	109.779
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	3.582	1.696
Perdas em ativos não financeiros:		
- Ativos não correntes detidos para venda	31.927	28.468
- Outros ativos tangíveis	(71)	232
- Propriedades de investimento	76.449	37.417
- Outros	19	31
Outros impostos	23.073	14.879
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	2.706	2.425
Contribuições para o Fundo de Resolução	39.300	34.934
Despesas administrativas do Conselho Único de Resolução	412	270
Multas e penalidades	525	146
Outros	24.742	14.140
	202.663	134.638
	(25.810)	(24.859)

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de

dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em resultado da transposição da Diretiva da Recuperação e Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/UE) para a legislação nacional foi introduzido um regime de resolução comum na União Europeia que prevê a internalização das perdas decorrentes de processos de falência de instituições bancárias pelos seus acionistas e credores. O seu financiamento será suportado por contribuições obrigatórias a entregar ao Fundo Único de Resolução.

No primeiro semestre de 2017 e 2016, o Grupo realizou contribuições para o Fundo Único de Resolução Europeu no montante de 30.500 mEuros e 31.965 mEuros, respetivamente, dos quais 26.320 mEuros e 27.391 mEuros, respetivamente, em numerário e, 4.180 mEuros e 4.574 mEuros, respetivamente, sob a forma de um compromisso irrevogável, mediante a constituição de uma caução para o efeito.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o valor da contribuição periódica, do Grupo, para o Fundo de Resolução Nacional ascendeu a 12.980 mEuros e 7.543 mEuros, respetivamente.

32. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	7.902	6.774
Remuneração dos empregados	237.809	250.634
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	58.000	20.000
	303.712	277.408
Outros encargos relativos a remunerações	20.180	18.271
Assistência Médico-Social - CGD		
- Custo normal	11.957	10.587
- Contribuições relativas a pessoal no ativo	8.836	9.602
Responsabilidades com pensões - CGD		
- Custo normal	34.383	35.164
- Reformas antes da idade normal de reforma	-	1.854
Outros encargos com pensões	1.152	1.093
Outros encargos sociais obrigatórios	6.560	5.515
	83.069	82.085
Outros custos com pessoal	10.029	7.447
	396.810	366.939

O Plano de Reestruturação aprovado para a CGD, prevê uma redução substancial dos custos operacionais com um ajustamento da estrutura e recursos da CGD à dimensão atual e futura do negócio.

Considerando a necessidade de efetuar o referido ajustamento de forma natural, com o menor impacto possível no clima social da empresa considerou-se ajustado criar um Programa de Ajustamento do Efetivo, alicerçado em reformas, pré-reformas e revogações por mútuo acordo a aplicar ao perímetro doméstico do Grupo.

No primeiro semestre de 2017, o Grupo CGD registou em custos com pessoal um montante global de 61.000 mEuros, sendo que 58.000 mEuros estão associados ao pessoal da CGD e 3.000 mEuros associados ao pessoal do CaixaBI.

No que respeita ao montante associado à CGD (58.000 mEuros), o mesmo foi estimado de acordo com o potencial de saídas por pré-reforma calculado àquela data (cerca de 47.000 mEuros em “Provisões para acordos de suspensão da prestação de trabalho” e o remanescente (11.000 mEuros) em “Responsabilidades com pensões, Reformas antes da idade normal de reforma”).

A 30 de junho de 2017, considerando as saídas por pré-reforma formalizadas, estima-se que o montante necessário para fazer face às responsabilidades com esta população seja de 33.700 mEuros. Contudo, considerando que se encontra em curso um Programa de revogações por mútuo acordo, cujo prazo de candidatura termina no final de setembro, considerou-se ajustado utilizar o remanescente provisionado (24.300 mEuros) para fazer face aos custos deste processo.

No decorrer do primeiro semestre de 2016, a CGD registou em custos com pessoal um reforço de 20.000 mEuros referentes a “Provisões para acordos de suspensão da prestação de trabalho” no âmbito do Plano Horizonte, aprovado em 2015 pela Comissão Executiva, que visou criar novas oportunidades para saídas voluntárias dos seus empregados. O “Plano Horizonte” teve como objetivo reduzir os

efetivos através de reformas antecipadas. O processo esteve em aberto para todos os trabalhadores que completaram 55 anos até 31 de dezembro de 2016.

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, por tipo de funções, foi o seguinte:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Direção	528	551
Chefias	2.907	2.930
Técnicos	5.373	5.413
Administrativos	6.303	6.784
Auxiliares	286	323
	15.397	16.001
Número de efetivos no final do período	15.295	16.061

Em 30 de junho de 2017 e 2016, estes números não incluem os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (219 e 234, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (39 e 45, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (138 e 136, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

33. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2017	30-06-2016 (saldos não auditados)
Serviços especializados		
- Serviços de Informática	32.826	35.950
- Serviços de segurança e vigilância	5.220	5.533
- Serviços de limpeza	3.679	3.880
- Serviços de Informações	3.151	3.343
- Avenças e honorários	2.204	1.855
- Serviços de estudos e consultas	1.316	1.651
- Outros	39.627	48.533
Rendas e alugueres	32.168	34.435
Comunicações e despesas de expedição	16.927	16.239
Conservação e reparação	18.730	17.837
Publicidade e edição de publicações	7.710	10.694
Água, energia e combustíveis	9.980	10.579
Transporte de valores e outros	5.063	5.474
Deslocações, estadas e representação	3.828	5.122
Impressos e material de consumo corrente	3.172	3.508
Outros	6.668	8.538
	192.269	213.171

34. IMPARIDADE EM ATIVOS

O movimento na imparidade durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2017	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes (Nota 12)	5.633.397	96.567	(823.330)	(13.750)	(2.250)	4.890.633	(41.804)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	7.125	-	-	-	-	7.125	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)							
Instrumentos de capital	126.238	1.512	(23.821)	(181)	10.169	113.918	
Instrumentos de dívida	9.927	(3.885)	-	698	(1.194)	5.546	
Outros instrumentos	342.711	1.709	(2.788)	(3.329)	(800)	337.504	
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra (Nota 9)	688	-	-	-	(108)	580	
Imparidade de outros ativos tangíveis	16.922	(1.961)	-	-	3.959	18.920	
Imparidade de ativos intangíveis	32.297	(2.809)	-	-	-	29.487	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)							
Imóveis	502.133	(5.131)	(2.042)	(30)	3.748	498.678	
Equipamento	1.966	2	(84)	-	-	1.884	
Filiais	18.000	-	-	-	-	18.000	
Imparidade em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	-	-	-	-	128	128	
Imparidade de outros ativos (Nota 17)	402.849	36.494	(133.820)	136	(4.221)	301.439	
	1.460.857	25.931	(162.555)	(2.705)	11.682	1.333.210	-
	7.094.253	122.498	(985.885)	(16.456)	9.432	6.223.843	(41.804)

	Saldo em 31-12-2015	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2016 (não auditado)	Recuperação de crédito, juros e despesas
Imparidade de crédito a clientes	5.197.706	312.653	(100.972)	(10.093)	(9.448)	5.389.846	(10.131)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito	11.394	(2.369)	(3.643)	-	1.743	7.125	
Imparidade de ativos disponíveis para venda							
Instrumentos de capital	112.532	32	-	(46)	-	112.518	
Instrumentos de dívida	1.029	489	-	105	(839)	784	
Outros instrumentos	247.138	32.466	(12.497)	(1.357)	5.000	270.751	
Imparidade de ativos financeiros com acordo de recompra	-	-	-	-	967	967	
Imparidade de investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	
Imparidade de outros ativos tangíveis	13.597	2.122	-	-	7	15.726	
Imparidade de ativos intangíveis	20.639	-	-	-	-	20.639	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda							
Imóveis	409.788	(13.172)	(5.695)	(32)	(24.044)	366.846	
Equipamento	1.721	83	(495)	-	-	1.308	
Imparidade de outros ativos	245.760	23.673	(996)	(1.065)	47.905	315.277	
	1.063.598	43.324	(23.326)	(2.394)	30.739	1.111.941	-
	6.261.304	355.977	(124.298)	(12.486)	21.291	6.501.787	(10.131)

As vendas de crédito ocorridas durante o primeiro semestre de 2017 deram origem a utilizações de imparidade no montante de 482.197 mEuros.

No decorrer do primeiro semestre de 2016 a coluna "Transferências e outros" inclui uma reclassificação de imparidade no montante de 48.493 mEuros referentes a saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes, transferidos de "Imparidade de crédito a clientes" para "Imparidade de outros ativos".

A coluna "Reforços, reposições e anulações" do mapa de movimento na imparidade para o primeiro semestre de 2016, inclui encargos líquidos no montante de 723 mEuros que foram reclassificados para a rubrica da demonstração de resultados "Resultados em filiais detidas para venda" no referido período, decorrente da transferência dos ativos e passivos do Mercantile Bank Holdings, Ltd. para as classes de ativos e passivos não correntes detidos para venda (Nota 13).

35. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento das exigências do IFRS 8 e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método Standard, nos termos do Aviso nº 9/2007, de 18/4/2007, do Banco de Portugal, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME's. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, factoring, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (merchant banking – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos em 30 de junho de 2017 e no exercício de 2016 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio

	30-06-2017						
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	Total
Margem financeira	395.763	182.906	46.064	2.219	27.058	1.942	655.952
Rendimentos de instrumentos de capital	5.642	2	3.313	9.925	281	4.623	23.786
Rendimentos de serviços e comissões	1.581	91.737	37.035	18.077	14.297	120.968	283.695
Encargos com serviços e comissões	(5.544)	(1.056)	(390)	(3.364)	(126)	(48.551)	(59.031)
Resultados em operações financeiras	225.995	53.838	616	(4.984)	848	(798)	275.514
Outros resultados de exploração	16.159	(7.818)	(6.311)	22.216	(541)	(49.515)	(25.810)
Produto da Atividade Bancária	637.803	319.608	80.327	44.089	43.610	28.670	1.154.107
Outros custos e proveitos							(1.204.032)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							(49.925)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	7.786.740	431.672	38.727	8.124	-	5.277	8.270.540
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	17.027.629	158.368	426.588	481.012	182.466	263.632	18.539.695
Crédito a clientes (líquido)	1.177.516	30.214.835	28.324.318	191.410	554.687	13.011	60.475.777
Ativo líquido total	27.352.455	31.083.017	28.864.005	1.779.978	768.439	6.159.985	96.007.879
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	4.536.018	185.269	512.468	92.851	-	10.803	5.337.409
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.058.000	52.392.938	15.906.586	163.292	378.993	14.970	69.914.779
Responsabilidades representadas por títulos	4.078.243	-	-	-	-	-	4.078.243

	31-12-2016						
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	Total
Margem financeira	614.402	457.843	31.680	4.919	31.464	4.560	1.144.868
Rendimentos de instrumentos de capital	13.622	122	6.614	28.389	491	3.151	52.389
Rendimentos de serviços e comissões	21.144	192.459	84.681	33.235	42.971	209.578	584.068
Encargos com serviços e comissões	(30.846)	(2.996)	(1.542)	(7.002)	(458)	(77.645)	(120.489)
Resultados em operações financeiras	67.522	13.729	1.987	(6.703)	5.804	(2.882)	79.457
Outros resultados de exploração	(88.231)	(15.775)	(6.393)	10.257	(17.464)	(75.536)	(193.142)
Produto da Atividade Bancária	597.613	645.382	117.027	63.095	62.808	61.226	1.547.151
Outros custos e proveitos							(3.406.674)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							(1.859.523)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	5.348.534	383.397	55.705	12.874	-	15.572	5.816.082
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	14.252.875	160.552	420.176	508.997	210.363	272.879	15.825.841
Crédito a clientes (líquido)	1.144.278	31.854.605	28.981.251	212.876	643.385	30.430	62.866.825
Ativo líquido total	20.986.044	33.633.622	29.643.252	1.853.300	924.266	6.506.829	93.547.313
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5.003.241	188.144	491.231	100.915	-	16.181	5.799.712
Recursos de clientes e outros empréstimos	974.583	51.924.019	16.125.937	177.409	449.469	28.713	69.680.130
Responsabilidades representadas por títulos	4.183.729	-	-	-	-	-	4.183.729

Mercados Geográficos

	30-06-2017						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros
Margem financeira	376.062	96.225	4.645	10.638	48.040	127.976	(7.633)
Rendimentos de instrumentos de capital	66.621	421	-	-	22	17.902	(61.180)
Rendimentos de serviços e comissões	229.493	25.974	409	1.530	20.496	22.140	(16.347)
Encargos com serviços e comissões	58.267	5.922	82	76	8.964	4.841	(137.183)
Resultados em operações financeiras	217.223	5.144	(128)	56.970	(118)	12.876	(16.453)
Outros resultados de exploração	10.702	(2.983)	2	(3.691)	345	(8.997)	(21.187)
Produto da Atividade Bancária	958.368	130.702	5.011	65.523	77.749	176.737	(259.983)
Outros custos e proveitos							(1.204.032)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							(49.925)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	13.090.724	2.431.206	1.322.160	237.759	3.754.487	1.243.576	(13.809.371)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.756.472	1.543.048	133.920	181.075	444.812	1.091.121	(5.610.750)
Crédito a clientes (líquido)	47.640.962	11.135.174	433.140	124.174	2.825.753	2.209.857	(3.893.282)
Ativo líquido total	77.075.531	15.405.797	1.387.748	602.712	7.946.912	5.883.465	(12.294.287)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5.437.418	5.758.174	1.181.052	171.063	584.473	39.899	(7.834.669)
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.042.888	5.189.946	279.717	237.228	5.869.856	3.813.308	(518.163)
Responsabilidades representadas por títulos	4.020.108	4.012.724	-	-	-	-	(3.954.589)

	31-12-2016						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Outros
Margem financeira	610.510	188.877	9.886	25.647	95.092	224.418	(9.563)
Rendimentos de instrumentos de capital	110.624	4.905	-	-	92	13.449	(76.681)
Rendimentos de serviços e comissões	468.038	48.828	1.224	4.757	40.082	56.380	(35.241)
Encargos com serviços e comissões	(123.259)	(11.722)	(127)	(231)	(17.507)	(9.634)	41.991
Resultados em operações financeiras	(38.003)	54.972	(35)	(1.962)	7.959	33.730	22.795
Outros resultados de exploração	(26.635)	(11.281)	(96)	(1.156)	4.023	9.611	(167.607)
Produto da Atividade Bancária	1.001.275	274.579	10.852	27.055	129.741	327.954	(224.305)
Outros custos e proveitos							(3.406.674)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							(1.859.523)
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	10.819.996	2.422.199	1.508.080	218.144	4.401.931	1.125.944	(14.680.212)
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	17.533.808	1.607.903	133.068	213.376	494.409	1.112.159	(5.268.883)
Crédito a clientes (líquido)	49.598.914	11.698.575	462.164	160.686	3.115.037	2.233.311	(4.401.862)
Ativo líquido total	90.870.736	16.094.124	2.103.821	660.791	8.944.235	5.761.686	(30.888.080)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	9.549.783	6.292.822	1.813.560	266.344	326.750	129.691	(12.579.239)
Recursos de clientes e outros empréstimos	55.580.448	5.101.961	464.962	229.515	7.014.799	3.717.253	(2.428.809)
Responsabilidades representadas por títulos	4.142.146	4.232.347	-	-	-	-	(4.190.764)

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2017					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	846.601	506.167	70.660	-	(182.629)	1.240.799
Juros e encargos similares	(498.997)	(219.107)	(60.772)	-	194.029	(584.847)
Rendimentos de instrumentos de capital	2.838	990	5.058	-	14.899	23.786
Margem Financeira Alargada	350.442	288.050	14.947	-	26.298	679.738
Rendimentos de serviços e comissões	197.049	70.549	14.900	-	1.197	283.695
Encargos com serviços e comissões	(37.891)	(19.422)	(2.939)	-	1.222	(59.031)
Resultados em operações financeiras	110.341	74.744	86.898	-	3.531	275.514
Outros Resultados de exploração	(29.877)	(15.325)	(1.143)	4	20.531	(25.810)
Margem Complementar	239.622	110.547	97.716	4	26.481	474.369
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA	590.064	398.597	112.663	4	52.779	1.154.107
Outros custos e proveitos	(839.000)	(279.049)	(74.959)	9.359	(20.383)	(1.204.032)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(248.936)	119.547	37.704	9.364	32.396	(49.925)

	30-06-2016 (saldos não auditados)					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	999.611	470.879	81.927	-	(201.049)	1.351.368
Juros e encargos similares	(736.146)	(207.874)	(70.436)	-	217.936	(796.521)
Rendimentos de instrumentos de capital	781	3.468	1.985	-	23.407	29.640
Margem Financeira Alargada	264.245	266.472	13.476	-	40.294	584.487
Rendimentos de serviços e comissões	186.818	75.839	20.308	-	(304)	282.661
Encargos com serviços e comissões	(37.956)	(18.475)	(3.546)	-	1.753	(58.224)
Resultados em operações financeiras	(87.039)	65.218	(30.568)	-	3.136	(49.253)
Outros Resultados de exploração	(12.770)	(5.469)	(565)	36	(6.091)	(24.859)
Margem Complementar	49.052	117.114	(14.371)	36	(1.506)	150.325
PRODUTO DA ATIVIDADE BANCÁRIA	313.298	383.586	(896)	36	38.788	734.812
Outros custos e proveitos	(640.846)	(266.382)	(21.070)	10.639	(22.396)	(940.055)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA DA CGD	(327.549)	117.203	(21.965)	10.675	16.392	(205.243)

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação. Adicionalmente, no que respeita aos segmentos de negócio, serão de destacar os efeitos decorrentes da atividade desenvolvida pelo Grupo, no setor imobiliário.

36. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras condensadas do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	30-06-2017			31-12-2016		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Ativos:						
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	7.750.643	397.866	9.760	5.859.146	184.991	20.312
Crédito a clientes	-	4.380.950	268.619	2.441	4.825.004	265.910
Imparidade de crédito a clientes	-	7.119	123.412	-	6.996	165.953
Outros ativos	319.111	222.618	456.166	363.801	16.017	14.429
Passivos:						
Recursos de clientes e outros empréstimos	69.221	649.213	1.366.231	37.202	652.792	404.852
Passivos financeiros detidos para negociação	107.559	49.451	-	174.359	33.292	-
Outros passivos	1.031	102.345	533	945.763	65.100	2.502
Garantias prestadas	1.500	169.619	34.079	1.500	98.764	33.595
Resultados:						
Juros e rendimentos similares	34.586	(817)	(697)	68.379	46.339	1.600
Juros e encargos similares	22.836	6.445	59	32.950	14.229	2.336
Rendimentos de serviços e comissões	-	3.720	19.725	-	2.639	45.582
Encargos com serviços e comissões	-	11	10	-	30	-
Resultados em operações financeiras	31.788	(79.243)	(68)	(11.545)	26.952	-
Outros resultados de exploração	(54)	(1.566)	94	(97)	1.248	229
Gastos gerais administrativos	0	322	633	-	506	147

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração Regional ou Local.

37. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2017	31-12-2016
Títulos de negociação		
Divida pública	6.326.556	4.868.665
Divida privada	14.492	18.334
	6.341.049	4.886.999
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Divida privada	-	4.969
	-	4.969
Ativos financeiros disponíveis para venda *		
Divida pública	4.889.365	4.827.582
Divida privada	1.877.031	1.430.644
	6.766.396	6.258.226
Investimentos a deter até à maturidade		
Divida pública	2.027.487	413.850
Divida privada	29.464	19.281
	2.056.951	433.131
Ativos com acordo de recompra		
Divida pública	305.823	358.683
Divida privada	24.588	206.219
Créditos e valores titulados	-	234.830
	330.411	799.732
	15.494.806	12.383.055
Instrumentos financeiros derivados	1.178.045	1.519.408
Disponibilidades em instituições de crédito	727.229	757.726
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito *	3.107.232	3.221.582
Crédito a clientes *	60.552.139	62.950.042
Outros devedores *	2.494.420	2.724.210
Outras operações a regularizar	225.916	264.697
	68.284.982	71.437.665
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas:		
Garantias e avals **	3.233.484	3.459.830
Cartas de crédito stand-by	56.483	62.060
Créditos documentários abertos	263.912	324.575
Contratos de depósitos a prazo a constituir	40.770	218
Linhas de crédito irrevogáveis	540.997	567.968
Subscrição de títulos	1.508.053	1.683.944
Credit default swaps	-	75.894
	5.643.700	6.174.490
Exposição máxima	89.423.487	89.995.211

[*] Saldos líquidos de imparidade

[**] Saldos líquidos de provisões

O montante de exposição a Instrumentos Financeiros derivados apresentado no quadro anterior não inclui o efeito de mitigação de risco decorrente de contas caução (Nota 23) e de acordos de *netting*.

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características destas emissões no âmbito do Grupo Caixa em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2017				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2017	Após 2017	Sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados								
Portugal	1.464.686	2.163.270	-	3.627.956	3.627.956	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	225.344	1.014.608	-	1.239.953	1.239.953	-	-	
Itália	75.126	1.328.374	-	1.403.500	1.403.500	-	-	
	1.765.157	4.506.253	-	6.271.409	6.271.409	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação								
Portugal	461.580	3.867.817	-	4.329.397	3.823.391	-	(9.053)	
Grécia	-	5.068	-	5.068	5.068	-	(1.276)	
Irlanda	-	50.492	-	50.492	-	-	-	
Espanha	55.860	924.676	-	980.536	390.681	-	(1.586)	
Itália	-	442.279	-	442.279	190.697	-	(3.520)	
	517.440	5.290.332	-	5.807.772	4.409.836	-	(15.436)	
Total								
Portugal	1.926.266	6.031.087	-	7.957.353	7.451.347	-	(9.053)	BB+
Grécia	-	5.068	-	5.068	5.068	-	(1.276)	CCC
Irlanda	-	50.492	-	50.492	-	-	-	A-
Espanha	281.204	1.939.284	-	2.220.489	1.630.633	-	(1.586)	BBB
Itália	75.126	1.770.653	-	1.845.779	1.594.198	-	(3.520)	BBB
	2.282.596	9.796.585	-	12.079.181	10.681.245	-	(15.436)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2016				Justo valor	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual							
	2016	Após 2016	Sem maturidade	Total				
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados								
Portugal	2.296.420	2.655	-	2.299.075	2.299.075	-	-	
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	1.332.726	389	-	1.333.115	1.333.115	-	-	
Itália	1.171.566	408	-	1.171.973	1.171.973	-	-	
	4.800.712	3.451	-	4.804.163	4.804.163	-	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de reservas de reavaliação								
Portugal	517.391	3.273.086	587	3.791.064	3.791.064	-	(190.719)	
Grécia	-	4.432	-	4.432	4.432	-	(1.975)	
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	52.848	342.167	-	395.014	395.014	-	(953)	
Itália	-	172.758	-	172.758	172.758	-	(1.298)	
	570.238	3.792.443	587	4.363.269	4.363.269	-	(194.946)	
Total								
Portugal	2.813.811	3.275.741	587	6.090.139	6.090.139	-	(190.719)	BB+
Grécia	-	4.432	-	4.432	4.432	-	(1.975)	CCC
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	
Espanha	1.385.574	342.555	-	1.728.129	1.728.129	-	(953)	BB
Itália	1.171.566	173.166	-	1.344.732	1.344.732	-	(1.298)	BBB
	5.370.950	3.795.894	587	9.167.432	9.167.432	-	(194.946)	

CrITÉRIOS de Valorização

As emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro anterior, foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estas carteiras encontram-se assim segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados apresentados em maior detalhe na coluna “Justo valor”.

Exposições afetadas pelo período de turbulência

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo incluem títulos de tipologias que foram especialmente afetadas pelo período de turbulência financeira, com a seguinte composição:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emitente	30-06-2017			31-12-2016		
				Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor	Valor de Balanço (líquido de imparidade)	Imparidade acumulada	Reserva de Justo valor
Ativos financeiros disponíveis para venda									
Residential mortgage-backed securities	A- até A+	Senior	União Europeia	11.380	-	(576)	11.859	-	(777)
		Senior	União Europeia	8.656	-	(732)	13.529	-	(1.130)
	Menor que A-	Mezzanine	União Europeia	1.502	(746)	(141)	1.632	(746)	-
				21.538	(746)	(1.449)	27.019	(746)	(1.907)

(a) A apresentação dos títulos é efetuada considerando informação disponível sobre notações de rating em 30-06-2017, com exceção de espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2016.

(a) A apresentação dos títulos é efetuada considerando informação disponível sobre notações de rating em 30-06-2017, com exceção de espécies alienadas ou amortizadas, as quais devem ser referenciadas a 31-12-2016.

O movimento ocorrido nestes títulos no primeiro semestre de 2017 e exercício de 2016 foi o seguinte:

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emittente	Valor de Balanço (líquido) em 31-12-2016	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do exercício	Variação da reserva de justo valor	Valor de Balanço (líquido) em 30-06-2017
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Residential mortgage-backed securities								
	A- até A+	Senior	União Europeia	11.859	(711)	32	201	11.380
	Menor que A-	Senior	União Europeia	13.529	(5.631)	361	398	8.656
		Mezzanine	União Europeia	1.632	-	11	(141)	1.502
				27.019	(6.342)	403	458	21.538

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2017, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2016.

TIPO	Rating emissão (a)	Nível de Senioridade da tranche detida	Área geográfica de origem do emitente	Valor de balanço (Líquido) em 31-12-2015	Alienações e amortizações de capital	Impacto em resultados do exercício	Variação da reserva de justo valor	Valor de us balanço (Líquido) em 30-06-2016 (não auditado)
						Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados		
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Residential mortgage-backed securities								
	A- até A+	Senior	União Europeia	1.533	(147)	(2)	25	1.408
	Menor que A-	Senior	União Europeia	28.694	(2.689)	65	133	26.203
		Mezzanine	União Europeia	908	-	2	(250)	660
				31.135	(2.837)	65	(92)	28.271

(a) Apresentação dos títulos efetuada de acordo com informações sobre notações de rating disponíveis em 30-06-2016, com exceção das espécies alienadas, cuja informação disponibilizada deve ser referenciada a 31-12-2015.

Os “Ganhos/ (perdas) refletidos por contrapartida de resultados” incluem juros corridos e os resultados da reavaliação cambial.

Qualidade de crédito concedido a clientes

As divulgações requeridas no âmbito da Carta Circular 2/2014 do Banco de Portugal sobre qualidade dos ativos e gestão de risco de crédito são seguidamente apresentadas, tendo por base, essencialmente, as práticas da CGD Sede.

De caráter qualitativo

13. Política de Gestão de Risco de Crédito

1.1 Gestão de risco de crédito

Em resposta aos diversos requisitos legais e regulamentares, e tendo como objetivo a utilização das melhores práticas na gestão do risco de crédito, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem implementado um processo de gestão do risco de crédito que abrange as diferentes fases do ciclo de financiamento:

1.1.1 Concessão de crédito

A forma como a atividade de concessão é realizada pretende dar cumprimento à estratégia e política de gestão do risco de crédito definida pelos órgãos competentes na CGD.

Com o objetivo de existir um maior envolvimento na análise de risco no processo de concessão de crédito foi criada no quarto trimestre de 2016 a Direção de Riscos de Crédito (DRC), de âmbito corporativo, tendo como principais atribuições: i) a emissão, prévia e obrigatória, de parecer de risco para atribuição de limites internos ou apreciação de operações não abrangidas por aqueles limites, para clientes cujo montante de exposição (em termos de Grupo Económico), cujo rating ou cujas características específicas da operação (ou proponente), o justifiquem (de acordo com o normativo interno); ii) propor superiormente a redefinição de limites de crédito sempre que as circunstâncias assim o aconselhem; iii) aprovar a constituição/alteração de Grupos Económicos; iv) coordenar o processo de atribuição de notação de risco a empresas/ grupos/ ACE/ Fundos/ Specialized Lending/ Instituições Financeiras/ Institucionais

A decisão do crédito das exposições de maior relevância é da responsabilidade Conselho de Administração, ou da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, ou do Conselho de Crédito, dependendo dos montantes em causa. As restantes operações são da responsabilidade dos Comitês de Crédito de Riscos ou do Comité de Crédito das Unidades de Negócio.

As operações/limites apresentados para decisão ao Conselho de Administração carecem de parecer prévio favorável da Comissão de Riscos Financeiros,

No segmento de retalho, a apreciação do risco de crédito é suportada pela utilização de ferramentas estatísticas de avaliação do risco (modelos de *scoring* e *rating*), por um conjunto de normativos internos que estabelecem critérios objetivos a observar na concessão de crédito, assim como por uma delegação de competências de acordo com as notações de risco atribuídas aos clientes.

1.1.2 Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento da carteira de crédito permite a identificação antecipada de potenciais situações de incumprimento, permitindo assim a tomada de decisões que otimizem a recuperação da dívida.

No ano de 2016, e no seguimento dos processos implementados no ano de 2015, procedeu-se à consolidação do processo de *workflow*, transversal às áreas comerciais, às áreas de recuperação e às áreas de risco de crédito, suportada na Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito em vigor.

O *workflow* implementado classifica, diariamente, a qualidade creditícia do cliente mediante a identificação de eventos pré-definidos e por grau de gravidade quanto à probabilidade de entrada em incumprimento. Todos os clientes da carteira são segmentados num dos seguintes estados:

- g. Clientes regulares, sem identificação de eventos de risco adicionais;
- h. Clientes regulares mas com sinais de alerta (*early warnings*) que poderão indiciar um aumento da probabilidade de incumprimento do cliente;
- i. Clientes que registam eventos graves, com elevada probabilidade de Incumprimento, sendo assim classificados como estando em dificuldades financeiras;
- j. Clientes no período probatório de 24 meses, após ocorrência de uma reestruturação por dificuldades financeiras do cliente;
- k. Clientes classificados em Incumprimento; e,
- l. Clientes classificados em Quarentena, após tratamento das situações de Incumprimento;

O processo de *workflow* preconiza medidas de atuação, que variam consoante a gravidade do evento. Para as situações em que são identificados eventos mais gravosos, existe um processo automático que transfere de imediato os clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação, assegurando assim que os casos potencialmente mais problemáticos passem a ser tratados por gestores especializados na recuperação de crédito. No caso dos eventos mais gravosos serem identificados em clientes empresa com exposições relevantes, a decisão de transferência das estruturas comerciais para as áreas especializadas de recuperação, são da competência da Comissão Executiva de Riscos de Crédito e do Conselho de Crédito, consoante o nível de responsabilidades dos clientes em análise, suportados num relatório específico da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco.

No processo de acompanhamento da carteira de crédito a Direção de Gestão de Risco procede ao diagnóstico de todo o processo e introduz alterações sempre que necessário, mediante a análise de métricas e indicadores que são suportados em relatórios mensais de monitorização da qualidade da carteira de crédito.

1.1.3 Recuperação de crédito

Logo que verificada qualquer situação de atraso são desenvolvidas as diligências que se mostrem adequadas à recuperação do crédito vencido e à obtenção de condições que permitam a regularização da situação, cumprindo o disposto pelo Decreto-Lei nº 227/2012 – PARI e PERSI no que respeita ao crédito a particulares.

A recuperação de crédito consiste no conjunto das ações do Grupo CGD em caso de atraso no pagamento de uma ou mais prestações referentes a uma operação de crédito. É uma função fundamental na gestão do crédito no Grupo CGD, que tem lugar a partir do momento em que se verifica o primeiro atraso numa prestação, e que está presente durante todo o restante ciclo de vida do crédito, até que este volte a estar regularizado. A recuperação de crédito via negocial é composta por três tipos de ações, por ordem de prioridade na sua aplicação:

- Cobrança dos pagamentos em atraso;
- Soluções de reestruturação; e,
- Soluções terminais não litigiosas;

Na fase inicial de cobrança do crédito os contactos com o cliente tendo em vista a regularização dos montantes em atraso é assegurada pelo *Call Center* e pela área comercial. No caso dos contactos iniciais não surtirem efeito, e o cliente passar a registar pagamentos em atraso há mais de 30 dias, procede-se à sua realocação a uma área de recuperação com o objetivo de ser encontrada a solução mais apropriada que permita a recuperação do crédito.

Nas situações em que o processo negocial com o cliente não esteja a surtir o efeito desejado para o Grupo CGD e para os seus clientes, a recuperação de crédito deve passar pelo recurso ao contencioso. Esta solução consiste na execução de bens ou direitos, hipotecados/ empenhados para garantia do crédito com o intuito de se proceder à venda judicial.

Como medida alternativa de recuperação o Grupo CGD também considera a venda de carteiras de crédito ou de crédito individuais sempre que, após a devida avaliação custo/benefício, se entende ser a solução mais eficiente.

1.2 Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração de crédito do grupo CGD é assegurada pela Direção de Gestão de Risco (DGR) que procede à identificação, medição e controlo de exposições significativas.

Para monitorizar o risco de concentração foram definidas métricas no *Risk Appetite Statement* que permitem assegurar o controlo mensal da evolução de segmentos de carteira que foram considerados mais críticos no que respeita ao risco de crédito.

A decisão quanto à contratação de operações que impliquem exposições materialmente relevantes (definida em normativo interno) obriga a parecer da DRC. Para este limite concorre necessariamente a exposição total do cliente e/ ou grupo de clientes relevantes ao Grupo CGD.

2. Política de Write-Off de créditos (abate ao ativo)

A decisão de se proceder ao abate ao ativo é tomada superiormente quando a expectativa de recuperação dos créditos é nula ou muito residual, após tomadas todas as diligências negociais e, quando aplicável, judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito. Nos créditos elegíveis para o abate ao ativo, que obriga ao registo de provisões e imparidades de 100%, são também

enquadráveis: i) os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; ii) os créditos sem garantia real.

3. Política de reversão de imparidade

A quantificação das perdas por imparidade é condicionada à identificação de eventos que indiciem uma degradação da qualidade creditícia da contraparte com impacto nos *cash flows* futuros do crédito.

Nas situações em que ocorram melhorias significativas na capacidade creditícia dos devedores e/ ou um reforço adequado das garantias reais, a perda anteriormente reconhecida reduz-se até ao nível da nova perda calculada, existindo assim uma reversão de imparidade direta.

Nas situações em que se vendem os créditos por uma quantia superior à exposição líquida de imparidade, também se regista uma reversão na imparidade.

4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Entende-se por reestruturação de crédito qualquer alteração às condições em vigor das operações de crédito de clientes em dificuldades financeiras, de que resulte uma modificação dos direitos ou deveres das partes.

As áreas especializadas de acompanhamento e recuperação procuram, para cada situação específica, aplicar as soluções que melhor defendam os interesses do Grupo CGD nos termos de decisão delegada e dos limites definidos em normativo interno.

As soluções de recuperação são aplicadas tendo sempre presente a realidade do cliente e o melhor interesse da CGD, com base em três princípios básicos:

Impacto no capital e fluxos de caixa: O primeiro aspeto a ser considerado deve ser o impacto que o referido tratamento terá no capital investido pelo Grupo CGD e nos fluxos de caixa gerados pela operação no futuro. Este impacto deve ser medido através do cálculo do NPV incremental do tratamento por oposição a uma solução litigiosa (tida como último recurso na recuperação de crédito);

Impacto no cliente: Em segundo lugar, deve ser considerado o impacto que a solução de tratamento terá para o cliente, segundo dois critérios fundamentais:

- Capacidade de pagamento – é necessário que o cliente seja capaz de fazer face às suas obrigações financeiras no novo cenário, tendo em conta o seu rendimento esperado; e,
- Sustentabilidade do tratamento – é necessário que o tratamento seja sustentável no tempo, isto é, que o cliente seja, com uma probabilidade elevada, capaz de fazer face a todos os pagamentos necessários, não voltando a incorrer numa situação de incumprimento.

Impacto da complexidade: Por último, deve ser considerado na estratégia de tratamentos um conjunto de fatores suscetíveis de adicionar complexidade às situações de incumprimento, devendo ter um tratamento diferenciado daquele que seria proposto tendo em conta apenas os dois princípios anteriores. Ainda que o impacto financeiro da solução possa não ser ótimo, outros parâmetros como especificidades do cliente, o impacto do tratamento na imagem pública do Grupo CGD, o risco reputacional ou a disponibilidade dos clientes para negociar fazem também parte das regras de decisão de tratamentos a aplicar.

A generalidade dos créditos objeto de reestruturação devido a dificuldades financeiras do cliente está sujeita a um tratamento específico para efeitos de cálculo de imparidade, durante todo o período de vigilância mínimo de 24 meses definido na Instrução 32/2013 do Banco de Portugal.

5. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

Bens Imóveis

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis no Grupo CGD são:

i. Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efetuada para efeitos da contratação de todas as novas operações de crédito imobiliário, tendo como objetivo determinar o presumível valor de transação em mercado livre.

A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, as avaliações são realizadas por observação direta no local;

ii. Atualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: as operações de crédito imobiliário que são objeto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações, estando este procedimento igualmente instituído para as operações que se encontrem em estado de incumprimento, decorrente de pedido das áreas de recuperação de crédito.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imoveis:

iii. A área de avaliações da CGD inclui no seu quadro de pessoal engenheiros e arquitetos com experiência significativa na área das avaliações, tendo os responsáveis de visto técnico formação complementar em cursos de avaliação de imóveis, estando registados e certificados na CMVM como peritos avaliadores de imóveis;

iv. São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações da CGD, uma rede de peritos avaliadores imobiliários, composta por aproximadamente 100 avaliadores externos, tanto empresas como individuais registados no CMVM, os quais se encontram distribuídos pelo País, em função da área onde exercem a sua atividade profissional, existindo vários para cada concelho, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;

v. Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações da CGD digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel. Existe um técnico interno responsável pelo visto técnico, por tipo de avaliação e concelho onde se localiza o imóvel;

vi. Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidos os concelhos prioritários de atuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de um portal de gestão imobiliária da CGD. O avaliador regista no portal a data de visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel.

Outros Colaterais

Para além dos bens imóveis são elegíveis para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade do crédito os seguintes colaterais:

- Penhores de Depósitos a Prazo – avaliação pelo valor do penhor constituído;
- Penhores de Obrigações Emitidas pela CGD – avaliação pelo valor nominal das obrigações; e,
- Penhores de Ações Cotadas – avaliação pelo valor de mercado na data de referência do cálculo.

6. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

No Modelo de Imparidade do Crédito da CGD são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IAS 39.

Existem abordagens na modelização, que na perspetiva da CGD são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- i. Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PDs, LGDs, *haircuts* sobre colaterais);
- ii. Período de *workout* para cálculo das LGDs e metodologias de avaliação de múltiplos *defaults*;
- iii. Critérios utilizados para a segmentação da carteira:
 - a. Crédito a particulares: Tipologia de produto (e.g. Habitação), Finalidade do Crédito, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual; e,
 - b. Crédito a empresas: Valor da exposição, setor de atividade económica, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual.
- iv. Fatores de conversão para crédito aplicados a exposições extrapatrimoniais; e,
- v. Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade.

7. Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como as carteiras são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

O Modelo de Imparidade do Crédito utilizado na CGD abrange o crédito concedido a empresas e particulares, incluindo garantias bancárias prestadas e linhas de crédito irrevogáveis, e determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos subsegmentos da carteira de crédito definidos com base no comportamento atual e passado da operação.

No cálculo de imparidade do crédito são utilizados os seguintes conceitos:

- i) Imparidade Individual que se suporta numa avaliação efetuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma Ficha de Imparidade e do mapa de desconto dos *cash flows* futuros estimados, à taxa original do contrato; e,
- ii) Imparidade Coletiva ou paramétrica que é determinada de forma automática pelo Modelo de Imparidade do Crédito. O cálculo paramétrico é realizado por uma desagregação da carteira em subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise coletiva é necessária a determinação dos seguintes Fatores de Risco:

1. Probabilidade de *Default* a 12 meses (PD_{12m}) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de incumprimento nos próximos 12 meses. De referir que o modelo de imparidade incorpora PDs diferenciadas em função da classificação histórica dos clientes ou operações (ex: crédito regular com *default* no passado).
2. Probabilidade de *Default Lifetime* (PD_{LT}) – Probabilidade de um crédito, condicionado pelo indício de imparidade e histórico da operação, vir a registar incumprimento. As *PDs lifetime* são distintas para clientes ou operações que apresentem (i) indícios externos e, simultaneamente, atraso inferior a 30 dias, (ii) atrasos entre 30 e 90 dias e (iii) reestruturações por dificuldades financeiras com atrasos no pagamento até 30 dias. Adicionalmente existem

também *PDs lifetime* diferenciadas para clientes que apresentem *default* no histórico de comportamento.

3. *Loss Given Default (LGD)* – Perda caso a operação ou cliente entre em *default*. Para determinação da LGD são observadas as recuperações das operações ou clientes que entraram em incumprimento no período de histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada operação e em cada mês do histórico. São assim determinadas LGDs diferenciadas consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Existem LGDs diferenciadas em função da tipologia de colateral existente na data de determinação da imparidade.

8. Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Créditos em Cumprimento

- Não regista indícios de perda no momento da análise.

Créditos em Cumprimento com Indícios de Imparidade – registam, pelo menos, um dos seguintes indícios de perda:

- Crédito vencido na CGD com atrasos superiores a 30 dias e que não esteja classificado em *default*;
- Indicadores do Banco de Portugal (Crédito vencido há mais de 90 dias em OIC e Inibição de uso de cheques);
- Cheques devolvidos na CGD;
- Cobrabilidade inferior a 100% determinada no inquérito trimestral realizado junto das áreas comerciais. Este processo é desenvolvido para empresas com exposição superior a 250 mEuros não incluídas na análise individual;
- Identificação de dívidas ao Fisco e à Segurança Social, mediante inquérito trimestral realizado junto dos gestores de cliente. Este processo é desenvolvido para empresas com exposição superior a 250 mEuros;
- Decréscimo de 20% no valor da garantia real, quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável a projetos imobiliários);
- Carências intercalares; e,
- Processos de Insolvência que não a Insolvência Declarada e o PER;

Créditos Reestruturados por dificuldades financeiras do cliente

- Aos créditos identificados como Reestruturados por Dificuldades Financeiras, conforme descrito no ponto 4., são aplicadas curvas de Probabilidades de *Default Lifetime* estimadas especificamente para os subsegmentos definidos no Modelo de Imparidade do Crédito para as operações que se enquadrem nesta classificação.

Créditos em Incumprimento – são considerados os seguintes eventos de perda:

- Incumprimento contratual perante o Grupo CGD, do qual se destaca o crédito vencido materialmente em atraso por mais de 90 dias consecutivos;
- Existência de dotação de imparidade material resultante de uma análise individual sobre os clientes com exposições individualmente significativas;
- Insolvência declarada;
- Pedido de insolvência (inclui PER's) pelo devedor ou pela CGD;
- Operações em contencioso com a CGD;

- Contaminação de créditos, mediante a identificação de eventos de perda noutras operações do mesmo cliente. No caso de crédito a particulares, caso o montante em *default* represente mais de 20% de toda a exposição do cliente, as restantes operações são classificadas também em *default*.
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório, com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos), que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório.
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório com mais de 30 dias de atraso, que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório.
- Reestruturações por dificuldades financeiras caso ocorram perdas de valor (de acordo com a materialidade definida); e,
- Existência de valores abatidos ao ativo ou juros anulados.

O incremento registado em 2016 na imparidade coletiva resultou essencialmente de uma revisão da definição de *default*, na sequência do exercício de revisão de ativos conduzido pela Comissão Executiva, a qual incorpora recomendações da EBA definidas no “*Final Report on Guidelines on default definition (EBA-GL-2016-07)*” emitido em 28 de setembro de 2016.

9. Indicação dos limiares definidos para análise individual

No Grupo CGD os limites definidos para a avaliação individual de imparidade, definidos em normativo interno, têm em linha de conta as especificidades das diversas carteiras de crédito de cada unidade do Grupo, tendo como objetivo a avaliação de todas as exposições consideradas individualmente significativas na perspetiva de cada unidade e do Grupo. No caso da CGD, com referência a 31 de dezembro de 2016 são objeto de análise individual os clientes com exposição de balanço bruta total igual ou superior a 3 milhões de euros.

10. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

Os clientes que entram em situação de incumprimento são, por norma interna, afetos às áreas especializadas de acompanhamento e recuperação de crédito, podendo essa decisão de afetação ser tomada pelo Conselho de Crédito ou pela Comissão Executiva de Riscos de Crédito.

De notar que devido à inovação implementada pelo processo de *workflow* de acompanhamento de clientes (ponto 1.1.2, acima) a generalidade dos clientes que entram em incumprimento já estavam previamente alocados a gestores das áreas de recuperação, não existindo assim uma rutura do processo negocial, que se iniciou aquando da transferência dos clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação.

Em função da análise efetuada aplica-se a solução de recuperação considerada mais adequada aos interesses do cliente e da CGD, aplicando-se a solução litigiosa como último recurso na recuperação do crédito.

11. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos cash flows futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente

Avaliação Individual

A determinação dos *cash flows* futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos *cash flows* futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de cobrabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efetiva original do contrato.

Nas situações em que os clientes registem indícios de perda, procede-se a uma avaliação para determinar se os *cash flows* esperados são inferiores aos *cash flows* contratuais. Nestas situações, efetua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

Para determinar os *cash flows* futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

i. Abordagem “*going concern*” em que se considera a continuação da atividade da empresa e assim os *cash flows* operacionais são projetados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos *cash flows* futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de ativos não-operacionais). Esta abordagem de *going-concern* é utilizada se:

- Os *cash flows* operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados;
- O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.

Na sequência da avaliação independente da carteira de ativos foram agravados os cenários de análises anteriores de clientes *going concern* que suportavam a análise de sensibilidade de alguns *business plan*, incluindo por exemplo fluxos previstos de mercados emergentes. Adicionalmente, em alguns clientes a imparidade passou a ser determinada com base em *bids* indicativos de mercado num cenário de venda do crédito.

ii. Abordagem “*gone concern*”, associada a um cenário de cessação da atividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os *cash flows* operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:

- A exposição do cliente está vencida por um período de tempo considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem *gone concern* quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
- Os *cash flows* operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
- A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a geração de *cash flow*;
- A aplicação da abordagem *going concern* teria um impacto material e negativo no montante recuperável face à abordagem *going concern*;
- Existe um elevado nível de incerteza na estimação dos *cash flows* futuro, nomeadamente quando o EBITDA dos últimos anos é negativo; e,
- A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

Na sequência da avaliação independente da carteira de ativos foram introduzidas as seguintes alterações aos anteriores critérios de valorização:

- Para as empresas com incapacidade de gerar *cash flow* suficiente para cumprir o serviço de dívida nos próximos 12/18 meses foi assumida uma abordagem *gone concern*, não tendo sido consideradas potenciais melhorias no EBITDA dessas empresas no horizonte temporal de projeção de *cash flows*;
- Adoção de cenário de liquidação para algumas empresas que conduziu também a uma revisão da mensuração das provisões para garantias bancárias prestadas a estes clientes;
- Revisão da estimativa do valor recuperável de colaterais hipotecários mediante a aplicação de *haircuts* adicionais que reflitam uma redução do prazo de execução e venda dos imóveis. Estes

haircuts foram mais gravosos para colaterais de menor liquidez no mercado imobiliário (ex: terrenos); e,

- Utilização de cenários mais conservadores para casos em que a recuperação do crédito esteja dependente de decisões judiciais;

Imparidade Coletiva

Para operações regulares a imparidade é determinada pela aplicação da $EAD \times PD_{12M} \times LGD$ descontada.

Para as operações que se encontram com indícios de imparidade ou em incumprimento a determinação do *cash flow* no Modelo de Imparidade Coletiva suporta-se no *cash flow* contratual e nos fatores de risco aplicáveis à operação.

Os *cash flows* futuros esperados são posteriormente atualizados à taxa de juro original da operação, para determinação do respetivo valor atual.

12. Descrição do período emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Para o crédito sem indícios de imparidade observáveis, o IAS 39 prevê a constituição de provisões para perdas designadas por IBNR.

Em face desta definição, o cálculo de imparidade depende da definição de um período de emergência, que corresponde ao período de tempo que medeia entre a ocorrência e a observação do evento de perda, o qual pode ser decomposto num período de surgimento da informação e num momento posterior de captura de indícios. Atualmente, o período de emergência encontra-se definido em 12 meses.

Na CGD a utilização do período de emergência suporta-se na utilização de diversos indícios de imparidade (*early warnings*) que pretendem capturar o mais cedo possível potenciais degradações da qualidade creditícia dos clientes que sejam passíveis de originar perdas.

De carácter quantitativo

Os quadros seguintes apresentam elementos relativos à carteira de crédito a clientes e imóveis recebidos em dação ou execução, tendo por referência os conteúdos aplicáveis à atividade do Grupo:

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

Segmento	Exposição em 30-06-2017						Imparidade em 30-06-2017		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Governo	7.000.764	182.422	27.578	88.256	14.894	7.089.020	7.328	10.099	17.426
Corporate	13.613.746	219.321	821.874	2.275.529	794.658	15.889.275	218.378	1.297.422	1.515.800
Construção e CRE	4.973.895	248.840	352.806	3.246.386	1.856.159	8.220.280	172.078	1.913.059	2.085.137
Particulares - Habitação	28.936.571	274.476	195.198	1.864.425	470.139	30.800.997	80.020	505.961	585.981
Particulares - Consumo e Outros	2.098.593	36.615	44.242	615.864	437.588	2.714.457	41.521	482.796	524.317
Outros	331.251	944	22.763	321.130	48.687	652.380	8.131	153.841	161.972
	56.954.820	962.618	1.464.460	8.411.589	3.622.125	65.366.409	527.455	4.363.178	4.890.633

Segmento	Exposição em 31-12-2016						Imparidade em 31-12-2016		
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Total
		Do qual curado	Do qual reestruturado		Do qual reestruturado				
Governo	6.711.178	202.011	25.578	127.903	41.336	6.839.081	7.670	31.923	39.592
Corporate	14.693.884	154.542	976.359	2.763.928	1.160.558	17.457.812	212.710	1.533.299	1.746.009
Construção e CRE	5.437.703	394.387	368.450	3.761.572	2.101.356	9.199.275	186.410	2.325.579	2.511.988
Particulares - Habitação	29.528.016	210.393	370.865	2.013.869	597.437	31.541.885	92.999	514.697	607.695
Particulares - Consumo e Outros	2.106.406	33.001	40.543	615.468	437.877	2.721.875	46.067	484.171	530.238
Outros	598.976	47.411	26.109	376.148	63.879	975.125	8.369	189.505	197.874
	59.076.164	1.041.745	1.807.905	9.658.889	4.402.443	68.735.052	554.225	5.079.172	5.633.397

Segmento	Exposição em 30-06-2017						Exposição total	Imparidade em 30-06-2017					
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		Imparidade total	
	Do qual, dias de atraso < 30			Dias de atraso		Sub-total		Dias de atraso		Dias de atraso			
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)			<30	entre 30 - 90	<=90 (*)	>90 (*)		
Governo	4.423.892	2.575.429	7.000.764	45.407	42.849	88.256	7.089.020	1.669	5.659	1.550	8.549	17.426	
Corporate	12.958.835	441.097	13.613.746	1.234.850	1.040.679	2.275.529	15.889.275	185.682	32.696	676.708	620.713	1.515.800	
Construção e CRE	4.498.010	414.587	4.973.895	661.501	2.584.885	3.246.386	8.220.280	143.349	28.729	338.748	1.574.311	2.085.137	
Particulares - Habitação	27.778.815	964.677	28.936.571	369.466	1.494.960	1.864.425	30.800.997	63.563	16.457	56.178	449.783	585.981	
Particulares - Consumo e Outros	1.998.998	73.827	2.098.593	104.103	511.760	615.864	2.714.457	29.244	12.277	46.588	436.208	524.317	
Outros	268.783	61.823	331.251	57.108	264.021	321.130	652.380	7.732	399	30.082	123.759	161.972	
	51.927.334	4.531.440	56.954.820	2.472.435	5.939.154	8.411.589	65.366.409	431.238	96.217	1.149.854	3.213.324	4.890.633	

(*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

Segmento	Exposição em 31-12-2016						Exposição total	Imparidade em 31-12-2016					
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		Imparidade total	
	Do qual, dias de atraso < 30			Dias de atraso		Sub-total		Dias de atraso		Dias de atraso			
	Sem indícios	Com indícios		<=90 (*)	>90 (*)			<30	entre 30 - 90	<=90 (*)	>90 (*)		
Governo	4.075.313	2.604.299	6.711.178	53.129	74.774	127.903	6.839.081	7.640	30	1.609	30.314	39.592	
Corporate	14.000.107	513.262	14.693.884	1.358.350	1.405.577	2.763.928	17.457.812	196.305	16.405	605.494	927.805	1.746.009	
Construção e CRE	4.979.104	375.796	5.437.703	1.019.303	2.742.269	3.761.572	9.199.275	168.559	17.851	596.466	1.729.113	2.511.988	
Particulares - Habitação	28.267.625	1.048.704	29.528.016	446.534	1.567.335	2.013.869	31.541.885	75.226	17.773	60.420	454.277	607.695	
Particulares - Consumo e Outros	1.992.893	89.779	2.106.406	104.279	511.189	615.468	2.721.875	35.873	10.194	49.823	434.348	530.238	
Outros	551.493	47.195	598.978	50.812	325.336	376.148	975.125	8.185	184	29.531	159.974	197.874	
	53.866.535	4.679.035	59.076.164	3.032.408	6.626.480	9.658.889	68.735.052	491.789	62.436	1.343.342	3.735.831	5.633.397	

(*) Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em incumprimento, designadamente a falência, liquidação do devedor ou dotação de imparidade individual, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Governo			Corporate			Construção e CRE			Particulares - Habitação			Particulares - Consumo e Outros			Total					
	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída			
2005 e anteriores	1.521	585.697	2.670	6.336	785.322	141.363	3.039	627.920	196.251	359.670	10.352.137	248.424	51.163	147.253	43.402	46	47.266	110	421.775	12.545.595	632.220
2006	165	76.059	826	2.674	721.049	106.590	1.001	730.800	470.198	43.065	2.549.705	58.742	108.968	131.597	5.905	17	39.496	3.758	155.890	4.248.706	646.020
2007	130	206.963	2.114	3.371	731.530	294.048	1.431	949.552	492.811	51.831	3.026.504	91.309	31.463	413.378	336.143	49	267.648	123.394	88.275	5.615.596	1.339.820
2008	102	260.963	98	2.912	880.678	193.951	1.303	926.212	283.566	44.569	2.659.960	63.027	32.231	78.766	9.195	49	7.310	95	81.160	4.813.888	549.932
2009	86	307.345	552	2.725	686.242	103.179	1.073	856.042	133.672	40.212	2.786.456	45.313	40.503	100.303	18.410	45	4.693	250	84.644	4.741.080	301.375
2010	83	4.178.345	3.128	3.508	487.972	110.640	1.219	420.137	70.824	31.885	2.519.845	35.394	47.078	145.738	19.742	37	1.071	91	83.810	7.753.109	239.820
2011	37	134.549	-	3.342	615.622	50.483	1.053	297.820	87.765	15.941	1.244.395	13.149	39.770	187.735	16.370	66	6.196	155	60.209	2.486.316	167.902
2012	57	38.462	1	3.974	599.525	50.849	1.055	260.996	86.090	7.664	635.485	5.967	45.814	166.334	13.370	43	19.689	77	58.607	1.720.491	156.354
2013	73	115.937	504	7.964	1.007.181	124.852	1.754	399.672	87.716	8.353	710.682	5.180	117.757	181.045	7.022	66	54.051	24.915	135.967	2.488.548	250.188
2014	90	399.961	140	11.429	1.202.879	85.890	2.517	627.318	46.968	10.346	963.907	3.895	73.583	247.955	12.938	100	46.635	157	98.065	3.488.695	149.888
2015	105	350.279	7.199	16.354	3.098.507	115.532	3.419	537.469	43.937	16.515	1.311.608	10.048	94.736	353.859	23.604	128	49.787	7.644	131.257	5.701.508	207.864
2016	155	339.502	184	17.732	2.631.693	96.201	3.994	1.004.626	71.084	25.310	1.366.147	3.689	93.852	271.576	14.436	142	76.813	989	141.185	5.680.396	186.583
2017	106	94.937	10	26.927	2.441.076	42.241	9.328	581.716	14.254	17.241	674.188	1.845	160.039	288.879	3.781	249	11.724	337	213.690	4.092.521	62.468
	2.710	7.089.020	17.426	109.248	15.889.275	1.515.800	32.186	8.220.280	2.085.137	672.602	30.800.997	585.981	936.957	2.714.457	524.317	1.031	652.380	161.972	1.754.734	65.366.409	4.890.633

c) Detalhe do valor da exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor (Código de atividades económicas) e geografia

	30-06-2017													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Individual	56.396	14.249	2.018.347	1.017.629	2.356.675	1.589.018	91.332	3.944	429.031	386.649	258.455	140.808	5.210.237	3.152.297
Coletiva	7.032.624	3.177	13.870.928	498.171	5.863.605	496.118	30.709.665	582.037	2.285.426	137.668	393.925	21.164	60.156.172	1.738.336
	7.089.020	17.426	15.889.275	1.515.800	8.220.280	2.085.137	30.800.997	585.981	2.714.457	524.317	652.380	161.972	65.366.409	4.890.633

	31-12-2016													
	Governo		Corporate		Construção e CRE		Particulares - Habitação		Particulares - Consumo e Outros		Outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Individual	81.383	35.973	3.262.622	1.247.403	3.136.625	1.984.103	94.499	2.985	432.092	382.922	302.064	177.067	7.329.285	3.830.454
Coletiva	6.757.698	3.620	14.175.189	498.606	6.062.651	527.885	31.447.386	604.710	2.289.782	147.315	673.061	20.806	61.405.767	1.802.943
	6.839.081	39.592	17.457.812	1.746.009	9.199.275	2.511.988	31.541.885	607.695	2.721.875	530.238	975.125	197.874	68.735.052	5.633.397

30-06-2017												
Setor de atividade	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	19.321	7.576	37.469	2.377	2.356.675	1.589.018	5.863.605	496.118	2.375.996	1.596.594	5.901.074	498.495
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	-	-	71.313	4.499	431.319	21.419	71.313	4.499	431.319	21.419
Indústrias extrativas	-	-	-	-	2.716	48	79.439	7.496	2.716	48	79.439	7.496
Indústrias transformadoras	-	-	434	-	209.988	188.316	2.980.736	140.199	209.988	188.316	2.981.170	140.199
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	27.292	15	128.842	3.965	654.671	6.312	128.842	3.965	681.963	6.327
Abastecimento de água	-	-	-	-	60.855	24.714	285.100	6.448	60.855	24.714	285.100	6.448
Comércio por grosso e a retalho	-	-	1.275	43	255.060	91.896	2.375.691	131.099	255.060	91.896	2.376.967	131.142
Transportes e armazenagem	1.379	6	6.696	7	212.843	123.589	1.287.674	25.042	214.223	123.596	1.294.370	25.049
Atividades de alojamento e restauração	-	-	50	-	191.070	73.451	1.075.248	36.786	191.070	73.451	1.075.298	36.786
Informação e comunicação	-	-	15.704	206	12.250	1.514	314.048	17.924	12.250	1.514	329.752	18.129
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	4.107.037	107	630.171	414.123	2.461.964	51.088	630.171	414.123	6.569.000	51.195
Atividades administrativas e de serviços de apoio	-	-	48.247	168	85.043	36.274	335.710	14.088	85.043	36.274	383.957	14.256
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	21.603	1.030	2.728.277	42	-	-	2.479	30	21.603	1.030	2.730.756	71
Educação	-	-	4.303	15	42.854	8.971	107.022	7.852	42.854	8.971	111.324	7.868
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	-	-	10.631	44	21.458	5.298	310.829	16.042	21.458	5.298	321.460	16.087
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	-	-	881	5	24.178	11.962	112.947	2.849	24.178	11.962	113.828	2.854
Outros serviços	14.092	5.637	44.327	149	69.705	29.010	597.598	13.473	83.798	34.647	641.925	13.623
Outras atividades financeiras	-	-	0	-	258.455	140.808	852.380	21.188	258.455	140.808	852.380	21.188
Particulares - Habitação	-	-	-	-	91.332	3.944	30.709.665	582.037	91.332	3.944	30.709.665	582.037
Particulares - Outros	-	-	-	-	429.031	386.649	2.285.426	137.668	429.031	386.649	2.285.426	137.668
	56.396	14.249	7.032.624	3.177	5.153.841	3.138.047	53.123.548	1.735.159	5.210.237	3.152.297	60.156.172	1.738.336

31-12-2016												
Setor de atividade	Governo				Particulares e empresas				Total			
	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Avaliação individual		Avaliação coletiva	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Construção e atividades imobiliárias (CRE)	40.999	29.101	37.712	2.525	3.136.625	1.984.103	6.062.651	527.885	3.177.623	2.013.204	6.100.363	530.409
Agricultura, silvicultura e pesca	-	-	3	-	120.076	27.037	452.352	19.441	120.076	27.037	452.355	19.441
Indústrias extrativas	-	-	-	-	3.762	156	78.926	6.610	3.762	156	78.926	6.610
Indústrias transformadoras	-	-	1.663	3	427.943	139.824	2.932.162	125.657	427.943	139.824	2.933.826	125.660
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	25.208	23	210.436	10.864	726.822	6.749	210.436	10.864	752.030	6.773
Abastecimento de água	-	-	-	-	72.611	27.844	362.945	6.733	72.611	27.844	362.945	6.733
Comércio por grosso e a retalho	-	-	1.355	211	388.266	94.085	2.192.508	130.599	388.266	94.085	2.193.863	130.810
Transportes e armazenagem	-	-	9.257	27	587.757	311.240	1.103.971	25.047	587.757	311.240	1.113.229	25.074
Atividades de alojamento e restauração	-	-	-	-	214.255	76.915	1.313.704	38.318	214.255	76.915	1.313.704	38.318
Informação e comunicação	-	-	13.758	181	67.063	2.014	240.216	17.694	67.063	2.014	253.974	17.875
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	-	3.703.464	207	749.799	456.703	2.985.934	73.889	749.799	456.703	6.689.398	74.096
Atividades administrativas e de serviços de apoio	-	-	13.441	179	98.105	36.985	274.530	11.164	98.105	36.985	287.971	11.343
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	26.143	1.087	2.858.953	36	65.616	251	2.376	39	91.759	1.338	2.861.329	74
Educação	-	-	4.374	19	45.529	9.217	106.252	6.202	45.529	9.217	110.626	6.220
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	-	-	5.145	47	66.041	4.137	252.098	15.376	66.041	4.137	257.243	15.423
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	-	-	597	6	62.798	11.709	83.350	3.774	62.798	11.709	83.947	3.781
Outros serviços	14.241	5.785	82.767	158	102.571	38.532	555.216	11.169	116.812	44.317	637.983	11.327
Outras atividades financeiras	-	-	-	-	302.060	176.958	1.184.889	20.950	302.060	176.958	1.184.889	20.950
Particulares - Habitação	-	-	-	-	94.499	2.985	31.447.386	604.710	94.499	2.985	31.447.386	604.710
Particulares - Outros	-	-	-	-	432.092	382.922	2.289.782	147.315	432.092	382.922	2.289.782	147.315
	81.383	35.973	6.757.698	3.620	7.247.902	3.794.481	54.648.069	1.799.323	7.329.285	3.830.454	61.405.767	1.802.943

30-06-2017													
Avaliação	Portugal		Espanha		França		África		Ásia		Resto do mundo		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	3.988.673	2.836.319	355.341	156.434	45.170	25.517	490.377	37.830	73	73	330.602	96.123	5.210.237
Coletiva	47.863.965	1.440.235	3.594.489	67.910	3.577.154	87.277	1.813.365	69.090	2.892.437	66.837	414.762	6.987	60.156.172
	51.852.639	4.276.555	3.949.830	224.344	3.622.324	112.794	2.303.742	106.919	2.892.511	66.910	745.364	103.110	65.366.409

31-12-2016													
Avaliação	Portugal		Espanha		França		África		Ásia		Resto do mundo		Total
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	
Individual	5.617.103	3.210.382	713.882	450.545	47.869	27.090	449.038	42.249	386	386	501.006	99.802	7.329.285
Coletiva	48.477.723	1.531.181	3.699.521	74.672	3.823.375	82.336	1.900.850	37.066	3.187.030	72.155	317.269	5.532	61.405.767
	54.094.826	4.741.564	4.413.403	525.217	3.871.244	109.426	2.349.888	79.315	3.187.417	72.541	818.275	105.334	68.735.052

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

30-06-2017												
Medida	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	2.351	123.237	10	8.407	4.896	801.154	303.938	82.268	7.247	924.391	303.948	90.675
Período de carência	1.215	579.713	207	10.724	1.463	173.725	17.971	27.606	2.678	753.438	18.178	38.331
Alteração da taxa de juro	288	57.618	94	1.477	1.129	1.279.883	842.498	58.711	1.417	1.337.501	842.593	60.188
Outras	3.708	703.892	27.447	9.536	5.510	1.367.363	488.745	180.768	9.218	2.071.255	516.192	190.304
	7.562	1.464.460	27.757	30.144	12.998	3.622.125	1.653.153	349.354	20.560	5.086.584	1.680.910	379.498

31-12-2016												
Medida	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	3.061	719.714	14.954	15.554	5.527	1.013.478	415.274	92.252	8.588	1.733.191	430.228	107.806
Período de carência	730	62.672	6.632	2.400	1.458	170.353	12.023	23.922	2.188	233.025	18.655	26.323
Alteração da taxa de juro	429	74.733	180	2.021	1.338	1.479.933	965.472	58.234	1.767	1.554.666	965.652	60.256
Outras	8.595	950.786	36.654	26.133	8.412	1.738.680	666.883	201.004	17.007	2.689.466	703.537	227.137
	12.815	1.807.905	58.420	46.109	16.735	4.402.443	2.059.652	375.412	29.550	6.210.348	2.118.072	421.521

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

Carteira de crédito reestruturado em 31-12-2016	6.210.348
Créditos reestruturados no período	169.101
Juros corridos da carteira reestruturada	9.932
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(804.139)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(551.984)
Outros	53.326
Carteira de crédito reestruturado em 30-06-2017	5.086.584

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos corporate, construção e "Commercial Real Estate" (CRE) e habitação

30-06-2017												
Corporate				Construção e CRE				Habitação				
Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		
Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo valor												
<0.5 M€	6.225	825.702	19.482	708.838	2.886	386.291	4.153	206.304	476.497	57.654.425	1.634	1.660.054
>= 0.5 M€ e < 1 M€	932	514.823	513	455.502	494	266.875	226	129.592	2.781	2.183.600	17	201.884
>= 1 M€ e < 5 M€	953	1.420.252	345	1.205.461	833	1.264.555	233	368.603	411	618.430	5	76.948
>= 5 M€ e < 10 M€	127	650.175	40	551.963	111	511.544	39	198.815	29	221.633	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	50	445.397	17	566.400	50	507.478	20	297.837	19	259.717	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	33	526.998	22	1.072.813	25	537.977	10	213.884	7	181.073	-	-
>= 50 M€	5	495.121	3	3.752.753	18	3.967.085	12	835.647	2	589	-	-
	8.325	4.878.468	20.422	8.313.730	4.417	7.441.804	4.693	2.250.683	479.746	61.119.467	1.656	1.938.886

31-12-2016												
Corporate				Construção e CRE				Habitação				
Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		Imóveis		Outros colaterais reais		
Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	
Justo valor												
<0.5 M€	6.954	901.134	13.776	779.063	3.988	482.889	3.559	217.815	485.299	58.549.385	1.223	1.804.454
>= 0.5 M€ e < 1 M€	1.005	554.916	576	507.298	538	290.342	259	150.634	2.870	2.219.834	16	217.996
>= 1 M€ e < 5 M€	1.014	1.557.306	377	1.309.476	868	1.377.504	266	439.741	463	634.995	4	83.293
>= 5 M€ e < 10 M€	149	785.624	38	594.927	116	565.014	46	234.775	35	236.197	-	-
>= 10 M€ e < 20 M€	53	484.003	19	602.252	55	552.847	19	278.562	25	291.018	-	-
>= 20 M€ e < 50 M€	39	656.283	21	964.301	26	510.590	11	271.244	9	181.324	-	-
>= 50 M€	5	496.596	3	3.752.753	23	4.338.325	12	1.093.938	3	490	-	-
	9.219	5.435.862	14.810	8.510.070	5.614	8.117.511	4.172	2.686.710	488.704	62.113.243	1.243	2.105.742

g) Rácio LTV dos segmentos corporate, construção e CRE e habitação

Segmento / Rácio	30-06-2017			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado		10.674.958	1.315.306	1.039.055
< 60%	4.138	965.305	138.576	56.830
>= 60% e < 80%	2.137	453.173	81.318	23.003
>= 80% e < 100%	1.816	499.787	119.224	43.717
>= 100%	2.844	1.020.522	621.104	353.195
	10.935	13.613.746	2.275.529	1.515.800
Construção e CRE				
Sem colateral associado		3.813.650	776.517	682.231
< 60%	1.997	302.187	143.318	41.385
>= 60% e < 80%	786	206.226	387.374	142.670
>= 80% e < 100%	955	315.536	366.263	177.209
>= 100%	2.017	336.296	1.572.914	1.041.642
	5.755	4.973.895	3.246.386	2.085.137
Habitação				
Sem colateral associado		866.274	72.848	42.944
< 60%	383.559	12.361.845	344.476	36.069
>= 60% e < 80%	141.502	9.861.838	349.807	64.699
>= 80% e < 100%	66.917	5.040.514	427.778	131.669
>= 100%	18.081	806.101	669.517	310.600
	610.059	28.936.571	1.864.425	585.981
Particulares - Consumo e Outros				
Sem colateral associado		1.728.164	457.222	437.618
< 60%	1.743	119.920	25.297	12.616
>= 60% e < 80%	384	77.798	27.591	14.364
>= 80% e < 100%	398	59.916	27.208	14.268
>= 100%	666	112.796	78.545	45.451
	3.191	2.098.593	615.864	524.317
Outros				
Sem colateral associado		226.389	171.800	108.913
< 60%	24	6.457	179	27
>= 60% e < 80%	15	10.528	107.820	16.437
>= 80% e < 100%	12	7.972	9.540	948
>= 100%	19	79.905	31.791	35.648
	70	331.251	321.130	161.972
	630.010	49.954.056	8.323.333	4.873.206

Segmento / Rácio	31-12-2016			
	Número de imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Corporate				
Sem colateral associado		11.561.405	1.740.602	1.224.376
< 60%	4.117	1.057.591	182.084	62.193
>= 60% e < 80%	2.140	471.312	98.910	29.190
>= 80% e < 100%	1.922	515.718	135.846	53.624
>= 100%	3.135	1.087.858	606.486	376.626
	11.314	14.693.884	2.763.928	1.746.009
Construção e CRE				
Sem colateral associado		3.984.526	1.333.913	1.204.984
< 60%	2.059	452.715	182.402	67.331
>= 60% e < 80%	839	292.101	320.785	155.900
>= 80% e < 100%	1.054	331.713	550.288	224.047
>= 100%	2.023	376.647	1.374.184	859.726
	5.975	5.437.703	3.761.572	2.511.988
Habitação				
Sem colateral associado		1.049.345	69.798	44.240
< 60%	386.855	12.574.833	401.502	40.084
>= 60% e < 80%	140.261	9.501.991	405.585	68.749
>= 80% e < 100%	72.022	5.311.723	486.750	145.612
>= 100%	20.432	1.090.124	650.234	309.010
	619.570	29.528.016	2.013.869	607.695
Particulares - Consumo e Outros				
Sem colateral associado		1.701.939	463.852	447.480
< 60%	2.675	132.367	21.154	13.631
>= 60% e < 80%	632	79.540	31.886	17.436
>= 80% e < 100%	1.023	53.249	34.242	16.843
>= 100%	1.123	139.313	64.334	34.847
	5.453	2.106.406	615.468	530.238
Outros				
Sem colateral associado		497.327	187.343	119.743
< 60%	73	12.015	105.928	13.873
>= 60% e < 80%	17	6.662	1.316	22
>= 80% e < 100%	33	33.828	21.741	7.910
>= 100%	31	49.145	59.820	56.326
	154	598.976	376.148	197.874
	642.466	52.364.986	9.530.985	5.593.804

h) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e antiguidade

Ativo	30-06-2017		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	824	137.971	65.508
Rural	110	11.854	3.404
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	4	3.739	231
Habitação	589	77.260	29.277
Outros	151	16.065	7.043
Edifícios construídos			
Comerciais	560	161.020	53.583
Habitação	3.994	373.964	210.231
Outros	2	245.886	219.310
	6.234	1.027.759	588.587

Tempo decorrido desde a dação / execução	30-06-2017				
	< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	6.162	25.363	10.939	23.044	65.508
Rural	1.020	677	640	1.067	3.404
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	2	229	-	231
Habitação	8.282	7.676	9.177	4.142	29.277
Outros	979	1.966	2.045	2.053	7.043
Edifícios construídos					
Comerciais	6.342	15.153	23.093	8.995	53.583
Habitação	82.804	63.806	44.251	19.370	210.231
Outros	18.144	125.173	47.764	28.229	219.310
	123.733	239.816	138.138	86.900	588.587

Ativo	31-12-2016		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	855	261.731	57.858
Rural	113	11.533	2.530
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	4	3.755	2.748
Habitação	665	100.708	62.422
Outros	172	10.078	4.254
Edifícios construídos			
Comerciais	601	189.350	104.514
Habitação	4.193	409.131	264.858
Outros	2.174	210.426	107.341
	8.777	1.196.711	606.525

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2016				
	< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	10.141	27.862	11.651	8.204	57.858
Rural	757	570	661	542	2.530
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	220	2.528	-	2.748
Habitação	15.695	18.641	7.459	4.553	46.348
Outros	606	2.626	2.350	483	6.065
Edifícios construídos					
Comerciais	11.136	52.172	30.939	10.268	104.514
Habitação	98.282	84.577	63.567	18.432	264.858
Outros	22.962	40.281	51.592	6.770	121.605
	159.579	226.949	170.746	49.251	606.525

Notas explicativas respeitantes ao preenchimento das divulgações quantitativas:

. Definições Comuns

Segmentação – os segmentos utilizados suportam-se nas definições das *Estatísticas Monetárias e Financeiras* do Banco de Portugal:

- vii. “Governo” – setor de *Administrações Públicas*, que engloba unidades institucionais cuja principal atividade consiste na produção de bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual ou coletivo e/ou na redistribuição do rendimento e da riqueza nacional;
- viii. “Corporate” – setor de *Sociedades não financeiras*, representada por unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros;
- ix. “Construção CRE” – *Sociedades não financeiras* (“Corporate”) com atividade económica relacionada com os setores de “Construção” ou “Atividades Imobiliárias”, de acordo com a respetiva CAE Rev.3.

Setor de *Famílias* - inclui os indivíduos ou grupos de indivíduos, na qualidade de consumidores, de produtores de bens e serviços para utilização final própria ou de produtores de bens e serviços financeiros ou não financeiros, desde que as atividades não sejam imputadas a quase-sociedades.

Incluem-se ainda os Empresários em nome individual que integram as empresas individuais e as sociedades de pessoas sem personalidade jurídica que são produtores mercantis.

- x. “Particulares – Habitação” – setor de Famílias, cuja finalidade do crédito diz respeito a crédito à habitação;
- xi. “Particulares – Consumo e Outros” – setor de Famílias, cuja finalidade do crédito não é crédito à habitação (sendo, tipicamente, crédito ao consumo);

- xii. “Outros” – *Outras Empresas Financeiras* (setor de *Instituições Financeiras*, que engloba unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtores mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir serviços financeiros, exceto intermediação financeira) e outras instituições ou indivíduos.

Crédito em Cumprimento/Incumprimento segue os critérios de incumprimento definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

Crédito Reestruturado segue os critérios definidos no ponto 4. da informação qualitativa.

Análise Individual e Análise Coletiva - distinção entre créditos com imparidade individual e coletiva constituída de acordo com o Modelo de Imparidade.

. Quadro a)

Crédito Curado diz respeito a crédito em cumprimento que, segundo o Modelo de Imparidade de Crédito, tenha registado *default* anteriormente.

Nota: nos casos de créditos *curado* que tenha sido *reestruturado*, prevalece a classificação como Crédito Reestruturado.

Crédito em Cumprimento com Indícios segue os critérios definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

Crédito em Incumprimento com atraso inferior a 90 dias diz respeito aos restantes eventos de perda definidos no ponto 8. da informação qualitativa.

. Quadro b)

Ano de Produção diz respeito à data de contratação das operações em carteira em junho de 2017

. Quadro c)

Setores de Atividade dizem respeito aos Códigos de Atividade Económica (CAEs) Rev.3 dos clientes dos segmentos “Corporate” e “Governo”.

- iii. Clientes do segmento de “Outras Instituições Financeiras” foram incluídos no setor de atividade Outras Atividades Financeiras;
- iv. Clientes classificados como “Particulares – Habitação” e “Particulares – Outros” foram alocados.

Em cada geografia reporta-se o crédito em carteira nas Entidades que tenham atividade nessa região/geografia.

. Quadro d)

Nas medidas de reestruturação assumiu-se o primeiro evento a nível de alterações contratuais após a marcação como reestruturado por dificuldades financeiras. A medida de reestruturação “Outros” engloba os seguintes eventos:

- f. Capitalização de juros;
- g. Refinanciamentos;
- h. Moratórias de pagamentos/vencimento;
- i. Diferimentos de capital;
- j. Outras marcações automáticas ou manuais não sistematizadas.

. Quadro f)

Colaterais Reais considerados no Modelo de Imparidade:

- Imóveis dizem respeito a garantias hipotecárias relativas a bens imóveis;

- Outros colaterais reais englobam garantias hipotecárias sobre bens materiais/ móveis e colaterais financeiros como depósitos, obrigações, ações, outros;

Como justo valor dos colaterais entende-se o valor de avaliação nos colaterais hipotecários e o valor de mercado para os colaterais financeiros. Nos casos em que a mesma garantia/colateral cobre mais do que uma operação de crédito, o justo valor é devidamente ponderado pelas operações com base no valor do crédito.

. Quadro g)

Por LTV entende-se o rácio entre o valor em dívida do crédito e o justo valor dos colaterais detidos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades (i) na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos, e (ii) na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere, e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos do IFRS 7, apresentam-se de seguida os prazos residuais de maturidade contratual dos instrumentos financeiros em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

30-06-2017										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.438.187	-	-	-	-	-	-	-	-	4.438.187
Disponibilidades em outras instituições de crédito	726.412	-	-	-	-	-	-	-	-	726.412
Aplicações em instituições de crédito	2.102.760	526.924	36.010	156.784	5.765	2.579	6.509	42.828	247.273	3.127.433
Carteira de títulos										
Negociação	153	939.079	842.548	4.497.539	12.958	11.031	12.920	12.178	1.232.729	7.561.135
Outros	141.432	140.743	549.133	709.593	1.537.349	1.718.669	4.447.282	812.595	2.185.167	12.241.963
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.550.479	2.261.776	4.781.821	3.737.040	12.701.970	9.470.331	14.355.879	23.669.873	351.847	73.881.016
Ativos com acordo de recompra	4.551	616	160.215	3.934	30.238	86.503	65.341	-	27.108	378.505
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	7.431	7.431
	9.963.972	3.869.139	6.369.727	9.104.890	14.288.280	11.289.113	18.887.931	24.537.474	4.051.555	103.362.081
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(848.541)	(140.818)	(380.941)	(85.586)	(3.164.015)	(534.586)	(358.608)	-	55.857	(5.457.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(32.784.021)	(8.220.501)	(11.553.662)	(5.377.423)	(10.074.084)	(1.325.961)	(561.228)	(35.050)	(373.436)	(70.305.367)
Responsabilidades representadas por títulos	(413)	(11.081)	(66.863)	(852.380)	(1.946.690)	(1.388.087)	(17.742)	(20.050)	6.239	(4.297.067)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(33)	-	-	-	-	-	-	-	(1.265.682)	(1.265.715)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.903)	(3.903)
Outros passivos subordinados	(179)	(2.005)	(454.495)	(8.310)	(933.405)	-	-	(100.000)	(165)	(1.498.559)
Recursos consignados	-	(39.055)	(14.049)	(20.667)	(147.350)	(129.768)	(430.085)	(23.955)	(90.996)	(895.925)
	(33.633.187)	(8.413.460)	(12.470.010)	(6.344.366)	(16.265.544)	(3.378.403)	(1.367.662)	(179.054)	(1.672.085)	(83.723.771)
Instrumentos Financeiros Derivados	(280)	(14.555)	7.326	10.581	38.678	57.768	239.991	394.137	-	733.645
Diferencial	(23.669.495)	(4.558.876)	(6.102.957)	2.771.104	(1.938.585)	7.968.477	17.760.260	24.752.557	2.379.470	19.371.955

31-12-2016										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.840.553	-	-	-	-	-	-	-	-	1.840.553
Disponibilidades em outras instituições de crédito	756.534	-	-	-	-	-	-	-	-	756.534
Aplicações em instituições de crédito	2.184.976	302.202	224.154	427.304	7.353	2.694	6.350	43.763	43.358	3.242.154
Carteira de títulos										
Negociação	680	174.987	1.612.422	3.040.961	40.682	12.495	26.349	3.710	1.526.144	6.438.429
Outros	151.891	138.642	428.223	709.858	1.297.123	2.081.279	2.482.212	829.512	1.758.373	9.877.112
Crédito a clientes (saldo bruto)	3.385.420	2.690.791	4.371.144	3.788.037	12.948.875	10.073.067	14.989.776	23.813.259	100.922	76.161.291
Ativos com acordo de recompra	22.086	3.222	12.594	179.488	143.278	157.171	354.877	-	29.280	901.995
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	9.541	9.541
	8.342.141	3.309.843	6.648.536	8.145.647	14.437.310	12.326.706	17.859.564	24.690.245	3.467.618	99.227.611
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(811.854)	(208.539)	(320.933)	(410.192)	(1.522.316)	(2.230.881)	(420.423)	(3.366)	16.977	(5.911.526)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(29.935.179)	(7.873.561)	(11.517.041)	(6.847.682)	(10.505.777)	(1.482.051)	(606.831)	(1.265.138)	(92.933)	(70.126.194)
Responsabilidades representadas por títulos	(102.920)	(50.181)	(635)	(78.399)	(1.746.389)	(1.181.320)	(1.277.394)	(22.264)	6.239	(4.453.263)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.678)	(1.335)	(780)	(1.795)	(1.305)	(171)	(6.798)	(1.106)	(1.680.513)	(1.695.481)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.197)	(2.197)
Outros passivos subordinados	(951.366)	(7.105)	(10.948)	(456.091)	(945.427)	(12.143)	(30.332)	(112.143)	(24)	(2.525.578)
Recursos consignados	(265)	(1.046)	(19.923)	(53.507)	(148.425)	(133.502)	(446.193)	(23.955)	(80)	(826.894)
	(31.803.262)	(8.141.767)	(11.870.259)	(7.847.666)	(14.869.638)	(5.040.068)	(2.787.970)	(1,427.972)	(1,752.531)	(85,541.134)
Instrumentos Financeiros Derivados	(3.146)	(4.576)	9.911	19.804	7.060	11.002	78.654	270.368	-	389.077
Diferencial	(23.464.267)	(4.836.500)	(5.211.812)	317.784	(425.268)	7.297.640	15.150.248	23.532.641	1.715.086	14.075.554

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os juros projetados para as operações a taxa variável incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Grupo CGD (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual), e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital: reafetação do montante com adequada liquidez ao *bucket* "Até 1 mês", com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colaterizar;
- Depósitos à ordem de clientes: reafetação do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* "Até 1 mês" para os *buckets* até 6 anos, segundo uma distribuição uniforme de saldos. A abordagem descrita procura corresponder às recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*, BCBS)⁵, designadamente no que diz respeito à maturidade média, máxima, dos *core deposits*;
- Depósitos a prazo e poupanças (CGD Sede): reafetação dos saldos por *buckets* de acordo com um modelo de estimação da sua vida média esperada.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

30-06-2017										
Prazos residuais de maturidade estrutural										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.438.187	-	-	-	-	-	-	-	-	4.438.187
Disponibilidades em outras instituições de crédito	726.412	-	-	-	-	-	-	-	-	726.412
Aplicações em instituições de crédito	2.099.464	525.729	35.001	155.006	3.165	-	1	38.365	247.273	3.104.004
Carteira de títulos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Negociação	2.887.992	139.840	123.247	661.452	1.498.983	179.254	1.576	1.601.551	451.347	7.545.241
Outros (líquido de imparidade)	3.140.609	20.910	66.938	80.019	1.798.036	549.665	1.808.465	1.827.140	1.335.387	10.627.170
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.449.823	2.083.175	4.438.744	3.201.637	10.915.329	7.871.884	10.912.840	17.977.193	351.847	60.202.471
Ativos com acordo de recompra	143.485	-	153.538	-	-	-	-	-	33.387	330.411
	15.885.972	2.769.653	4.817.469	4.098.114	14.215.513	8.600.803	12.722.881	21.444.250	2.419.241	86.973.896
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(847.756)	(131.631)	(380.211)	(67.820)	(3.108.655)	(497.447)	(350.468)	-	55.857	(5.328.131)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16.690.691)	(8.822.840)	(12.367.877)	(6.750.098)	(15.138.252)	(6.476.875)	(3.135.211)	(23.075)	(378.327)	(69.783.247)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(10.000)	(62.500)	(749.000)	(1.813.948)	(1.362.373)	(17.742)	(20.050)	6.239	(4.029.374)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(33)	-	-	-	-	-	-	-	(1.265.682)	(1.265.715)
Outros passivos subordinados	-	(952)	(446.251)	-	(909.505)	-	-	(100.000)	(6.460)	(1.463.168)
Recursos consignados	-	(36.850)	(13.218)	(19.705)	(140.199)	(122.535)	(424.786)	(22.857)	(90.996)	(871.145)
	(17.538.480)	(9.002.272)	(13.270.057)	(7.586.623)	(21.110.559)	(8.459.230)	(3.928.207)	(165.982)	(1.679.368)	(82.740.779)
Diferencial	(1.652.508)	(6.232.619)	(8.452.589)	(3.488.509)	(6.895.046)	141.572	8.794.675	21.278.267	739.873	4.233.116

⁵ Basel Committee on Banking Supervision, "*Standards – Interest rate risk in the banking book*", April 2016.

31-12-2016										
	Prazos residuais de maturidade estrutural									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.840.553	-	-	-	-	-	-	-	-	1.840.553
Disponibilidades em outras instituições de crédito	756.534	-	-	-	-	-	-	-	-	756.534
Aplicações em instituições de crédito	2.182.388	300.715	222.709	426.301	4.804	181	-	38.886	43.358	3.219.341
Carteira de títulos										
Negociação	2.001.813	47.990	234.346	441.875	611.819	907.712	3.729	1.410.815	773.935	6.434.034
Outros (líquido de imparidade)	2.632.988	30.415	178.010	116.891	1.094.566	1.490.242	309.956	1.939.230	770.955	8.563.253
Crédito a clientes (saldo bruto)	3.263.453	2.516.330	4.054.588	3.239.071	11.142.810	8.703.560	11.764.890	18.664.847	100.922	63.450.470
Ativos com acordo de recompra	195.855	-	419.054	153.538	-	-	-	-	28.655	797.102
	12.873.584	2.895.449	5.108.706	4.377.676	12.854.000	11.101.694	12.078.575	22.053.778	1.717.825	85.061.286
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(811.261)	(199.256)	(318.832)	(400.026)	(1.479.759)	(2.195.700)	(403.346)	-	16.977	(5.791.203)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16.290.273)	(8.228.073)	(12.002.886)	(7.882.227)	(14.488.380)	(5.615.286)	(2.660.068)	(2.269.288)	(84.164)	(69.520.646)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(50.000)	-	(72.500)	(1.563.000)	(1.115.345)	(1.265.656)	(22.076)	6.239	(4.082.338)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.678)	(1.335)	(780)	(1.795)	(1.305)	(171)	(6.798)	(1.106)	(1.680.513)	(1.695.481)
Outros passivos subordinados	(906.183)	-	(449)	(447.365)	(909.505)	-	-	(100.000)	(24)	(2.363.526)
Recursos consignados	(253)	(1.002)	(19.047)	(50.289)	(141.084)	(127.384)	(439.848)	(22.857)	(80)	(801.844)
	(18.009.649)	(8.479.666)	(12.341.994)	(8.854.202)	(18.583.033)	(9.053.886)	(4.775.716)	(2.415.328)	(1.741.566)	(84.255.038)
Diferencial	(5.136.065)	(5.584.217)	(7.233.288)	(4.476.526)	(5.729.033)	2.047.808	7.302.859	19.638.450	(23.741)	806.248

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, ou o seu justo valor, se alterarem, em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Perspetiva de longo prazo ou económica – Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30-06-2017					
	Saldos analisados				Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor		Diferença	Valor de balanço	
		Nível 1	Nível 3			
Ativo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4.438.204	-	4.438.204	-	-	4.438.204
Disponibilidades em outras instituições de crédito	727.229	-	727.229	-	-	727.229
Aplicações em instituições de crédito	2.908.699	-	2.922.963	14.264	196.409	3.105.108
Investimentos detidos até à maturidade	2.070.449	-	2.058.857	(11.592)	(13.498)	2.056.951
Crédito a clientes	60.121.265	-	58.968.126	(1.153.139)	354.511	60.475.777
	70.265.846	-	69.115.379	(1.150.467)	537.422	70.803.268
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(5.371.174)	-	(5.377.314)	(6.140)	33.764	(5.337.409)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(69.682.027)	-	(69.779.476)	(97.449)	(232.753)	(69.914.779)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.082.192)	(3.693.743)	(504.068)	(115.619)	3.948	(4.078.243)
Outros passivos subordinados	(1.470.391)	(564.779)	(894.452)	11.160	317	(1.470.074)
Recursos consignados	(780.531)	-	(787.186)	(6.654)	(90.614)	(871.145)
	(81.386.314)	(4.258.522)	(77.342.496)	(214.703)	(285.337)	(81.671.651)

	31-12-2016					
	Saldos analisados				Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor		Diferença	Valor de balanço	
Nível 1		Nível 3				
Ativo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.840.560	-	1.840.560	-	-	1.840.560
Disponibilidades em outras instituições de crédito	757.726	-	757.726	-	-	757.726
Aplicações em instituições de crédito	2.886.523	-	2.902.490	15.967	331.274	3.217.797
Ativos com acordo de recompra	234.830	-	231.220	(3.609)	-	234.830
Investimentos detidos até à maturidade	433.131	-	433.131	-	-	433.131
Crédito a clientes	61.134.467	-	58.817.433	(2.317.034)	1.732.359	62.866.825
	67.287.236	-	64.982.560	(2.304.676)	2.063.633	69.350.868
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(5.542.275)	-	(5.560.296)	(18.020)	(257.436)	(5.799.712)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(67.503.291)	-	(67.677.756)	(174.465)	(2.176.839)	(69.680.130)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.190.817)	(3.791.212)	(540.899)	(141.294)	7.088	(4.183.729)
Outros passivos subordinados	(2.407.887)	(546.328)	(1.812.086)	49.473	(16.247)	(2.424.133)
Recursos consignados	(799.855)	-	(804.729)	(4.875)	(1.989)	(801.844)
	(80.444.124)	(4.337.540)	(76.395.765)	(289.180)	(2.445.423)	(82.889.548)

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito são tidas em consideração as condições contratuais das operações e, adicionalmente, para os instrumentos de taxa variável, estimados os *cash flows* futuros incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, e utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
 - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito;
 - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes, para tipos de crédito e de depósitos comparáveis.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
 - O crédito vencido, líquido das provisões constituídas;
 - Saldos de algumas Sucursais não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela Caixa.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras condensadas pelo seu justo valor pode ser resumida como se segue:

30-06-2017				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	6.368.728	3.609	6	6.372.343
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	241.407	-	440.660	682.067
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.358.752	794.768	1.588.854	7.742.374
Ativos com acordo de recompra	305.823	24.588	-	330.411
Derivados de negociação	1.048	(516.177)	420.028	(95.100)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	3.528	-	3.528
	12.275.759	310.317	2.449.547	15.035.623

31-12-2016				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	4.764.322	159.360	485	4.924.167
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	255.443	-	464.449	719.892
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.915.303	981.200	1.360.417	7.256.920
Ativos com acordo de recompra	358.683	19.105	187.114	564.901
Derivados de negociação	716	(685.259)	501.094	(183.449)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(2.165)	-	-	(2.165)
Derivados de cobertura	-	7.344	-	7.344
	10.292.302	481.750	2.513.558	13.287.610

Na preparação do quadro acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- **Nível 2 - Técnicas de valorização** – inputs observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas;
- **Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Ativos financeiros disponíveis para venda				Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida		Subtotal		
		Outras Obrigações			Asset-backed securities	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2016	459.965	4.968	464.934	886.259	316.712	344.560	1.547.530	501.094	2.513.558
Entradas/(saídas) do perímetro	(687)	-	(687)	-	-	-	-	(59.184)	(59.871)
Aquisições	1.030	-	1.030	12.285	-	227.423	239.708	-	240.738
Amortizações	(11.020)	(7.123)	(18.143)	(9.199)	(16.345)	(7.042)	(32.586)	60.298	9.569
Alienações	-	-	-	-	(21.270)	(133.679)	(154.948)	-	(154.948)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	(48)	2.167	2.119	(100)	326	(75)	151	(82.179)	(79.909)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira [1]	(4.954)	-	(4.954)	(10.340)	2.752	2.582	(5.006)	-	(9.960)
Imparidade reconhecida no exercício	-	-	-	(10.393)	-	-	(10.393)	-	(10.393)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resenhas de justo valor	-	-	-	(5.943)	17.913	(3.636)	8.334	-	8.334
Transferências de/ (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	(1.632)	-	(1.632)	-	(1.632)
Diferenças cambiais	(3.621)	(13)	(3.633)	(825)	-	(195)	(1.020)	-	(4.653)
Outros	-	-	-	(1.286)	-	-	(1.286)	-	(1.286)
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2017	440.666	-	440.666	860.457	298.457	429.939	1.588.853	420.028	2.449.547

Em 30 de junho de 2017, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação e resultados de aproximadamente 120 mEuros e 241 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net asset value*) disponibilizados pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No decorrer do primeiro semestre de 2017, as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	30-06-2017		
	Títulos ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
		Transferências de nível 2 para nível 1	Transferências de nível 1 para nível 2
Instrumentos de dívida	21	49.528	40.082
	21	49.528	40.082

As transferências observadas entre níveis de classificação na hierarquia de determinação do justo valor decorrem essencialmente das alterações ocorridas nas fontes disponíveis para valorização destes ativos (mercado ou contrapartes externas).

Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados OTC.

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash-flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada;
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos, aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização também depende das características das operações, mas genericamente incluem curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são construídas com taxas de depósitos e cotações de *swaps* extraídas da Reuters/Bloomberg, havendo moedas, as de maior exposição, para as quais é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRAs. Dependendo do prazo do indexante da operação, estão disponíveis curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da Reuters/Bloomberg.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, a Caixa incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (*add-ons*) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, o Grupo adotou metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. O justo valor assim obtido é composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

O CVA/DVA é determinado através de uma metodologia implementada ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Esta metodologia assenta na estimação da exposição no momento de default ("Exposure at default" ou "EAD") para cada operação e na aplicação de parâmetros de risco à EAD estimada de forma a determinar a perda esperada para a CGD (CVA) e para a contraparte (DVA). No caso de swaps de taxa de juro, a EAD é estimada para várias datas futuras através da modelização de swaptions, permitindo desta forma incorporar a exposição potencial futura das operações. Para os restantes produtos, a EAD corresponde tipicamente ao justo valor do instrumento na data de referência.

Os parâmetros de risco consistem em probabilidades de default ("PD") e loss given default ("LGD"), e são determinados centralmente pelo Grupo de acordo com os seguintes critérios:

- Para contrapartes ou projetos com dívida cotada ou cotações de credit default swaps disponíveis, o Grupo infere os parâmetros de risco subjacentes a essas cotações e utiliza-os no cálculo;
- As restantes contrapartes ou projetos são classificados em função da sua qualidade creditícia, tendo por base um conjunto de critérios quantitativos e qualitativos, resultando num rating interno ao qual o Grupo faz corresponder uma PD histórica.

Em 30 de junho de 2017, o valor dos ajustamentos relativos a CVA (*credit value adjustments*) registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", e DVA (*debit value adjustments*) registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", ascendiam a 46.654 mEuros e 48.698

mEuros, respetivamente (138.551 mEuros e 3.290 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2016).

Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os inputs utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas Bloomberg e Reuters.

Existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado: ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas. Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos cash flows futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo que vai desde o simples desconto dos cash flows resultantes de taxas forward (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é construída com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de swaps, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRAs) à cascata de pagamentos de um CLO (previsão efetuada com base em informação divulgada nos Investor Reports).

As valorizações internas utilizam, para efeitos de desconto, a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/rating da emissão, de modo a considerar o risco de cada emissão. A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de inputs para valorização. De modo geral, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3. As securitizações com reduzida liquidez são igualmente alocadas ao nível 3.

As curvas de taxa de juro são construídas com base em taxas de mercado monetário e cotações de swaps. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRAs.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2017			31-12-2016		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	-0,4200	1,3250	0,1700	-0,4200	1,7500	0,1950
1 mês	-0,4200	1,4100	0,2700	-0,4100	1,4500	0,5300
2 meses	-0,3956	1,4500	0,3600	-0,3831	1,3900	0,5400
3 meses	-0,3730	1,4668	0,3831	-0,3545	1,3686	0,5277
6 meses	-0,3048	1,4147	0,4029	-0,2716	1,2014	0,4542
9 meses	-0,2832	1,4401	0,4392	-0,2528	1,2189	0,4405
1 ano	-0,2492	1,4749	0,4775	-0,2253	1,2673	0,4418
2 anos	-0,1360	1,6157	0,6126	-0,1754	1,5118	0,4972
3 anos	0,0023	1,7120	0,7954	-0,0929	1,6785	0,7010
5 anos	0,2782	1,9120	0,9896	0,0720	1,9830	0,8728
7 anos	0,5491	2,0680	1,1483	0,3040	2,1780	1,0320
10 anos	0,9170	2,2360	1,3448	0,6430	2,3600	1,2197
15 anos	1,2965	2,3940	1,5481	1,0000	2,5170	1,4003
20 anos	1,4651	2,4660	1,6184	1,1420	2,5820	1,4485
25 anos	1,5264	2,4920	1,6211	1,1830	2,6000	1,4377
30 anos	1,5520	2,5010	1,6058	1,1960	2,6060	1,4157

Os valores das curvas de crédito são obtidos nos sistemas Bloomberg/Thomson Reuters Eikon, sendo apurados com base nas cotações de um conjunto de títulos que respeita o trinómio moeda/setor/rating.

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os valores das curvas de crédito dos governos português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2017		31-12-2016	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	-0,3331	-0,7780	-0,1562	-0,9590
6 meses	-0,2751	-0,7480	-0,0392	-0,8440
9 meses	-0,2480	-0,6810	-0,0343	-0,8530
1 ano	-0,1110	-0,6875	-0,0382	-0,8595
2 anos	0,1047	-0,5810	0,3235	-0,8025
3 anos	0,3245	-0,5001	1,0170	-0,7619
5 anos	1,1732	-0,2255	2,1482	-0,5550
7 anos	2,2756	0,0520	3,2787	-0,2170
10 anos	3,1047	0,4670	3,7678	0,1710
15 anos	3,5792	0,7290	4,2602	0,4137
20 anos	3,7463	0,9850	4,3389	0,6506
25 anos	3,8790	1,1138	4,5131	0,7609
30 anos	3,9532	1,2428	4,6222	0,8713

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de fixing do Banco Central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 30 de Junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30-06-2017	31-12-2016
EUR/USD	1,1412	1,0541
EUR/GBP	0,8793	0,8562
EUR/CHF	1,0930	1,0739
EUR/AUD	1,4851	1,4596
EUR/JPY	127,7500	123,4000
EUR/BRL	3,7600	3,4305

Instrumentos de capital detidos no âmbito da atividade de capital de risco

Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da atividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

- Preços praticados em transações materialmente relevantes efetuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
- Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor de atividade, dimensão e rentabilidade;
- Fluxos de caixa descontados;
- Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada.

Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- . “*Value-at-Risk*” (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
 - . Carteira *Held for Trading* - perímetro de posições e transações *Held for Trading* originadas no Grupo CGD;
 - . Carteira de Negociação – inclui títulos e instrumentos financeiros derivados transacionados com o objetivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
 - . Carteira Própria – Títulos adquiridos com propósito de Investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
 - . Carteira de investimento – com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da Caixa, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
 - . Atividade de gestão de tesouraria – *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado.
 - . Sucursais – CGD Londres, CGD New York e CGD Cayman;
 - . Filiais - Caixa BI, BCG Espanha, BCG Brasil e BNU Macau.
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro registados nas demonstrações financeiras individuais da Caixa e nas seguintes unidades do grupo:
 - . Caixa - Banco de Investimento;
 - . BCG Espanha;
 - . BNU Macau.
- . Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade;
- . Testes de esforço (*Stress Tests*).

Análise de VaR – Risco de Mercado

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos, num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias (carteiras de investimento e própria, sucursais e filiais) e 1 dia (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- nível de confiança: 99% (carteiras de investimento e própria, sucursais e filiais) e 95% (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- período de amostra de preços: 730 dias do calendário;
- decay fator=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 30 de Junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

Atividade desenvolvida pela Caixa Geral de Depósitos (Sede e Sucursais)

Carteira Held for Trading do Grupo CGD (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR	23.770	27.506	21.169	24.524

Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	663	1.568	360	375
Cambial	277	12.015	85	187
Preço	190	257	24	24
Volatilidade	1	1	0	1
Efeito diversificação	(420)			(158)
	710	12.320	402	429

Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	1.223	1.612	1.223	1.582
Cambial	4.871	8.520	4.207	5.631
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(987)			(1.414)
	5.107	9.257	4.660	5.799

Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	492	686	488	614
Cambial	162	162	4	37
Preço	2.749	2.928	2.742	2.904
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(559)			(619)
	2.844	3.075	2.823	2.936

Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	105.638	107.693	98.180	102.916
Cambial	5	5	0	5
Preço	-	-	-	-
Volatilidade	-	-	-	-
Efeito diversificação	(4)			(2)
	105.639	107.708	98.182	102.919

Atividade da Sucursal de Londres (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	380	483	211	258
Cambial	172	194	51	90
Preço	687	1.400	540	1.191
Volatilidade	169	302	148	240
Efeito diversificação	(622)			(540)
	786	1.504	553	1.240

Atividade desenvolvida no âmbito da banca de investimento**Caixa Banco de Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2017	Max.	Min.	31-12-2016
VaR por tipo de risco				
Taxa de Juro	9.543	11.198	3.899	9.859
Cambial	2.268	2.766	1.243	1.306
Preço	137	255	46	52
Volatilidade	247	716	235	697
Efeito diversificação	(2.037)			(300)
	10.158	13.805	4.683	11.613

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de junho de 2017 não se registaram situações ou eventos com impacto nas demonstrações financeiras condensadas ou que devam ser divulgados.

2.3. Relatório *European Banking Authority*

ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING AUTHORITY* (EBA) RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

Carta Circular nº 97/2008/DSB, de 3 de dezembro, do Banco de Portugal

I.	Modelo de Negócio
1.	<p>Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);</p> <p>Relatório & Contas de 2016: Ver Relatório do Conselho de Administração, nos capítulos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva Planeando o futuro Modelo de negócio CGD <p>Ver Relatório de Governo Societário 2016.</p>
2.	<p>Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);</p> <p>Ver o referido no ponto I.1 atrás.</p> <p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividade e Informação financeira <p>Ver Notas 12, 20 e 22 do Anexo às DF's Consolidadas, sobre títulos emitidos no âmbito de operações de titularização e produtos estruturados.</p>
3.	<p>Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);</p> <p>Relatório & Contas de 2016: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planeando o futuro Modelo de negócio CGD <p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividade e Informação financeira <p>Ver Notas 25 e 35 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
4.	<p>Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;</p> <p>Ver pontos I.1 a I.3 atrás.</p> <p>Relatório & Contas de 2016: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão dos Riscos <p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
5.	<p>Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada</p> <p>Ver pontos I.1 a I.3 atrás.</p>

	atividade desenvolvida;	
II.	Riscos e Gestão dos Riscos	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	<p>Relatório & Contas de 2016: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão dos Riscos <p>Ver Anexo às DF's Consolidadas: Nota 41, onde é efetuada a descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro.</p> <p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Nota 37 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.
III.	Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	<p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atividade e Informação financeira <p>Ver Notas 6, 8, 17 e 34 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	<p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Nota 37 do Anexo às DF's Consolidadas, onde se descrevem as exposições afetadas pelo período de turbulência.</p>

III.	Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular os capítulos: <ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento Económico-Financeiro • Atividade e Informação financeira Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.
11.	Comparação de: <ul style="list-style-type: none"> i) impactos entre períodos (relevantes); ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência; 	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12.	Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás, em especial a Nota 37 do Anexo às DF’s Consolidadas.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.D.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, em particular o capítulo: <ul style="list-style-type: none"> • Principais Riscos e Incertezas no 2º Semestre de 2017 Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: <ul style="list-style-type: none"> • Atividade e Informação financeira Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.
IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;	Relatório & Contas de 2016: Ver Relatório do Conselho de Administração, no capítulo: <ul style="list-style-type: none"> • Gestão dos Riscos Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Anexo às DF’s Consolidadas: <ul style="list-style-type: none"> • Nota 2 • Nota 37, onde é efetuada uma comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado.

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i>) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Anexo às DF's Consolidadas: <ul style="list-style-type: none"> • Nota 2, onde se descreve as políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura • Nota 10 • Nota 37
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: <ul style="list-style-type: none"> - Nível de senioridade das exposições/<i>tranches</i> detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. <i>ratings</i>, <i>vintages</i>); - Áreas geográficas de origem; - Setor de atividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. <i>ratings</i>, peso/parcela de ativos sub-prime associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento; - Características dos ativos subjacentes: e.g. <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas. 	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017: Ver Nota 37 do Anexo às DF's Consolidadas.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.D.

IV.	Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
21.	<p>Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos ativos segurados:</p> <p>Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido;</p> <p>Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respetiva proteção de crédito;</p> <p>Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados</p> <p>Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte</p>	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo “monoline”.
V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
22.	Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;	<p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017:</p> <p>Ver Nota 2 do Anexo às DF’s Consolidadas, onde consta a descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros.</p>
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;	N.D.
24.	<p>Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição); 	<p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017:</p> <p>Ver Notas 7, 8 e 37 do Anexo às DF’s Consolidadas.</p> <p>Ver ponto IV.16 atrás, em especial, na apresentação do apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.</p>

V.	Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
25.	<p>Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos);- Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);- <i>Stress Scenarios</i>.	<p>Relatório & Contas de 2016:</p> <p>Ver Nota 41 do Anexo às DF's Consolidadas:</p> <p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017:</p> <p>Ver Notas 2 e 37 do Anexo às DF's Consolidadas, onde consta informação e os processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros.</p>
VI.	Outros aspetos relevantes na divulgação	
26.	<p>Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.</p>	<p>Relatório Intercalar - 1º semestre de 2017:</p> <p>Ver Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.</p>

2.4. Relatório de Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras Intercalares – Contas Individuais



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Individuais Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras individuais condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD"), que compreendem o balanço condensado em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 86.320.300 milhares de euros e um total de capital próprio de 7.043.388 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 79.823 milhares de euros), as demonstrações condensadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras individuais condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras condensadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras individuais condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras individuais condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 30 de junho de 2017, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- Conforme descrito na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras individuais condensadas, em março de 2017 foi aprovado o plano de recapitalização da CGD, baseado num plano estratégico a quatro anos (2017-2020), do qual decorreu a realização de duas fases de recapitalização que se concluíram em 4 de janeiro de 2017 e 30 de março de 2017. Estas operações permitiram à CGD retomar o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital em 30 de junho de 2017. Adicionalmente, de acordo com o plano de recapitalização, a CGD deverá emitir instrumentos de dívida subordinada adicionais no montante de 430.000 milhares de euros até 30 de setembro de 2018.



Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Relatório de Revisão Limitada
30 de junho de 2017

- O plano estratégico prevê um conjunto de medidas de reestruturação a executar no período de 2017 a 2020. Conforme referido na Nota 19, as provisões registadas em 30 de junho de 2017 para a execução parcial destas medidas ascendem a 138.000 milhares de Euros (383.000 milhares de euros nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CGD).

Outras matérias

As demonstrações financeiras individuais da Caixa Geral de Depósitos, S.A. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, na qualidade de Revisor Oficial de Contas e na qualidade de Auditor Externo, as quais expressaram, em 28 de abril de 2017, opiniões sem reservas e com ênfases sobre o plano de recapitalização e a adoção das normas internacionais de relato financeiro tal como adotadas na União Europeia.

Os valores comparativos com referência a 30 de junho de 2016, apresentados nas demonstrações individuais condensadas dos resultados, do rendimento integral e dos fluxos de caixa não foram auditados.

Lisboa, 29 de setembro de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

2.5. Relatório de Revisão Limitada das Demonstrações Financeiras Intercalares – Contas Consolidadas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("Grupo" ou "CGD"), que compreendem o balanço consolidado condensado em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 96.007.879 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao acionista da CGD de 7.530.968 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível ao acionista da CGD de 49.925 milhares de euros), as demonstrações consolidadas condensadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras condensadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 30 de junho de 2017, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Ênfases

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- Conforme descrito na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas condensadas, em março de 2017 foi aprovado o plano de recapitalização da CGD, baseado num plano estratégico a quatro anos (2017-2020), do qual decorreu a realização de duas fases de recapitalização que se concluíram em 4 de janeiro de 2017 e 30 de março de 2017. Estas operações permitiram ao Grupo retomar o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital em 30 de junho de 2017. Adicionalmente, de acordo com o plano de recapitalização, a CGD deverá emitir instrumentos de dívida subordinada adicionais no montante de 430.000 milhares de euros até 30 de setembro de 2018.



Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Relatório de Revisão Limitada
30 de junho de 2017

- O plano estratégico prevê um conjunto de medidas de reestruturação a executar no período de 2017 a 2020. Conforme referido na Nota 21, as provisões registadas em 30 de junho de 2017 para a execução parcial destas medidas ascendem a 383.000 milhares de Euros.

Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas da CGD relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, na qualidade de Revisor Oficial de Contas e na qualidade de Auditor Externo, as quais expressaram, em 28 de abril de 2017, opiniões sem reservas e com ênfase sobre o plano de recapitalização.

Os valores comparativos com referência a 30 de junho de 2016, apresentados nas demonstrações consolidadas condensadas dos resultados, do rendimento integral e dos fluxos de caixa não foram auditados.

Lisboa, 29 de setembro de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

